

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais

Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual

Kelly Scoralick

RIO DE JANEIRO
Março / 2017

Kelly Scoralick

Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liv Rebecca Sovik

RIO DE JANEIRO

Março /2017

Kelly Scoralick

Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liv Rebecca Sovik
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Prof^ª. Dr^ª. Suzy dos Santos
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Prof^ª. Dr^ª. Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

Titular: Prof^ª. Dr^ª. Iluska Coutinho
Professora Doutora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Titular: Prof^ª. Dr^ª. Cíntia SanMartin Fernandes
Professora Doutora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Pela paciência que Deus só dá a quem ama... Para ela que passou tantos finais de semana aguardando pacientemente pela minha conclusão de um artigo, um capítulo, uma leitura. Só poderia ser você, minha Erika. À você, filha, dedico essa tese. Dedicção que foi toda pensando em você e em nosso futuro. Vamos celebrar com a cumplicidade que nos une. Amo você. Para sempre conectadas.

AGRADECIMENTOS

Para ela, que sempre se dedicou à sua função de mãe. Esses quatro anos de estudo só foram possíveis porque você estava sempre por perto. Cuidando da Erika nas minhas viagens para assistir aulas, para congressos, nos fins de semanas debruçada sobre os livros...sempre com um carinho, uma atenção, com a mão e o corpo todo para me acolher. Minha mãe, como faria sem você? Meu muito obrigada ainda será sempre pouco. Te amo!

Aos meus irmãos Karla, Kátia e Klinger, que sonham e comemoram comigo as vitórias. Compreenderam ainda minha ausência em muitos momentos porque a pesquisa me esperava. A caçula virou doutora! Vamos brindar mais essa juntos;

A casa sempre cheia, barulhenta, mas que bastava um sorriso e um beijo para a tia se derreter toda, parar os estudos e querer brincar. Yuri, Lucas e Pedro, vocês preenchem meu coração de uma forma absurda e agora a titia dindinha vai poder brincar muito mais. Obrigada por existirem em minha vida;

À minha família, sempre orgulhosa e incentivadora da minha pesquisa, obrigada;

Agradeço aos deuses por tê-la comigo. Esse foi o pensamento durante todo o processo de orientação. À você, Liv, meus mais sinceros agradecimentos e por ser essa pessoa tão maravilhosa, que admiro muito, pela personalidade e pelo brilhantismo na academia;

Não foram poucas as vezes do bate-e-volta Juiz de Fora/Rio de Janeiro/Juiz de Fora. No caminho retomei amizades, fiz novas e consolidei outras. Evandro Medeiros, divo muso, nossos caminhos seguem juntos. Que assim seja. Lara Linhalis, sapecona que conheci nesse trajeto, e, sem dúvida, o melhor fruto dele. E não para por aí. Jhonatan Mata, desde o Mestrado meu amigo amado e poeta que anima meus dias e caminhos pelo Rio. Fernanda Sanglard, Tatiane Hilgemberg, Guilherme Fernandes, quantas lembranças boas...outras nem tanto assim, foram muitas (des)aventuras. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil;

À amiga Kátia Segheto, que também participou de um processo bate-e-volta, mas pelas estradas de Viçosa no terceiro ano de Doutorado. Com que dividi as angústias da pós, obrigada pela companhia, incentivo e amizade;

Quando precisei de abrigo no primeiro semestre do Doutorado, Nágila e Evair abriram as portas de casa no Rio de Janeiro para me receber. Uma aluna ainda meio perdida, e sempre recebia o incentivo para me dedicar aos estudos. Obrigada por tanto carinho;

Os amigos, ah meus amigos. Quantas festas que tive que me ausentar porque a tese me esperava. Alguns não entendiam, outros me incentivavam e me faziam acreditar que tudo ia dar certo...Meus queridos, obrigada por estarem comigo nessa caminhada. Dessa e de outras vidas. Em especial, obrigada à vocês, Josi e Graci;

Uma companheira de vida e de trabalho. Aquela que sempre me abre as portas. Sempre disposta a ajudar. E com a tese não foi diferente. No sufoco, por duas vezes, colaborou com espaço e equipamento do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora para me ajudar com a pesquisa. Gilze Bara, minha amiga, por onde for quero ser seu par! MUITÍSSIMO obrigada por estar comigo sempre;

Participantes dos grupos focais, agradeço demais a disponibilidade de vocês em participarem desta pesquisa. Vocês foram fundamentais. Por vocês realizo essa pesquisa e lutarei por essa TV acessível;

Às professoras Suzy dos Santos e Lena Ribeiro, pelos ensinamentos e pela presença carinhosa no exame de Qualificação e agora em minha banca de defesa da Tese;

Às professoras Cíntia SanMartins e Iluska Coutinho por aceitarem compor a banca de examinadoras deste estudo e participar, assim, de uma importante etapa do meu crescimento acadêmico;

Às professoras Ana Paula Goulart Ribeiro e Gisela Grangeiro, por também aceitarem compor como suplentes a banca de examinadoras deste estudo;

Ao Instituto Benjamin Constant e à Associação dos Cegos, que abriram as portas para essa pesquisa, e permitiram que eu vivenciasse as mais belas experiências de campo;

Aos coordenadores e professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRJ, pelos muitos ensinamentos que também estão expressados neste trabalho, e ao Thiago Couto, da secretaria da Eco, sempre prestativo e disposto a ajudar os alunos, principalmente aqueles que estavam distantes, como eu, morando em Juiz de Fora;

Aos colegas do Doutorado, pelos debates enriquecedores. E pela ajuda e força nos momentos de aperto, em especial, aos colegas do grupo de pesquisa Thiago Ansel, Juliana Lopes e Erly Guedes;

À professora Lívia Motta e aos demais professores do curso de Especialização em Audiodescrição, que me apresentaram neste percurso do doutoramento um mundo audiodescrito encantador. Obrigada;

Aos colegas do curso de especialização em Audiodescrição, que também estiveram presentes no período de Doutorado e contribuíram com suas vivências para me fazer refletir sobre as possibilidades do recurso; em especial, a Nadir e a Ana Fátima, que estiveram comigo em todo o processo para conseguir a realização do grupo focal no Instituto Benjamin Constant. Obrigada, audioamigas;

Aos amigos e gestores da TV Integração, em especial, Paulo Eduardo Vieira, Fernanda Lília e Palmira Ribeiro, por confiarem em meu trabalho como pesquisadora e audiodescritora; por compreenderem minha ausência para frequentar as aulas, os encontros no grupo de pesquisa, os congressos, e para realizar o grupo focal. E ainda por ceder o vídeo dos muitos gêneros televisivos que apresento. Ao amigo Alberto Mendes, meu carinho especial, por sempre ser presente e ao meu lado;

Aos colegas de imprensa, que me atenderam nas emissoras de televisão na tentativa de colaborar com essa pesquisa, obrigada;

Aos meus alunos, que tanto me ouviram falar em sala sobre audiodescrição, que se interessaram pelo tema e que hoje sabem a importância da mídia inclusiva. O trabalho não pode parar, vamos juntos;

A você que me ouviu pacientemente falar sobre audiodescrição. “Áudio o quê?”, diziam. O assunto surgia sempre, até mesmo na mesa do bar. À você que acompanhou todo esse desejo por uma TV inclusiva crescer dentro de mim, obrigada;

A todos, o meu muito obrigado por terem participado desta pesquisa, cada qual à sua maneira e no momento certo;

E a Ele, sempre agradecendo a Ele por me carregar no colo quando já não tinha mais forças. Por ter me dado segurança nos caminhos de ida e volta ao Rio de Janeiro e saúde para aguentar o tranco. Por ter me mostrado que, na verdade, tenho mais força que imagino. Obrigada, meu Deus, por permitir tantas graças em minha vida.

RESUMO

SCORALICK, Kelly. **Por uma TV acessível**: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Liv Rebecca Sovik. Rio de Janeiro, 2017, 192 p.

A audiodescrição (AD) é um recurso de acessibilidade comunicacional que beneficia as pessoas cegas ou com baixa visão. Consiste na descrição das imagens do que está sendo apresentado. Esse recurso já vem sendo usado para alguns produtos audiovisuais, mas ainda é pouco usado na televisão. Hoje está disponível basicamente em filmes, documentários e séries. O objetivo desta tese é apresentar as possibilidades de inserção da AD em diferentes gêneros televisivos, entre eles, infantil, musical, desenho, variedades, auditório, *talk show*, humorístico, novela, telejornal, debate e ainda gênero híbrido. Trabalha com a hipótese de que a audiodescrição desperta novas sensações e recupera informações que ficam perdidas quando o recurso de acessibilidade não é utilizado nos gêneros televisivos. Veet Vivarta, Marcia Moraes e Virgínia Kastrup, Peter Freund, Romeu Kazumi Sasaki, Victor Gentili, Eliana Franco e Vera Santiago Araújo, Francisca Medeiros, Wilson Carvalho e Célia Maria Magalhães, Alexandra Seoane e Vera Santiago Araújo, Flávia Machado, Priscila Lima, Eugênio Bucci, Maria Rita Kehl e Dominique Wolton, principalmente, são as referências para nossa fundamentação teórica. Para essa pesquisa foi feito um estudo de recepção com pessoas com deficiência visual para colher críticas e sugestões sobre o uso da AD nos programas e averiguar se a utilização do recurso aumenta a compreensão do que está sendo exibido ou se é uma ferramenta dispensável nesses produtos audiovisuais. O grupo focal foi desenvolvido no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro (RJ) e na Associação dos Cegos, em Juiz de Fora (MG), com aplicação de questionário, gravações em áudio e observações realizadas durante sessões de exibição dos produtos audiodescritos sobre as reações dos voluntários no grupo focal. A investigação conclui que a AD é funcional na televisão, em todos os gêneros abordados, fazendo com que as pessoas cegas ou com baixa visão possam acompanhar o que está sendo exibido na TV sem perda de informação. Desde o nome do entrevistado aos trajés e características físicas dos apresentadores e convidados, na movimentação de cena no estúdio e em sobe som de reportagens, assim como é fundamental a AD das vinhetas e de *lettering* que é utilizado em alguns programas. Mas, no entanto, créditos maiores, como os referentes aos responsáveis pela edição, filmagem, finalização, por fazerem sobreposição de áudio, devem ser usados com cautela.

Palavras-chave: audiodescrição, televisão, pessoas com deficiência visual, inclusão, acessibilidade

ABSTRACT

SCORALICK, Kelly. **For an affordable TV**: Audio description and people with visual impairment. Rio de Janeiro, 2017. Thesis (Communication and Culture PhD) – Communication School, Federal University of Rio de Janeiro. Advisor: Liv Rebecca Sovik. Rio de Janeiro, 2017, 192 p.

Audio description (AD) is a communicational accessibility tool that benefits blind and low-vision people. It's based on the description of what are being showed on the screen. This resource is being applied in some audiovisual products, but it's rarely used by television channels. Today it is generally available in movies, documentaries and series. The aim of this thesis is to show AD insertions' possibilities in different television genres, as Kid's, Musical, Cartoon, Varieties, Talk Show, Soap Opera, TV news. Our hypothesis is that the Audio description awakes new sensations and recover information that remains lost when this resource is not used. Veet Vivarta, Marcia Moraes e Virgínia Kastrup, Peter Freund, Romeu Kazumi Sasaki, Victor Gentili, Eliana Franco e Vera Santiago Araújo, Francisca Medeiros, Wilson Carvalho e Célia Maria Magalhães, Alexandra Seoane e Vera Santiago Araújo, Flávia Machado, Priscila Lima, Eugênio Bucci, Maria Rita Kehl e Dominique Wolton are the references to our theoretical fundamentation. For this research, we conducted a reception study with visually impaired people, to gather criticisms and suggestions about the use of AD in the programs and to investigate if the use of this resource increases the understanding of what is being exhibited, or if it's a dispensable tool in these products. A focus group was developed at Benjamin Constant Institute, in Rio de Janeiro (RJ), and at Associação dos Cegos, in Juiz de Fora (MG), with questionnaire application, audio recordings and observation of the reactions of the volunteers. It was made during an exhibition session of audiovisual products with AD. The research concludes that AD is functional on television in all genres covered, making blind or low-vision people able to monitor what is being displayed on TV without loss of information. From the name of the interviewed people to the costumes and physical characteristics of the anchorman or anchorwoman and guests, in the scene movement in the studio and in the sound of reports, just as it is fundamental to the AD of the vignettes and of the lettering that is used in some programs. But, however, larger credits, such as those of the people responsible for editing, filming, and finalizing, that overlays audio, these credits should be used with caution.

Keywords: Audio description, television, people with visual impairment, inclusion, accessibility

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Controle Remoto e Botões de Acessibilidade	56
Figura 02: Amostra sobre os meios de comunicação que os entrevistados se informam	67
Figura 03: Página site da programação da Globo com filme no Corujão com audiodescrição	78
Figura 04: Cena do episódio “Chaves”	105
Figura 05: Cena do episódio de “Vila Sésamo”	109
Figura 06: Tela do <i>Adobe Premiere</i> - Edição “Diversão e Arte” com AD	113
Figura 07: Tela do <i>Adobe Premiere</i> – Edição “Entrevista de estúdio MGTV” com AD.....	114
Figura 08: Cena do vídeo “Uma menina com cabelos de Brasil”	116
Figura 09: Cenas do vídeo que incluem os programas “Comédia”, “LUV” e “Infortúnio” da MTV	117
Figura 10: Cena do videoclipe “A casa é sua”, de Arnaldo Antunes	119
Figura 11: Cena da reportagem exibida no telejornal MGTV	121
Figura 12: Cena de entrevista de estúdio com a banda Zona Blue no MGTV	123
Figura 13: Programa “Mais Você”	129
Figura 14: Programa “Bem Estar”	131
Figura 15: Programa “Encontro com Fátima Bernardes”	133
Figura 16: Programa “Vídeo Show”	135
Figura 17: Cena de “Malhação”	136
Figura 18: Cena da reportagem no MGTV 2ª edição	140
Figura 19: Apresentação de banda Zona Blue no MGTV 1ª edição	141
Figura 20: Audiodescritora em cabine	142
Figura 21: Cenas do debate do 2º turno transmitido pela TV Integração	143
Figura 22: Cena com a classificação indicativa do “Vídeo Show”	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro da AD de Corisco e Dadá editado.....	62
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	ESTUDO PIONEIRO: A PESQUISA EM AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL	18
1.2	NOSSA PESQUISA	27
2	O NÃO-LUGAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A ALTERIDADE PRODUZIDA EM UM MEIO OPRESSOR E EXCLUDENTE	32
2.1	CONCEITOS SOCIAIS DA DEFICIÊNCIA: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO	35
2.2	RADIOGRAFIA DA DEFICIÊNCIA	39
2.3	O MUNDO DOS NÃO VIDENTES	43
2.4	LUTANDO POR DIREITOS PLENOS: O DIREITO À INFORMAÇÃO	45
2.5	ACESSIBILIDADE GARANTINDO DIREITOS: A AUDIODESCRIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	49
2.6	ACESSIBILIDADE E A AUDIODESCRIÇÃO: EXERGANDO SEM VER	59
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: A TELEVISÃO E A AUDIODESCRIÇÃO	66
3.1	A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO	69
3.2	A AUDIODESCRIÇÃO NA TV BRASILEIRA	75
3.3	DEFININDO OS DIFERENTES GÊNEROS TELEVISIVOS PARA PENSAR A AUDIODESCRIÇÃO	85
4	DIRECIONANDO OS OLHARES PARA A TV INCLUSIVA	93
4.1	ESTABELECENDO OS PRIMEIROS PASSOS	96
4.2	PRIMEIRA EXPERIÊNCIA: O GRUPO FOCAL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	101
4.2.1	O primeiro dia	102
4.2.2	O segundo encontro	114
5	AMPLIANDO OS HORIZONTES: O GRUPO FOCAL NA ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS	126
5.1	ABRINDO ESPAÇO PARA DIFERENTES GÊNEROS TELEVISIVOS	127

5.2 AS IDENTIDADES DO GRUPO FOCAL	144
5.3 A VOZ DO GRUPO FOCAL	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICES	186
ANEXOS	190

1 INTRODUÇÃO

Estabelecer um novo olhar para as pessoas com deficiência. Este sempre foi o alvo de minhas pesquisas. Desta vez o enfoque está voltado a cegos e pessoas com baixa visão. Busco apresentar um mundo que poucos enxergam, uma minoria marginalizada – distante de seus direitos e até com pouco conhecimento sobre eles. A tentativa é de incluí-los em uma sociedade também ainda pouco ciente de seus deveres, uma sociedade que cria leis para tentar fazer valer os direitos dessa minoria, mas que ainda assim tem pouca consciência da importância deles.

Não existe nenhum elo meu com esse grupo minoritário. Apenas em dado momento nos fui apresentada ao mundo das pessoas com deficiência e um novo olhar surgiu. Desde então, busco trazer novas abordagens, discussões e ganhos para este público alvo de rejeição, discriminação e tido, muitas vezes, como ser inferior.

E novamente a inclusão – ou a tentativa dela - está presente em minha pesquisa. Desta vez, por meio do uso da audiodescrição (AD), a descrição das imagens para aqueles que não podem percebê-las. Uma abordagem recente, repleta de ganhos. O público a ser incluído é de pessoas com deficiência visual, sejam cegos ou com baixa visão. Mas as AD vem trazendo benefícios para outros tantos visitantes, leitores, ouvintes e telespectadores, no teatro, no espetáculo de dança, musicais, nas histórias em quadrinhos, em palestras, no museu, no cinema, no DVD que se assiste em casa e na TV e em muitos outros espaços e ambientes. A audiodescrição sempre pode estar lá, mas ainda não está.

A oferta vem chegando aos poucos, bem aos poucos. O público com deficiência, por muito tempo à margem da produção cultural em todos os ambientes, ainda não tem o hábito de frequentar esses espaços ou acompanhar a programação de tais meios de comunicação. O produtor cultural, por sua vez, diz não ter interesse em produzir trabalhos acessíveis, como audiodescrição, por exemplo, porque não tem público. E assim mantém-se esse ciclo vicioso. Por vezes já escutei de ambos os lados: “Não produzo porque não tem público”, “Não frequento porque não tem recurso de acessibilidade”. E os direitos dessa minoria vão ficando cada vez mais de lado. A ideia é que as pessoas com deficiência também tomem para si os seus direitos. Para isso precisam ter conhecimento da existência dos mesmos.

É com o desejo de ampliar a discussão sobre a audiodescrição - recurso de acessibilidade comunicacional - que esta tese ganhou forma. Hoje há um número reduzido de horas com audiodescrição na TV, em poucos tipos de programas. Gostaria de ver AD nas telenovelas, nos programas de auditório, nos infantis e também no telejornal. Quero desvendar os espaços onde as narrações são possíveis de serem encaixadas com as informações audiodescritas. E

demonstrar que todos os tipos de programas podem e devem fazer parte do processo de inclusão das pessoas com deficiência visual na TV.

Mas por que AD na televisão? Alguns – e não poucos - questionamentos surgiram neste período. “Existem outras formas do cego ter acesso à informação, como a Internet, por exemplo. Ainda são tão carentes de cultura. Por que não fazer uma pesquisa neste âmbito?”.

Como relato pessoal, acrescento que sou jornalista e trabalho há anos em televisão, especificamente no telejornalismo. Por isso, a implantação da audiodescrição na TV é um tema muito próximo da minha prática profissional. A televisão é um veículo de comunicação que exerce fascínio por sua visibilidade, essencialmente feita pela imagem, seja através das grandes produções ficcionais, seja através da exibição de fatos que representam o ‘real’. No Brasil, especificamente, é a televisão a maior representante do espaço de visibilidade da sociedade. A grande maioria da população não passa despercebida pelos assuntos que são manchetes nos telejornais, que são discutidos nas telenovelas e nos programas de variedades e de auditório. Dentre essa fatia estão também os cegos e pessoas com baixa visão, que querem acompanhar e saber os detalhes das imagens que estão sendo apresentadas na tela.

Estima-se que 10% da população mundial têm algum tipo de deficiência, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. Deste total, 2% apresentam deficiência visual. No Brasil, de acordo com o Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população têm alguma deficiência – seja física, mental, auditiva ou visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. Neste levantamento a deficiência visual apresentou o maior índice, ocorrendo em 18,6% da população. Essa parcela vive uma exclusão não somente social como intelectual e cultural. Os cegos, por exemplo, são integrantes de um público que é privado da cultura audiovisual brasileira. Percebe-se que a televisão raramente se lembra daqueles que não vêem.

A inclusão das pessoas com deficiência na sociedade é uma luta antiga. É também é um desejo meu. Essa pesquisa dá continuidade ao que eu já tinha iniciado na especialização e no Mestrado. A primeira abordava as notícias veiculadas durante as Paraolimpíadas de Atenas realizadas em 2004, na Grécia e o preconceito relativo aos atletas com deficiência repassado em palavras nas notas dos jornais impressos. No Mestrado, a representação desse público continuava em foco, mas voltada para as notícias do telejornalismo, meio de grande visibilidade e que influencia no fortalecimento da cidadania dos sujeitos com deficiência. As formas como as pessoas com deficiência eram retratadas, em palavras e imagens, foram analisadas por meio de acompanhamento de reportagens do SBT Brasil.

No doutorado, o telejornalismo continuava em meus planos. Desta vez, com a participação da audiência nos produtos audiovisuais. O questionamento era se as relações mais dialógicas entre produção e recepção renderiam práticas de maior qualidade neste novo jornalismo. Mas ainda faltava algo para preencher esta pesquisa.

Até que em novembro de 2013, no fim do primeiro ano do doutorado, mais uma possibilidade de trabalhar diretamente com as pessoas com deficiência apareceu. Tive o primeiro contato com a audiodescrição e com foco no público com deficiência visual. A AD é um recurso de acessibilidade comunicacional que beneficia as pessoas cegas ou com baixa visão. Consiste na descrição das imagens do que está sendo apresentado. Ao iniciar a pós-graduação *lato sensu* em audiodescrição, a primeira do Brasil, vieram novos caminhos, os desejos mudaram e a pesquisa precisou acompanhar esses anseios de transformação.

Nas aulas da pós-graduação as discussões eram sempre sobre a utilização da AD nas peças teatrais, nos filmes, nos museus, palestras e brevemente sobre o uso na televisão. No país a audiodescrição já é obrigatória na programação de TV desde julho de 2011, seguindo determinação da Portaria nº 188, de 25 de março de 2010. As emissoras de TV estão obrigadas a cumprir, no mínimo, seis horas semanais com o recurso. E devem atingir 20 horas semanais em um prazo de 10 anos, a contar da data da publicação da portaria. No entanto, o recurso de AD na televisão aparece em poucos programas, basicamente em filmes, documentários e séries, mas também disponível em alguns programas infantis, educativos, religiosos, revistas e em uma novela. A pesquisa, portanto, visa demonstrar a importância da audiodescrição na televisão na inclusão das pessoas com deficiência visual, apresentando as possibilidades de inserção da AD em diferentes gêneros televisivos.

Assim, ganha voz novamente aquilo que me move: a inclusão dos corpos com deficiência que vivem seus constrangimentos e possibilidades dentro do meio social, que exigem seus direitos e acesso à informação, à cultura e ao entretenimento. A deficiência é uma questão de toda a sociedade e incluir é transformar o todo.

Neste trabalho usarei repetidamente o termo “pessoas com deficiência”. Segundo Sasaki (1997) na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação a esse grupo. O livro “Mídia e Deficiência” (2003), expõe o motivo de algumas terminologias serem mais apropriadas.

Não recomenda-se o uso das palavras “portador” ou “deficiente”[...].Pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa

com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo. Mas, atenção: a pessoa com deficiência é designada como “pessoa portadora de deficiência” na Constituição Brasileira, portanto, em um contexto jurídico, não escapamos da expressão consagrada nas leis (VIVARTA, 2003, p. 38).

Assim, usarei neste trabalho o termo pessoa com deficiência visual, que incluem cegos ou com baixa visão.

1.1 ESTUDO PIONEIRO: A PESQUISA EM AUDIODESCRÇÃO NO BRASIL

Existem outras tantas pesquisas sobre audiodescrição que estão sendo desenvolvidas no momento. Porém, no Brasil a produção acadêmica sobre o tema é recente. Nesta pesquisa mapeiei os trabalhos que têm como temática a audiodescrição e afirmo, assim, a originalidade e pioneirismo do estudo aqui proposto.

De acordo com levantamento realizada para esta tese, existem 58 pesquisas publicadas com a temática da audiodescrição, de forma direta ou indireta. Do total, 50 são dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado defendidas até fevereiro de 2016.

A primeira dissertação sobre o assunto foi defendida em 2009 e a primeira tese em 2013. O primeiro curso regular em nível de pós-graduação lato sensu exclusivo sobre a temática da audiodescrição foi iniciado em março de 2014, com formação dos primeiros audiodescritores, no total de 37, em outubro de 2015. Hoje ainda são poucos os encontros científicos que abrigam seminários temáticos dedicados à área, como o Encontro Nacional de Audiodescrição, realizado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Alguns estudiosos da área utilizam a grafia áudio-descrição, com hífen, e outros preferem audiodescrição, sem hífen e sem acento. Para Seeman, Lima e Lima (2012) grafar com hífen não é meramente um preciosismo linguístico. É resultado da “composição de dois léxicos distintos, os quais unidos pelo hífen, tornam-se uma unidade semântica com sentido próprio e diverso dos termos originais” (2012, p.01). A áudio-descrição, para esses defensores, não é uma descrição em áudio, uma descrição falada. É uma tradução visual semiótica. Ela mostra, descreve e ajuda a visualizar os elementos relevantes para a compreensão do enredo.

As dúvidas sobre a manutenção ou não do hífen vieram com o novo Acordo da Língua Portuguesa. Segundo SEEMAN, LIMA E LIMA, o Acordo considera que toda e qualquer palavra iniciada por audio (sem acento) o não uso do hífen passa a estar afim com gramática normativa da Língua Portuguesa. Os defensores da manutenção do hífen questionam que é o substantivo áudio, com acento, e não o prefixo audio, sem acento, que está presente em áudio-

descrição. E, portanto, o hífen não precisaria ser retirado segundo as regras implantadas pelo novo Acordo.

O uso do recurso é tão recente que ainda não foi incluído nos dicionários de Língua Portuguesa. Ainda segundo os autores, quando questionada da grafia da palavra a Academia Brasileira de Letras responde: “segundo os registros do VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), da ABL, para audiofone, audioampliar, audiofrequência, audiovisual, audiotransformador, escreva audiodescrição” (Id. Ibid, p. 19). Assim, respeito os posicionamentos contrários, mas por uma questão de estilo e seguindo os critérios mencionados aqui, nesta pesquisa irei adotar o uso da grafia sem hífen e sem acento: audiodescrição.

O levantamento citado usou inicialmente o portal de teses da Capes, que é o sistema oficial do governo brasileiro para depósito de todas as teses e dissertações brasileiras. Também consultei o banco de teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que é um mecanismo de busca que integra as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras que utilizam o sistema do IBICT.

Como sabia da diferença de grafia mencionada aqui, áudio-descrição e audiodescrição, fiz duas buscas em cada banco. No portal de teses da Capes, com a grafia audiodescrição localizei 53 arquivos, em sua maioria, de dissertações. E com forma áudio-descrição, outras 4, sendo 1 já encontrado. No banco de teses do IBICT foram encontrados 24 arquivos no total, sendo 22 com a grafia audiodescrição e 2 áudio-descrição, e todos já mencionados anteriormente.

Ainda realizei outras buscas nas principais universidades do país para garantir que não haveria nenhum outro trabalho. No banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro achei uma dissertação e uma tese sobre o assunto.

Observo que as pesquisas estão sendo desenvolvidas majoritariamente nas áreas de Linguística (22), seguidas por Educação (9). No entanto, existem trabalhos também em Estudos da Tradução (3), Engenharia e gestão de conhecimento (3), Museologia e Patrimônio (2), Televisão Digital (2), Comunicação (2), Comunicação e Cultura (1), Informática (2), Letras (2) Literatura (1), Língua e Cultura (1), Ciências da Linguagem (1), Ciência da Informação (1), Design (1), Dança (1), Mídias (1), Memória Social (1), Biblioteconomia (1) e Geografia (1). Portanto, há poucos na área de estudo em que está inserida esta pesquisa. Veremos adiante o tipo de trabalho estudado em cada uma dessas divisões.

Vale ressaltar ainda que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) é a instituição que tem a maior produção acadêmica na área de audiodescrição, com 17 pesquisas defendidas. Ainda estão na lista, na região sudeste do país, a Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro (UNIRIO) Universidade de Sorocaba (UNISO), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Anhembi Morumbi; na região Nordeste, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB); no Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR); e a na região Centro-oeste, Universidade de Brasília (UnB).

O elevado número de produções acadêmicas em determinadas áreas geográficas se justifica pela existência de grupos de pesquisa que têm como foco a audiodescrição como, por exemplo, o grupo LEAD (Legendagem e audiodescrição) liderado pela professora Vera Santiago da Universidade Estadual do Ceará (UECE), assim como os grupos de pesquisa em Tradução Audiovisual, coordenado pela professora Soraya Ferreira Alves na Universidade de Brasília (UnB); e Tradução Mídia e Audiodescrição (TRAMAD) formado, em 2004, pela professora Eliana Franco na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Alguns trabalhos localizados apresentam um panorama geral sobre a utilização da audiodescrição. A importância da AD como recurso de tecnologia assistiva que permite a compreensão e o acesso aos meios audiovisuais é foco da pesquisa de Adriana Oliveira (2011). Ela destaca a facilidade do acesso das pessoas com deficiência visual ao produto audiovisual e/ou cinema e que a partir disso há um melhor entendimento da obra. Bárbara Carneiro (2015) aborda a importância da audiodescrição para pessoas com deficiência visual e também para pessoas com dislexia, com deficiência intelectual, idosos entre outros, e através de uma pesquisa de recepção identifica os elementos que devem conter em um roteiro de AD para esse público. O pesquisador José Pinotti (2014) discute como a audiodescrição é capaz de proporcionar às pessoas com deficiência visual autonomia durante uma sessão de cinema, nas programações de TV e Internet, além de espetáculos teatrais e exposições. A pesquisa é restrita às realizações audiovisuais previstas para exibição em cinema, TV e Internet, independente de gênero e formato. A pesquisa aborda ainda a necessidade do empenho das autoridades políticas, por meio de seus órgãos reguladores, das agências e produtoras de conteúdo audiovisual e dos veículos de comunicação para implantação da audiodescrição. Francisca Rafaela Medeiros (2012)

elabora em sua dissertação uma proposta de microestrutura de um glossário semitrílingue de termos da audiodescrição, cujo público-alvo seria pesquisadores, profissionais e interessados em AD no Brasil. A pesquisa de Flavia Souza (2012) replica metodologias de trabalhos diversos para a análise de um corpus formado pelas ADs em inglês e português do filme “Ensaio sobre a Cegueira”. Entre os resultados obtidos está que tanto a AD em inglês quanto a AD em português valorizam a descrição das ações, dada a quantidade de etiquetas de verbos encontrada. Outro resultado apontado é que a AD em português do filme oferece descrições mais detalhadas de personagens e cenários que a AD em inglês. A pesquisadora Virginia Campos (2015) apresenta uma solução de geração automática de roteiros de audiodescrição de filmes, denominada CineAD. A solução detecta os intervalos entre as falas do filme candidatos a receber a AD, e gera essas descrições a partir da análise do roteiro original e da legenda.

Encontrei dissertações que têm como enfoque a implantação da audiodescrição na TV digital. A jornalista Flávia Machado (2011a) aborda como a política de implantação da audiodescrição foi elaborada para e na televisão digital brasileira. Na dissertação ela ressaltou a importância do recurso como agente na inclusão social, cultural e escolar, principalmente, de pessoas com deficiência visual. E, portanto, de aplicação fundamental na TV digital. A pesquisa de Maria Inês Ishikawa (2014) buscou comprovar, junto às pessoas com deficiência visual, a importância e eficácia da AD e sua necessidade dentro do contexto da televisão digital para promover a acessibilidade comunicacional. Giorgio Silva (2011) propõe a aplicação de diretrizes de acessibilidade na programação da TV Digital Interativa (TVDI), voltadas para as pessoas com deficiência visual, utilizando critérios de usabilidade, ergonomia e acessibilidade. Entre elas, está incluída a audiodescrição do conteúdo.

As pesquisas que relacionam o uso da AD ao cinema são em maior número. O trabalho de Iracema Vilaronga (2010) buscou mostrar como a sétima arte pode contribuir no processo formativo de pessoas cegas, realçando a AD como recurso de acessibilidade para quem não enxerga. Sara Benvenuto (2013) traz uma proposta de produção cinematográfica que leve em conta a acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão desde a fase de pré-produção do filme. A ideia é sugerir formas diferentes de descrever recursos filmicos bem como outros elementos verbais (créditos iniciais e finais, logo filme, legendas e assim por diante) e não-verbais (personagens, elementos temporais e espaciais, e ações). A pesquisadora Larissa Costa (2014) faz um levantamento histórico em sua tese de doutorado sobre a audiodescrição em filmes. Visa a uma discussão se as audiodescrições mais interpretativas podem ser necessárias, ou mesmo indispensáveis, para a fruição da obra cinematográfica. Avalia ainda se, de acordo com o tipo da deficiência visual, há uma preferência por uma audiodescrição menos ou mais

interpretativa e descritiva. Para a pesquisa, realizou um estudo de recepção com alunos do Instituto Benjamin Constant e da Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro. Já o trabalho de Jéssica Nóbrega (2014) testou dois parâmetros de AD de filmes junto ao público com deficiência visual. O primeiro deles contemplou primordialmente as ações dos personagens. O segundo enalteceu outros elementos, como personagens, ambientação e ações. Entre os resultados, confirmou que a AD detalhada de um filme proporcionaria uma recepção mais eficaz que a AD preconizada nas ações. Em sua pesquisa, Cristiene Silva (2014) fala sobre a (in) existência do parâmetro de neutralidade na AD e, para isso, faz um estudo de caso descritivo de audiodescrições filmicas francesas via teoria da avaliatividade. O estudo de Flávia Ferreira (2014) traz uma análise acerca do processo de produção de sentido na audiodescrição para o cinema, estabelecendo diálogo com estudos voltados para a leitura. A pesquisa busca analisar como se dá a construção de referentes, considerado o impacto da audiodescrição nesse processo. A pesquisa de Isabel Machado (2015) sugere possibilidades de uma educação visual para pessoas com deficiência visual no cinema. Para tal, foi organizado um curso de cinema com o objetivo de criar uma base de argumentação sustentada pela tríade conhecimento da linguagem cinematográfica, conhecimento da audiodescrição e formas de aplicabilidade para o público com deficiência visual. A relação com os filmes dos jovens cegos e que possuem baixa visão foi tema da pesquisa de Margareth Olegário (2015). O estudo foi realizado com jovens alunos do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e fortaleceu os argumentos para reflexões sobre o cinema enquanto espaço de aprendizagem dentro e fora da escola. Leonardo Domingues (2015) aborda os diversos entraves enfrentados pelas pessoas com deficiência visual e auditiva para participar da vida em sociedade, para se comunicar com outras pessoas e ter acesso a informações. A pesquisa apresenta uma solução computacional capaz de gerar automaticamente a partir das legendas, trilhas de vídeo com janelas de Libras para usuários surdos, e a partir do roteiro do filme, gerar audiodescrição para usuários cegos e distribuir esses conteúdos para usuários usando dispositivos de segunda tela.

Outras pesquisas sobre AD nos filmes apresentam estudos de caso. Walquiria Sales (2012) traz para a pesquisa a audiodescrição do filme “Bezerra de Menezes: O Diário de um Espírito”, dos diretores Glauber Filho e Joe Pimentel, primeiro trabalho de audiodescrição realizado pelo Grupo LEAD da Universidade Estadual do Ceará. Analisa também as falhas na AD encontradas, que recaem na falta de descrição de aspectos fundamentais para a compreensão da obra. Klistenes Braga (2011) investiga a tradução audiovisual do cinema para pessoas com deficiência visual por meio da audiodescrição (AD) do filme “O Grão”, drama produzido pela Iluminura Filmes em 2007 e dirigido pelo cineasta cearense Petrus Cariry. O trabalho

classificou e analisou todas as inserções das descrições contidas no roteiro de AD e aplicou um teste de recepção sobre a AD do filme. Já Osmina Silva (2012b) faz um estudo baseado na audiodescrição dos personagens de filmes de três DVDs comercializados no Brasil: “Irmãos de fé” (2005), “O Signo da cidade” (2007) e “Chico Xavier” (2010). Buscou-se identificar nestas ADs os parâmetros de descrição dos personagens referentes aos seus atributos físicos, aos estados emocional, mental e aos ambientes. Como conclusão do trabalho, a pesquisadora apontou que a ausência de alguns parâmetros de descrição, principalmente os relacionados aos atributos físicos, pode dificultar o entendimento e apreciação dos filmes pelas pessoas com deficiências visuais. Veryane Teles (2014) discute a audiodescrição do filme “A Mulher Invisível”, fazendo o confronto da estética cinematográfica e da semiótica com os procedimentos da AD. O objetivo foi verificar como a influência do conhecimento desses fatores pode contribuir para formação e o trabalho do audiodescritor. Em sua tese Sandra Farias (2013) aborda a audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica por meio da análise do filme português “Atrás das Nuvens”, de Jorge Queiroga. Além do olhar da poética, o trabalho se dispõe a discutir a questão da objetividade, expressividade e poética passadas nas versões abordadas. Além da análise de trecho do filme, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um grupo de pessoas com deficiência visual. Bárbara Lucatelli (2015) apresenta as estratégias usadas para traduzir a audiodescrição inglesa do documentário “A Marcha dos Pinguins” para o português, na variante brasileira, considerando os aspectos linguísticos e técnicos relevantes nesse processo. Em sua pesquisa Daniela Araújo (2011) analisa a relação entre a tradução intersemiótica do livro Cidade de Deus, de Paulo Lins, e da adaptação cinematográfica homônima, por Fernando Meirelles. E Gilson Cordeiro (2011) faz uma abordagem da audiodescrição como prática intersmiótica e seu uso no curta-metragem “A vida de Pedro”.

Gabriele Rezende (2014) analisa a audiodescrição de filmes publicitários, baseados nos fundamentos da Teoria da Relevância para que sejam acessíveis ao público. Marina Tavares (2014) propõe a audiodescrição de musicais elaborando um roteiro para cenas do filme “O Fantasma da Ópera”. A pesquisa utilizou de parâmetros já existentes de AD de filmes e fez as adaptações necessárias.

A inserção da audiodescrição em peças teatrais foi tema de duas pesquisas. Bruna Leão (2012) descreve o processo de audiodescrição (AD) para o teatro, verificando quais parâmetros de AD para cinema foram os mais utilizados na elaboração do roteiro de uma AD de teatro e quais novos parâmetros podem ser sugeridos para este outro meio semiótico. A pesquisa analisou o processo de AD do espetáculo infantil “A Vaca Lelé”, segundo os parâmetros

preconizados por Jiménez-Hurtado. Como parte da pesquisa, as crianças com deficiência visual que assistiram ao espetáculo responderam algumas questões sobre o tema, falaram sobre a mensagem do espetáculo e a experiência com a AD. Segundo a pesquisadora, as reações das crianças no decorrer da apresentação comprovaram a eficiência do roteiro de AD. O público infantil é o foco da pesquisa de Andreza Silva (2012a) também voltada para o teatro. O trabalho analisou as contribuições da audiodescrição para a recepção e fruição do espetáculo teatral por espectadores com deficiência visual. Como resultado, além de confirmar os benefícios do recurso, o público ressaltou o sentimento de acolhimento e disse sentir-se valorizado ao poder participar de ações comuns, como ir ao teatro.

A audiodescrição nos desenhos animados também ganhou destaque nas pesquisas. Manoela Cristina Silva (2009) buscou definir parâmetros para a construção de um modelo de audiodescrição para atender as crianças com deficiência visual que querem assistir desenhos animados com AD. Foi realizado um estudo de recepção com o público infantil do Instituto de Cegos da Bahia para colher críticas e sugestões. As crianças foram questionadas se a audiodescrição nos desenhos animados aumentou a compreensão da obra, qual era o estilo de narração apropriado e se o público infantil precisava de textos mais explicativos. Francisco Santos (2011), por sua vez, analisou se o modelo proposto pela pesquisadora Manoela Cristina Silva era bem aceito pelas crianças com deficiência visual. O grupo focal contou com representantes das cidades de Pau dos Ferros e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e procurou checar a compreensão das histórias, independente do grau de acuidade visual das crianças.

As obras de arte são o ponto inicial da pesquisa de Juarez Oliveira (2011). Ele elaborou roteiros para quatro pinturas do artista cearense Aldemir Martins que estavam em exibição no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa propõe, assim, a audiodescrição de obras de arte para pessoas com deficiência visual em museus. Veronica Mattoso (2012) também aborda a utilização da audiodescrição nas obras de artes visuais bidimensionais e de que modo, a partir de então, se tornam acessíveis e acessáveis. A pesquisa de Adriana Mora (2012) aborda o design atuando de forma inclusiva para pessoas cegas em museus. Para isso, elabora uma obra de arte - um protótipo - que pode ser tocada e que foi complementada com a audiodescrição, previamente gravada e digitalizada. A acessibilidade nos museus também é tema das pesquisas de Ana Fátima Ferreira. Em sua dissertação, Ferreira (2011) aborda o tema da inclusão social da pessoa com deficiência visual no espaço museológico, visando identificar o uso da informação especial e os recursos da Tecnologia assistiva, entre eles, a audiodescrição para atender o público visitante. A tese de doutorado de Ferreira (2016) inclui como é feito o atendimento ao visitante cego do Museu Nacional do Prado nas áreas físicas de circulação

(visitação presencial) e nos espaços web (visitação virtual).

Ainda dentro do contexto de arte, Ana Clara Oliveira (2013) apresenta uma proposta da audiodescrição de dança para o público adulto cego e com baixa visão. Para isso tem como base a cena da obra de dança *Pequenas Coisas Entre Nós Mesmos* (2011) do Grupo X de Improvisação em Dança para construir os primeiros parâmetros no roteiro com a cocriação do público-alvo, para delinear os primeiros passos que possam contribuir para o campo da audiodescrição de dança.

O uso da AD em imagens estáticas também foi discutido nas pesquisas. Em sua tese de doutorado Marisa Aderaldo (2014) aponta que no Brasil e no exterior as pesquisas acadêmicas em audiodescrição, no âmbito dos Estudos da Tradução, têm privilegiado as imagens em movimento (cinema, teatro e ópera) em detrimento das imagens estáticas (pinturas, esculturas e arquitetura). Assim, propõe um modelo de audiodescrição para cegos a partir de subsídios dos estudos de multimodalidade, semiótica social e estudos da tradução. Ernani Ribeiro (2011) pesquisou a comunicabilidade das imagens estáticas presentes em livros didáticos, em relação ao texto escrito e apresentou como o uso da audiodescrição pode ser uma ferramenta de compreensão do texto escrito aos alunos surdos, falantes de Libras.

Ainda na área da educação, há pesquisas que seguem no viés da acessibilidade, com utilização, em algum momento, da audiodescrição. Paulo Andrade Vieira (2011) aborda o papel da audiodescrição na eliminação de barreiras comunicacionais no material didático no ensino médio. A pesquisa de Bárbara Jordão (2015) aborda a Cartografia Tátil como opção viável para a adaptação de materiais para o ensino de Geografia aos estudantes com deficiência visual matriculados na rede estadual de ensino de São Paulo, com destaque para análise dos cadernos do aluno adaptados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo na versão braile e ampliada. Dominique Adam (2015) buscou identificar as características gráficas que uma imagem tátil deve possuir para ser acessível às pessoas cegas. Foi formulado um quadro analítico para ser aplicado no estudo de imagens táteis de um repositório de imagens em relevo para objetos de aprendizagem, identificando a tendência dessas representações. Em sua tese de doutorado Elton Nunes (2016) propõe um conjunto de recomendações para a elaboração de roteiros de audiodescrição com fins didáticos de imagens que veiculam conhecimento, para aprendizes cegos, com a intenção de possibilitar o aprendizado compartilhado desses sujeitos. Em sua pesquisa Leila Gross (2015) investiga a inclusão de alunos com deficiência visual no campus São Cristóvão III do Colégio Pedro II, abordando, especificamente, o acesso aos conteúdos e práticas do ensino da arte, com uso de materiais táteis e da audiodescrição. O estudo dos conceitos de Química por alunos com deficiência visual é o tema da dissertação de

Maristela Dalmolin (2015), compartilhando experiências e construindo uma memória coletiva na situação social da sala de aula. Em sua pesquisa Camila Gonzaga (2015) apresenta uma proposta didática para trabalho com textos visuais com alunos cegos. Utilizando a Gramática do Design Visual articulada à audiodescrição, elabora métodos que forneçam ao professor conhecimentos sobre a descrição-interpretativa das imagens para o aluno cego. A eficácia da Tradução Audiovisual no desenvolvimento da compreensão oral de alunos iniciantes de espanhol é discutida na dissertação de Edilene Barbosa (2009) em que realiza um estudo comparativo trabalhando os procedimentos tradutórios, entre eles, a audiodescrição. Christiane Farias (2015) apresenta como objeto de estudo a multimodalidade em narrativas de uma criança cega, contribuindo para entender que recursos multimodais são utilizados por essa criança para produzir sentidos em narrativas de histórias infantis, já que ela não dispõe do canal visual para representar e perceber alguns gestos. Marcos Souza (2014) analisa as adequações de acessibilidade implementadas em materiais didáticos de um curso a distância para produção de e-book acessível às pessoas com deficiência visual, a fim de sugerir referências para produção de outros materiais neste mesmo formato. Em sua pesquisa Márcia Soares (2015) tem por objeto de estudo o currículo escolar decorrente da implementação de políticas públicas de inclusão no campo educacional brasileiro e da organização do ensino da Escola Estadual Despertar, em particular aspectos relacionados à inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns de ensino expressos no espaço escolar e em situações coletivas de uma formação continuada com professores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Outros temas foram abordados nas pesquisas encontradas, como a semiótica aplicada à prática da audiodescrição, enfoque da pesquisa de Flavia Mayer (2012). O trabalho abordou temas como lugar de fala, leitor-modelo, dispositivo, cognição, fenomenologia, tradução, tradução intersemiótica, além de estudos sobre o som. Felipe Mianes (2015) analisa os processos de construção das marcas de identificação através das narrativas autobiográficas de autores cegos e com baixa visão, como a reivindicação de autonomia; ver o mundo de outros modos; e experiências educacionais. A pesquisa de Alexandra Seoane (2012) utiliza a técnica de rastreamento ocular para analisar se as diretrizes atualmente aplicadas na elaboração de roteiros condizem com o que uma pessoa que enxerga priorizaria. Na pesquisa avaliou também se a presença de AD influenciou o comportamento ocular de quem enxerga. Segundo Seoane, os resultados encontrados podem ajudar o audiodescritor na difícil escolha do que deve ser abordado. João Francisco Dantas (2012) tem como foco de investigação uma proposta de modelo metodológico utilizando o rastreamento ocular para a descoberta de prioridades informativas nas imagens de um desfile de escola de samba. A pesquisa menciona a necessidade

de escolha do audiodescritor e de priorizar determinadas informações por conta do tempo curto para descrição. Em sua dissertação Celso Costa (2015) analisa a recepção por pessoas com deficiência visual da audiodescrição de uma partida de futebol entre Ceará e Portuguesa no estádio do Castelão em Fortaleza. Marcos Santos (2015) analisa o atendimento aos usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública do Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Foram utilizados a análise documental, referente à implantação de programas de acessibilidade na biblioteca municipal, entre eles, a audiodescrição e a pesquisa de campo com os funcionários da biblioteca, com tratamento qualitativo. Na pesquisa realizada no banco da Capes utilizado encontramos ainda a pesquisa de Maria Helena Gabriel (2015) que aborda uma das modalidades da Tradução Audiovisual acessível que promove uma forma de acessibilidade sociocultural às pessoas com deficiência auditiva: a Legendagem para Surdos e Ensurdidos. O objetivo foi identificar os problemas de segmentação linguística na LSE da telenovela brasileira “Cheias de Charme”, tendo como base teórico-metodológica os estudos da tradução, mais especificamente a tradução audiovisual.

Como apresentado, os temas nas pesquisas com audiodescrição estão voltadas basicamente para as áreas de cinema, TV digital, na publicidade, teatro e desenho para crianças, nos musicais, nas artes, seja na dança ou na acessibilidade nos museus, no uso em imagens estáticas, na área da educação, e ainda em eventos, como o uso da AD nos desfile das escolas de samba ou em uma partida de futebol.

Pesquisas como de Pinotti (2014), Machado (2011a), Ishikawa (2014), Silva (2011) e ainda de Rezende (2014) que abordam a publicidade na TV, já apontam a importância da audiodescrição (AD) na televisão com sua aplicação no modelo digital para a inclusão das pessoas com deficiência visual. Entretanto não há nenhuma menção das possibilidades concretas de inserção da AD em diferentes gêneros televisivos, como proposto por essa pesquisa. Assim esta se justifica como pioneira: discute as possibilidades e limites da audiodescrição para variados gêneros de programas na TV. Além disso, a pesquisa permite discutir a forma de ensino do modo de se fazer televisão, na busca de se abrir uma reflexão para o tipo de produção realizada e com a certeza de que há um público telespectador heterogêneo que precisa ser contemplado com a programação exibida. E qual a importância de trabalhar com a inclusão das pessoas com deficiência visual na televisão? A questão inclui essencialmente o reconhecimento e respeito por esse outro.

1.2 NOSSA PESQUISA

Como incluir as pessoas com deficiência visual, minoria numericamente representativa, na programação da TV? Como explicar para elas como essas imagens são apresentadas? O recurso disponível para isso é a audiodescrição, que já é utilizada principalmente nos grandes centros urbanos.

A hipótese desta pesquisa é que a audiodescrição desperta novas sensações e recupera informações que ficam perdidas quando o recurso de acessibilidade não é utilizado nos gêneros televisivos. O recurso facilita o entendimento do que está sendo transmitido e principalmente o conhecimento das cenas onde as reportagens, entrevistas de estúdio, novelas, etc, são gravadas. O recurso torna mais acessível as informações transmitidas de maneira essencialmente visual.

Assim, a presente tese se constitui num estudo acerca da AD na televisão e cujo objetivo é delinear os primeiros passos da audiodescrição para atender às especificidades de diferentes gêneros televisivos. Para isso, busquei uma discussão junto às pessoas com deficiência visual em grupos de frequentadores no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e na Associação dos Cegos, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para perceber quais são as informações visuais que para eles fica ausente com o acompanhamento dos programas na TV sem a utilização do recurso de acessibilidade.

Decidi pelo grupo focal por permitir o “pesquisar com o outro”, utilizando uma expressão de Moraes e Kastrup.

Indica que para sabermos como é viver sem ver e o que é cegar é preciso acompanhar esse processo em ação, se fazendo na prática cotidiana daquelas pessoas que o vivenciam. O pesquisar com o outro implica uma concepção de pesquisa que é engajada, situada (MORAES E KASTRUP, 2010, p. XIII).

É com o outro que as questões a serem investigadas são formuladas, é com ele que o conhecimento é produzido. A preocupação, por vezes ativada por algum descuido, foi fazer uma intervenção que pudesse ser feita no espaço entre cegos e videntes, e não uma imposição do meu referencial de vidente. Foi uma tentativa de construirmos juntos algo a ser compartilhado por nós, cegos e videntes. As narrativas das pessoas com deficiência visual por vezes estão ausentes e relegadas a segundo plano. Assim, um dos objetivos é também trazer à tona essas narrativas para desafiar as concepções hegemônicas de cegueira, estabelecendo outras formas de existir sem a visão.

Para essa “pesquisa com o outro”, proponho a audiodescrição de diferentes gêneros televisivos, focados tanto no público infantil como no adulto. Em alguns deles, principalmente nos programas infantis, utilizo exemplos já audiodescritos, com trabalho realizado por terceiros. Em outros, o roteiro de audiodescrição foi proposto por mim, também audiodescritora.

Por meio deles foi feita uma pesquisa de recepção com pessoas com deficiência visual para colher críticas e sugestões sobre o uso da AD no programas e averiguar se a utilização do recurso aumenta a compreensão do que está sendo exibido ou se é uma ferramenta dispensável nesses produtos audiovisuais. O objetivo foi justamente ouvir, perceber e compreender as experiências de cada participante do grupo focal na forma de assistir televisão. O grupo focal foi formado por pessoas com deficiência visual das entidades associadas. A avaliação ainda incluiu aplicação de questionários e observações realizadas durante a exibição dos produtos audiodescritos.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é pensar as dimensões da audiodescrição na TV, verificando quais foram os ganhos na informação/entretenimento com a implementação do recurso de acessibilidade. Além disso, discutir, junto ao público de pessoas com deficiência visual se esse uso torna o produto mais acessível. Será que, de fato, a audiodescrição é útil dentro dos mais variados gêneros televisivos? No telejornal, por exemplo, será que somente a forma como as imagens aparecem, em que há uma correlação entre o audiovisual e o texto, já não é suficiente para que a pessoa com deficiência visual acompanhe o telejornal e entenda as notícias como um todo? Ou será que, de fato, a descrição de imagens, das cenas, dos entrevistados, dos repórteres que aparecem neste gênero televisivo tornam a informação mais clara e mais compreensível para esse público? Em programas de auditório, de variedades ou mesmo *talk shows*, qual a importância de descrever os elementos visuais verbais, como tarjas, *lettering*, a ficha técnica e outros caracteres que aparecem na tela? As entrevistas de estúdio, com toda a movimentação de câmera, a composição do cenário, os atributos físicos dos apresentadores e dos entrevistados, a caracterização dos personagens nas telenovelas e nos programas infantis ganham novo significado com o uso da AD?

Os objetivos específicos são:

- Identificar as características de diferentes gêneros televisivos
- Apresentar, a partir de então, as brechas, as possibilidades de inserção da AD nesses programas
- Acrescentar a audiodescrição nesses trechos
- Analisar a AD junto às pessoas com deficiência visual e discutir uma prática usual do recurso

Assim, busco compreender se, de fato, o uso da audiodescrição é funcional na televisão. Se for percebida a real necessidade da AD nestes gêneros televisivos, a tese poderá contribuir para o processo de inclusão das pessoas com deficiência visual, de modo a demonstrar a necessidade de oferecer uma programação variada e com uso deste recurso de acessibilidade.

Assim, as emissoras de televisão devem mudar a postura frente ao tema em prol de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos. Principalmente pelas mesmas se apresentarem como prestadoras ou concessionárias de serviço público, devendo ter uma função educativa, cultural, de responsabilidade social de modo a ganhar densidade na vida cidadã e do coletivo social.

Para a construção desta pesquisa alguns temas são essenciais. Começo a discussão apresentando as bases teóricas e conceituais do estudo realizado, fazendo um relato sobre o que é a deficiência; quem é esse outro com deficiência visual; quem define esse outro; quais são seus direitos; como fazer a valer a cidadania dessa minoria e como incluí-lo na sociedade. Revelo dados sobre esse público, e especificamente sobre a deficiência visual, utilizando Priscila Lima (2006), Veet Vivarta (2003) e Marcia Moraes e Virgínia Kastrup (2010). Peter Freund (2005), assim como Romeu Kazumi Sasaki (1997) e Carlos Alberto Marques (2001) são a base teórica para apresentar o processo de inclusão, com a transformação dos ambientes físicos e também da mentalidade das pessoas. Em seguida, abordo a questão dos direitos e igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, especificamente, cegos e com baixa visão. Entre eles, menciono o direito à informação, afirmando que todos têm direito de ser provido das informações necessárias para o dia-a-dia. Norteiam a discussão Maria de Lourdes Manzini-Covre (2001), Cicilia Peruzzo (2007) e Victor Gentili (1995). Assim, aponto que a acessibilidade é essencial para garantir o direito à informação do que é apresentado na televisão. Menciono que a acessibilidade inclui a questão física, atitudinal e comunicacional. Para esta última, é necessária a eliminação de barreiras para tornar acessíveis os sistemas de comunicação. Para as pessoas com deficiência visual, a audiodescrição é que faz este papel. Recorro à Lei Brasileira da Inclusão para apresentar o que é garantido às pessoas com deficiência visual, especificamente na questão da acessibilidade e do acesso à TV. Por fim, caracterizo o que é audiodescrição, como teve início no Brasil e no mundo, as características do recurso e as possibilidades de sua aplicação. Flávia Machado (2011a e 2011b) é uma fonte de pesquisa. Leituras de Eliana Franco e Vera Santiago Araújo (2011), Francisca Medeiros (2012), Wilson Carvalho e Célia Maria Magalhães (2013) e Alexandra Seoane e Vera Santiago Araújo (2011) auxiliam nas definições e utilizações a respeito da audiodescrição.

No capítulo seguinte destaco a importância da TV no Brasil e seu poder exercido pela exibição de imagens, com estudos de Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004), Dominique Wolton (2004) e Vera Paternostro (2006). Retomo o uso da audiodescrição como meio para alcançar a acessibilidade na televisão. Abordo os caminhos para estabelecer a obrigatoriedade da AD na programação televisiva e menciono como está a regulamentação do recurso hoje.

Apresento quais são os programas com AD que hoje constam na grade das emissoras de televisão no Brasil ou mesmo foram ofertados de forma temporária. Para isso, busquei informações sobre a programação na TV Globo, Band, Record, TV Aparecida, Rede TV, SBT, TV Cultura, TV Brasil e TV Câmara. Neste capítulo menciono também os principais gêneros televisivos, segundo Aronchi de Souza (2004). Entendo que para discutir audiodescrição na televisão é necessário entender qual o funcionamento deste veículo e de que forma essa programação se apresenta. Abordo, assim, alguns gêneros televisivos que trabalho no momento seguinte com a realização do estudo de recepção.

Finalizado esse bloco teórico, chego, então, ao movimento principal da tese, com o mapeamento de campo. A abordagem sobre o grupo focal compõe os dois últimos capítulos, com o detalhamento dos encontros no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, com grupo com idades entre 13 e 20 anos, e também na Associação dos Cegos, em Juiz de Fora, Minas Gerais, com pessoas com idade entre 19 e 66 anos. Todos os participantes são cegos e com baixa visão, com deficiência congênita e adquirida. Na discussão com os grupos apresento as possibilidades de inserção da audiodescrição em diferentes gêneros televisivos, o que permitiu vários apontamentos sobre a importância do recurso na televisão e como ele, de fato, apresenta informações essenciais e desconhecidas das pessoas com deficiência visual quando da exibição de determinado programa na TV.

O encerramento vem com as considerações finais buscando refletir sobre o caminho para o estudo e implantação da audiodescrição na televisão, assunto cada vez mais importante quando se fala em um mundo inclusivo e acessível para todos.

2 O NÃO-LUGAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALTERIDADE PRODUZIDA EM UM MEIO OPRESSOR E EXCLUDENTE

Quando discutimos a questão da deficiência o que está em jogo é o tema do outro, da alteridade. Essa alteridade, aquilo que não sou eu, é concebido como par, inferior, monstruoso, ou anjo da guarda. Sempre mantém uma relação íntima com o si, com o “eu”.

Aqui trata-se, antes de mais nada, de uma necessidade urgente de repensar e reestruturar o posicionamento frente ao outro, quando esse outro é considerado inferior por ter alguma deficiência. Aqui chamamos atenção para repensar nosso modo de ver esse outro, direcionando nossa atenção especial à questão da pessoa com deficiência.

O outro é sempre uma exterioridade real, um corpo, uma subjetividade, uma pessoa que pede passagem e quer ser reconhecido como diferente de mim – não um outro de mim – mas igual em dignidade. O outro pode assumir várias figuras: o pobre, o miserável, a pessoa com deficiência, a mulher, o estrangeiro, o negro, o oprimido, o homossexual, a transexual, a criança, o idoso, entre tantas outras minorias.

Toda vez que esse outro mostra-se muito ‘diferente’, a tendência é assombrarmo-nos. Segue-se, então, a indiferença, o desprezo, o descaso, o esquecimento. Forma-se uma rede de vigilância e punição daqueles enquadrados fora do padrão da normalidade vigente.

O que quero aqui fixar é que o outro, enquanto outro diferente de mim, deve ser respeitado em sua dignidade. A fixação deste conceito de alteridade possibilita-nos celebrar as diferenças valorizando a diversidade humana, proporcionando a solidariedade humanitária, a cidadania com qualidade de vida e um tratamento de igual importância das minorias. Trata-se da convivência com a diferença (outro) pela não-indiferença.

Nem sempre acessamos a alteridade que existe em nós. Às vezes é difícil para nós, videntes, perceber que não somos uma identidade perfeita, que não somos iguais a nós mesmos, que a cisão, a contradição, a ambiguidade e a incompletude nos habitam. No entanto, somos efetivamente cindidos, contraditórios, ambíguos, incompletos e imperfeitos. Às vezes também é difícil perceber que a alteridade que nos habita não é a nossa fraqueza, mas a nossa força, já que é por essa diferença interna que somos capazes de transpor nossos limites e experimentar a fecundidade de processos de transformação que nos lançam para além de nós mesmos. Por isso, a experiência dessa alteridade em nós mesmos, dessa diferença interna, é condição para abertura à diferença do outro (KASTRUP, 2010, p. 59)

Ainda hoje a sociedade continua encontrando dificuldades para lidar com o diferente, com o que se afasta dos padrões ditos normais.

Os sistemas de controle e de discriminação estão inseridos na política do corpo, como força de trabalho. Se eficiente, “corpo produtivo”. Se deficiente “corpo improdutivo”. Nesse sentido a deficiência assume a marca da incapacidade, dependência econômica e imposições colocadas pela sociedade, tecendo friamente uma rede de poder para o corpo improdutivo (deficiente), onde essas relações se tornam cada vez mais eficazes, mais fortes (MELCHIADES, 2003, p. 51).

Vivendo em um mundo múltiplo e heterogêneo, o que busco é apagar essa concepção de deficiência como déficit, afirmando a deficiência como um efeito de condições sociais excludentes. Proponho uma revisão da noção de deficiência, em um processo de desnaturalização da deficiência, baseada não mais no entendimento biológico, mas sim socialmente, produzido em um meio opressor e excludente. É chamar atenção para o não-lugar que as pessoas com deficiência ocupam em nossa sociedade. Um não-lugar, segundo Martins (2005, p.4), formado por uma série de barreiras físicas, sociais e culturais que negam seu direitos e sua participação na vida social, cultural e coletiva. O outro da pessoa com deficiência é uma alteridade visível e que oferece constrangimentos aos corpos por essa falta de adaptação dos meios. Enfrenta olhares curiosos e espantados com seus corpos ditos deficientes; uma arquitetura de espaços, ambientes e produtos que não são pensados para atender suas necessidades; falta de oportunidades no mercado de trabalho; e também poucas opções de lazer e acesso à cultura.

Os cadeirantes, por exemplo, convivem com a falta de assentos adaptados, seja no transporte aéreo, terrestre, em espaços culturais, salas de aula e restaurantes. A ausência de rampas é outro empecilho que muitas vezes os impedem de realizar determinada atividade pela simples impossibilidade de acesso ao local. Mobiliários e equipamentos em sua maioria ainda não são adaptados à altura e à condição física de pessoas em cadeiras de rodas, apesar de já existirem as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 9050, desde 1985.

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho afetam todo o tipo de pessoa com deficiência. Segundo a cartilha IBDD¹ dos direitos da pessoa com deficiência (2009), o que hoje já é assegurado em lei são as reservas de vagas para concursos públicos. Mas nas empresas privadas, com cem ou mais empregados, também passíveis de cotas de cargos para pessoas com deficiência, nem sempre a regra é cumprida, mesmo sendo respaldada pelo Decreto Federal

¹ Instituto Brasileiro dos direitos da pessoa com deficiência foi criado em 1998 para contribuir na construção dos direitos da pessoa com deficiência. Conta com metodologia própria de trabalho através de atendimentos pessoais, atuando nas áreas de defesa de direitos, mercado de trabalho e esporte e também pelo desenvolvimento de ações voltadas para a criação de novas formas de políticas públicas para o segmento.

3.298, de 20 de dezembro de 1999, artigo 36 (BRASIL, dezembro de 1999).

A exclusão das pessoas com deficiência no processo educacional é uma realidade. Escolas negam a matrícula dessas crianças com a justificativa de que a instituição não está preparada para receber o aluno com deficiência. Isso é crime, previsto em lei. Toda instituição de ensino é obrigada a disponibilizar os recursos humanos e materiais indispensáveis à satisfação das necessidades educacionais especiais de seus alunos, conforme estabelece Resolução 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, setembro de 2001), do Conselho Nacional de Educação (CNE). O atendimento educacional de qualidade é fundamental para o exercício pleno da cidadania. Às pessoas com deficiência, esses direitos são, em sua maioria, negados. Somente em dezembro de 2016 que as pessoas com deficiência foram incluídas, por meio da Lei nº 13.409 (BRASIL, dezembro de 2016), no programa de cotas de vagas para ingresso em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio.

É estabelecido em lei federal o atendimento prioritário e estacionamento exclusivo às pessoas com deficiência. Em alguns Estados é garantida também a meia-entrada ou a gratuidade total às pessoas com deficiência física em estabelecimentos destinados a diversão, espetáculos teatrais, musicais e circenses, exposições cinematográficas, eventos esportivos e outros similares nestas áreas. Mas outros tantos itens ainda são ignorados. Essas apresentações e exposições são acessíveis? Somente o desconto no bilhete de entrada é suficiente? Existem serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestados por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para pessoas surdocegas, feito por guias-intérpretes ou pessoas habilitadas neste tipo de atendimento? Hoje é assegurado por lei à usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos veículos e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo, em todo o território brasileiro. Mas e isso é respeitado e já é suficiente para a inclusão desse grupo?

A Lei federal 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, abril de 2002), reconhece a Libras como uma língua oficial, tornando obrigatória a presença do intérprete nas instituições de ensino, órgãos públicos e instituições de saúde. Essa é a realidade que encontramos em nosso país? O surdo que for a uma missa vai poder acompanhá-la? Compreenderá um evento ou peça teatral sem o uso do recurso? A programação de TV lembra desse público surdo? O mesmo vale para as pessoas cegas.

Conhecer e compreender as necessidades dessa minoria é o caminho para reconhecê-la como outro e respeitá-la, preservando sua dignidade.

2.1 CONCEITOS SOCIAIS DA DEFICIÊNCIA: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

Os conceitos que nortearam os direitos das pessoas com deficiência são sintetizados em três momentos: a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva, que está assegurada pela Constituição brasileira e respaldada por vários tratados internacionais. Após a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (CDPD), em 2006, a deficiência passa a ser considerada uma questão de direitos humanos. É reforçar uma discussão focada nos direitos dessa minoria. Essa visão tem como base as pesquisas dos *Disability Studies*, movimento que teve início especialmente nos países de língua inglesa.

Termos como aleijado, defeituoso, ceguinho, retardado, louco, surdo-mudo, incapacitado, inválido, dentre outros, foram utilizados com frequência durante muitos séculos. Em um primeiro momento, a deficiência era entendida como anormalidade, colocando as pessoas na condição de desviantes, à margem do processo social.

Segundo Romeu Kazumi Sassaki, as pessoas com deficiência por muitas vezes chegaram ser consideradas inúteis, um fardo para a família. Em casos extremos, não podiam sequer ser tocadas. “Chamadas de ‘inválidas’, foram excluídas da sociedade, muitas delas literalmente exterminadas em certas culturas” (apud VIVARTA, 2003, p.20).

A origem da deficiência estaria ligada a atos pecaminosos dos homens e mulheres ou a arbitrariedade de forças superiores. As condutas referentes às pessoas com deficiência foram as mais variadas, “indo desde os atos dos governantes espartanos – que determinavam o abandono das crianças malformadas ou deficientes -, passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e marginalização, operadas pelos ‘exorcistas’” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 58).

Com o advento do Renascimento a situação social das pessoas com deficiência começou a caminhar rumo à superação desta fase da história do ser humano.

A fundamental característica humanista deste período, buscava o reconhecimento do valor do homem e da humanidade associada ao naturalismo. O renovado interesse pela pesquisa direta na natureza, trouxe grandes avanços no campo da reabilitação física. A partir daí estudos e experiências, nesta área do conhecimento, começaram a ser realizados com relativos êxitos (CARMO, 1989, p. 25).

No século XIX e princípio do século XX, a esterilização foi usada como método para evitar a reprodução desses ‘seres imperfeitos’. O nazismo promoveu a aniquilação pura e

simples das pessoas com deficiência porque não correspondiam à pureza da raça ariana. Paralelamente a estas atitudes extremas de aniquilação, outros procedimentos eram adotados, como o isolamento em grandes asilos, como forma de afastamento da anormalidade, numa prática de poder do dominante em relação ao objeto de dominação, o desviante.

Foi apenas a partir da Revolução Francesa com suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade que estas pessoas passaram a ser objeto de assistência e entregues aos cuidados de organizações caritativas e religiosas.

Após a Primeira Guerra Mundial os países, sobretudo, do Primeiro Mundo, preocuparam-se com a questão da deficiência devido ao expressivo número de mutilados e acidentados de guerra que necessitavam passar por reabilitação para o convívio social, integração ao mercado de trabalho, etc. Mais esforços ainda foram dedicados às pessoas com deficiência no contexto da Segunda Guerra Mundial e, subsequentemente, com o assim chamado *Welfare State*, que representou uma intervenção do Estado na Assistência e na Economia, focando atenções sobre a questão social. As políticas sociais do Estado de Bem Estar Social foram importantes fontes de reintegração das pessoas com deficiência no mercado e na sociedade.

Assim, o paradigma da exclusão, mantido durante muito tempo, foi aos poucos sendo desfeito, diminuindo, em partes, a diferença entre o considerado normal e o anormal, o comum e o bizarro, o familiar e o estranho. Surge o conceito de integração que funda um novo modelo pautado no reconhecimento à diferença, com objetivo de superar a prática social da exclusão.

Uma das bases para o movimento que viabilizou esse processo de integração foi o que desembocou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, aprovada pelas Organizações das Nações Unidas. Já na década de 60, surgiu o Paradigma de Integração que visava à participação das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais. A primeira tentativa de estabelecer uma convenção internacional sobre a questão foi em 09 de dezembro de 1975, com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (disponível no site do MEC), da Organização das Nações Unidas, feita com a intenção de abolir termos preconceituosos.

Já na década de 80, a prática da integração social foi marcada pelo surgimento da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) novamente elaborou a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacitados (*International Classification of Impairments, disabilities and handicaps- ICIDH*) e estabeleceu o período de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Para muitos, a data foi considerada um marco significativo que mudou a presença das pessoas com deficiência no convívio social. Segundo Moraes (2010, p.43), o documento publicado pela

OMS nos anos 80 entende a deficiência como anormalidades corporais (*impairment*), restrições de liberdade (*disability*) e desvantagem social (*handicap*). “O que está dito [...] é que um corpo com lesões tem restrições de habilidades que levam a desvantagens sociais. [...] Neste enfoque, portanto, a deficiência está situada no corpo, marcado pela lesão ou pela anormalidade”. (2010, p. 44).

Assim, a integração não foi capaz de superar a exclusão. O principal motivo foi que a responsabilidade de inserção recaiu apenas sobre a pessoa com deficiência. Se ele não provasse sua capacidade de assumir funções no contexto social estaria condenado à segregação. E como somente uma pequena parcela conseguiu acompanhar estes padrões sociais vigentes, o processo de integração acabou por reforçar a discriminação e o preconceito em cima dos considerados incapazes. A prática de integração pouco ou nada exigia da sociedade em termos de modificação de atitudes. O indivíduo com deficiência era aceito no meio social desde que se enquadrasse no modelo vigente.

Apesar de sua ineficiência, o conceito de integração foi um passo importante para estabelecer o novo paradigma social: a inclusão. Esse processo defende uma sociedade mais justa, livre de práticas discriminatórias e segregacionistas. Trata-se de um novo olhar, de uma outra forma de interação, da qual, por princípio, ninguém deve ser excluído.

O discurso atual passa a se constituir a partir do dado do múltiplo, ou seja, da diversidade. Ser diferente não significa mais ser o oposto do normal, mas apenas “ser diferente”. Este é, com certeza, o dado inovador: o múltiplo como necessário, ou ainda, como o único universal possível (MARQUES, 2001, p. 67).

No ano de 1986 no Brasil, sob recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência, órgão vinculado ao Governo Federal, ampliando as possibilidades do engajamento de pessoas com deficiência no âmbito das políticas públicas, articulando-se com a sociedade civil. Mudanças ocorreram, a partir de então, ainda que permaneçam a passos lentos, vagarosas.

Diferente do que foi publicado nos anos 80 pela OMS, os Estudos sobre Deficiência publicam em 2001 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (*International Classification of Functioning, Disability and Health - ICF*) que desnaturaliza a questão da deficiência deixando de lado a questão dos corpos com lesões para reforçar a relação entre o indivíduo e a sociedade, a forma como as pessoas com deficiência se relacionam com o ambiente. Há, então, uma mudança de pensamento: “a deficiência é efeito, é o resultado de uma sociedade que exclui e oprime” (MORAES, 2010, p. 45). Assim, não há mais esforços para

alcançar benefícios assistencialistas, e sim para lutar por direitos plenos, aos direitos humanos, ao acesso à informações, ao trabalho, à educação plena. “O que se vê, no século XX, é uma passagem de uma sintaxe biomédica para outra, de viés político-emancipatório: a deficiência passa a ser tematizada no campo dos direitos humanos” (MORAES, 2010, p. 43).

Com a inclusão, procura-se a inserção do diferente nos diversos setores da vida em sociedade, com base no entendimento de que todas as pessoas, independente de raça, etnia, orientação sexual, condição física e mental, devem usufruir dos mesmos direitos.

A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos – espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte – e na mentalidade de todas as pessoas (SASSAKI, 1997, p.42).

A conquista mais recente no processo inclusivo no Brasil foi a aprovação no mês de junho de 2015 do projeto que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo sancionada em julho a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei 13.146/15 (BRASIL, julho de 2015). Por meio dela, fica assegurado uma série de direitos às pessoas com deficiência em várias áreas de políticas públicas como educação, trabalho, reabilitação, moradia, tecnologia, entre outras. Foram 12 anos de discussão no Congresso até a aprovação da Lei.

O discurso sobre as pessoas com deficiência começa gradativa e significativamente a dar lugar a uma nova compreensão do que vinha a ser tal condição existencial e, por consequência, surgem novas formas de tratá-la. “Somos todos iguais, como seres humanos. Este é o aspecto da identidade, que indica o pertencimento à espécie. No entanto, somos todos diferentes, cada um com a sua particularidade, e aí reside a diversidade humana” (LIMA, 2006, p. 25).

Peter Freund (2005) reforça que as estruturas espaciais e temporais são importantes para a construção social da deficiência. Para ele, o ambiente não é só onde ocorrem as interações sociais como é o que estrutura tais interações. Esse não é um espaço neutro porque oferece possibilidades e constrangimentos para os corpos. Ele influencia o funcionamento dos corpos. E muitas vezes é o que incapacitam os corpos. Eles são feitos a partir das conexões e encontros com o mundo. Os ambientes de trabalho, os sistemas de trânsito de rua, podem influenciar em consequências incapacitantes, de acordo com Freund. São os responsáveis por estabelecerem a ideia de pessoas capazes ou não. É a própria sociedade, com seus ambientes deficientes, que tira a capacidade do ser humano. Os próprios semáforos de pedestres, com seus tempos curtos de travessia, deixam à margem um público mais vulnerável, como crianças, idosos e pessoas

com deficiência. Freund afirma que pouca atenção é dada para a organização espacial desse espaço, o que acaba permitindo que alguns corpos se sintam pouco confortáveis em determinados ambientes, tornando-os incapacitados. E aí passa a ser não mais só uma deficiência em um corpo, por exemplo. Traz ao indivíduo a insegurança, a exclusão e a marginalização.

Ele reforça que é preciso que as pessoas tenham consciência dos próprios ambientes deficientes, e que assim passem a exigir seus direitos e espaços adaptados.

Once people shift focus from their bodies and their capacities, and see such capacities linked to the organisation of the spaces they utilize, their attendant mode of being in space and how they relate to it changes. Resistance then becomes possible (FREUND, 2005, p. 186).

Para Freund, quanto mais atividades e experiências fluírem sem problemas, o corpo estará ausente em consciência. Assim, a deficiência passa a ser um mero detalhe.

2.2 RADIOGRAFIA DA DEFICIÊNCIA

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. Estima-se que mais de um bilhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência, algo próximo de 15% da população mundial (baseado em estimativas da população mundial de 2010). Os dados são do Relatório Mundial sobre a Deficiência, elaborado e divulgado em 2012 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Grupo Banco Mundial. As estimativas precedentes da OMS, datadas de 1997, eram de aproximadamente 10% da população mundial com algum tipo de deficiência. Desse total, 5% apresentavam deficiência mental; 2%, deficiência física; 2%, deficiência visual e 1% deficiência múltipla. O Relatório Mundial sobre a Deficiência traz o resultado geral de várias pesquisas envolvendo mais de 100 países. Mas não há dados específicos mais recentes sobre a deficiência por entender que não há uma abordagem consistente entre os países com relação às definições de deficiências e às perguntas das pesquisas e censos nacionais realizados.

No Brasil, segundo o Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população têm algum tipo de deficiência – seja física, mental, auditiva ou visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. No Censo anterior, realizado em 2000, a população brasileira com alguma deficiência era de 14,5%. A classificação foi dada a partir da auto-declaração da população.

Algumas pessoas já nascem com a deficiência, outras a adquirem ao longo da vida.

A grande diferença em relação a outros segmentos tradicionalmente excluídos é que, ao contrário do que ocorre com mulheres e afrodescendentes, por exemplo, a Deficiência pode ser adquirida. Ou seja, todos os indivíduos são potencialmente passíveis de se tornar pessoas com deficiência. Em função disto, a questão da Deficiência está relacionada à maneira como a sociedade e o Estado tratam tanto as políticas públicas de apoio a quem já desenvolveu alguma deficiência, quanto as que procuram orientar, preventivamente, quem possa vir adquiri-la (VIVARTA, 2003, p. 123).

Retomo o pensamento de Freund quando questiona em que medida os interesses e necessidades materiais dos que têm alguma deficiência coincide com a dos que não possuem? Ele afirma que tanto pessoas com deficiência ou aquelas temporariamente incapacitadas serão beneficiadas com espaços sociais modificados que aumentem a funcionalidade de todos. “An ‘able’-bodied mother pushing a pram or a delivery person a hand cart, can both benefit from the same ramp that makes the built environment user-friendly for a wheelchair user” (FREUND, 2005, p. 183).

A deficiência adquirida varia de acordo com uma complexa combinação de fatores, incluindo idade, sexo, estágio da vida, exposição a riscos ambientais, status socioeconômico, cultura e recursos disponíveis. Como já abordei, o ambiente em que a pessoa vive também interfere na prevalência da deficiência. Por isso, os índices costumam ser altos em países em desenvolvimento, muitas vezes pela falta de acesso aos serviços de saúde e más condições de sobrevivência.

Existem diversas definições internacionais de deficiência, segundo os critérios médicos. A Convenção da Guatemala, Decreto n. 3956/01 (BRASIL, outubro de 2001) define a deficiência por “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (LIMA, 2006, p. 41). Já a Classificação Internacional de Funcionalidade – CIF – declara “Deficiência como perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente” (Id., Ibid.). E por incapacidade entende-se como “restrição resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência” (Id., Ibid.). Há que se pensar que todo ser humano tem funcionalidades, mas algumas pessoas não são capazes de exercê-las da mesma

forma que outras. O termo “funcionalidade substitui palavras de teor depreciativo usadas no passado: incapacidade, invalidez, desvantagem” (VIVARTA, 2003, p. 126).

Peter Freund (2005) aborda que a deficiência pode ser utilizada em dois sentidos: como uma categoria definida por um status social e cultural ou status biomédico, relacionado a ideia de “não ser capaz de” realizar alguma coisa/atividade. Ele reforça que o “não ser capaz de” pode ocorrer em diferentes esferas da vida e em diferentes graus.

Ainda segundo Freund, cada vez mais o número de pessoas com deficiência aumenta no mundo justamente porque o quantitativo de pessoas que se encaixam nessa categoria também muda. À medida que ocorre o crescimento do envelhecimento da população, por exemplo, há também uma elevação do número de pessoas com deficiência no mundo. “With demographic changes (such as the ‘graying’ of society), more and more non-disabled people are coming to see that people with disabilities do not constitute an ‘other’ (Wendell, 1996, p. 18, apud FREUND, 2005, p. 182).

O Brasil vem estudando a migração dessa classificação mais típica do modelo médico, que é eminentemente baseada em perícia médica, para incluir os componentes do modelo social, que considera também aspectos biopsicossociais na avaliação. Para a realização do Censo de 2010 a deficiência foi classificada pelo grau de severidade de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades. A avaliação foi feita baseada no uso de facilitadores como óculos e lentes de contato, aparelhos de audição, bengalas e próteses. Segundo informações dos pesquisadores, as perguntas feitas aos entrevistados buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e motora pelos seguintes graus de dificuldade: (i) tem alguma dificuldade em realizar; (ii) tem grande dificuldade e, (iii) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual. Os questionários seguiram as propostas do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência.

Neste levantamento a deficiência visual apresentou o maior índice, ocorrendo em 18,6% da população, totalizando 6,5 milhões de pessoas, sendo 582 mil cegas e seis milhões com baixa visão, que é a deficiência moderada ou grave. A deficiência motora vem em segundo lugar, em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Os dados apontam que a deficiência ocorre em pessoas em qualquer idade. Ainda de acordo com o levantamento, a deficiência, de todos os tipos, teve maior incidência na população de 65 anos ou mais, faixa etária que ocorre o processo de envelhecimento e a consequente perda das funcionalidades. Especificamente sobre a deficiência visual, o estudo apontou que ela ocorre em todos os grupos de idade, sendo mais acentuada no grupo acima de 65 anos. Neste

segmento, o índice é de 49,8% de pessoas cegas ou com baixa visão. Ela também ocorre com maior frequência no grupo de 0 a 14 anos, atingindo 5,3% (essa faixa etária apresenta frequência baixa de todos os tipos de deficiência).

Em relação ao sexo, a deficiência acontece em maior número na população feminina, correspondendo a 26,5% entre as mulheres e 21,2% entre homens. Para as deficiências visual e motora, a prevalência é também maior entre as mulheres. Já para as deficiências auditiva e mental, a prevalência é ligeiramente maior entre os homens.

Regionalmente as deficiências concentram-se em maior número no Nordeste (26,3%) e formam o menor grupo nas regiões Sul (22,5%) e Centro Oeste (22,51%). Entre os estados, Rio Grande do Norte (27,76%) e Paraíba (27,58%) apresentam a maior incidência de deficiência, bem acima da média nacional de 23,9%. As mais baixas ocorreram no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, com 22,3% e 22,6% respectivamente.

Os dados do Censo mostram ainda que a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais é de 90,6%, enquanto a do segmento de pessoas com pelo menos uma das deficiências foi de 81,7%. As pessoas com deficiência apresentaram taxas de alfabetização menores do que a população total em todas as regiões brasileiras. Resultado também da falta de equiparação de oportunidades para todos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 80% da população mundial vive em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Há uma associação entre a deficiência e a distribuição de renda, como as condições socioeconômicas que se relacionam ao emprego, alimentação e moradia, com às questões de possibilidade de atendimento médico à gestante e à criança pequena.

A pobreza cria condições para a deficiência e a deficiência reforça a pobreza. A exclusão e a marginalização de pessoas com deficiência reduzem suas oportunidades de contribuir produtivamente para o lar e a comunidade, aumentando assim a pobreza. Há expectativa que o número de pessoas com deficiência aumente no futuro se o crescimento econômico continuar em desequilíbrio e não se ajustarem as questões de equidade, de meio ambiente e de cunho social (VIVARTA, 2003, p. 31).

De acordo com as estimativas da OMS, mais da metade dos casos de deficiência poderiam ser evitados. No panorama mundial, destacam-se como evitáveis os transtornos congênitos perinatais, que podem ocorrer pela falta de exame pré-natal; as enfermidades transmissíveis; as enfermidades crônico-degenerativas e a desnutrição; além das alterações de ordem psicológica e do alcoolismo e uso de drogas. Entre os fatores externos, somam-se as

deficiências provocadas por diversos tipos de acidentes. Só no Brasil, 56,6% das deficiências são adquiridas. Muitas delas por causa de acidentes com armas de fogo, de trânsito, entre outros.

2.3 O MUNDO DOS NÃO-VIDENTES

A cada cinco segundos uma pessoa fica cega no mundo, de acordo com a Sociedade Brasileira de Oftalmologia. Em relação à deficiência visual, 60% dos casos podem ser prevenidos, tratados ou curados. A principal causa da cegueira são as infecções congênitas, a catarata, a retinopatia da prematuridade e o glaucoma congênito, sendo que as três últimas têm tratamento. As infecções congênitas devem ser detectadas ainda durante a gravidez.

A catarata afeta principalmente a população com mais de 60 anos de idade. Entre adolescentes e adultos jovens, as principais causas são os acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e em atividades esportivas. Todos os casos podem ser evitados com cuidados simples ou uso de óculos de proteção. Já os diabéticos são propensos à cegueira por retinopatia diabética. Ela pode ser evitada com tratamento precoce e controle clínico-metabólico.

Na África Subsaariana, por exemplo, a desnutrição combinada com doenças infecciosas impede que milhares de bebês recebam vitamina A suficiente, segundo a OMS. A falta do nutriente representa a maior causa de perda irreversível da visão. A falta de água e a fome também são causas da perda da visão, especialmente entre mulheres e crianças.

Quando abordo a deficiência dos cegos ou daqueles com baixa visão – os não videntes - estamos falando a respeito do sentido da visão. Segundo a questão da deficiência pelo viés biológico apresentada por Gomide, os instrumentos humanos de visão são os dois olhos e as conexões que levam os sinais elétricos produzidos pela retina à parte do cérebro que interpreta a visão. “Toda a experiência visual que se tem do mundo se dá através da luz que chega aos olhos e como ela é percebida e interpretada. A luz visível é um tipo de onda [eletromagnética] que se propaga no espaço em uma velocidade de 300 mil quilômetros por segundo” (GOMIDE, 2014, p. 07). Mas entendo que a visão para os cegos é um sentido complementar, e não dominante. As imagens mentais são construídas a partir de um sistema perceptivo organizado de modo diferente. “Para Valvo, um oftalmologista, as pessoas cegas constroem o mundo a partir de sequências de impressões táteis, auditivas e olfativas, já que, por não serem capazes da percepção visual simultânea, não concebem uma cena visual instantânea” (LIMA, 2006, p. 83).

De acordo com Lima (2006, p. 76), a baixa acuidade visual (capacidade da retina de discriminar estímulos visuais) pode significar uma cegueira total ou parcial. Na cegueira total

se enquadram as pessoas que só têm percepção (distinção entre claro e escuro) e projeção luminosas (identifica de onde vem a luz). Já a cegueira total indica a completa ausência de visão.

Nós não nascemos sabendo ver. Quando bebês, nossos órgãos ainda estão em desenvolvimento e, por isso, percebemos a luz de maneira precária. Somente aos cinco anos que adquirimos a visão de um adulto.

Segundo Gomide, o que se sabe hoje é que a visão distingue os padrões de curto e longo alcance. E o cérebro processa as informações de cores, forma e movimento separadamente. “Os movimentos na imagem em movimento, seja na televisão, na tela do cinema ou do celular, são considerados de curto alcance. A visão consegue perceber a diferença entre movimentos de longo e de curto alcance (ANDERSON, 1993 apud GOMIDE, 2014, p. 17).

No entanto, o autor chama a atenção para algumas questões que acarretam a diminuição da capacidade de compreensão de dada imagem. São patologias que afetam a percepção de movimento ou de forma.

A akinetopsia é a incapacidade de ver objetos em movimento. Não há qualquer problema em identificar objetos parados, mas os objetos desaparecem quando se movimentam. Outros pacientes têm uma grande dificuldade em distinguir formas que estão paradas, mas nenhum problema quando as formas estão em movimento. Esses pacientes são cegos para imagens paradas, mas conseguem enxergar tudo ao ver imagens em movimento na televisão. Aparentemente, a apresentação das imagens na televisão é capaz de ativar o módulo de processamento do movimento do cérebro (GOMIDE, 2014, p. 17).

De acordo com estudiosos, nossa percepção é moldada em 75% pelo sentido da visão. O restante vem por meio do paladar, olfato, tato e audição. Nessa concepção, a falta de visão afetaria algumas atividades, entre elas, a movimentação no espaço físico, o acesso à informação escrita, entre outros. Mas a arte de ‘olhar’ não está restrita apenas ao sentido da visão. Portanto, pode ser vista ainda por uns como uma falha. Mas com a desnaturalização da deficiência, é tida como fruto de um contexto social opressor e excludente. “As experiências vividas pelas pessoas acometidas pela cegueira apontam para múltiplos modos de existir sem ver, longe da concepção de deficiência como déficit. Tal registro diz respeito às invenções e possibilidades criadas e vividas por essas pessoas” (MARTINS, 2006a, apud. ALVES, *et al*, 2010, p. 103).

Sei que embora existam mudanças sobre a percepção da cegueira na atualidade, ainda predomina a visão negativa, focada na deficiência. Ainda são “os discursos da biomedicina que se aproximam da cegueira fazendo existir uma concepção de cegueira como desvio, tragédia e

infortúnio frente a uma normalidade corporal almejada” (MARTINS, 2006, apud. ALVES, *et al*, 2010, p. 101). Mas o que é ver? De quantas e quais maneiras podemos perceber o mundo? Apresento aqui a experiência corporal da cegueira, dos seus modos de ver e presenciar o mundo.

Já mencionei a diferença entre cegueira total ou parcial. Há uma diferença também na experiência vivenciada pelas pessoas que nascem cegas e aquelas que perdem a visão ao longo da vida. Kastrup (2010, p. 54) comenta que a deficiência visual adquirida é, na maioria das vezes, “uma experiência radical que pode produzir, em certos casos, efeitos devastadores, que podem se prolongar por meses e até anos”. Mas as pessoas que nascem cegas não sofrem diretamente a experiência da perda. “A plenitude de sua vida e a amplitude de seu território existencial depende bastante dos cuidados e da estimulação que recebem, bem como das oportunidades que lhe são oferecidas. Se elas são insuficientes ou ausentes, corre-se o risco de um desenvolvimento comprometido e de uma vida às vezes extremamente limitada” (HATWELL, 2003, apud. KASTRUP, 2010, p. 54). É preciso estabelecer dispositivos de intervenção para permitir a consciência corporal para um modo de presenciar o mundo além do sentido da visão, em um corpo em ação que estabelece conexões e encontros com o mundo. É estimular o não-ver com as muitas conexões que são feitas entre corpo e deficiência visual. Segundo Bruno Latour (2008), ter um corpo é aprender a ser afetado, movido e efetuado pelo mundo. E que se define por meio das conexões com os mais diversos materiais. Corpos marginalizados são o que tornam pessoas deficientes. Mais uma vez reforço que os ambientes incapacitam os corpos, sendo a deficiência resultado de uma sociedade excludente. É preciso que a deficiência seja atendida socialmente, e não mais biologicamente.

Como estabelecer, assim, as possibilidades do não-ver frente ao poder das imagens e também à influência da televisão numa cultura extremamente audiovisual? Como pensar recursos audiovisuais, estratégias de mediação para possibilitar o contato entre o telespectador não vidente e a programação da TV? Como ter seu direito de assistir televisão garantido? Como buscar e receber informações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas? Como fazer valer seu lugar e direitos de cidadão, especificamente seu direito à informação?

2.4 LUTANDO POR DIREITOS PLENOS: O DIREITO À INFORMAÇÃO

A extensão de direitos a indivíduos anteriormente excluídos do princípio de representação foi sendo concedida a partir de ações públicas, pressões, negociações. As

revoluções burguesas, particularmente a Revolução Francesa, foram importantes para essas transformações, estabelecendo as Cartas Constitucionais e exigindo o jogo democrático.

Assim, contrário ao Estado Despótico, no qual a sorte dos homens e mulheres podia ser decidida arbitrariamente, surgiu o chamado Estado de Direito para estabelecer direitos iguais a todos os homens e mulheres, ainda que perante a lei, e dar um passo para o fim da desigualdade a que tal grupo sempre foi submetido. Lembrando que a Constituição é “um documento que limita o poder dos governantes e condensa a ideia dos direitos e da cidadania, único instrumento não-violento para a segurança dos cidadãos, que não podem ser tratados arbitrariamente” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 18). As Constituições democráticas são base para o reconhecimento e a proteção efetiva dos direitos dos homens e mulheres.

Outro passo importante, além do estabelecimento das Constituições, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas. A Declaração assegurou a cidadania mundial, garantindo a todos e todas o respeito aos direitos fundamentais.

No Brasil, os esforços pela realização de direitos e pela construção da cidadania - definida como a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade em relação a direitos e deveres - tomam forma no período entre as Guerras Mundiais, com lutas operárias dos imigrantes italianos, subentendidas como luta contra o capital. A população brasileira percebe, assim, a exploração que sofre dos países dominantes, chamada como tomada de consciência do subdesenvolvimento. Com a vontade de melhorias, a cidadania é repensada.

Já de 1945 a 1964 o Brasil viveu a democracia populista. O Estado atendeu em partes, às reivindicações populares, mas querendo enfraquecer a organização operária. Os direitos, incluindo o direito de reivindicar, foram silenciados nos governos ditatoriais de 1964 até a década de 80. Foi o período da anticidadania. Momento rompido de vez com o fim da ditadura, com a campanha das “Diretas Já” e com a Constituição de 1988. A ampliação da discussão dos direitos de cidadania se apresenta, então, a partir do processo constituinte e da consolidação de um regime formalmente democrático. Hoje, a democracia prevê mais direitos ao cidadão, mas ainda há muita luta social a se travar para alcançar a cidadania plena.

Em “A Era dos Direitos” (1992), o filósofo político Norberto Bobbio disserta sobre a conquista dos direitos, divididos em quatro gerações: direitos civis e políticos são de primeira geração; direitos sociais são de segunda geração; os direitos coletivos e os que pregam o respeito às diferenças são de terceira geração. Aqueles que visam regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração.

Os direitos civis, organizados contra o poder do Estado, asseguram, entre outros, o direito de se dispor do próprio corpo, direito à liberdade de opinião e de expressão de ideias, direito à liberdade individual, à proteção legal, etc. Os direitos políticos garantem essencialmente a participação no exercício do poder na arena política (formar associações e partidos, votar em representantes, entre outros). Os sociais, que se consagram no chamado *Welfare State* (Estado de bem-estar social), preveem direito ao atendimento das necessidades básicas de moradia, escola, saúde, alimentação e ainda direitos trabalhistas, incluindo direito a salários dignos. Os de quarta geração estão no campo da bioética, com temas emergentes como a engenharia genética, inteligência artificial, tecnologia energética, etc.

É preciso trabalhar para conquistar esses direitos para que eles sejam, de fato, reconhecidos e protegidos. Maria de Lourdes Manzini-Covre diz que o primeiro pressuposto da prática da cidadania é “que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 10). Só existe cidadania se houver reivindicação, inclusive de apropriação de espaços.

É justamente esse o momento que vivemos na história na luta pelos direitos humanos: desenvolve-se a consciência do direito de ter direitos, em especial das pessoas com deficiência.

Penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do (s) homem (s) no Universo (MANZINI-COVRE, 2001, p. 11).

Abordo aqui o direito considerado como de segunda geração, que é o direito dos grupos humanos. Os direitos sociais fazem surgir personagens como sujeitos de direito. “São os direitos coletivos de um povo, uma nação, uma comunidade, das “minorias” discriminadas. (...) São direitos pelos quais se organizam os mais diferentes movimentos sociais ao redor do mundo” (PERUZZO, 2007, p. 17). Incluo aquele que é relevante nesta pesquisa: o direito à informação.

O direito à comunicação é visto como acesso ao poder de comunicar e já está em discussão há algum tempo. Movimentos sociais articulam políticas de visibilidade identitária. A Campanha CRIS (Direito à Comunicação na Sociedade de Informação), lançada em 2001 (...) reivindica não só “o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, mas também ao telefone, televisão, rádio e a efetivação de todos os direitos humanos nas suas dimensões civis, políticas, econômicas, sociais e culturais” (PERUZZO, 2007, p. 07). Já o direito à informação seria a porta de acesso a outros direitos. A partir da informação, formar conhecimento do que ocorre no mundo, tendo, assim, conhecimentos diversos. Victor Gentili

pensa a questão sob dois pontos. Primeiro, segundo ele, o direito à informação deve ser visto como um direito para todos. Segundo, como perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o “melhor julgamento possível de cada um”.

O direito à informação, assim, deve ser pensado como o direito que inclui necessariamente as condições necessárias para realizar as escolhas concernentes ao exercício pleno dos direitos. O direito de cada um ter acesso às melhores condições possíveis para poder **formar as próprias preferências particulares, fazer suas escolhas e seus julgamentos de modo autônomo** (GENTILLI, 1995, p. 160, grifo do autor).

Ele disserta ainda sobre as características do direito à informação como emancipatórios ou de tutela. De acordo com Gentilli, o direito emancipatório tem como pressuposto básico o direito à liberdade de escolha, é o direito às informações que dizem respeito aos direitos civis ou políticos. O direito à tutela, por sua vez, está relacionado com os direitos sociais, aquela informação que ou torna público os direitos sociais ou se constitui ela mesma no próprio direito social. Para exemplificar, as notícias sobre o acesso à saúde e à escola tornam público esses direitos sociais. Já a divulgação de informação sobre o uso do soro caseiro se constitui por si própria numa perspectiva social.

É neste entendimento que a informação deve ser concebida como um provimento, da mesma forma como o direito social em si. O cidadão não tem o direito de escolher entre receber ou não uma informação, como tem a prerrogativa de andar livremente pelas ruas, se assim o desejar. O cidadão tem o direito de ser provido das informações necessárias para o seu dia-a-dia. (GENTILLI, 1995, p. 162).

Foco na informação que é apresentada na programação da TV, seja ela pelo jornalismo, seja pelos programas de variedades, de auditório ou pelas telenovelas. A produção de informação é que torna possível o mundo e o poder político, em particular, visível ao cidadão e permite que ele se situe na sociedade. É, portanto, a comunicação uma das possibilidades para o exercício da cidadania, com a formação ainda de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social.

Estar informado, ter a possibilidade de conhecimento do que acontece, dispor de dados que levem à reflexão sobre situações de suma importância na vida social quer em seus aspectos políticos, econômicos, éticos, culturais ou científicos, tomando decisões e as colocando em prática, significa exercer com dignidade a cidadania (SOMMA, 2002, p. 04).

Quanto mais informações o indivíduo possuir, maior será a sua consciência do mundo para tomar decisões. A preocupação essencial aqui está em incluir as pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes acesso ao que é exibido na programação da TV, respeitando o direito à informação e como meio de se reconhecerem e serem reconhecidos como cidadãos.

A Lei Brasileira da Inclusão, aprovada em 2015, garante no artigo 42, inciso II, o acesso das pessoas com deficiência aos programas de televisão. Garante ainda a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todo patrimônio cultural. Por barreiras entende-se qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. A visão que os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência não advêm de seus impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais, mas, sim, da interação desses impedimentos com as barreiras presentes no ambiente é presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O novo paradigma do modelo social da deficiência com base nos direitos humanos determina que a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim nas barreiras que são impostas às pessoas, e que agravam uma determinada limitação funcional. Portanto, o que é importante para garantir o direito à informação das pessoas com deficiência visual é que a TV seja acessível, compreendendo que a acessibilidade é, de fato, um direito a ter direitos.

2.5 A ACESSIBILIDADE GARANTINDO DIREITOS: A AUDIODESCRIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Os direitos das pessoas com deficiência referentes à acessibilidade foram garantidos no Brasil por meio da Constituição da República Federativa de 1988 através do direito fundamental de ir e vir, concedido a todos os cidadãos. Mas o que é acessibilidade? A acessibilidade é o direito que viabiliza e potencializa os demais direitos e é indispensável para que haja um processo de efetiva inclusão. Constitui-se em verdadeira espinha dorsal, uma vez que perpassa e/ou complementa todos os outros princípios e direitos. Ela oferece condições para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, a todos os espaços e meios, pelas pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida. A Associação Brasileira de Normas Técnicas, pela NBR 9050:1994, define acessibilidade como sendo “possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço,

mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Desse modo, abrange a questão arquitetônica, que garante essencialmente o acesso aos espaços físicos. A NBR 9050 preconiza como padrão para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual: a sinalização luminosa e sonora nos acessos de estacionamentos com cruzamento de fluxos de veículos e pedestres; existência de dispositivo a ser acionado pela pessoa com deficiência visual nas travessias de pedestres onde houver semáforo; comunicação auditiva dentro da cabine do elevador, indicando o andar onde o elevador se encontra parado – este padrão se aplica aos edifícios de uso público e de uso multifamiliar em que o número de paradas do elevador for superior a dois; e comunicação nos telefones públicos onde houver possibilidade de ligações interurbanas/internacionais.

A Lei 10.098/00 (BRASIL, dezembro de 2000) determina a eliminação de barreiras e obstáculos que estejam nas vias e espaços públicos, nas edificações, nos meios de transporte ou de comunicação que limitem o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas cegas, entre elas, atendimento pelos veículos de transporte coletivo, dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas; e que semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para travessia de pedestres com deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Assim, temos que um indivíduo será mais ou menos limitado, em termos de funcionalidade e participação, quanto mais ou menos deficiente ou acessível for o seu ambiente, conforme ideias apresentadas aqui de Peter Freund (2005).

Mas a acessibilidade também inclui a questão atitudinal, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas em geral. O cultivo do estereótipo pode acarretar a formação do preconceito, com rotulações socioculturais.

Imagens preestabelecidas para todos os indivíduos pertencentes a certas categorias social, que se fixam mediante a atribuição genérica de qualidades de caráter, tanto positivas (apreciativas), quanto negativas (depreciativas), os *estereótipos* redundam em simplificações exageradas de características comportamentais específicas. Afetam, sobretudo, minorias: *imagens* preconceituosas são francamente discriminatórias. Ideias preconcebidas, representações falsas, os *estereótipos* costumam, porém, ter consequências reais na esfera das relações humanas em sociedade (TRINTA, 2008, p. 47).

A linguagem tem papel fundamental na questão da representação das pessoas com deficiência. Ora são vistas como exemplos de superação, dando-se um tratamento exagerado a questão. Ora as pessoas com deficiências são encaradas como “sub-seres”, ora como “super-seres”. Ou coitadinho ou super-herói. Tanto o olhar de piedade como o olhar de admiração parte de um princípio único: o preconceito. Há sempre que se lembrar que as práticas sociais são consequências das discursivas. Enfim, os preconceitos, os estigmas e os estereótipos nascem da desinformação e do desconhecimento e acabam por se refletir nas palavras com que os homens e mulheres se exprimem. O cuidado no uso das palavras não se configura como preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras e de transformação de atitudes, decorrentes de valores equivocados sobre a capacidade e as aptidões das pessoas com deficiência. Segundo Ribas (1985, p. 16), “as palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que a nossa mente constrói”. Sasaki (1997) completa afirmando que na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência.

Dentro da acessibilidade está embutida também a questão comunicacional. Para que ela ocorra é preciso que não existam barreiras na comunicação interpessoal, escrita e na virtual, referente à acessibilidade digital. A acessibilidade comunicacional começou a ser discutida somente em 2000. A lei federal nº 10.098, de dezembro de 2000, regulamentada em 2004 pelo decreto federal 5.296 abordava o tema. Estabeleceu no artigo 17 a eliminação de barreira na comunicação para tornar acessíveis os sistemas de comunicação. E no artigo 18 aborda a implementação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e guias-intérpretes para facilitar a comunicação direta de pessoas com deficiência sensorial e dificuldade de comunicação. Esse foi o instrumento legal que ampliou o conceito de acessibilidade comunicacional, assegurando tal ação inclusive em eventos do mundos corporativo, acadêmicos, culturais, desportivos, de lazer, em conferências, congressos, seminários, entre outros. Mas até então não havia uma formatação que incluísse a legenda oculta (*closed caption*) e a audiodescrição.

Como a Lei Brasileira da Inclusão é o documento mais recente que assegura os direitos das pessoas com deficiência em várias áreas, recorri a ela para abordar a questões amparada pela legislação às pessoas com deficiência, ressaltando aqueles que são referentes especificamente à acessibilidade das pessoas cegas ou com baixa visão e que incluem a audiodescrição. Acrescento a isso algumas discussões que me parecem poder contribuir com a garantia de mais direitos às pessoas com deficiência visual.

A LBI estabelece, em linhas gerais, direitos à igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e sem passarem por nenhuma espécie de discriminação. Por meio do artigo 9º garante o atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público e ainda disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que ofereçam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas. O artigo 10º estabelece competências ao poder público para firmar a dignidade da pessoas com deficiência ao longo de toda a vida. Do direito à habilitação e à reabilitação, a lei estabelece, entre outras questões, a oferta de rede de serviços articulados, com diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência e adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de aptidões. Tais direitos unem-se aos direitos à saúde que prevê para as pessoas com deficiência o diagnóstico e intervenção precoce, realizados por equipe multidisciplinar, além de serviços de habilitação e reabilitação sempre que necessários para qualquer tipo de deficiência, assim como oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

Sobre o direito à educação, o artigo 28 incumbe ao poder público a função de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, oferecendo serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. O artigo cita a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua. Apenas no artigo 68 há especificidades para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual, com adoção de livros em formatos acessíveis, com arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. Reforço ainda que a Lei Brasileira de Inclusão garante a oferta de profissionais de apoio escolar, vetando a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações, inclusive em instituições privadas.

Para fazer valer o direito à moradia o poder público deve adotar programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência. A lei estabelece que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, deve haver reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência. Entre as garantias do direito ao trabalho estão,

conforme o artigo 36, que o poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse. E ainda que os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

No artigo 40, sobre o direito à assistência social, a LBI assegura à pessoa com deficiência que não tem meios próprios para se manter o benefício mensal de um salário-mínimo, já garantido na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, dezembro de 1993). Assegura ainda o direito à aposentadoria nos termos da lei complementar nº 142, de 8 de maio de 2013 (BRASIL, maio de 2013). Pelo direito à participação na vida pública e política, o artigo 76 da LBI garante à pessoa com deficiência o direito de votar e de ser votada, inclusive com garantia de que os procedimentos, as instalações, os materiais e os equipamentos para votação sejam apropriados, acessíveis e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência. A lei assegura o acesso da pessoa com deficiência à Justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, devendo o poder público capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência. Entre os crimes contra a pessoa com deficiência, o artigo 88 define que praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é passível de prisão de um a três anos, além de multa. Se qualquer dos crimes previstos for cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a lei também prevê a prisão de dois a cinco anos, e multa.

Sobre o direito ao transporte e à mobilidade, a lei menciona a acessibilidade nos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, incluindo o acesso aos terminais, às estações, aos pontos de parada, ao sistema viário e à prestação do serviço. Além disso, estabelece a reserva para pessoas com deficiência de 2% do total de vagas oferecidas em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas. As vagas devem ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido. O artigo 57 aborda a acessibilidade à pessoa com deficiência nas edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes, com acesso em todas as suas dependências e serviços.

No capítulo IX, sobre o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, o artigo 42, inciso II, garante o acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais

e desportivas em formato acessível. No artigo seguinte é dada ao poder público a função de assegurar a acessibilidade nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades artísticas, culturais, intelectuais, esportivas e recreativas. O capítulo II, do Acesso à Informação e à Comunicação, obriga os telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação e *lan houses* a oferecer equipamentos e instalações acessíveis, com no mínimo, 10% de seus computadores com recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual. Menciona ainda a acessibilidade nos sítios da Internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhes o acesso às informações disponíveis. Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque. Segundo Ana Lobo e Mirian Freitas (2016, p. 225), há pesquisas de tecnologia assistiva desenvolvidas por meio de órgãos fomentadores como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPs), resultando em softwares, dispositivos e aplicativos móveis que podem auxiliar e facilitar o acesso das pessoas com deficiência.

Apesar dessas iniciativas terem trazido bons resultados, poucos dentre eles chegaram aos usuários finais na forma de produtos e serviços. O governo brasileiro, através de uma iniciativa denominada Governo Eletrônico, vem desenvolvendo e estimulando várias ações relacionadas à acessibilidade digital das pessoas com deficiência. Dentre essas ações, a mais antiga e consolidada é o e-MAG, um conjunto de recomendações para a construção de conteúdo acessível na Web. O uso do e-MAG foi institucionalizado nos sítios do Governo Eletrônico por meio da Portaria nº 3 de 2007. Além do próprio e-MAG, o governo disponibilizou uma série de documentos, listas de verificação e tutoriais para auxiliar na construção de sítios acessíveis. Outras iniciativas importantes do Governo Eletrônico foi o desenvolvimento dos aplicativos: ASES, para avaliar a acessibilidade de sítios; Suindara, para criar e gerenciar conteúdo acessível dos sítios; e VLibras, para realizar a tradução automática de texto em português para Libras. Estas iniciativas são muito bem-vindas e, por serem software livre, favorecem a inclusão social e digital de forma econômica. Apesar destes esforços, o Censo na Web realizado em 2011 verificou que menos de 5% dos sítios de governo eletrônico (domínio “. gov.br”) estavam em conformidade com as diretrizes do e-MAG (LOBO, FREITAS, 2016, p.225-226).

Ainda no capítulo II, o artigo 67 reforça que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos recursos de acessibilidade como subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. Já o artigo 69 assegura que os produtos e serviços ofertados por quaisquer meios de comunicação devem conter a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência. Reforça ainda

que os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na Internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade referenciados no artigo 67. No artigo 76 fica estabelecido que os pronunciamentos oficiais, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos de acessibilidade apontados aqui.

A acessibilidade à pessoa com deficiência também deve ser garantida pelas instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural ofertando, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67, apontando mais uma vez a importância do recurso de audiodescrição. Segundo o artigo 71, os congressos, seminários, oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público também devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

O artigo 3º, inciso II, aborda o desenho universal que é a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. No Brasil o conceito de desenho universal está definido e é obrigatório seu uso desde 2004 através do Decreto Federal nº 5.296/04 (BRASIL, dezembro de 2004), bem como os parâmetros técnicos para sua aplicação são descritos nas Normas Técnicas da ABNT. A ideia do desenho universal é baseada na prática de que os ambientes e os produtos não sejam excludentes. Entendo que o controle remoto do televisor – seu design propriamente dito - deveria estar incluído no desenho universal. Em linhas gerais, a audiodescrição é disponibilizada alterando o canal de áudio do aparelho televisivo ou do conversor digital. Isto pode ser feito através da tecla SAP ou da tecla MTS – dependendo da marca do aparelho de TV. Segundo Machado (2011b, p. 10), é “necessário um fluxo de áudio que poderá ser habilitado pelo controle remoto ou estar permanentemente habilitado na programação televisiva caso o espectador configure seu conversor digital para tal serviço”. Em alguns modelos de aparelho de TV ou de conversores digitais esta mudança é feita através da alteração no menu de configuração de áudio. Portanto, em conversas informais com várias pessoas com deficiência visual percebi que, por não haver uma padronização do produto, nem sempre o manuseio do mesmo acontece de forma fácil. Assim como a localização no menu do televisor do ícone para disponibilizar a audiodescrição no televisor, uma vez que cada modelo de televisor estabelece um modo de configuração para ativar o recurso. Assim, acredito que deveria haver uma padronização tanto do controle remoto como do menu dos aparelhos de televisão para facilitar a configuração para a AD. Essa

dificuldade em utilizar o controle remoto foi abordada na dissertação apresentada por Giorgio Silva (2011) sobre a aplicação de diretrizes de acessibilidade na programação da TV Digital Interativa (TVDI), utilizando critérios de usabilidade, ergonomia e acessibilidade. Segundo a pesquisa, os modelos comercializados não atendem especificamente às necessidades de acesso às pessoas com deficiência visual.

Usar o controle remoto foi considerado um problema, pela dificuldade em saber, o posicionamento correto da parte superior e inferior deste equipamento. Quando o botão é acionado por engano, os canais ficam desregulados. Por fim, depois de muitas tentativas em vão de acesso a programação, o deficiente visual desiste ou quando possível solicita ajuda de terceiros (SILVA, 2011, p. 169).

Ele propõe a criação de dispositivos de acesso à TV digital por parte dos fabricantes. Para ele, o controle remoto deve ser projetado com botões de acessibilidade, que podem ter destaque tátil (saliência e formato) ou até posição destacada dos demais botões do controle, conforme figura abaixo.

Figura 01: Controle Remoto e Botões de Acessibilidade (retorno, tecla SAP, interatividade e informação das funções do controle)



Fonte: SILVA, 2011, p. 192

Segundo a pesquisadora e atuante na área de audiodescrição, Flávia Machado, conforme entrevista concedida por e-mail, ainda há muito para se avançar em relação a fruição da AD na TV. Além da questão da acessibilidade no controle remoto, ela acrescenta que a maioria dos menus de configuração não são acessíveis com retornos sonoros para quem os usa. O aperfeiçoamento dessas opções será essencial para a inclusão da pessoa com deficiência na acessibilidade para TV digital.

Ainda na LBI, o capítulo sobre Acessibilidade, artigo 55, afirma que as políticas públicas devem considerar a adoção do desenho universal. No capítulo sobre tecnologia assistiva, inciso III, é mencionada a criação de mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva. O fomento em pesquisa já era previsto na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004. A LBI caracteriza, no artigo 3º, inciso III, tecnologia assistiva como “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. O Comitê de Ajudas Técnicas, validado em 2007, conceitua tecnologia assistiva como, além das ferramentas de alta tecnologia, estratégias e ferramentas simples, construídas com objetos de baixo custo, presentes no cotidiano. Podem ser, por exemplo, engrossadores de lápis, adequação de talheres ou utensílios domésticos, ou fixação de livros e cadernos com fitas adesivas. Sempre feitos segundo o parâmetro de funcionalidade para cada indivíduo, e não segundo características de determinada deficiência. O controle remoto e a tecnologia, com a configuração dos menus, dos televisores não estão inseridos como tecnologia assistiva, mas apresentamos essa discussão para que possam estar incluídos em pesquisas para padronização e melhoria dos mesmos.

No artigo 75, tem-se que o poder público deve desenvolver plano específico de medidas para facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva. Acrescento que para aquisição de recursos de tecnologia assistiva, foi criado em 2012 o Crédito Acessibilidade, uma parceria entre o Banco do Brasil e o Governo Federal. A Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012 (BRASIL, outubro de 2012) estabeleceu o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência, assim como mencionou o rol dos bens e serviços financiáveis. Em 2013 ocorreu uma ampliação dos recursos de tecnologia assistiva passíveis de financiamento, como adaptações arquitetônicas e serviços relacionados à manutenção e avaliação de tecnologia assistiva. Ainda sobre linhas de crédito, têm-se os

veículos adaptados, que atendem pessoas com deficiência física ou motora, que, segundo os artigos 50 e 51 da LBI, há um incentivo do poder público para fabricação de veículos acessíveis e sua utilização como táxis e vans, além da instituição de incentivos fiscais para possibilitar a acessibilidade aos veículos. As pessoas com deficiência física têm desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os carros e isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Não há qualquer menção na LBI de linhas de crédito que favoreça a compra dos televisores digitais por parte das pessoas com deficiência visual. Busquei essa informação nas leis e também junto a representantes das causas das pessoas com deficiência, como a presidente da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB/MG) da Pessoa com Deficiência, Ana Lúcia de Oliveira, a deputada federal e relatora da Lei Brasileira da Inclusão, Mara Gabrilli, e também da jornalista e ativista dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, Flávia Cintra. Ana Lúcia me informou sobre a existência de linhas de crédito. A BB Acessibilidade, pelo Banco do Brasil, é utilizada na compra de tecnologias assistivas, mas não tinha conhecimento se incluía a compra de televisores. Ela também explicou que a pessoa com deficiência pode sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para compras de produtos. Os procedimentos devem ser realizados diretamente junto à Caixa Econômica Federal. Por meio de sua assessoria, Mara Gabrilli informou também desconhecer qualquer programa que beneficie as pessoas com deficiências a adquirir um televisor digital. Flávia Cintra, que fez parte da comitiva brasileira que representou o país na ONU durante as reuniões internacionais para a elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em vigor no Brasil desde 2009, confirmou desconhecer qualquer discussão sobre linhas de crédito específicas para televisores digitais visando à acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Verifiquei que há entre as políticas do Governo Federal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o programa Conversor Digital Bolsa Família. Consiste na distribuição de kits gratuitos com antena e conversor para a população de baixa renda cadastrada em programas sociais do Governo Federal. Mas a distribuição só acontece nos locais onde há o desligamento do sinal analógico da TV, como já ocorreu em Brasília, e na capital de São Paulo e região metropolitana recentemente, em março de 2017. O trabalho é coordenado pela Seja Digital (EAD - Entidade Administradora de Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais TV e RTV), criada por determinação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) pela associação das operadoras de celular Algar, Claro, Tim e Vivo, para operacionalizar a migração do sinal analógico para digital da televisão aberta no Brasil. A digitalização começou em abril de 2015

e tem previsão de finalização em 2018, de acordo com cronograma definido pela portaria 378 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Entrei em contato com a assessoria da Seja Digital por e-mail para verificar se haveria algum auxílio do Governo Federal para as pessoas com deficiência visual na compra do televisor ou mesmo do conversor, independente de participarem de programas sociais. Tive um primeiro contato, mas ao informar que seria para divulgação em uma pesquisa, não fui mais respondida. A deputada Mara Gabrielli acrescentou que o kit com antena e conversor também é oferecido para as pessoas que fazem parte de outros programas sociais, como o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), entre outros.

O capítulo sobre ciência e tecnologia, artigo 77, aborda que a acessibilidade e as tecnologias assistiva e social devem ser fomentadas mediante a criação de cursos de pós-graduação, a formação de recursos humanos e a inclusão do tema nas diretrizes de áreas do conhecimento. Novamente reforço aqui a necessidade de pesquisas para melhorar a fruição da audiodescrição na televisão. O artigo 78 aponta o que trago para a discussão. Afirma que devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais, como forma de superar limitações funcionais e barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência. Entendo, assim, que a acessibilidade dos televisores é uma questão que deve ser revista. Facilitar esse acesso é promover a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, favorecer a inclusão das pessoas com deficiência visual.

2.6 ACESSIBILIDADE E A AUDIODESCRÇÃO: ENXERGANDO SER VER

Os recursos de acessibilidade hoje disponíveis na televisão brasileira são a legenda oculta, que é um tipo de legenda que transcreve a fala e sons; a interpretação em Libras, que é feita em um espaço delimitado na tela - ambos voltados para inclusão das pessoas com deficiência auditiva; e, ainda, a audiodescrição, focada principalmente no público com deficiência visual.

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (POZZOBON, G.;

POZZOBON, L., 2010).

O usuário recebe a informação contida na mensagem ao mesmo tempo em que ela aparece. As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos ‘silêncios’ das cenas, seja na tela ou no palco. E não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Segundo Hysk (*apud* BRAGA, 2011, p.24-25) nem todas as pausas precisam ser preenchidas. Os espectadores também podem sentir o silêncio do filme, quando isso for relevante. Deve-se evitar que a AD sobreponha ao conteúdo original. O ideal é que exista uma harmonia entre o som inicial e a audiodescrição inserida. No entanto, em caso de videoclipes percebo que há alguma sobreposição. Entendo que a definição desse quesito depende do produto ao qual a AD se dirige, como apresentarei adiante.

A audiodescrição é considerada uma tradução, mas não entre línguas. Ocorre entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal oral, sendo uma tradução audiovisual intersemiótica. “Trata-se, portanto, de uma narração que é inserida nos espaços em que o texto audiovisual não apresenta elementos acústicos e que descreve aquilo que se vê” (JIMENEZ-HURTADO, 2007, *apud* MEDEIROS, 2012, p. 21). A ideia é proporcionar uma representação mental correta do que está sendo repassado no evento imagético.

Além de favorecer pessoas com deficiência visual, os benefícios dessa descrição de imagens estende-se ao público com deficiência intelectual, com dislexia, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas e outros. O recurso também é bem recebido pelo público infantil que consegue acompanhar e compreender melhor as apresentações e produtos audiovisuais.

(...) o real sentido da áudio-descrição também nos remete a uma nova compreensão do direito à informação e à comunicação. Por conseguinte, o significado dos vocábulos áudio e descrição é bem mais que a união dos dois elementos que o compõem, não sendo, portanto, a mera narração de imagens visualmente inacessíveis aos que não enxergam. A áudio-descrição implica em oferecer aos usuários desse serviço as condições de igualdade e oportunidade de acesso ao mundo das imagens, garantindo-lhes o direito de concluir por si mesmos os que tais imagens significam, a partir de suas experiências, de seu conhecimento de mundo e de sua cognição. (Lima, Lima & Vieira, 2010, p.6)

E quem faz a audiodescrição? De acordo com o glossário semitrilíngue dos termos da audiodescrição, apresentado por Medeiros (2012, p. 93-102), o audiodescritor é quem descreve as imagens, tanto para o teatro, cinema, TV ou outros espetáculos. E ele deve se preparar para trabalhar com as especificidades dos gênero em que será realizada a AD. É o audiodescritor quem faz a ponte entre a imagem inacessível e o público de AD. O ator audiodescritor é o que

possui domínio da linguagem interpretativa tanto para ler o texto audiodescrito, quanto as falas dos personagens em eventos com audiodescrição ao vivo e\ou em filmes estrangeiros. O audiodescritor locutor usa as técnicas de locução para ler o texto audiodescrito/roteiro e, geralmente, são locutores profissionais. O roteiro é elaborado por um profissional também audiodescritor. O narrador, como o nome diz, narra as falas que estão escritas no texto audiodescrito através da técnica da narração. Na equipe de audiodescritores a pessoa com deficiência visual realiza o trabalho de consultoria. É necessário que tenha formação em audiodescrição para que saiba como se faz a AD, de como é processada a informação imagética, capturada pela audição, e de como as pessoas com deficiência visual fazem uso das informações visuais descritas e das configurações imagéticas em geral. Ele indica erros e omissões que estão sendo cometidos, além de examinar o ritmo da narração e o sincronismo das imagens com as descrições de forma que as mesmas não se sobreponham aos diálogos, além de avaliar a qualidade do áudio e da mixagem. Lembro que o profissional audiodescritor não tem regulamentação profissional, apesar de inúmeras tentativas dos envolvidos. A regulamentação facilita o processo de capacitação e contribui para melhorar a qualidade dos profissionais e do serviço ofertado. Entre os profissionais que trabalham com os recursos de acessibilidade, está regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais por meio da Lei nº 12.319/2010. Em fevereiro de 2016 foi criada a Associação Gaúcha de Audiodescritores (Agade), a primeira instituição do país para representar e defender o interesse dos audiodescritores, buscando promover a qualidade de AD dentro do Estado do Rio Grande do Sul, com discussões sobre quem pode fazer e como deve ser feita a audiodescrição.

A AD pode ser gravada ou ao vivo. A opção gravada é normalmente usada em filmes, programas de TV (gravados) e obras de arte. E é sempre acompanhada de roteiro. No caso de filmes, além dos personagens, ambientes e ações, ainda são audiodescritos a linguagem da câmera, com enquadramentos, planos, ângulos e os movimentos da câmera em si.

É conveniente que o audiodescritor conheça a linguagem cinematográfica, para saber avaliar quando um procedimento formal do filme será importante para a compreensão da narrativa. Pode – ou não – ser determinante para o entendimento de uma cena o fato de que a câmera está em determinada posição. Isso deve ser ressaltado, se realmente for importante para a narrativa (POZZOBON, 2010, p. 113).

Segundo Seoane e Araújo (2011) o roteiro deve conter *Time Code Reader* (TCR) que indica o tempo inicial e final do texto da audiodescrição; o texto efetivamente; as deixas, que são as últimas falas antes do TCR inicial; e as rubricas, que são instruções para o locutor, como,

por exemplo, falar rápido. Ele é apresentado da forma como segue abaixo (apud SEOANE e ARAÚJO, 2011, p. 18-19). As deixas ficam em azul; o texto que deve ser narrado, em preto; e as rubricas em vermelho.

Quadro 01: Roteiro da AD de *Corisco e Dadá* editado.

TIME-CODE	AUDIODESCRIÇÃO
00:16:23:26 → 00:16:29:03	Os cangaceiros jogam cartas. Virgulino e Corisco conversam à parte. [Falar quando aparecer o cangaceiro jogando carta] → RUBRICA
00:17:03:16 → 00:17:06:16	[Lampião] O compadre desmamou a bezerrinha, hein, Corisco? → DEIXA Corisco vira o rosto.
00:17:07:30 → 00:17:11:04	Mãos colocam uma película no projetor. [Falar quando aparecerem as mãos] → RUBRICA
00:17:11:06 → 00:17:14:05	Um cangaceiro observa enquanto o filme roda. [Falar quando aparecer o cangaceiro] → RUBRICA

Fonte: SEOANE, ARAÚJO, 2011, p. 7

Após a preparação do roteiro, é feita a gravação da locução. Em seguida, ocorre o processo de edição, que inclui a mixagem do som da AD ao som original, de acordo com as inserções de tempo previamente determinadas. Assim, a AD é incorporada ao produto audiovisual. O acesso na TV à AD acontece pela tecla SAP (*second audio program*), como já mencionado aqui. Em casos de DVDs, o controle remoto localiza a função de exibição do filme com ou sem AD. No caso de audiodescrição gravada para o teatro ou espetáculo de dança, por exemplo, o acesso é feito por fones de ouvido, semelhantes aos usados em interpretação simultânea. Os audiodescritores ficam em cabines narrando nos microfones e o som é transmitido para os usuários através dos fones. Os demais espectadores assistem ao espetáculo sem interferências. Em alguns eventos não há como instalar a cabine por falta de espaço. Nesses casos, é possível ficar na cabine de som e luz, por exemplo. Lembrando que no teatro, embora o audiodescritor utilize o roteiro para o trabalho, é preciso em alguns momentos de improvisação já que muita coisa acontece na hora visto que é um evento ao vivo.

A audiodescrição também pode ser feita ao vivo e é chamada de audiodescrição simultânea. Ela é realizada normalmente em eventos, seja casamentos, partos, batizados, velórios, entre outros, e também em programas de TV que são ao vivo. Nestes casos não há

roteiros justamente porque tudo está em processo de construção contínua. Ainda assim, sempre é necessário informações básicas sobre o que será audiodescrito. Por exemplo, em congressos, seminários, ciclo de palestras e outros eventos acadêmicos são audiodescritas imagens de slides, vídeos, a caracterização dos personagens, o auditório e o registro da presença de convidados e autoridades. Existe um roteiro apenas para audiodescrição desses recursos imagéticos, que já são conhecidos previamente. O público interessado na AD também recebe receptores e fones de ouvido. Este roteiro é apresentado antes do início do evento. No tempo restante, a AD é inserida em momentos de pausa do palestrante ou de modo que não comprometa o entendimento do que está sendo apresentado.

Quando há o uso de receptores e fones chamamos de audiodescrição fechada, que é a forma mais usual de utilização. No entanto, ela pode ser oferecida de modo aberto, quando não há o uso de equipamentos auxiliares e a audiodescrição apresentada é acompanhada por todos, e não somente por um grupo específico. O grupo Tagarellas Audiodescrição, com funcionamento no sul do país, tem realizado a AD aberta junto ao público infantil. E tem sido bem aceita. No site do grupo há o depoimento de Mariana Baiele, sobre a primeira exibição de uma peça infantil – “A menina do Cabelo Vermelho” – em março de 2014 quando foi feita a AD aberta. Mariana é jornalista, integrante do Tagarellas e tem baixa visão. Ela diz que com o fone de ouvido precisa escutar com um ouvido a audiodescrição e com o outro o som do espetáculo. Sem os fones, esse esforço não acontece.

É de meu conhecimento que algumas pessoas cegas não se adaptam ao uso de fones e às falas contínuas, do áudio original associada à audiodescrita. Mas, no geral, o que se tem é um desejo por parte deste público com deficiência visual de ampliação do recurso para se ter mais acesso à cultura, educação e ao lazer. Encontrei na Internet o Blog da Audiodescrição onde há relatos sobre o uso do recurso no país. Um deles é do servidor público federal Romerito Costa Nascimento, de 27 anos, e que teve baixa visão até os 13 anos e depois perdeu a visão completamente. Ele conta que foi a um teatro recentemente, sem o recursos de AD. No relato diz que os atores colocavam pão de queijo para assar no palco. Mas que ele só foi descobrir esse detalhe quando “começou a cheirar”. E Romerito fala que essa informação que veio tardiamente prejudicou o entendimento da peça. Relatos como esse que me faz pensar a importância da audiodescrição na inclusão de todos os públicos.

A audiodescrição ainda pode ser realizada por meio de voz sintetizada, em vez da voz humana. Mas ainda é um assunto polêmico e novo, sendo necessário pesquisas para avaliar se seria funcional ou não. A locução é importante para que a audiodescrição seja clara e objetiva. Franco e Araújo (2011) ressaltam a função da expressividade da voz. As autoras são favoráveis,

baseadas em comprovação de pesquisa, a uma voz sem exageros e que acompanhe o ritmo do filme.

O tom de voz deve representar as diferentes nuances da obra. Assim, observo que a locução na audiodescrição requer habilidades do profissional que a realiza, como a qualidade vocal e o modo de emprego dos recursos vocais. Snyder (2008, apud CARVALHO; MAGALHÃES, 2013, p. 152) alerta para a importância da entoação e da pausa para a significação do conteúdo audiodescrito. Cintas (2008, Id. Ibid.) ressalta a necessidade da preparação do audiodescritor quanto à dicção, entoação, impostação da voz, dentre outros, recomendando que tais habilidades sejam trabalhadas na formação do audiodescritor profissional. Ele deve “usar tom de voz que expresse as diferentes nuances da obra (trechos engraçados, de suspense, de aventura, etc.) sem exageros”, segundo a Norma Inglesa *Independent Television Commission* (2000, Id. Ibid.).

O papel da voz do locutor ainda tem pouca relevância nos estudos de audiodescrição. Em alguns estudos é tratado que a voz do locutor “não deve chamar atenção” (BENECKE, 2004 apud CARVALHO; MAGALHÃES, 2013, p. 154) ou deve ser “clara e agradável” (ORERO, 2005, Id. Ibid.). O estudo de Carvalho e Magalhães (2013) ressalta que a dimensão vocal pode atuar como ferramenta eficaz na tradução do amor e do afeto, sendo possível pelo controle vocal de variáveis de qualidade vocal e recursos vocais.

Acreditamos, portanto, que devemos considerar a dimensão vocal da locução de modo a contribuir para a recepção das imagens mentais a serem construídas pelas pessoas de baixa visão, pois, determinados estados afetivos, como o medo, a ira, a alegria etc., são mais rapidamente inferidos a partir da expressão vocal (CARVALHO; MAGALHÃES, 2013, p. 154).

Os autores citam ainda que o estilo de narração neutro tem sido adotado nos filmes audiodescritos no Brasil tanto pelo grupo de legendagem e audiodescrição (doravante LEAD), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), quanto pelo grupo *Tradução, Mídia e Audiodescrição* (TRAMAD), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Por narração neutra entende-se como uma locução menos interpretativa, com pouca variação em termos de velocidade, entoação e ritmo.

Ainda há muita discussão sobre o assunto, até mesmo por ser algo relativamente novo no país e ainda de pouco conhecimento da maioria. Ocorreram debates para aplicação da audiodescrição na televisão analógica, que já ofertava o *closed caption* e a janela de intérprete de Libras. Mas a obrigatoriedade do uso da AD acabou sendo transferida para a TV digital. Por

isso, hoje a audiodescrição só está disponível para quem tem TV digital. Um outro problema é a demora na implementação da audiodescrição de forma plena na TV brasileira. É o que veremos a seguir.

3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: A TELEVISÃO E A AUDIODESCRIÇÃO

A informação associada à imagem abriu as portas para uma revolução no mundo da comunicação. A televisão tornou-se o olhar eletrônico que documenta imagens impressionantes. O mundo começou a *ver o mundo* pela TV.

A palavra imagem vem do latim *imago*, que significa a representação visual de um objeto. A sociedade contemporânea é conhecida como a sociedade da imagem. O mundo agora é da predominância absoluta da imagem em relação à palavra escrita e/ou falada. “Ao se atribuir precedência à imagem, as culturas contemporâneas acionam um processo de “dislexia”, reduzindo nas pessoas a capacidade de ler textos longos ou que envolvam certa abstração” (REZENDE, 2000, p. 26). No entanto, a reprodução do mundo por imagens tem uma relação direta com a história de nossa civilização. Os primatas já deixavam suas impressões em forma de sinais para as gerações posteriores. Portanto, desde a Antiguidade, os indivíduos procuram diminuir as distâncias existentes entre si, sendo criados, aos poucos, veículos capazes de agilizar o processo de transmissão e recepção de mensagens. Entre eles, tem-se a fotografia, o desenho, a pintura, a gravura, a computação gráfica e ainda o cinema e a TV. Mais recentemente o universo das imagens tem se expandido com o uso de telefones celulares e programas de computadores.

Cada vez mais a comunicação e a linguagem passam a necessitar do suporte das imagens. É a era da visibilidade em que tudo concorre para a imagem, influenciada fortemente pelo poder da televisão. “A tela da televisão não oferece modelos a imitar, mas se oferece como espelho no qual acreditamos estar refletida nossa própria imagem (Chauí *in* BUCCI e KEHL, 2004, p. 08). Existir é fazer-se visível no espaço público, segundo a filósofa Hannah Arendt (apud KEHL, 2004, p.151). E a responsabilidade de promover essa visibilidade na sociedade contemporânea no Brasil, especificamente, é da televisão.

Desta maneira, compreendo o espaço público como o lugar onde se estabelecem e se desestabilizam as relações de poder que determinam, para cada um, seu lugar, sua história e sua importância na vida. Kehl (2004) afirma que a televisão foi desenvolvendo um espaço de visibilidade paralelo ao da arena política, concorrendo com ela no estabelecimento das linhas de força do poder. Pode-se afirmar que aí está o poder exercido pela televisão nos dias atuais.

Assim como o cinema, a TV tornou-se um dos maiores meios de formação de opinião. É considerada aquela que consegue alcançar públicos diversos, envolvidos em uma mesma programação. Dominique Wolton nos diz sobre o papel que a TV exerce na sociedade,

principalmente por sua visibilidade e popularidade. E afirma que ela é o grande laço social da contemporaneidade.

A televisão é atualmente um dos principais laços sociais da sociedade individual de massa. (...) A televisão é a única atividade compartilhada por todas as classes sociais e por todas as faixas etárias, estabelecendo, assim, um laço entre todos os meios (WOLTON, 2004, p.135).

Para o autor francês a TV é a janela para o mundo. É o principal meio de informação e divertimento do público. “A televisão - e quase só ela - que sugestiona a opinião, os valores e o comportamento da maioria esmagadora dos brasileiros (HOINEFF, 1996, p.34). Segundo a “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira” realizada pela Secretaria de Comunicação (SECOM) da Presidência da República, e divulgada em janeiro de 2017, a TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, com 90% dos entrevistados afirmando que se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação. A Internet está em segundo lugar (26%) como meio preferido dos entrevistados e citada com uma das duas principais fontes de informação por 49% deles. Depois da TV e da Internet, o rádio está entre os mais citados (7%), seguido dos jornais (3%).

Figura 02: Amostra sobre os meios de comunicação que os entrevistados se informam

P01) Em que meio de comunicação o(a) sr(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? (ESTIMULADA - ATÉ DUAS MENCÕES)

Base: Amostra (15050)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENCÕES
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM 2016, 2016, p. 14

A pesquisa foi realizada entre 23 de março e 11 de abril de 2016 e ouviu 15.050 pessoas com mais de 16 anos de todo o país. Esta é a terceira edição da pesquisa que começou a ser

realizada em 2013. Entre os entrevistados que assistem TV, 77% afirmaram que fazem isso todos os dias. Apesar da expansão da Internet, o número é maior do que os obtidos em pesquisas anteriores. Em 2016, por exemplo, 63% afirmaram que assistiam TV diariamente. Segundo o relatório, os entrevistados veem, em média, de 3 a 4 horas de televisão por dia, mas o acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas e a mais vista pelos entrevistados é a TV Globo, mencionada por 73% deles. Em seguida estão o SBT (36%) e a Record (32%).

Segundo consta no relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia, de acordo com a legislação brasileira em vigor (Lei nº 10.683/2003, art. 2ºB, III), a SECOM tem entre suas missões institucionais a atribuição de organizar e desenvolver um sistema de informação e pesquisa de opinião pública, cujos principais objetivos devem ser monitorar as demandas da sociedade por políticas e serviços públicos bem como a avaliação que a sociedade faz dessa oferta de políticas e serviços públicos. Um dos meios de avaliação é pela pesquisa de opinião pública, uma forma de “conhecer como os cidadãos percebem os efeitos das políticas públicas em suas vidas” (2016, p. 03). Aproveito para apontar a necessidade de incluir nas próximas pesquisas as pessoas com deficiência entre os entrevistados. Como já apresentado nesta tese, as políticas públicas relacionados à comunicação tem influência direta na vida de todos os cidadãos. E para aqueles com deficiência visual, a acessibilidade à televisão ainda necessita de um olhar mais atencioso por parte do Governo.

Em relação ao número de aparelhos de televisão nos domicílios do país, a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015, revelou que aproximadamente 66,1 milhões deles possuíam televisão, o que corresponde a 97,1% do total de 65,1 milhões de domicílios particulares permanentes. A televisão por assinatura estava presente em 32,1% dos domicílios com televisão, enquanto outros 37,5% dos domicílios tinham televisão por antena parabólica. A PNAD 2015 também avaliou o sinal digital de televisão aberta, importante para orientar a transição do sistema analógico de TV para o digital. Ele estava presente em 45,1% dos domicílios. Segundo a PNAD, foi observado crescimento na proporção de domicílios com acesso ao serviço de televisão digital aberta nas últimas pesquisas. Em 2013 o índice era de 31,2%, e em 2014, 39,8%, representando um aumento de 13,9 pontos percentuais neste período. Na área urbana, encontravam-se as maiores proporções de acesso à recepção de sinal digital de televisão aberta (49,4%) e de televisão por assinatura (35,7%).

Assim, vejo que a televisão é o lugar de destaque dos grandes assuntos da população, a grande esfera pública, segundo Eugênio Bucci. A lei da era do audiovisual é o “que não aparece

na TV não aconteceu de fato”. Aquilo que não se torna visível no plano do olhar eletrônico não existe.

O lugar da TV, ou melhor, a TV como lugar, nada mais é que o novo espaço público, ou uma esfera pública expandida. O exemplo brasileiro é um dos mais indicados do mundo para quem quer observar os detalhes de como se dá a expansão da esfera pública e, mais ainda, como se dá a sua constituição em novas bases. [...] A televisão se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso, ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil. Pode-se mesmo dizer que a TV ajuda a dar o formato da nossa democracia (BUCCI, 2004, p.31).

Bucci afirma ainda que “a televisão não mostra lugares, não traz lugares de longe para muito perto – *a televisão é um lugar em si*” (Id. Ibid.). Ela exerce fascínio pela visibilidade, essencialmente feita pela imagem, seja através das grandes produções ficcionais, seja através da exibição de fatos que representam o *real*. Ela seria “o ponto focal da família, no qual veem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal” (TEMER, 2010, p.101).

Ainda sobre a importância do visual, Paternostro afirma que “só se faz TV com imagem” (, p. 72). A sensação de encantamento despertado pelo visual parece ser o suficiente para prender o telespectador à frente da TV. Mas a ausência de possibilidades para acesso das pessoas com deficiência visual a essas imagens faz com que ocorra a exclusão delas da programação da televisão, que raramente se lembra daqueles que não veem. Isso reflete uma indiferença com relação a esse grupo. E há telespectadores cegos e com baixa visão que acompanham os programas da TV, mesmo vivenciando a exclusão. Segundo levantamento em nosso grupo focal, que apresento detalhadamente adiante, a maioria assiste TV com frequência. Assim, reforço a necessidade de se buscar uma forma de inserir as pessoas com deficiência visual nesse mundo imagético televisivo. E estabelecer, de fato, uma comunicação acessível. A possibilidade para isso é a implantação da audiodescrição na TV.

3.1 A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

A audiodescrição como atividade formal teve início nos anos 80 nos Estados Unidos e logo em seguida na Inglaterra. Depois, o recurso começou a ser usado na França, Alemanha, Espanha, Portugal, Bélgica, Japão e Brasil. A Inglaterra é o país mais avançado na acessibilidade em TV, segundo Flávia Machado que fez um estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. A pesquisa foi apresentada em sua dissertação de mestrado (MACHADO, 2011a) em que ela destaca a política britânica de implantação do

recurso na TV digital. De acordo com a pesquisadora, inicialmente o Reino Unido buscou para a formação de audiodescritores a metodologia de trabalho dos Estados Unidos por conta de seu pioneirismo. Mas aos poucos foi sendo criada uma metodologia britânica.

Segundo Machado, a maior empresa de audiodescrição do Reino Unido é a Red Bee Media, que faz trabalhos na área para a BBC, Channel 4, o Five e o UKTV. É uma empresa externa às emissoras que além de atuar na área de acessibilidade oferece trabalhos com publicidade, aplicativos interativos para TV digital e vídeos para dispositivos móveis. No caso da BBC, o diretor da Red Bee, David Padmore, informou que a audiodescrição é feita para seis canais. E a definição sobre como oferecer a AD é refletir sobre os principais programas na grade, como as grandes séries ou novelas, “uma vez que as preferências das pessoas por deficiência visual são similares às do público em geral (MACHADO, 2011a, 89-90). O trabalho é distribuído com 10 dias de antecedência para elaboração dos roteiros e gravações. “O arquivo é enviado ao setor de transmissão para ser entregue junto com o programa televisivo” (Id. Ibid., p. 90).

No Reino Unido as organizações que atendem pessoas com deficiência como a RNIB (*Royal National Institute of Deaf People*), por exemplo, pressionam o governo para que sejam feitas pesquisas de opinião, consultas públicas para monitorar o cumprimento das cotas pelos canais. Segundo Machado, uma pesquisa realizada em 2006 pelo *Ofcom – Office of Communication*, órgão regulador britânico – concluiu que apesar de a audiodescrição estar presente em mais de 10% dos programas dos principais canais de TV, não havia um intenso uso do serviço por falta de conhecimento por parte da população. Por isso, foi realizada entre 1º de fevereiro e 14 de março de 2008 uma campanha para informar a população sobre esse tipo de recurso de acessibilidade. Sobre as cotas de programação com audiodescrição, foi apontado que as emissoras disponibilizaram mais programação com audiodescrição do que o exigido pela regulamentação. “Isso demonstra o comprometimento dessas empresas e o uso desse serviço na briga por audiência entre concorrentes” (MACHADO, 2011a, p. 96).

Enquanto isso, em outros países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina, de acordo com Franco (apud SILVAa, 2012, p. 76) já há audiodescrição de forma mais avançada, tanto na televisão como no cinema e no teatro. O Reino Unido é o que mais oferece audiodescrição na televisão e cuja regulamentação está sendo mais bem seguida. Dez por cento da programação hoje é oferecida com AD. Nos EUA, Espanha e Alemanha já existe a opção de audiodescrição como recurso de acessibilidade na programação de TV, mas não há oferta do recurso no jornalismo. Nos EUA a AD é obrigatória em 50 horas por mês. Na Inglaterra foi realizada uma campanha nacional

falando sobre a importância dos recursos de acessibilidade nos produtos audiovisuais. Todos os DVDs produzidos, por exemplo, já saem com audiodescrição, legendagem e Libras.

No Brasil, a AD tem como marco oficial o ano de 2003 (FRANCO E SILVA, 2010, apud ADERALDO, p.18). Ocorreu durante o festival temático “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência” e o filme “Irmãos de Fé” (2004 Distribuidora Sony Pictures). As políticas de acessibilidade que incluem a AD, no entanto, só começam a ganhar força em 2005. Ainda hoje a regulamentação do recurso só para uso no meio televisivo. Mas até chegar ao pouco que temos hoje - desde julho de 2015 as emissoras de TV estão obrigadas a cumprir, no mínimo, seis horas semanais com o recurso - foi uma série de consultas públicas, portarias ministeriais, pareceres técnicos, reuniões técnicas, audiências públicas e outras manifestações a favor e também contra a AD na televisão. Um embate entre pessoas com deficiência visual e audiodescritores contra radiodifusores e do antigo Ministério das Comunicações, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Como já abordado aqui, a audiodescrição começou a ser amparada em 2000 pela Lei Federal nº 10.098, apelidada de Lei da Acessibilidade, e pelo Decreto 5.296/2004 que a regulamenta. A medida ficou válida somente para a TV aberta, não sendo definida a obrigatoriedade para as TVs por assinatura de veiculação de programação com AD. Cabia inicialmente à Anatel a responsabilidade para a regulamentação da implantação do plano de medidas técnicas referentes à acessibilidade na comunicação. Mas, posteriormente, foi repassada ao MiniCom, por meio da publicação do Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005 (BRASIL, dezembro de 2005). Assim, é função do órgão estabelecer regras para as empresas de radiodifusão implantarem a AD na programação.

O uso do recurso na TV, no entanto, vem sendo adiado desde então. Em junho de 2006 o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações publicou a Portaria nº 310 (BRASIL, junho de 2006), oficializando a norma complementar nº 1 que estipulou os requisitos técnicos para implantação dos recursos de acessibilidade comunicacional que deveriam ser incluídos nas transmissões analógicas de televisão e os prazos para a inserção. Segundo, essa portaria, as emissoras de televisão deveriam iniciar a inclusão do recurso em dois anos, a partir de 27 de junho de 2008. Esta regulamentação estipulou duas horas diárias de programação acessível, que deveriam ser aumentadas um pouco a cada ano. E após dez anos a programação televisiva seria completamente acessível.

No entanto, a definição do padrão de televisão digital brasileiro veio dois dias após a publicação da Portaria 310, estabelecendo diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e

do serviço de retransmissão da TV. De acordo com Paulo Romeu Filho (2010, p. 53), as novas obrigações foram um dos “principais argumentos dos radiodifusores para as sucessivas postergações na implementação desse direito das pessoas com deficiência”. Eles alegavam que a colocação do recuso era onerosa e defendiam a obrigatoriedade do mesmo somente com a TV digital, um vez que a tecnologia digital já permitiria a transmissão de múltiplos canais de áudio.

Em 2008, quando venceria o prazo para o cumprimento da Portaria nº 310, com início do recurso de AD na televisão, houve nova prorrogação, solicitada pela Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão e Televisão (Abert) ao, na época, ministro das Comunicações Hélio Costa. A Abert alegou a falta de audiodescriptores e o alto custo para adotar o sistema de transmissão que suportasse o SAP, por onde seria o acesso da audiodescrição.

Em documento de 28 de julho de 2008, o MiniCom concorda com a problemática levantada pela Abert e ainda sugere que a entrada em vigor da experimentação da audiodescrição ocorresse somente a partir de março de 2010, para que o setor de radiodifusão pudesse se preparar para a mudança. Nesse período, ainda foram estabelecidas portarias para manter o prazo inicial da implantação da AD (Portaria nº 466, em 30 de julho de 2008 (BRASIL, julho de 2008), determinando prazo de 90 dias para início das transmissões com audiodescrição) e, por outro lado, enviados pedidos para reforçar a solicitação da Abert para adiamento do mesmo.

Assim seguiu com um recorrente adiamento da inserção da audiodescrição na televisão por pressão dos radiodifusores. A Portaria nº 661 no dia 15 de outubro de 2008 suspendeu por tempo indeterminado a aplicação da AD e abriu consulta pública até 31 de janeiro de 2009 sobre o tema. Em novembro de 2009, a Portaria nº 985 abriu consulta pública para outros itens da Norma Complementar nº 1, entre eles, o cronograma de implementação da audiodescrição. As alterações propostas pelo MiniCom foram:

- a) Exigência da audiodescrição somente na programação de emissoras que transmitem em sinal digital;
- b) Cotas semanais e não mais diárias para programação com o recurso;
- c) Cronograma de veiculação de 2 horas semanais a partir de 1º de julho de 2011, chegando a 24 horas semanais até 2020;
- d) Desobrigação das retransmissoras filiadas às emissoras cabeça de rede a produzirem programação própria com audiodescrição (MACHADO, 2011a, p. 147).

A pesquisadora e atuante na área de audiodescrição, Flávia Machado, participou da consulta pública proposta pela Portaria nº 985 com comentários de crítica ao que estava sendo

proposto e ao retrocesso do processo:

Somente considerando o prazo de dois anos após a publicação das portarias nº 310 (julho de 2006) e nº 985 (novembro de 2009), observa-se que enquanto a primeira tinha proposto 2h/dia (14h/semana), a segunda propôs 2h/semana. Nota-se uma perda extrema: de 8,33% da programação semanal na proposta feita em 2006 (portaria nº 310) para 1,19% na proposta feita em 2009 (portaria nº 985). Considerando a portaria nº 310, já com 36 meses a partir da publicação, deveriam ter 4h/dia (29h/semana) de audiodescrição na programação televisiva; a portaria nº 985 propôs que ao final do prazo do cronograma (julho de 2020) deverão ter o recurso de acessibilidade em apenas 24h/semana. Ou seja, o máximo proposto pela portaria nº 985 referente a 14,28% da programação semanal, é menos do que a proposta da portaria nº 310 para o 3º ano de vigor da mesma (29h/semana equivalente a 17,26%) (MACHADO, 2011a, p. 148).

Apesar das críticas, em 25 de março de 2010 foi publicada a Portaria nº 188 (BRASIL, março de 2010), em que foram feitas as alterações sugeridas pelo MiniCom. Ficou estabelecido o prazo de 12 meses, a contar de 1º de julho de 2010, para que as emissoras incluíssem duas horas semanais de programação acessível. As mudanças foram justamente a diminuição da quantidade de horas de programação com audiodescrição e a aplicação somente na televisão digital. Teve fim a ideia de uma TV completamente acessível em dez anos, como estabelecido pela Portaria nº 310 em 2006. O máximo agora será de, no mínimo, 20 horas semanais até 2020.

Assim, em julho de 2011 o recurso de audiodescrição na programação da TV brasileira começou a ser oferecido em duas horas semanais obrigatórias, passando para quatro horas em julho de 2013, seis em julho de 2015, em julho de 2017 teremos oito horas semanais, e assim sucessivamente, alcançando 20 horas semanais até julho de 2020. A veiculação na grade de programação deve ocorrer entre 6h e 2h.

Em 2013, o Ministério Público Federal entrou com uma ação tentando retomar o cronograma inicial, que obrigava as emissoras a disponibilizarem 100% da programação com audiodescrição em um prazo de 11 anos (132 meses). Mas o Supremo Tribunal Federal suspendeu essa portaria e firmou as 20 horas semanais em 10 anos.

Acredito que além de lutar por uma TV 100% acessível, é importante estender esse direito também para o cinema, teatro e para os DVDs, já que as produções audiovisuais não são emitidas somente pela televisão. E que isso inclua todos os recursos de acessibilidade obrigatórios, como o *closed caption* e o intérprete de Libras.

Na TV desde 2008, o *closed caption* em 2015 já era veiculado em 20 horas por dia, seguindo determinação prevista na portaria 310, de 27 de junho de 2006. Até junho de 2017 a previsão é de totalidade da programação diária com *closed caption*.

Já a inserção de uma janela com um intérprete de Língua Brasileira de Sinais só é

obrigatória no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública. No entanto, em julho de 2015, foi discutido o processo que estabelece a inserção de recursos de acessibilidade para pessoas surdas na programação de TV. Ele foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital e ainda está sendo avaliado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O objetivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é estabelecer um cronograma para inclusão gradativa de Libras na TV e que a acessibilidade total ocorra até 2020. A exigência do recurso na televisão está determinado também pela portaria 310/2006.

No país também há uma discussão sobre a importância dos recursos de acessibilidade nos produtos audiovisuais. Em dezembro de 2014 a Agência Nacional do Cinema (Ancine) publicou a Instrução Normativa nº 116 (ANCINE, dezembro de 2014). O documento estabelece que todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela Ancine devem contemplar em seus orçamentos os recursos de acessibilidade, como legendagem descritiva, audiodescrição e Libras. Desde então, a expectativa é de crescimento dos projetos com cópias acessíveis. Com a aprovação da Lei Brasileira da Inclusão, que garante o acesso a bens culturais como cinema e teatro, a Ancine resolveu ampliar o acesso para as salas de cinema.

Assim, em setembro de 2016 a Ancine regulamentou as normas de acessibilidade em salas de cinema por meio da Instrução Normativa 128/2016 (ANCINE, setembro de 2016). Ficou definido que todas as salas de cinema devem disponibilizar filmes com AD e também legendagem descritiva e Libras em todas as sessões comerciais. O prazo para adaptação total é de 2 anos, portanto, setembro de 2018. Mas até novembro de 2017 metade das salas de cada grupo exibidor deverá oferecer os recursos de acessibilidade. Ainda segundo o documento, o distribuidor deve disponibilizar ao exibidor cópias com recursos de acessibilidade de todas as obras audiovisuais por ele distribuídas. O prazo para os recursos de audiodescrição, legendagem e legendagem descritiva entrou em vigor em 13 de fevereiro de 2017, seis meses após a data da publicação do documento. E para o recurso de Libras, 12 meses após, findando em 13 de setembro de 2017.

Também foi elaborado no país um “Guia para produções audiovisuais acessíveis” (NAVES, et al., 2016). O Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual, produziu o guia realizado por meio de uma comissão formada por 14 colaboradores, entre professores universitários, legendistas, tradutores intérpretes da Língua Brasileira de Sinais e audiodescritores. O guia estabelece critérios de excelência em acessibilidade nas produções audiovisuais para orientar produtores das obras. Estão detalhadas formas para realizar a

audiodescrição, sobre o uso da janela de interpretação de língua de sinais e da legendagem para surdos.

Outra campanha é pelo teatro acessível, feita pela Escola de Gente, que trabalha com comunicação e inclusão. O objetivo é garantir mais autonomia e participação de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e baixo letramento, entre outras condições, na vida cultural das cidades. A Escola de Gente percorre o país oferecendo teatro gratuito e acessível a crianças, adolescentes e jovens. Em 2013 a campanha foi incorporada como ação e conteúdo de política pública pelo Ministério da Cultura. A seguir apresento o que está sendo ofertado com audiodescrição na televisão brasileira.

3.2 A AUDIODESCRIÇÃO NA TV BRASILEIRA

Na televisão, o primeiro programa com audiodescrição foi a série “Vida em Movimento II”, exibida em novembro de 2008 a janeiro de 2009 pela TV Cultura. O trabalho foi uma solicitação do Serviço Social da Indústria (SESI) ao Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas para a produção de vídeos sobre esportes adaptados para pessoas com deficiência. Além de programas, a audiodescrição já foi veiculada em propagandas da empresa Natura, da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) e da Secretaria de Direitos Humanos.

Hoje o que se presencia é a exibição de poucos programas com AD, basicamente em filmes e séries, mas também disponível em alguns programas infantis, educativos, religiosos, revistas e em uma novela. Até bem pouco tempo não havia um guia de programação informando em qual programa o recurso estava disponível. O usuário tinha que contar “com a sorte” para encontrar o produto televisivo com audiodescrição. Hoje algumas emissoras já disponibilizam em seus sites a programação semanal com ícones indicando os recursos de acessibilidade disponível. Recentemente, a Mídiação que é uma associação de mídia acessível com sede em Pará de Minas, Minas Gerais, começou a disponibilizar em seu site a programação semanal de 8 emissoras de TV em que a AD está disponível. No entanto, segundo o que acompanho, a programação não recebe uma atualização constante.

Na TV Globo, em 13 de abril de 2015, começou a exibição de um logotipo acompanhado de um aviso sonoro para indicar às pessoas cegas os programas que contêm o recurso da audiodescrição. O logotipo aparece no canto inferior direito da tela da TV e o sinal sonoro pode ser ouvido no início de cada bloco do programa. O aviso sonoro de *closed caption* já era disponibilizado pela emissora para que as pessoas com deficiência auditiva pudessem saber os

programas que continham o recurso.

Fiz uma pesquisa junto às principais emissoras de TV para conhecer quais são os programas com AD que hoje constam na grade ou mesmo foram ofertados de forma temporária. Ressalto que para todas as emissoras aqui mencionadas solicitei informações sobre quando foi início de exibição dos programas na emissora com audiodescrição; quais são hoje os programas ofertados com AD; qual o tempo de duração do programa, horário de exibição e qual a frequência na semana; como é feita a escolha desses programas; se existe algum guia de programação informando em qual programa o recurso de audiodescrição estará disponível; se a emissora faz algum tipo de propaganda/anúncio informando sobre os programas com audiodescrição; se a audiodescrição é realizada por uma equipe externa ou é por equipe da emissora. Ainda no questionário enviado mencionei sobre a realização dos debates na campanha política, perguntando se a emissora e afiliadas realizaram os programas cumprindo as exigências e como foi encontrar os profissionais para este trabalho. Outra questão apresentada foi se existem planos para aumentar a quantidade de programas com audiodescrição na emissora e qual a principal dificuldade em ofertar audiodescrição na TV. Por fim, questionei se a emissora tem algum feedback das pessoas com deficiência visual sobre o trabalho com audiodescrição que é apresentado.

Na TV Globo tive acesso à grade de programação de 28 de novembro de 2016 a 01 de janeiro de 2017. A grade foi disponibilizada pelo chefe do setor de Divisão de programação da TV Integração, afiliada da Globo em Minas Gerais, Rafael Occhi. Nela há ainda os programas em que constam *closed claption*. Os dados encontrados foram:

Programação das semanas de 28/11 a 4/12, de 05/12 a 11/12 e de 12/12 a 18/12:

Segunda-feira: Tela Quente, exibida de 22h15 às 0h15

Terça, quarta, quinta e sexta-feira: programação sem AD

Sábado: Como Será, de 7h às 9h/ Supercine, de 1h10 às 3h

Domingo: Temperatura Máxima, de 15h10 às 16h50/Domingo Maior, de 23h25 às 1h05

Programação da semana de 19/12 a 25/12:

Segunda-feira: Tela Quente, de 22h15 às 0h15

Terça, quinta e sexta-feira: programação sem AD

Quarta-feira: Cinema Especial, de 22h55 às 0h25

Sábado: Como Será, de 7h às 9h (não teve exibição do Supercine)

Domingo: Temperatura Máxima, de 15h10 às 16h50/Domingo Maior, de 23h25 às 1h05

Programação da semana de 26/12 a 01/01:

Segunda-feira: Tela Quente, de 22h15 às 0h15

Terça e quarta-feira: Terra do Nunca, de 22h15 às 23h40 (75 minutos de duração)

Quinta e sexta-feira: programação sem AD

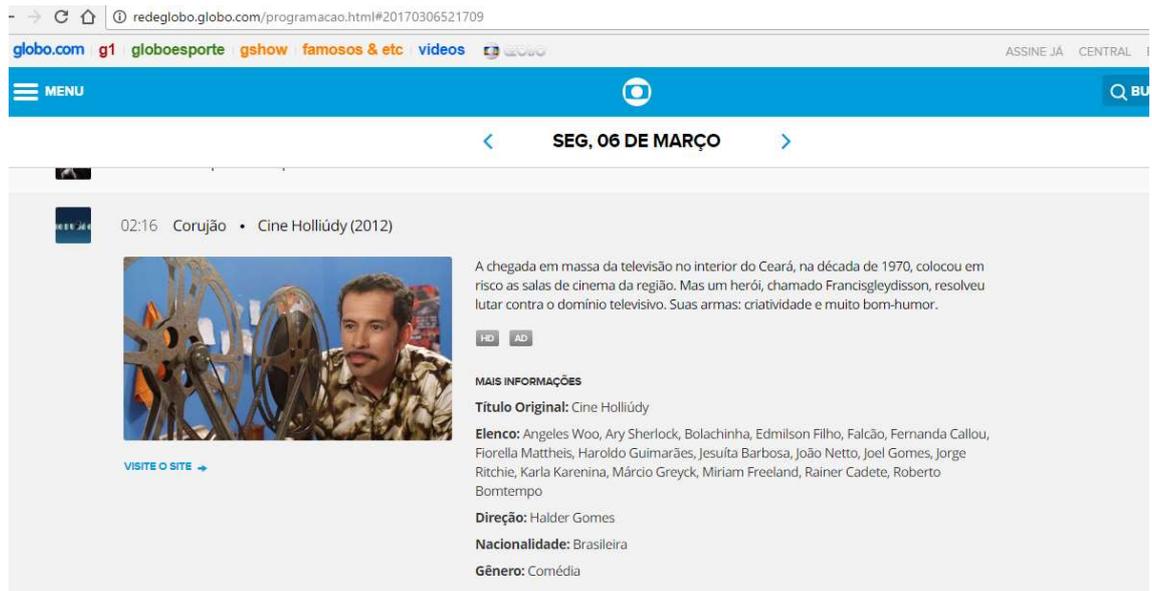
Sábado: Como Será, de 7h às 9h/ Corujão I, de 1h às 2h20

Domingo: Temperatura Máxima, de 15h10 às 16h50/Domingo Maior, de 23h25 às 1h05

De acordo com a grade, a média semanal é de 7 horas de transmissão de programação com a audiodescrição. A Rede Globo disponibiliza a AD desde julho de 2011 essencialmente para filmes, conforme a grade apresentada, nos horários da “Tela Quente”, “Temperatura Máxima”, “Domingo Maior”, “Supercine”, “Cinema Especial” e “Corujão”. “Terra do Nunca” foi uma minissérie dividida em dois capítulos com exibição apenas em dezembro de 2016. Já o “Como Será” está na programação fixa da emissora e é o único gênero diferente dos filmes – é um gênero educativo - que recebe audiodescrição. No site da emissora é definido como um programa em parceria do jornalismo com a área de responsabilidade social da Globo com a Fundação Roberto Marinho. Em outros momentos a AD também foi disponibilizada, como em setembro de 2013 durante a exibição do “Criança Esperança”. Em 24 de abril de 2015 o Globo Repórter contou com audiodescrição. Mas o mesmo não aconteceu nos programas seguintes. Durante a Olimpíadas no Brasil, a TV Globo fez em agosto de 2016 a transmissão das cerimônias de abertura e encerramento com audiodescrição. Outro programa exibido durante os jogos com audiodescrição foi o “Balada Olímpica”. Era um programa transmitido após a meia-noite, com notícias dos esportes olímpicos e com comentários de vários convidados. Está inserido na categoria entretenimento. Os debates políticos da campanha de 2016 na Rede Globo e suas afiliadas também contaram com os recursos de acessibilidade, entre eles, audiodescrição. Todas essas informações são observações minhas.

Além da grade disponibilizada com os recursos de acessibilidade, encontrei também no site da Rede Globo a programação semanal onde há ícones - *closed caption* (CC) e audiodescrição (AD) - informando os recursos de acessibilidade disponíveis em cada um dos programas.

Figura 03: Página site da programação da Globo com filme no Corujão com audiodescrição



Fonte: Reprodução Site Globo

Tenho conhecimento que o trabalho de AD na emissora é terceirizado. Mas não consegui informações sobre a equipe que faz o trabalho. As perguntas foram enviadas ao setor de assessoria de imprensa no Rio de Janeiro e encaminhada, em seguida, para o Globo Universidade, área de relacionamento da Globo com o meio acadêmico. Tentei outros caminhos dentro da emissora para evitar o envio para o Globo Universidade, já conhecido pela demora e até recusa no atendimento às pesquisas. Mas infelizmente não houve outro caminho. Os pedidos sempre eram direcionados para o Globo Universidade. Os contatos junto às emissoras foram feitos entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 para que o resultado apresentado nesta tese fosse atualizado. Assim, o tempo de análise do meu pedido no Globo Universidade seria além do prazo para encerramento da tese. Portanto, não continuei o contato.

Cito aqui o trabalho realizado pela TV Integração, que é afiliada da TV Globo em Minas Gerais, com sede nas cidades de Juiz de Fora, Uberlândia, Araxá e Ituiutaba, onde há uma política recente de incentivo à implantação da audiodescrição. De acordo com a portaria nº 188/2010 as afiliadas devem fornecer os recursos de acessibilidade na “mesma proporção de horas e o mesmo horário estabelecido para a geradora cedente da programação” (BRASIL, março de 2010). Portanto, as mesmas regras valem para as afiliadas. E deverão, em algum momento, também oferecer parte da produção regional com o recurso de audiodescrição. O questionário foi enviado, por e-mail, ao chefe do setor de Divisão de programação da afiliada. Segundo Rafael Occhi, desde o início da digitalização a TV Integração já discutia a implantação

do recurso na programação local. Em junho de 2014, quando foi lançado o sinal digital em Araxá foi realizada uma sessão de cinema especial com audiodescrição. Em setembro de 2016, a TV Integração lançou a primeira campanha com AD, criada pelo núcleo de entretenimento da emissora. Foram nove vídeos contando histórias de exemplo de pessoas com deficiência em vários setores. A elaboração da audiodescrição foi realizada por mim, com locução da jornalista Renata Miranda. Em setembro e outubro do mesmo ano, durante as eleições municipais, foram realizados seis debates no primeiro turno e um no segundo turno, nas cidades de Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Araxá e Ituiutaba, todos com recurso de audiodescrição, além da janela com intérprete de Libras e *closed captions*. O trabalho em Juiz de Fora foi realizado novamente por mim, com pré-roteiro e locução ao vivo. Ainda ministrei um curso interno, para uma equipe de colaboradores da TV Integração, para que a audiodescrição fosse feita por eles nos debates nas outras praças. Rafael Occhi comentou o que motivou a realização das ações.

Além do cumprimento da determinação legal, acabamos criando um fato novo e, com isso, fazemos aquilo que somos especialistas: noticiar, propagar e informar à nossa população, de todas as classes sociais, idades e perfis, tudo que envolve a tecnologia, as vantagens e facilidades de inclusão para uma parcela da população que têm dificuldade em consumir conteúdo audiovisual, em função de suas necessidades especiais (OCCHI, 2017).

Occhi afirma que a principal dificuldade em disponibilizar audiodescrição na TV é a pouca oferta de profissionais no mercado e o aumento nas despesas. Ele comenta que a emissora recebeu feedbacks positivos através do jornalismo e também na redes sociais sobre o trabalho com audiodescrição apresentado. Ainda segundo Occhi, ao longo dos próximos anos os recursos de acessibilidade tendem a aumentar cada vez mais tanto nos programas de rede (via nacional) quanto nos locais.

Na Band, por meio da assessoria de imprensa em São Paulo, tive acesso a programação de 23 a 29 de janeiro de 2017. A grade apresenta também os programas em que consta *closed claption*.

Segunda a sexta-feira:

Os Simpsons, de 10h10 às 11h

Ezel, de 20h25 às 21h12

Show da Fé, de 21h12 às 22h06

Sábado:

Ezel, de 20h25 às 21h12

Show da Fé, de 21h12 às 22h05

Domingo:

Glee “Eu sou o que sou”, de 02h15 às 3h

A média semanal, portanto, é de 9 horas e 20 minutos de transmissão de programação com a audiodescrição. No domingo, o horário de 02h15m não entra na contagem já que a lei determina a transmissão com audiodescrição entre 6h e 2h. Quanto às características dos programas mencionados, “Os Simpsons” é um programa infantil, na categoria entretenimento. “Ezel” é uma novela, produzida na Turquia, configurada na categoria entretenimento. “Show da Fé” é um programa religioso, inserido na categoria outros. E “Glee” é uma série, na categoria entretenimento.

Diferente da TV Globo, a Band também fez a transmissão das cerimônias de abertura e encerramento das Olimpíadas 2016, mas sem o recurso de audiodescrição. Essas informações são de observação minha.

No site da Band encontrei a programação semanal, mas não há informações sobre os recursos de acessibilidade disponíveis. Pela assessoria de imprensa da emissora tive acesso apenas à grade de programação. Não consegui retorno sobre a audiodescrição que é apresentada na emissora, mesmo com o pedido feito repetidamente. Mas confirmei que a empresa Steno Mobi realiza a audiodescrição para a emissora de “Os Simpsons” e da novela “Enzel”. A informação foi disponibilizada, por e-mail, pelo audiodescritor da empresa Eddhi Santos. Em 2015, a Band exibiu a novela “Mil e Uma Noites” com audiodescrição.

Na Record tive acesso a programação de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2017 por meio do gerente de programação da Record Minas, Leandro Neves. A grade apresenta também os programas em que consta *closed caption*.

Segunda, quarta e quinta-feira: programação sem AD

Terça-feira: Cine Record Especial, de 22h30 às 00h15

Sexta-feira: Super Tela, de 23h30 às 1h15

Sábado: Cine Aventura, de 15h30 às 17h15

Domingo: programação sem AD

A média semanal, portanto, é de 5 horas e 15 minutos de transmissão de programação com a audiodescrição, quantidade inferior ao que é determinado por lei. Todos os programas mencionados são filmes, na categoria entretenimento. O site da Record também traz a programação semanal, mas não há informações sobre os recursos de acessibilidade disponíveis.

A Record também fez a transmissão das cerimônias de abertura e encerramento das Olimpíadas 2016, mas sem o recurso de audiodescrição. Essas também informações são de

observação minha. O gerente de programação da Record Minas informou, por telefone, que hoje a AD é disponibilizada pela rede, nacionalmente, e que não há programação local com o recurso. Leandro Neves fez o envio do questionário para a rede, mas não teve retorno da programação nacional sobre as questões levantadas a respeito do assunto. Tentei contato também via “Fale conosco” no site, mas também sem sucesso.

A TV Aparecida, localizada na cidade de Aparecida (SP) foi a primeira emissora da televisão brasileira a transmitir um programa com audiodescrição ao vivo, em outubro de 2013, em parceria com as audiodescritoras Livia Motta e Fátima Angelo. O trabalho com AD já era realizado antes mesmo da implantação do sistema digital no país. O questionário foi enviado e respondido por e-mail pela supervisora de acessibilidade da emissora, Flávia Machado, também pesquisadora da área e já citada nesta tese. Ela explicou que uma equipe interna, que compõe o Setor de Acessibilidade, produz os recursos de acessibilidade *closed caption* (CC) e audiodescrição (AD). O trabalho começou em 2011 e hoje são 12 colaboradoras. Para a produção de AD somente, são três roteiristas, uma narradora, um editor de vídeo e a própria Flávia, responsável pela revisão do material antes de ser exibido e arquivado.

A TV Aparecida começou a exibir AD em abril de 2012 com o filme “Charlie e eu”. Flávia Machado ressaltou que a equipe sempre fez AD dos filmes que exibem e também em programações especiais. “Dependendo de como está a nossa grade de programação, fazemos AD de shows, programas musicais, programas de artesanato e de viagens” (MACHADO, 2017). Flávia detalhou que a grade nos primeiros meses de 2017 oferece três sessões de filmes por semana, sendo elas:

Super Quarta: quartas-feiras, das 20h às 23h

Cinema da Fé: quintas-feiras, das 20h às 23h

Cine Família: aos domingos, das 15h às 17h.

Segundo a supervisora de acessibilidade da TV Aparecida, a partir de abril de 2017, além dos filmes, será ofertada AD na novela "A Padroeira", com exibição de segunda a sábado, das 19h às 20h e das 22h30 às 23h30. Para 2017 também está previsto o Festival Didiversão com 12 filmes dos Trapalhões. “Sempre que temos novidades na grade de programação pensamos em como aumentar a quantidade de programas com AD [...] ainda teremos muitos programas nesse ano jubilar dos 300 anos de encontro da imagem de Nossa Senhora no rio Paraíba” (MACHADO, 2017).

Os recursos de acessibilidade *closed caption* e audiodescrição quando disponíveis são divulgados na grade de programação do site da emissora e no início de cada bloco do programa. “Além disso enviamos para as TVs por assinatura a informação para ser inserida no sistema

deles de guia de programação. Já tivemos um vídeo institucional divulgando os recursos de acessibilidade, porém ele não é mais usado” (MACHADO, 2017). Um novo vídeo institucional deve ser feito neste ano pela equipe da TV. A partir de julho de 2017 toda a programação da emissora terá *closed caption*. Em algumas missas exibidas pela TV Aparecida é disponibilizada ainda a janela com intérprete de Libras.

Flávia disse que a TV já teve vários retornos, por e-mail e por telefone, de pessoas com deficiência visual sobre o trabalho com audiodescrição que é apresentado. No entanto, acredita que o assunto ainda é de pouco conhecimento tanto desse público-alvo quanto para os mais diversos tipos de profissionais relacionados com a produção, veiculação e transmissão da audiodescrição. Para ela, isso é uma questão que dificulta na oferta de AD na TV.

Com certeza já avançamos bastante em termos de oferta de AD na TV e em outros tipos de conteúdos audiovisuais, mas ainda falta a assimilação da geração desse material até o seu consumidor final. Isso é importante para a ampliação do mercado de trabalho na área, para o aumento da disponibilização de materiais com esse recurso e para o aumento do consumo dele (MACHADO, 2017).

Entrei em contato ainda com o SBT e com a Rede TV por meio da assessoria de imprensa, e da TV Cultura pela Central de Relacionamento. No SBT cheguei a ter alguns questionamentos sobre a pesquisa, mas não consegui nenhum retorno em definitivo. Na Rede TV fiz contato por telefone e foi solicitado que a demanda fosse enviada por e-mail, mas o mesmo não chegou a ser respondido. Na TV Cultura, cheguei a receber um e-mail de resposta informando que o responsável pelo setor estava de férias. Fiz novo contato na data de regresso indicada, mas não tive qualquer resposta de retorno. Fiz uma busca também no site das outras emissoras. No site da TV Cultura está disponível a grade da programação diária, mas não há informações sobre os recursos de acessibilidade. O site do SBT apresenta a programação dos seis últimos dias da programação e há informações sobre os recursos de acessibilidade disponíveis, incluindo a audiodescrição. Na pesquisa realizada entre os dias 3 a 8 de fevereiro localizei AD apenas no programa “Chaves”, totalizando duas horas. O “Chaves” é um gênero infantil, dentro da categoria entretenimento, que veremos adiante. No site da Rede TV encontrei a programação semanal, mas não há qualquer menção aos recursos de acessibilidade. Mas no site da Midiace, além da programação semanal da TV Globo, Band, SBT, TV Record, TV Cultura, TV Aparecida, já citadas aqui, encontrei da Rede TV e TV Brasil. Na grade da Rede TV, segundo a Midiace, há AD nos seguintes programas:

Segunda-feira: Mega Senha (reprise), às 1h; Sensacional, às 16h30; Conexão Models,

às 18h30.

Terça-feira: Documento Verdade, às 00h00

Quarta-feira: Luciana By Night, às 22h45

Quinta e sexta-feira e sábado: programação sem AD

Domingo: Ritmo Brasil, às 18h30; Operação de Risco, às 22h15; Mega Senha, às 23h15

No entanto, a grade de programação apresentada pela Mídiaace não é condizente com a grade que é apresentada no site da emissora. Portanto, sem a confirmação da Rede TV não posso apresentar aqui as informações corretas e detalhadas sobre a disponibilidade de audiodescrição na programação da emissora.

Busquei ainda no site da TV Brasil informações sobre a programação e encontrei a seguinte grade com AD:

Segunda-feira: A TV que se faz no mundo, às 1h30

Terça-feira: Nova África, às 1h30

Quarta-feira: programação sem AD

Quinta-feira: Nova África, às 6h30

Sábado: Programa Especial, às 10h30; A TV que se faz no mundo, às 00h30; Nova África, às 1h00

Domingo: Teco Teco, às 11h15; Historietas Assombradas, às 14h45; Shamwari, às 17h; Curta TV, às 00h45

Considerando que cada programa tem a duração de uma hora, a média semanal, portanto, é de 8 horas de transmissão de programação com a audiodescrição. Sobre as características dos programas, “A TV que se faz no mundo” é uma série inserida na categoria entretenimento; “Nova África” é um documentário na categoria informação; “Programa Especial” traz reportagens e entrevistas, inserido na categoria informação; “Teco Teco” é um gênero infantil, na categoria entretenimento; “Historietas Assombradas” e “Shamwari” são séries, dentro do entretenimento; e Curta TV é um revista que une informação e entretenimento. Acrescento que a TV Brasil é uma televisão pública, gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Ressalto que a TV Brasil foi única emissora de televisão aberta a fazer a transmissão da abertura e encerramento das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016 com audiodescrição. Já no canal fechado, a Sport TV também fez a transmissão da abertura e encerramento das Paralimpíadas com audiodescrição. Essas informações são de observação minha.

Em outra busca nos sites das TVs localizei as informações sobre os recursos de

acessibilidade disponíveis na TV Câmara que é uma emissora institucional da Câmara dos Deputados, criada em 1998 para transmissão de suas atividades. O sinal da TV Câmara está disponível em redes abertas e por assinatura. No site da TV Câmara consta que para quem dispõe do sinal digital da emissora, a AD está presente nos documentários exibidos e ainda no programa “Brasil Caipira”, que está na categoria entretenimento. É exibido aos domingos, às 9h, com reprise aos sábados, às 8h e 14h. Mas não há uma confirmação de quantos documentários são exibidos ao longo da semana com AD. Portanto, não foi possível fazer a média semanal de transmissão de programação com a audiodescrição.

Acrescento ainda que nos debates da campanha política de 2016 transmitidos pela televisão eram obrigatórios, segundo a resolução nº 23.457/instrução nº 538-50.2015.6.00.000 (BRASIL, dezembro de 2015), o uso de recursos de acessibilidade como legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. Além da TV Globo, conforme já mencionado aqui, a Record, a Band, o SBT, a TV Aparecida e a Rede TV também realizaram os debates. Na maioria delas, apenas nas capitais. A TV Globo, por sua vez, realizou inclusive nas afiliadas instaladas em cidades do interior.

Para esta pesquisa, portanto, tive retorno apenas da TV Integração e da TV Aparecida onde percebo que nesta há, de fato, uma política para garantir a acessibilidade na emissora. Em sua maioria, entretanto, as seis horas de programação semanal com audiodescrição vêm sendo cumprida. Porém, em um primeiro momento fica a sensação que no Brasil as emissoras de televisão se detêm em cumprir basicamente o que está na legislação. Há pouca produção interna para acrescentar AD nos programas produzidos pelas próprias emissoras.

Ainda que a audiodescrição possa representar um ônus para as emissoras, conforme sustentado por suas entidades representativas, não há como calcular o preço do desrespeito ao direito de aproximadamente 20 milhões de brasileiros. Queremos (...) um cronograma para sua implementação que, no final, atinja 100% da programação (PAULO ROMEU FILHO, 2010, p. 66 apud MACHADO, 2011a, p. 153).

Acredito ser necessária a criação de uma política pública para regulamentar e fomentar a produção, transmissão e recepção do recurso de audiodescrição. Também deve ocorrer a pressão e a fiscalização por parte dos beneficiários em uma luta constante para a sensibilização da audiodescrição em todos os setores. Percebo a importância da utilização da AD. Especificamente para este estudo, aponto que a AD vai permitir que as pessoas com deficiência visual possam assistir à televisão de modo mais agradável, oferecendo a sensação de igualdade por poderem comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV e as notícias dos telejornais; além de trazer a independência e inclusão social. Mas e como será possível inserir

audiodescrição nos programas da televisão? Para isso vamos entender melhor o funcionamento deste veículo de comunicação abordando as especificidades dos gêneros que são apresentados na programação.

3.3 DEFININDO OS DIFERENTES GÊNEROS TELEVISIVOS PARA PENSAR A AUDIODESCRIÇÃO

Para se consolidar como um dos principais laços da sociedade, a televisão tem como atrativo uma programação variada, que busca incorporar todas as classes sociais e todas as faixas etárias. “Essas redes são verdadeiras fábricas de programas de todos os *gêneros e formatos*, que procuram entreter um exército de telespectadores e teleconsumidores no mundo todo” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 25). Segundo o autor, que apresenta uma classificação de 37 gêneros televisivos distribuídos em cinco categorias, o manual de produção de programas da British Broadcasting Corporation (BBC), da Grã-Bretanha, afirma que todo programa deve sempre entreter e pode também informar. No Brasil, basicamente a televisão trabalha para o entretenimento.

O entretenimento é necessário para toda e qualquer ideia de produção, sem exceções. Todo programa deve entreter, senão não haverá audiência. Entreter não significa somente vamos sorrir e cantar. Pode ser interessar, surpreender, divertir, chocar, estimular ou desafiar a audiência, mas despertando sua vontade de assistir. Isso é entretenimento. Programas com propósito de informar são necessários em qualquer produção, exceto naquela dirigida inteiramente para o entretenimento (balés, humorísticos, videoclipes etc). Informar significa possibilitar que a pessoa, no final da exibição, saiba um pouco mais do que sabia no começo do programa a respeito de determinado assunto (WATTS, 1990, p. 20 apud ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 38-39).

Assim, ficam definidas três categorias, segundo Aronchi de Souza (p. 39): entretenimento, informativo e educativo. Há ainda a apresentação de uma quarta categoria chamada de “especiais”, que no Brasil inclui as produções exclusivas e inéditas apresentadas pelas emissoras como programas diferenciados. No entanto, as categorias que não se encaixam nas três apresentadas foram classificadas pelo autor como ‘outras’ como, por exemplo, programas religiosos, políticos e *teleshopping*.

Falar de gênero na TV é uma forma de organizar e ordenar o que é exibido na programação das emissoras. Mas o que é programação? Programação é um conjunto de programas transmitidos por uma rede de televisão, que tende a estipular um horário fixo para determinado gênero justamente para criar o hábito no telespectador de assistir o mesmo programa sempre no mesmo horário. “A distribuição dos programas em horários planejados e

previamente divulgados pela emissora, desde o início da programação até o encerramento das transmissões, cria um plano conhecido como grade horária semanal” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 58).

E, afinal, o que são os gêneros? Eles podem ser considerados como “estratégias de comunicabilidade, fatos culturais e modelos dinâmicos [...] Congregam em uma mesma matriz cultural referenciais comuns tanto a emissores e produtores quanto ao público receptor” (Id, *ibid.*, p. 44). Sobre formato, define-se pelas características gerais de um programa de televisão, com a forma e o tipo da produção de um gênero da programação da TV. “O formato de um programa pode apresentar-se de maneira combinada, a fim de reunir elementos de vários gêneros e assim possibilitar o surgimento de outros programas” (Id, *ibid.*, p. 46). Um dos exemplos é o programa “Fantástico”, da TV Globo.

Apresento agora o levantamento realizado por Aronchi de Souza com diferentes categorias, gêneros e formatos na televisão brasileira. Em TV, vários formatos constituem gêneros de programa, e os gêneros agrupados formam uma categoria.

Dentro da categoria entretenimento estão elencados os gêneros auditório, columnismo social, culinário, desenho animado, docudrama, esportivo, filme, *game show* (competição), humorístico, infantil, interativo, musical, novela, *quis show* (perguntas e respostas), *reality show* (TV-realidade), revista, série, série brasileira (minisséries), *sitcom* (comédia de situações), *talk show* (programa de entrevistas com único apresentador), teledramaturgia (ficção), variedades, *western* (faroeste). Na categoria informação encontram-se os gêneros debate, documentário, entrevista e telejornal. Os gêneros educativo e instrutivo fazem parte da categoria educação. Já na categoria publicidade estão chamada, filme comercial, político, sorteio e telecompra. Aronchi de Souza ainda aponta a categoria Outros que inclui os programas especiais, eventos e programas religiosos. Portanto, são muitas as possibilidades para realização de programas na televisão.

Essa heterogeneidade dos programas da TV aberta é uma figura de heterogeneidade social, porque oferece uma oportunidade de “comunicação e de “laço” em termos de participação e não apenas de transmissão (WOLTON, 2004, p.143).

Destaco as características de alguns deles que cito adiante nesta tese, seja de forma breve ou detalhada. Na categoria entretenimento, o gênero auditório “permite a entrada do público nos estúdios ou nos locais preparados para gravação” (Id, *ibid.*, p. 96). O gênero teve início no rádio onde fez muito sucesso e foi adaptado à televisão com a chegada do novo veículo. Os

apresentadores de programas mais marcantes do gênero são Chacrinha, Hebe Camargo, Fausto Silva e Silvio Santos. Em geral, o formato reúne palco e plateia, podendo contar com jogos, brincadeiras, pequenas reportagens, debates, videocliques, mas a figura do apresentador é que centraliza a atenção e conduz o programa.

Os jogos, brincadeiras, reportagens também fazem parte do gênero variedades, considerado por Aronchi de Souza como “os programas de auditório pós-modernos da TV” (Id, *ibid.*, p. 139). Em geral, são colocados em momentos que a emissora busca preencher um longo período da programação, com todo tipo de atração e formato, podendo recorrer ao auditório e ao improvisado para sustentar muitas horas de exibição na grade. Podem vir na maioria das vezes acompanhados de assuntos inusitados, chegando a ser grotesco. O formato mais usado é o auditório com o apresentador ao vivo. “Mas o gênero variedades permite variações, que vão dos musicais à teledramaturgia, com participação do público no estúdio e de convidados” (Id, *ibid.*, p. 141). Ainda encontramos programas de variedades com quadros humorísticos associados a *game shows* ou *quiz shows*.

A novela é o gênero mais conhecido e que está na grade de muitas emissoras. “As redes brasileiras desenvolveram um tipo de texto na novela que estimula a interação familiar cotidiana até quando come, lê e conversa” (2004, p. 121). O formato da telenovela brasileira, em geral, é de 150 a 180 capítulos, com duração média diária de 30 a 40 minutos, por um período de seis ou sete meses. São produzidas cada vez mais com temas com forte dose de realismo. As séries brasileiras, por sua vez, é um subproduto da telenovela, com um duração bem menor, exibidas no horário nobre². O formato também é em capítulos, de 30 minutos a uma hora, com cinco a vinte capítulos sequenciados. “Elas obrigam o telespectador a acompanhar os capítulos para entender a trama, porém sem ter uma complexidade que afaste a audiência rotativa” (Id, *ibid.*, p. 135).

Sobre o gênero filmes há aqueles poucos produzidos para a TV, em sua maioria curta-metragem, e também os filmes do circuito comercial que são exibidos pelas emissoras. Em geral, há um horário específico na grade da emissora para exibição, como “Corujão”, “Sessão da Tarde” e outros. Já o gênero série serve a todos os públicos e o conteúdo varia do educativo ao policial, segundo Aronchi de Souza (2004). Não exige o acompanhamento contínuo da história, mas costuma prender o telespectador até o fim da história. Os formatos são variados,

² É um bloco de programação exibido durante as noites, quando a audiência é maior. A maior parte do faturamento das emissoras vem dessa faixa horária que, no Brasil, está entre 18h às 23h, tendo como “pico” o horário entre 20h e 23h. Geralmente são exibidos telenovelas, telejornais e *reality-shows*.

podendo ser para o público infantil, como “As aventuras de Tintim, da TV Cultura, ou mesmo documentários com assuntos de interesse geral, como “Os bichos”, da mesma emissora.

O gênero infantil inclui personagens da literatura, como “O sítio do pica-pau-amarelo”, da extinta TV Tupi e, posteriormente, da TV Globo, com histórias do escritor Monteiro Lobato, como há espaço das séries com heróis e personagens em quadrinhos. Programas infantis comandados por apresentadoras como Xuxa, Angélica, Mara Maravilha também estão inseridos no gênero, assim como produções educativas como “Castelo Rá-tim-bum”, da TV Cultura, e desenhos. O formato pode ser em capítulos e seriados, como também ao vivo, com auditório, entrevistas, brincadeiras e atrações controladas por apresentadores e personagens fantasiados.

Já o gênero musical é marcado por programas presentes em todas as emissoras, em forma de “especiais” ou mesmo em programas de auditório. Tiveram início através dos festivais de música que fizeram sucesso nos anos 60 na extinta TV Excelsior e TV Record. O gênero permite formatos em cobertura ao vivo de eventos musicais e também com entrevistas e reportagens. O videoclipe é outro formato que está inserido no gênero musical das emissoras.

Outro gênero que destaco é o revista com programas com formatos variados que podem ser preenchidos com várias atrações, desde noticiários, reportagens, vídeos, humor, esportes e perguntas interativas. O “Fantástico” é um exemplo de revista que está há muitas décadas no ar. “Oferece entretenimento e informação em doses bem equilibradas, com grandes reportagens e noticiário resumido dos assuntos em pauta no Brasil e no mundo” (Id, *ibid.*, p. 129). Apesar de estar inserido na categoria entretenimento, o gênero é mais comprometido com a categoria informativa. É o chamado *infotainment*, com a notícia tornando-se espetáculo e parte de um show de informações (2004, p. 130). O apresentador também é um figura importante, mas diferente do gênero variedades, tem menos vínculo com o programa, podendo ser trocado com mais facilidade do que no gênero variedades.

O *talk show* também é um gênero que a figura do apresentador é essencial, sendo necessário um pouco de bom humor e espontaneidade para manter a conversa com o entrevistado. Em geral o formato é com auditório para garantir a descontração do programa. Pode incluir músicas, apresentações artísticas, trechos de filmes, além da entrevista.

O humor brasileiro na televisão marca a formação do gênero humorístico como, por exemplo, “A praça é nossa”, do SBT, e “Escolhinha do Professor Raimundo”, da TV Globo, assim como “Os trapalhões”. Os formatos são os mais variados, desde a presença de auditórios, visto em “Sai de Baixo, da TV Globo, como quadros e esquetes, como “Casseta e Planeta”, também da TV Globo, que ainda incluía reportagens, vídeos e outros formatos.

Na categoria Outros o gênero religioso apresenta variedade de tradições religiosas, com formatos que vão ao encontro dos objetivos das instituições religiosas. Em geral, o apresentador é uma pessoa de destaque na religião que mantém o programa, podendo ser ao vivo ou gravado durante os encontros religiosos.

Na categoria educação chamo atenção para o gênero educativo. No Brasil a maioria das produções estão nas TVs educativas. De acordo com definição de Aronchi de Souza, caracteriza-se por aulas com linguagem televisiva e programas produzidos para a audiência em geral, como os telecursos e os infantis. Em geral, são classificados assim por transmitirem uma rica dose de informação e conhecimento, podendo abarcar os programas “que podem levar ao telespectador a aumentar seus conhecimentos sobre determinado assunto, sem a pretensão ou o compromisso de obter qualificação em exames ou provas, compreendendo um objetivo mais nobre de entretenimento educativo” (2004, p. 154). Podem incluir reportagens e entrevistas formatadas como telejornal.

Por fim, abordo a categoria informação com os gêneros debate, documentário e telejornal. O primeiro não precisa de grandes investimentos, contando com entrevistados e entrevistadores, podendo apresentar ainda convidados que atuam como comentaristas. É o número de pessoas que cria o debate. Podem ser de natureza esportiva, educativa, política, entre outros. O formato mais frequente é o de mesa-redonda, podendo apresentar ainda pequenas reportagens que ilustram o tema ou ainda entrevistas com um convidado especial, que interage com o público, com a mediação do apresentador. O tempo de duração é de, no mínimo, 30 minutos, podendo chegar até mais de uma hora. Já o gênero documentário tem raízes históricas no cinema com temas com viés histórico, político, econômico, social, com uma abordagem crítica. As produções são elaboradas e, por vezes, onerosas. Assim, algumas emissoras optam pela compra de documentários importados. Apresentam uma duração média de 30 a 40 minutos, com apresentação fixa na grade de programação. Segundo Aronchi de Souza (2004, p. 147), pode ter muitos formatos dentro do próprio gênero. “Videoclipes, entrevistas, debate, narração em *off*, com o objetivo de não torná-lo cansativo e apresentar de forma variada as informações colhidas de várias fontes”. O gênero telejornal, por sua vez, caracteriza-se por um apresentador em estúdio chamando reportagens e matérias sobre fatos recentes. Em geral, são transmitidos ao vivo, permitindo a realização de entrevistas em diversos pontos. Aronchi de Souza aponta entre os formatos do telejornal os programas de debate e entrevista, mediados pelos jornalistas, e também os documentários e reportagens especiais, como “Globo Repórter”, da TV Globo.

Detalho a seguir algumas informações específicas do telejornal, com suas reportagens e entrevistas de estúdio. Lembro que tanto as reportagens como as entrevistas são utilizadas não

somente no telejornalismo como em alguns programas de variedades e de auditório. No telejornal, através da presença de apresentadores (as) em estúdio, são veiculados diferentes formatos noticiosos como notas (secas e cobertas³ – sem ou com imagens, respectivamente); reportagens; entrevistas e séries de reportagens. O essencial no telejornalismo é que imagem e texto estejam “casados”, isto é, um seja o complemento do outro. Como destaca Becker, no telejornal palavra e imagem trabalham unidos “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, som, ruídos, gráficos e vinhetas” (2005, p. 71).

Para a elaboração da reportagem, o jornalista televisivo tem que ter sempre às mãos quais as imagens foram feitas para que possa fazer esse casamento entre texto/imagem. Paternostro aponta que em alguns casos ocorre uma incompatibilidade nessa dinâmica.

Há casos de redundância, quando o texto descreve exatamente o que se vê. Também há ainda casos de paralelismo, quando texto e imagem não se complementam, caminhando lado a lado de forma independente. Há ainda casos de distanciamento, quando texto e imagem não têm absolutamente nada a ver com o outro (PATERNOSTRO, 2006, p.86).

A autora reforça ainda que o texto não deve ser descritivo, não deve explicar o que as imagens estão mostrando. Segundo ela, não é necessário “descrever o que o telespectador já está vendo. É óbvio demais. Além de chato”. (Id, *ibid.*, p. 86). Aqui aponto uma diferença entre a fala do repórter em uma matéria de TV em relação ao que é feito na audiodescrição. Ao contrário do telejornalismo que a dinâmica texto/imagem deve ser compatível, na AD a regra fundamental é “descreva o que você vê”, o que seria uma redundância em telejornalismo, segundo avaliação de Paternostro.

Ainda sobre a reportagem de telejornal quando não há imagens para acompanhar o texto, outros recursos podem ser utilizados, como mapas, selos, desenhos, gráficos, quadros, legendas, fotos, animação, simulação, reconstituição, etc., que irão facilitar a compreensão do que está sendo dito.

E como deve ser o texto na televisão? Em TV as informações são enxutas, superficiais, sendo extraídas as ideias principais das notícias. Isto porque o *timing*, o tempo de televisão é curto, as matérias, em sua maioria, são finalizadas em, no máximo, dois minutos e meio. A ideia é falar um maior número de notícias no menor tempo possível. A informação tem que se tornar compreensível em um pequeno espaço de tempo. O importante é falar do acontecimento no

³ Nota cuja a cabeça (lead da matéria) é lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens

momento em que acontece – ou o mais próximo disso – com a informação resumida ao mínimo de detalhes.

Quando existe uma imagem forte à mão ela deve ser ressaltada na reportagem. Em alguns casos, pode ser usado o som ambiente⁴ para dar ênfase a ela. Por exemplo, quando uma bomba é detonada ou há um tiroteio intenso. Ou até mesmo as vozes que ecoam em um protesto. A reportagem utiliza apenas o som ambiente da situação, sem a necessidade de palavras. É o silêncio da fala. Nestes casos, a imagem vale mais do que frases descritivas. Outro caso recorrente de uso do som ambiente ou do *sobe som*⁵, segundo jargão jornalístico, é em matérias consideradas frias, atemporais (podem ser exibidas em outro dia sem que a informação fique “velha”, utilizando o jargão jornalístico). Por exemplo, um VT⁶ que fale sobre a riqueza do artesanato é uma matéria fria. Normalmente são pautas produzidas e reportagens mais trabalhadas durante a edição e ganham mais brilho por meio do *sobe som*, unindo a um BG (*Background*)⁷ com imagens ricas em detalhes.

As matérias “quentes”, por sua vez, são aquelas que devem entrar no telejornal no mesmo dia em que são produzidas. São os chamados factuais, como, por exemplo, casos de acidentes, prisões, desastres, coletivas de imprensa, etc. Essas matérias não recebem tanto “zelo” durante a edição, até mesmo por terem um tempo curto na ilha de edição. Mas também nelas podem ser encontrados os ditos *sobe som*. Por exemplo, como já citado, a detonação de uma bomba em uma ocorrência dentro de um banco.

Existem algumas formas de montagem das reportagens. É usual a gravação dos textos por meio de *offs*⁸, associados a passagem⁹ do repórter com sonoras¹⁰ dos entrevistados. O repórter aparece uma única vez. Os *offs* seguem como em uma “costura”, emendados com as sonoras e a passagem. Um outro modo de realizar a reportagem é por meio do plano sequência, que é quando o repórter narra o caso e o cinegrafista deriva para o que está sendo comentado. Em geral, não apresenta a estrutura de *offs*. A “costura” funciona quase como que uma passagem do repórter colada a outra. O material passa a ser um pouco mais descritivo. O cinegrafista ajuda o repórter a se posicionar e privilegia o melhor ângulo para contar a história.

⁴ O mesmo que áudio ambiente.

⁵ Usado com o próprio som ambiente captado na cena ou pode ser usado com fundo musical e imagens da matéria.

⁶ Termo substituto de reportagem, matéria.

⁷ Som do ambiente ou música de fundo que acompanha a fala do repórter (*off*).

⁸ Fala do repórter.

⁹ Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações a serem usadas no meio da matéria. É o momento em que o repórter aparece na matéria para destacar um aspecto da matéria.

¹⁰ É a fala do entrevistado na matéria.

Além das reportagens e notas secas e cobertas, o telejornalismo pode ser realizado com as entrevistas de estúdio, sejam com especialistas, personalidades, grupos culturais e bandas de música. Nesses casos, também há a utilização de sobre som, de encenações e até a demonstração de produtos, como capa de CDs, livros, encartes, entre outros. Tudo acompanhado de uma certa movimentação no estúdio, ainda que isso reflita apenas nas mudanças de câmera, com angulações diferentes dos entrevistados.

Esmiucei esses detalhes do telejornalismo para apresentar que texto e imagem caminham juntos. Apesar de não haver uma descrição da imagem no texto, eles são complementos um do outro. Em um primeiro momento, parece que o tempo para a AD é ínfimo no telejornalismo justamente por haver poucos “silêncios” para inserção das falas audiodescritas.

Assim, para verificar os momentos em que, de fato, a audiodescrição pode ser inserida no telejornalismo e também nos demais gêneros televisivos, para discutir se a AD é útil nos mais variados gêneros televisivos e para pensar as dimensões da audiodescrição na TV apresento a pesquisa desenvolvida nos grupos focais.

4 DIRECIONANDO OS OLHARES PARA A TV INCLUSIVA

Conforme já mencionei anteriormente busco possibilidades de inserção da audiodescrição em variados gêneros televisivos. A pesquisa tem caráter exploratório e experimental, com uma abordagem qualitativa. Visa a busca de alternativas para acessibilidade das pessoas com deficiência nos produtos televisivos. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória é geralmente utilizada quando o tema em questão é pouco explorado e constitui-se no aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. Ele descreve a pesquisa experimental (2002, p. 73) como aquele que “consiste em determinar um objeto de estudo e as variáveis capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”. Os dados qualitativos permitem ao pesquisador ter flexibilidade e criatividade no momento de coletar e analisar os dados. Os bons resultados da pesquisa, portanto, segundo Gil (2002), dependem da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador.

Vale lembrar que essa tradução audiovisual intersemiótica ocorre por meio da visão de terceiros, com referenciais visuais por meio da linguagem dos videntes, mas as pessoas com deficiência têm seus próprios referenciais. As imagens criadas em sua mente são compostas por vários elementos, tanto visuais quanto táteis, auditivos ou motores. É a chamada imagem de representação. A produção da programação para TV, por sua vez, também está baseada na composição de elementos que alcancem a visão. Além da imagem, há a utilização de sons associados a artes, e também a presença de gráficos e vinhetas¹¹. Portanto, para verificar se a tradução das imagens em audiodescrição foi compreensível e baseados na hipótese de que a audiodescrição desperta novas sensações e recupera informações que ficam perdidas quando o recurso de acessibilidade não é utilizado nos gêneros televisivos parti para a pesquisa de recepção com um grupo focal. Apesar de atenta para a hipótese apresentada para a pesquisa, acredito que há outras questões que enriquecem esse tipo de metodologia, assim como aponta Bernadete Gatti.

O trabalho com grupos focais oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado. Ele se presta muito para a geração de teorizações exploratórias até mais do que para a verificação ou teste de hipóteses prévias (GATTI, 2005, p. 13).

¹¹ Arte breve, podendo ter texto, associada a um trecho musical que identifica emissora, apresentador, programa, quadro etc

Por meio do grupo focal, há uma interação entre os participantes sobre um assunto específico. A pesquisa tem um viés social e percebi a importância de participação ativa das pessoas com deficiência visual para avaliar o caminho traçado por mim assim também por serem os principais beneficiados com o estudo. A escolha pelo grupo focal se dá principalmente pela possibilidade de se discutir coletivamente as necessidades e expectativas pelo uso da AD em produtos televisivos específicos, além de identificar aspectos comuns apresentados durante as discussões e aprofundar o conhecimento sobre o tema. “O Grupo Focal é altamente recomendável quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado, quando se quer aprofundar o conhecimento de um tema” (COSTA, 2005, p.183). Gatti aponta que essa troca “permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar” (2005, p. 9).

Um grupo focal inclui, segundo Gatti, a discussão dentro de um grupo estimulada em função das metas da pesquisa. O objetivo principal é compreender o que essas pessoas têm a dizer sobre o assunto pesquisado e por que. Gatti afirma que na discussão não existe opinião certa ou errada, “bom ou mau argumento ou posicionamento, que se espera mesmo que surjam diferentes pontos de vista, que não se está em busca de consensos” (2005, p. 29). A partir de uma ideia apresentada pode ocorrer estímulo para outras questões, e é isso que enriquece a dinâmica. Toda reflexão no grupo focal é importante para a pesquisa.

Entretanto, existem algumas questões que devem ser observadas para a criação do grupo focal. Segundo Costa (2005, p. 183), o tempo de duração deve ser de aproximadamente uma hora e com presença de 8 a 12 participantes. Gatti salienta que o tempo de duração da reunião e o número de sessões pelo grupo focal dependem da natureza do problema de pesquisa. A autora cita que a recomendação por parte de alguns autores é de encontros com duração entre uma hora e meia e não mais que três horas. Orienta ainda que os grupos não devem ser excessivamente grandes nem pequenos, preferencialmente entre 6 a 12 pessoas (GATTI, 2005, p.12).

Para a escolha dos membros do grupo há uma série de variáveis que vai desde a definição por gênero, lugar de residência, ao tipo de trabalho e até por classe social. Gatti (2005, p. 18) aponta que deve haver algum traço comum entre os participantes, baseado no problema de pesquisa. Gatti destaca ainda que a quantidade de grupos vai ao encontro do objeto da pesquisa e aos objetivos dela. “O emprego de mais de um grupo permite ampliar o foco de análise e cobrir variadas condições que possam ser intervenientes e relevantes para o tema”

(GATTI, 2005, p. 22). A partir da formação dos grupos, o pesquisador deve avaliar se as informações obtidas foram consideradas suficientes, de acordo com as pretensões da pesquisa.

Esses participantes devem ter adesão voluntária. O convite deve motivar a participação dos mesmos, mas é importante que eles não tenham informações detalhadas sobre o objeto da pesquisa. “Saber com antecedência precisamente o que se vai discutir – por exemplo, as questões que o moderador irá colocar, ou o roteiro – propicia a informação de opiniões prévias que podem interferir nas discussões” (GATTI, 2005, p. 23).

No grupo focal, portanto, há um moderador que conduz a discussão. Mas ele não deve interferir na comunicação, emitindo opiniões ou conclusões sobre os assuntos abordados. Ele é responsável por estimular a participação no grupo, por administrar o tempo, por proporcionar um clima descontraído e informal, segundo Costa (2005, p. 187), e por impedir a dispersão da questão em foco. Gatti também chama atenção para o papel do moderador. “O que ele não deve é se posicionar, fechar a questão, fazer sínteses, propor ideias, inquirir diretamente. Fazer a discussão fluir entre os participantes é sua função.” (GATTI, 2005, p.9). Ao mesmo tempo, o moderador não deve ser passivo. A ele cabe a função de fazer ligações entre as sequências, lembrando aspectos que já foram comentados na discussão, que podem levar o grupo a abordar outro tópico importante do roteiro e ainda aprofundar o tema.

O local dos encontros deve proporcionar aos participantes um conforto e a disposição pode ser em círculo ou ao redor de uma mesa. O objetivo é que os participantes fiquem de uma forma que a interlocução entre eles ocorra de modo fácil. Para registrar o trabalho a orientação é para que durante o encontro sejam feitas gravações em áudio ou vídeo. No entanto, a participação no grupo focal garante o sigilo dos registros e dos nomes dos participantes. Assim, a gravação em áudio costuma ser a forma mais utilizada para se registrar o encontro, conforme Gatti (2005). Para ela a gravação em vídeo é intrusiva e deixa as pessoas mais expostas. “A questão da própria imagem, da exposição dos participantes, dos riscos de ruptura da confidencialidade, cria certo desconforto.” (GATTI, 2005, p.26).

A recomendação, ainda de acordo com Gatti (2005), também é para que, além das gravações, sejam realizadas anotações no decorrer da discussão para sinalizar aspectos ou momentos importantes. Elas podem ser feitas pelo moderador, mas podem ser feitas por um assistente, ou por ambos.

Para iniciar a discussão, o moderador deve fazer uma breve apresentação de si próprio e indicado que os demais integrantes façam o mesmo. Ele deve ainda informar sobre o objetivo do encontro, o motivo da escolha do grupo, como serão as atividades e até mesmo o tempo de

duração. Cabe ao moderador repassar as informações sobre a garantia do sigilo dos nomes e deve obter ainda a anuência dos participantes.

Neste momento o moderador fica responsável por contribuir para manter um clima confortável e deve mencionar que toda a participação é bem-vinda, não havendo ideias ou opiniões certas ou erradas.

Além da discussão em grupo, alguns pesquisadores ainda aplicam questionários para completar a coleta das informações, e podem ser realizados antes do término do trabalho ou ao fim. O moderador, segundo Gatti (2005), também pode solicitar que cada um dos participantes faça uma observação final, se assim julgar necessário.

A coleta dos dados do grupo focal inclui as gravações, seguidas por transcrições, além das anotações de campo. É através deles que será feita a construção e valoração das ideias em cada sessão nos grupos. Gatti (2005) chama atenção para trabalhos em grupos diversos.

Quando a pesquisa vai utilizar vários grupos focais, ou várias sessões com o mesmo grupo em dias diferentes, o processo de análise pode começar logo depois do primeiro grupo ou sessão, não havendo a necessidade de esperar a coleta de todos os grupos ou de todas as sessões para iniciar o trabalho de análise. Proceder assim pode ajudar no encaminhamento das atividades subsequentes, por exemplo, facilitando a verificação dos pontos não abordados e importantes para o estudo, ou de tópicos abordados insuficientemente, os quais o moderador procurará trazer à tona na próxima sessão ou nos próximos grupos que compõem o estudo (GATTI, 2005, p. 50).

A autora afirma que as análises podem ser mais ou menos estruturadas, podendo ou não haver dissolução das sequências interacionais, ou ainda uma combinação de ambas as formas. Sempre ressaltando o que foi realmente relevante para o grupo, configurando-se tendências, mostrando-se conexões. Não é suficiente somar as falas processadas de forma individual. Mas é interesse mencionar as opiniões majoritárias, assim como as que ficaram em minoria.

Feitas essas considerações, passemos aos caminhos percorridos para a realização do grupo focal.

4.1 ESTABELECENDO OS PRIMEIROS PASSOS

O primeiro passo para dar início à pesquisa de campo foi definir os participantes do grupo focal. Como meu objeto de estudo é a audiodescrição o enfoque foi ir em busca de pessoas beneficiadas primeiramente pelo recurso, isso é, pessoas com deficiência visual, cegas ou com baixa visão. Apesar do tema ser televisão não existia a premissa de que o grupo fosse formado somente por pessoas que assistissem a esse veículo. O fato de não assistir TV também

é de interesse para a pesquisa justamente para perceber, a partir da hipótese desta pesquisa, se a AD nos produtos televisivos vai despertar novas sensações que até então não eram suscitadas. A classe social e o gênero também não foram critérios para escolha. Poderia ser um grupo heterogêneo, desde que tivessem deficiência visual. Porém, dentro desse existiam outras variáveis que eram importantes para o estudo, como perceber as diferenças de percepção do produto televisivo entre pessoas cegas e as com baixa visão, entre aquelas que já nasceram cegas e aquelas que perderam a visão ao longo dos anos, e ainda a idade dos participantes. Baseados nesta definição, pensamos em duas possibilidades para encontrar esses participantes reunidos: a Associação dos Cegos, em Juiz de Fora, Minas Gerais, e o Instituto Benjamin Constant (IBC), na cidade do Rio de Janeiro. Moro em Juiz de Fora, onde funciona a Associação dos Cegos, e existia um desejo de aproximar o objeto de estudo à minha cidade. Mas ciente de que o IBC é centro de referência, em nível nacional, para questões da deficiência visual, optei pela instituição.

O IBC foi criado pelo imperador Dom Pedro II, em 1854, com o nome inicialmente de Instituto dos Meninos Cegos, e foi o primeiro passo para garantir à pessoa com deficiência visual o direito à cidadania. Hoje possui escola, com a Educação Infantil e os ensinamentos Fundamental e Médio. Além disso, capacita profissionais da área da deficiência visual, assessora escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas à população. O Instituto produz ainda material especializado, com impresso em braile e publicações científicas. Os cursos têm como público alvo professores e a comunidade em geral, incluindo as famílias dos alunos da instituição. Os frequentadores do IBC, em sua maioria, têm conhecimento da audiodescrição. Muitos não têm proximidade, mas já ouviram falar do recurso. O público adulto é presente em teatros e cinemas em que são oferecidos o recurso de acessibilidade.

Fiz uma visita agendada ao IBC em maio de 2016. Conheci todas as dependências e como era realizado o trabalho. Alguns alunos que estudam no Instituto ficam durante a semana no local por morarem em bairros longe do IBC, situado no bairro da Urca, ou mesmo por morarem em cidades próximas. O espaço conta com dormitórios femininos e masculinos e refeitório. Além da escola, o IBC oferece cursos e oficinas de capacitação na área da deficiência visual, entre eles, orientação e mobilidade, práticas educativas para uma vida independente, técnicas de leitura e escrita no sistema Braille e introdução à audiodescrição, entre outros. Meu objetivo inicial era realizar o grupo focal com as pessoas com deficiência visual participantes desses cursos e oficinas.

Já passava despercebido por mim a importância da submissão desse estudo a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por envolver seres humanos e buscando analisar a eticidade

da pesquisa. No entanto, ao entrar em contato com o Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Benjamin Constant fui informada que o pedido de realização do projeto de pesquisa na instituição só seria avaliado após o cadastrado na Plataforma Brasil, com posterior encaminhamento a um Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Depois de reunir todos os documentos que são exigidos, o projeto foi submetido em agosto de 2016 e rejeitado dois dias depois. Foram apresentados como justificativa alguns pequenos erros, como número de CNPJ da Escola de Comunicação da UFRJ, e foi solicitada uma carta de apresentação que deveria ser assinada, entre outros, pela chefia onde seriam captados os participantes da pesquisa, no caso, o IBC, atestando estar de acordo com a sua execução. A carta foi reelaborada e encaminhada ao Centro de Estudos e Pesquisas do IBC no início do mês de setembro. A partir de então foram várias cobranças por uma resposta quanto ao pedido de assinatura e liberação da carta no Instituto Benjamin Constant para dar continuidade ao processo de avaliação junto ao CEP.

Nessa época o cronograma de pesquisa elaborado, que estava de acordo com o cronograma de atividades realizadas até o fim do semestre no IBC, já começou a ser reestruturado. A demora começou a provocar uma incerteza se a pesquisa seria aprovada em tempo hábil, uma vez que ainda existiam alguns trâmites finais, tanto no CEP como no IBC. Recorri, então, a Associação dos Cegos em Juiz de Fora, que já era um espaço que eu conhecia. A assistente social da unidade Raquel Souza me recebeu no dia 9 de novembro. Ela indicou uma das moradoras da casa, que hoje abriga 32 cegos, entre homens e mulheres. Conversei por cerca de 15 minutos com a moradora, de 19 anos, que se prontificou a me ajudar a convidar os outros moradores a participarem do grupo focal. Anotei o telefone dela e combinei de conversar no prazo de uma semana.

No entanto, na semana seguinte, no dia 16 de novembro foi, então, emitida a declaração do Instituto Benjamin Constant de liberação para execução da pesquisa, trazendo em seu texto o compromisso de apoiar o desenvolvimento da pesquisa durante a sua realização. Na mesma data a declaração foi anexada ao projeto em andamento na Plataforma Brasil. Uma semana após, em 24 de novembro, a referida pesquisa foi aprovada. O parecer foi liberado no dia 25 de novembro e encaminhei ao Instituto Benjamin Constant no dia 28 de novembro para obtenção da autorização final para pesquisa na instituição. No dia 29 de novembro a autorização foi emitida. No dia seguinte, 30 de novembro, fui ao Instituto Benjamin Constant recolher a autorização por escrito e buscar alternativas para realização do grupo focal já ciente das dificuldades por ser fim de semestre. De acordo com o documento, datado de 29 de novembro,

a pesquisa estava autorizada, por conta dos nossos objetivos com o estudo, para ser realizada no Departamento de Educação (DED) e no Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação (DMR) no período de 20/10 a 07/12. No entanto, ao procurar o diretor do DED, Paulo Rodrigues, fui informada que as aulas já tinham sido encerradas e que poucos alunos estariam realizando apenas provas finais até o dia 07/12. Recorri, então, ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação (DMR) e a diretora Rosane de Menezes informou que as oficinas no departamento também tinham sido encerradas. Haveria apenas um encontro de finalização das atividades, mas que não era certa a presença de muitos alunos. Como sabia da presença de professores com deficiência visual no Instituto, retornei ao DED na expectativa de conseguir realizar o grupo focal com eles. O diretor do departamento me encaminhou para a professora e diretora de ensino, Angélica Bêta, que juntamente com a professora Mariana Lopes, me orientou a realizar o grupo focal com alguns alunos que residem no IBC e que estariam ainda na unidade na semana das provas finais. Segundo elas, o número seria suficiente para o meu objetivo. No entanto, eram alunos com idade entre 9 e 18 anos, entre cegos e com baixa visão. No nosso projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob o parecer nº 1.836.693, consta que a pesquisa seria realizada com frequentadores do Instituto Benjamin Constant, alunos ou reabilitandos, com idade a partir de 16 anos. A justificativa era que grupos com idades menores não teriam interesse nos programas que seria analisados, nos três gêneros televisivos: *talk show*, telejornal, debate. Estava definido ainda que seriam sete encontros, realizados em até três meses.

Portanto, diante do quadro possível para realização do grupo focal no IBC, a pesquisa precisou ser readaptada como um todo. Defini a realização do grupo focal entre os dias 5 a 7 de dezembro, com alunos na faixa etária mencionada. Já havia um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) aprovado pelo Comitê de Ética que incluía a participação de menores de idade com a assinatura de um representante legal. Assim, o TCLE foi enviado à professora Angélica para impressão e entrega aos responsáveis até o dia 2 de dezembro, data que iriam buscar os filhos na escola para retorno na semana seguinte. Foi enviado ainda um questionário, também aprovado pelo Comitê de Ética, que fazia parte do trabalho de pesquisa. O questionário incluiu uma pré-coleta com o perfil dos participantes e sobre os hábitos de consumo de notícias e os veículos de comunicação mais utilizados nesta ação.

Tive ainda uma terceira modificação no projeto inicial. Como o grupo a ser formado era mais voltado ao público infantil/adolescente, também decidi por trocar os produtos televisivos apresentados, focados mais neste gênero.

O primeiro selecionado foi o programa “Chaves”, que está dentro da categoria entretenimento. Os episódios de “Chaves” foram retirados do site Fórum Chaves, uma comunidade oficial de fãs de Chaves, Chapolin e Chespirito no Brasil. No site há exemplares com e sem audiodescrição. Entrei em contato com o Fórum Chaves por inbox no Facebook e fui informada que a audiodescrição é feita pelo SBT e que eles apenas captam os episódios com audiodescrição para disponibilizar no Youtube. Segundo a fonte, o SBT já faz AD de “Chaves” desde 2011. Solicitei um contato dentro da emissora, mas informaram que não possuíam.

O outro produto escolhido foi “Vila Sésamo”, que é exibido na TV Cultura aos sábados. Nos episódios do programa, segundo informações do site da TV Cultura, Garibaldo, Bel e todos da turma descobrem o universo dos números, das letras, sons, cores, da música e muito mais. Entre eles, está Silvan, uma cadeirante. O episódio selecionado foi retirado do Youtube. A publicação sem audiodescrição é de março de 2014 e o vídeo com AD é de fevereiro de 2016. Consta no site que o projeto “Incluir Brincando” é uma campanha da Sesame Workshop em parceria com a TV Cultura. Mas não há informações de quem realizou a audiodescrição.

Foram escolhidos também dois produtos vídeos que em seu todo, ou parte dele, há música. Apesar de não terem sido criados para a produção televisiva, são exibidos em alguns programas da TV aberta e fechada. E por serem com temáticas mais descontraídas, acreditei que seria interessante para o grupo segundo a faixa etária que encontrei. Em um deles - “Uma menina com cabelos de Brasil” – os vídeos, no gênero desenho, formato animação, com e sem audiodescrição foram localizados no Youtube, com data de publicação de agosto e setembro de 2013. No Youtube consta que a AD foi realizada pela empresa Mil Palavras, com roteiro de Jorge Rein e Leticia Schwartz, e narração de Luciane Romanovski. O outro – “A casa é sua”, de Arnaldo Antunes – é gênero musical, no formato videoclipe, produzido com diferentes técnicas de animação. Os vídeos também retirados do Youtube foram publicados em julho e agosto de 2013, sem e com audiodescrição respectivamente. Encontrei uma extensa ficha técnica sobre o videoclipe, mas sem informações sobre a audiodescrição. A realização do videoclipe foi do estúdio Cia de Canlhas. Entrei em contato por meio do Fale Conosco existente no site buscando informações sobre quem fez a AD, mas não obtive resposta.

Recordei de um vídeo com audiodescrição que assisti durante a especialização em Audiodescrição com programas da extinta MTV. Os programas “Luv”, “Infortúnio” e “Comédia” foram exibidos de 2011 a 2013. O material reúne pequenos trechos dos programas. A audiodescrição foi realizada pela empresa Iguale Comunicação de acessibilidade. Por ser um vídeo de programas de estúdio, com muitas falas, com entrevistas, vinhetas, e pela MTV ter

sido uma emissora voltada para o público jovem, achei que esse seria um produto televisivo interessante para o grupo focal.

4.2 PRIMEIROS OLHARES: O GRUPO FOCAL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Definidos os produtos televisivos, fiz o *download* dos vídeos, arqueei e segui para o Rio de Janeiro no dia 5 de dezembro. Já havia recebido uma carteira de identificação de pesquisadora, que constava meu nome e também título do projeto acadêmico. Ao chegar às 9 horas no Instituto Benjamin Constant apresentei a carteira e passei livremente pela catraca que fica na portaria. Fui direto ao Departamento de Educação. A professora Angélica havia informado, por e-mail, que estaria ausente até quarta-feira e me orientou a procurar pela professora Mariana para ajudar no que fosse necessário. Informou ainda que meus pedidos de reserva de sala e de projetor tinham sido feitos. Rapidamente encontrei a professora Mariana. Ela me disse que iria convidar os alunos que já haviam feito a prova final pela manhã para participar do grupo focal. Informou ainda que duas alunas tinham respondido o questionário e que confirmaram participação. Pelos corredores foi convocando outros alunos a participar. Alguns não se interessaram e outros de pronto se juntaram à professora, sendo guiados por ela até o auditório Maestro Francisco Gurgulino de Souza que estava reservado para nosso encontro. Três participantes entraram pelo auditório e comecei a arrumar o espaço para a atividade. Mariana foi em busca das duas estudantes que já haviam confirmado presença e também de mais alunos. Meu desejo era por, no mínimo, seis participantes, seguindo o que já foi mencionado aqui sobre a composição do grupo focal.

Enquanto aguardava, no auditório posicionei os três gravadores que foram emprestados pelo curso de Comunicação Social do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF), onde ministrei aula. Optei pelo registro do encontro por meio da gravação contínua em áudio, mas ao longo da discussão fiz pequenas gravações em vídeo para contribuir no registro de alguns aspectos ou momentos importantes. O motivo é que o grupo focal foi realizado apenas com a minha presença atuando como moderadora, sem a presença de assistentes. A gravação em vídeo, assim como algumas fotos, foram realizadas por meio de um celular. Em poucos minutos, as duas estudantes chegaram ao salão e a professora disse que continuaria em busca de mais interessados.

4.2.1 O primeiro dia

O grupo teve início às 9h27m com cinco pessoas, quatro do sexo feminino e um masculino. A primeira delas, aqui denominada de M1, com a idade de 17 anos, é cega de nascença e estuda no 3º ano do Ensino Fundamental. A segunda menina, a M2, tem 16 anos, também cega de nascença e cursa o 5º ano do Ensino Fundamental. A M3 tem 20 anos, é cega de nascença e também cursa o 5º ano do Ensino Fundamental. As três vão ao IBC para estudar e retornam para casa diariamente. M4 tem 16 anos, é cega de nascença e está no 3º ano do Ensino Fundamental. Ela é interna, fica durante a semana no IBC e aos finais de semana vai para casa, retornando na segunda-feira. Para diferenciar, vou denominar o menino de H1. Ele tem 14 anos, tem baixa visão e também é interno. Está no 3º ano do Ensino Fundamental.

Os estudantes foram orientados a sentarem-se conforme vontade própria, mas todos decidiram ocupar os lugares da primeira fileira do lado esquerdo do auditório. Eles ficaram na seguinte sequência, da direita para esquerda: H1, M1, M4, M2 e M3. À frente deles, havia um telão para projeção dos vídeos. O equipamento de datashow e o notebook foram colocados em uma pequena mesa ao lado de H1, no corredor do auditório.

O encontro foi realizado seguindo as orientações em torno dessa metodologia, já descritas no início deste capítulo. A gravação em áudio durou uma hora e 11 minutos. Iniciei com a minha apresentação, incluindo a descrição da minha fisionomia e da roupa que vestia. Apresentei em seguida a pesquisa e o motivo de realização do grupo focal. Expliquei que o encontro teria o áudio gravado, e que ocorreriam eventuais momentos com gravações em vídeo e sendo fotografado. Ressaltei o sigilo dos registros e dos nomes dos participantes. Solicitei que os participantes falassem um de cada vez para não dificultar o entendimento para transcrição da conversa. Informei ainda que não havia opiniões certas ou erradas. Perguntei a cada um o nome e a idade. Já tinha ficado sabendo pela professora Mariana que apenas H1 tinha baixa visão e apenas confirmei. Logo no começo das explicações fui interrompida por um grupo com quatro alunos que entrou no auditório. Imaginando ser mais estudantes que chegavam para participar da pesquisa, perguntei se gostariam de sentarem logo à frente. Mas em seguida os meninos contaram que entraram por engano. Prossegui. Para finalizar, orientei sobre a participação na pesquisa, que ocorria de forma voluntária e autorizada pelos responsáveis. Apesar de ter enviado à professora Angélica o TCLE e o questionário, tive conhecimento que apenas o último havia sido entregue. Reforcei que iria procurar os responsáveis até o fim do encontro para obter as assinaturas com autorização para uso das entrevistas na pesquisa. Apenas M3 trouxe o questionário preenchido. Já preocupada com a demora na devolução do

questionário, que por ser impresso deveria ser respondido pelo participante, mas preenchido por um vidente, decidi por fazer as perguntas do questionário¹² já no início do encontro, por meio de entrevistas individuais. Isso possibilitou conhecer um pouco mais o perfil dos participantes e os hábitos de consumo de notícias e trouxe dados que enriqueceram a coleta de informações.

Por isso, apresento aqui outras questões relevantes dos participantes. M3 mora com a mãe e M1 e M2 moram com os pais. Em casa, M4 fica com o pai e a avó e H1 mora com a mãe e irmã. Sobre a deficiência, M2 contou que nasceu prematura, aos sete meses de gestação, e ao permanecer na incubadora a claridade da luz teria afetado a visão. E declarou: “Eu lembro até hoje o nome do abençoado do médico”. H1 que permaneceu boa parte dos encontros somente observando relatou durante o questionário que não enxergava de longe, apenas de perto. Posteriormente a professora Mariana informou que H1 enxergava bem pouco e apenas de um dos olhos.

Perguntei quais eram os veículos que usavam para se informar, entre televisão, rádio, jornal e Internet. M2 disse que é mais ligada no rádio e M3 contou que assiste mais rádio a TV. M1 falou logo que gosta de assistir TV. “Gosto mais de assistir canal da minha igreja, que é o canal Novo Tempo, TV Novo Tempo¹³”. M4 contou sua preferência pelo Canal 4, mas frisou que vê pouco TV. H1 disse que não tem costume de ouvir rádio e que vê pouco televisão.

Questionados sobre a frequência que assistem televisão e se assistem sozinhos ou acompanhados, M2 falou que assiste uma vez ou outra, dependendo do programa. A emissora que mais acompanha é TV Globo e Band e entre os programas a preferência é pelas novelas e jornal. Normalmente está acompanhada da mãe e recebe explicações sobre o que está sendo transmitido. M1 disse que assiste TV sozinha e também com a mãe. Tem o costume de assistir o telejornal da emissora preferida. Perguntei se assistia filme e contou que vê “Sessão da Tarde” que, apesar de não ter sido mencionado por ela, faz parte da grade da TV Globo. Ela disse ainda que consegue acompanhar a programação. M3 fala que assiste sozinha e às vezes com a mãe. Gosta de assistir programa do “Raul Gil” e “Chaves”, ambos do SBT. Tentou lembrar do nome de um terceiro programa que acompanha, mas não conseguiu retomar o nome. Disse ainda que algumas partes da programação não consegue acompanhar. M4 assiste TV com avó e acrescentou: “Vozinha gosta, mas no... canal Band tem muita tragédia. Por isso que eu não

¹² O questionário que serviu de roteiro para a moderadora do grupo focal encontra-se na seção de Apêndices deste projeto, bem como a transcrição da íntegra do conteúdo dos grupos focais.

¹³ TV Novo Tempo é uma rede de televisão aberta associada ao Sistema Adventista de Comunicação que pertence à Igreja Adventista do Sétimo dia, com sede em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro (informações retiradas do site da emissora).

gosto de ver”. M4 relatou também que não gosta de assistir Record porque também tem muita tragédia. “Gosto de ver ‘Chaves’, acho muito engraçado”. Por fim, H1 menciona apenas que vê TV com a mãe.

Outra questão foi se conheciam programas na TV com audiodescrição. M2 contou que já viu na TV Brasil, mas não lembrou qual programa. Perguntei se teria mais interesse na televisão se os programas fossem apresentados com AD.

M2: Olha, mas vai depender também do programa, tem programa que é bom, tem programa que...

Moderadora: Não te interessa mesmo se não tiver AD?

M2: Não me pertence.

M1 e M3 disseram não conhecer programas com audiodescrição. M4 também diz que nunca viu. Questionei à M4 que disse gostar de ver “Chaves” se nem esse ela tinha assistido com AD, e completou: “Eu já vi na minha TV, mas não tem audiodescrição”. H1 também diz nunca ter visto programa na televisão com AD.

Com essas informações individuais, percebi que nossa primeira ideia de que encontraríamos um grupo já com conhecimento de audiodescrição foi modificada. Percebi ainda que no grupo a maioria não tinha o costume de assistir TV. Apenas uma (M1) demonstrou bastante interesse e outra (M4) mencionou um programa que gostava de assistir. No entanto, o telejornal e o programa “Chaves” foram citados por duas vezes como os tipos preferidos.

Neste momento passou-se a exibição dos produtos televisivos para que os integrantes do grupo pudessem emitir opiniões sobre a importância da audiodescrição naquele material. O primeiro deles foi um episódio do “Chaves” chamado “O fantasma da Vila”. O vídeo tinha o total de 18 minutos e 40 segundos. Combinei de assistir a um pequeno trecho para, então, iniciar a discussão. Foram exibidos 5 minutos e 50 segundos iniciais do episódio, sendo neste primeiro momento sem audiodescrição. M1 e H1 acompanham com atenção, sendo que H1 acompanhou o episódio pelo telão. M2 e M3 sorriram timidamente em alguns trechos e M4 lançou sorrisos largos e com risadas altas.

Figura 04: Cena do episódio “Chaves”



Fonte: Site Fórum Chaves

Assim que o episódio acaba, um menino entra no auditório, nitidamente atraído pelo som emitido por duas caixas de som no auditório. Sigo até ele, me apresento e pergunto se está à procura de algum professor. Ele rapidamente diz que não e pergunta o que está sendo feito ali. O menino, que vamos denominar de H2, foi reconhecido pelos colegas. Expliquei quem estava na sala e fiz o convite para participar da pesquisa, que foi aceito de pronto. Convidei para se sentar junto aos colegas. H2 escolheu uma cadeira na segunda fileira, atrás de M3. Perguntei quantos anos ele tem e já emenda: “13. Mas, sério, eu me amarro no ‘Chaves’”. Furneci outros detalhes sobre a pesquisa, pedi para dar sequência à discussão em grupo e que, na sequência, retomaria a conversa individual. Assim o grupo focal segue com a participação de seis participantes.

Os membros do grupo são indagados sobre o que acharam do programa. Todos respondem “Legal”. M2 diz que deu para ouvir e logo responde que fazia tempo que não assistia “Chaves”. H2 diz que vê até hoje e M3 e M4 também afirmam que ainda assistem. “Faz tanto tempo que eu não assisto porque eu muito mal assisto SBT, muito mal mesmo”, aponta M2. Em seguida, H2, que passou a nos chamar de “tia”, dá início a uma conversa sobre um programa na TV que aborda investigação. Retomando o foco da questão, questiono se conseguiram entender todas as cenas do episódio do “Chaves”. “Ah, dá para entender”, diz M2. M1

interrompe dizendo que gosta de assistir “Cúmplices de um resgate”, novela *teen* exibida pelo SBT. Novamente volto na discussão e abordo M2.

Moderadora: Me conta uma coisa. O que você ia dizer? [coloco a mão na perna de M2].

H2: Oh, tia.

Moderadora: Só um minutinho.

M2: Tem cena que dá para entender... quando tem sonoplastia, entendeu?

Moderadora: Quando tem aquela risada no fundo?

M2: É, sonoplastia dá para entender.

Moderadora: É? E tem alguma coisa que vocês sentem falta?

M3 e M4: Não.

M2 refere-se a trechos do vídeo em que há sonoplastia como acontecimento paralelo às falas que são ditas pelos personagens. Segundo Luiz Artur Ferrareto (2000), a sonoplastia é a base do rádio, que também é utilizada na TV, e são diferentes tipos de sons que provocam a sensorialidade do ouvinte. “Os efeitos permitem ao público ver o que está sendo descrito e a música possibilita ao ouvinte sentir o que se transmite. Servem também para pontuar o programa” (FERRARETO, 2000, p. 286). Robert Mcleish (2001) acrescenta sobre os efeitos sonoros: “Eles avivam a memória e criam imagens. Um entrevista sobre a restauração de um velho automóvel por certo, seria acompanhada do som de um motor” (MCLEISH, 2001, p. 146). Kellison (2007, p. 244) aponta que os efeitos sonoros incluem “vento, canto dos pássaros, insetos, sapos, o barulho do mar, tráfego, crianças brincando, o tilintar dos copos e talheres, etc.” No episódio apresentado, há sons repetidos de risadas, som de um sino quando o personagem Seu Barriga cai no chão, além de música fúnebre quando Kiko menciona que Chaves matou Seu Barriga. Em outro momento da discussão, H2 relembra essa questão da sonoplastia e complementa: “Mas como a gente vai saber se é um soco ou um chute? O soco e o chute de vez em quando fazem o mesmo som. Como que a gente vai saber?”

O encontro continua e assistimos novamente o mesmo episódio de “Chaves”, porém, com audiodescrição. Menciono que há uma diferença entre os dois vídeos, mas sem denominar como recurso de audiodescrição. O recurso traz detalhes do pátio onde se passa a cena, todos os detalhes da movimentação da cena, as expressões dos personagens que são importantes para a compreensão da cena. Cito um exemplo quando Seu Barriga está aparentemente desmaiado no chão do pátio:

Chaves: Como é que eu vou levantar ele se eu não aguento nem com uma mão?

Audiodescrição: Chaves abaixa um braço de Seu Barriga e ele levanta o outro.

Chaves: Kiko!

Kiko: Abaixa a mão dele, vai.

Audiodescrição: Agora Kiko abaixa o braço dele e ele levanta o outro. Chaves abaixa o outro braço de Seu Barriga e ele levanta a perna. Kiko abaixa a perna de Seu Barriga que levanta a outra perna.

[Sonoplastia: risadas]

Audiodescrição: Agora Kiko abaixa a outra perna.

Chiquinha: Ai, ai, será que todos os mortos são assim ou somos muito pesados?

Nesta exibição percebo que os estudantes ficam mais atentos, mas há poucos sorrisos. H2 e M4 são os únicos a esboçar reações maiores. O vídeo é parado no mesmo ponto do anterior. E novamente indago o grupo sobre o que acharam. M1 responde que foi legal, M3 que foi “tudo bom”. Pergunto se os dois vídeos são bons. M3 diz que sim e M4 concorda. Neste momento pergunto sobre as cenas, menciono a presença de uma voz diferente, explico que é a audiodescrição e lanço a pergunta sobre o que acharam da audiodescrição. M1, M2 e M4 respondem ao mesmo tempo: “Melhor”.

Moderadora: Melhor como? O que é melhor, me conta.

M3: Melhor para o cego ouvir, né.

H2: Porque as pessoas que não enxergam vão poder descobrir o que acontece. A audiodescrição é muito importante para quem não enxerga. E sério. Desculpa falar isso. Mas por mim, quem tirar audiodescrição vai tá praticamente prejudicando os que têm deficiência visual.

Com essa fala, percebo que a audiodescrição para eles fez diferença no entendimento do episódio. H2 continua a conversa acrescentando que já é possível assistir “Chaves” e “Chapolin” com AD na televisão. Pergunto, então, se já tinha visto “Chaves” com audiodescrição e ele confirma. “Na Claro [TV] tem como. Em cima do TAB¹⁴ tem outro botão. Aí você aperta. Aí vai aparecer o narrador narrando tudo que tá acontecendo, audiodescrição é isso”.

Chego a uma discussão que é pontual para a pesquisa. Ao questionar se H2 assiste “Chaves” com AD em casa, ele afirma e a permaneço com essa conversa no grupo.

Moderadora: E vocês?

M4: Na minha casa não tem, não.

M2: Na verdade lá em casa muito mal assiste SBT, bem dizer.

H4: Mas quem em casa tem Claro TV?

M2: Claro TV?

M4: Eu não tenho Claro TV, não.

M1: Tenho Claro TV, não

M2: Meu filho, minha TV é TV de pobre mesmo.

M4: Na minha tem nem TV a Cabo.

¹⁴ TAB é uma tecla de atalho do teclado. Com a TV digital, usando um controle remoto ou um teclado o consumidor pode acessar a TV com novos serviços (CROCOMO, 2007).

H2: Porque para quem tem Claro TV vai ser mais fácil.

Como já mencionado aqui, a audiodescrição só está disponível para quem tem TV digital pelo sistema permitir o acréscimo de um outro canal de áudio com o recurso de AD. Portanto, além de entender a importância da implantação da audiodescrição na televisão reforço que é preciso também oferecer televisores mais baratos, em especial para esse público que necessita da TV digital como parte do processo de inclusão. E também como já visto nesta pesquisa, há uma associação entre a deficiência e a distribuição de renda, com condições socioeconômicas nem sempre favoráveis.

No grupo focal, menciono ainda mais uma questão sobre a audiodescrição apresentada no programa “Chaves”. Direciono a pergunta para M2, que é a mais participativa no grupo, sobre o que ela recebeu de novo ao assistir “Chaves” com AD. M2 responde: “Aí passo a ver, descreve o que tá passando, entendeu?”. H2 completa o raciocínio: “Ela passa a entender o que está passando, é o que ela quer dizer”. Para finalizar, questiono se a audiodescrição incomoda para eles. M1 e M4 respondem ao mesmo tempo que não. H2 confirma e diz que fica bem mais simples. Ele começa novamente a falar de um episódio que assiste na TV e, para não perder o foco da discussão, interrompo e aproveito para fazer a entrevista individual com H2, já realizada com o restante do grupo. Ele conta que nasceu com hidrocefalia e perdeu a visão total aos 5 anos. H2 está no 4º ano do Ensino Fundamental e é interno no IBC. Em casa fica com os pais e dois irmãos. Ele falou que já tinha costume de assistir televisão antes de ficar cego e que continua a acompanhar, principalmente “Chaves” que assiste desde os quatro anos de idade. Mas disse que só há dois descobriu que o programa era exibido com audiodescrição. Ao ser perguntado sobre em qual veículo busca informação, H2 inicialmente disse que era pelo rádio e depois disse que tanto faz. H2 é falante e desenvolto. Logo inicia, mais uma vez, a história sobre um programa que assiste. Diz que o irmão mostrou a ele o canal Discovery. Pergunto se tem audiodescrição. “Um pouco porque, assim, eles falam ‘Depois de um tempo os policiais dão mais um pulo na cena do crime e eles olham uma coisa chocante, uma coisa que eles nunca repararam antes’. Por aí a gente pode notar que tem um pouco de audiodescrição.” H2 associa a fala mais descritiva, que é uma característica da AD, como se o que ele ouviu fosse audiodescrição. Pergunto ao grupo se preferem uma fala que seja mais narrando a cena ou uma segunda fala como a audiodescrição. M1 responde optando pela fala mais narrativa.

Dei início ao segundo produto televisivo, o “Vila Sésamo”, já aos 45 minutos de encontro. O vídeo totalizava 4 minutos e 46 segundos. O episódio “Brincadeiras inclusivas” está no projeto “Incluir Brincando”. Novamente exibo o primeiro vídeo sem audiodescrição.

Figura 05: Cena do episódio de “Vila Sésamo”



Fonte: Youtube

O grupo, em sua maioria, diverte-se ao assistir o episódio. M1 diz em voz alta: “Olha lá eles brincando”. Ela permanece ao longo da exibição com sorriso entreaberto. M4 imita um dos sons que são reproduzidos no vídeo quando o personagem Garibaldo passa por uma corda saltando: “Poim, poim”, fala M4. Assim que termina a exibição, M1 diz: “Você vai passar de novo, tia?” Aos 17 anos, M1 ainda apresenta uma postura de criança. Ao serem questionados sobre o que acharam do vídeo, M3 acrescenta que achou infantil. M2 concorda. Retomo a pergunta para saber se não gostaram. M1 agora diz que não gostou. “Eu era criança, agora eu sou adolescente. Então eu não posso ver desenho. Tem uma amiga lá da igreja que me aconselhou a não ver desenho.” Faço outra pergunta sobre a mensagem inclusiva repassada pelo vídeo. E M1 afirma que a mensagem é legal. Questiono H2 sobre o que achou do episódio. M1 interrompe. “Será que dá para colocar de novo, tia?”. H2 retoma a discussão e expõe sentimentos.

H2: Pelo que entendi é assim. Só porque a gente tem uma deficiência visual ou física isso não quer a gente como posso dizer, não pode ser igual as outras pessoas. Não podemos agir igual a elas.

Moderadora: Uhum.

H2: Mesmo assim a gente que tem uma deficiência visual ou física a gente, a gente não deixa de ser humano entendeu? De qualquer jeito nós somos humanos igual a eles. A gente que não enxerga. A gente tem um pé, tem uma mão, tem braço.

[...]

H2: Sabe o que a minha mãe me falou. Tem gente que nasce sem a perna.

Moderadora: Sim, sim, tem sim. Com certeza.

T: Tem gente que nem consegue sair da cama por causa disso. [...] Quando minha mãe falou isso, gente, fiquei muito mexido, sabe. Pensei. Poxa, cara, posso pensar só em mim não.

Retomo, em seguida, o debate perguntando se sentiram falta de alguma explicação sobre as cenas. M1, M4 e H2, que estavam mais envolvidos com o episódio, logo respondem que não. H1, sempre mais disperso, brincava com a luz expedida pelo projetor. Conto essa situação para os demais alunos. Em vários momentos, H1 também passou vários minutos observando o gravador, já que um deles estava na mesa bem próxima dele. Ele esteve sempre presente nos encontros, mas a participação era muito dispersa. Explico que vamos novamente passar o vídeo e peço paciência a M2 e M3 que não tinham gostado do material. A audiodescrição traz detalhes das crianças e dos personagens do episódio, dizendo que uma tem síndrome de down, outra é cadeirante; menciona as expressões dos personagens; e detalhes das cenas, principalmente em trechos em silêncio, que fazem diferença para o entendimento do que está sendo exibido. Apresento um dos trechos:

Bel: Eu estou muito animada com a brincadeira do limbo.

Audiodescrição: Bel olha para o lado e toma um susto.

Bel: Ah, mas não é todo mundo que está animado não.

Audiodescrição: Ela balança a cabeça fazendo que não e olha para o lado. Garibaldo olha para baixo e balança a cabeça com tristeza.

Bel: Tem gente que está triste porque não consegue participar dessa brincadeira.

Audiodescrição: Silvan chega em sua cadeira de rodas.

Silvan: Sério? Bel, quem é que não consegue participar da brincadeira do Limbo?

Bel: O Garibaldo. Sabe, ele bem que tentou.

Audiodescrição: As meninas seguram a corda. Garibaldo agacha, vira de costas e levanta novamente. Ele dá pulinhos, agacha e estica o pescoço. Então, com pulinhos, ele tenta passar por baixo da corda. Triste, Garibaldo levanta.

Bel: Não conseguiu, Silvan.

O grupo fica atento ao episódio, alguns sorriem em uns momentos, apenas M2 que cochila. Ao fim da exibição, pergunto o que acharam então, do vídeo com audiodescrição. M1 diz legal. M3 que na primeira vez tinha comentado que o vídeo era infantil, completa: “Agora sim”. Peço para explicar o comentário.

M3: Porque sem audiodescrição não dá pra escutar. Como que um cego vai escutar coisas sem a audiodescrição?

Moderadora: Antes tinha alguma coisa que você não tinha entendido que agora deu para entender?

M3: Eu não estava escutando nada, não estava escutando nada.

H2: A gente só estava escutando eles pulando, uma coisa que assim, estava dando para entender. Não é, gente?

[respondem em coro: É]

H2: Mas não estava “aquele toim, toim, toim”. Dá para perceber que eles estão pulando, mas.

M4: Mas não dá para ver aquele toim, toim, não dava.

H2: Mas assim, a gente não sabe se eles estão pulando, se eles estão quicando alguma coisa. Entendeu? Se eles estão quicando alguma bola. Se eles estão pulando. Não dá para saber.

Moderadora: Então nesse a audiodescrição fez muita diferença?

H2: Fez, sim, muita diferença.

Nessa interação entre os participantes fica nítido como a audiodescrição recupera informações que estavam perdidas e que despertou, inclusive, a atenção de uma das estudantes que não tinha se interessado pelo episódio. A troca de impressões neste momento é enriquecedora.

Continuo questionando a respeito da sobreposição de áudio que acontece em alguns momentos. Pergunto se observaram esse trecho.

H2: Sim. Porque a audiodescrição ela explica. E o áudio de antes só faz o som “poim, poim, poim”. Só faz o som.

Moderadora: Mas ela não atrapalha nesse caso?

H2: Não.

M3: Não.

Logo no início do episódio há 16 segundos apenas com uma trilha musical. Para nós ouvintes, as imagens movimentam-se na tela. Segue a audiodescrição: “Detalhe da mão de Bel que escreve com lápis a palavra Incluir. Agora Garibaldi escreve a palavra Brincando. ‘Vila Sésamo’. Incluir Brincando. Uma garotinha passa por baixo de uma corda esticada seguida por um menino com síndrome de down. Bel chega”. Em seguida, o episódio segue com as narrativas. Mencionei esse trecho para os participantes. A pergunta é o que tinham imaginado que estava passando naquela cena. “Que estavam brincando”, responde M1. A cena que indica o nome do episódio é uma informação que fica perdida para eles sem o uso da audiodescrição. Destaco outro trecho da conversa que segue:

Moderadora: E se tivesse esse programa na televisão, sem audiodescrição. Vocês teriam o costume de acompanhar todos os dias?

M1: Uhum.

H2: Não

Moderadora: Passa todo sábado.

H2: Não, não dá para acompanhar sem audiodescrição.

M4: Não, não dá.

Moderadora: Não dá? Vocês perderiam o prazer logo, logo com o tempo?

[Em coro, respondem: Uhum]

Uma questão já apresentada aqui volta novamente como algo importante para eles. “E pena que lá em casa não pega audiodescrição”, diz M4. M3 completa: “Nem na minha”. Ainda

assim, repasso o horário de exibição de “Vila Sésamo” na TV Cultura, de “Chaves” no SBT e menciono ainda a possibilidade de localizar esses episódios também pela Internet.

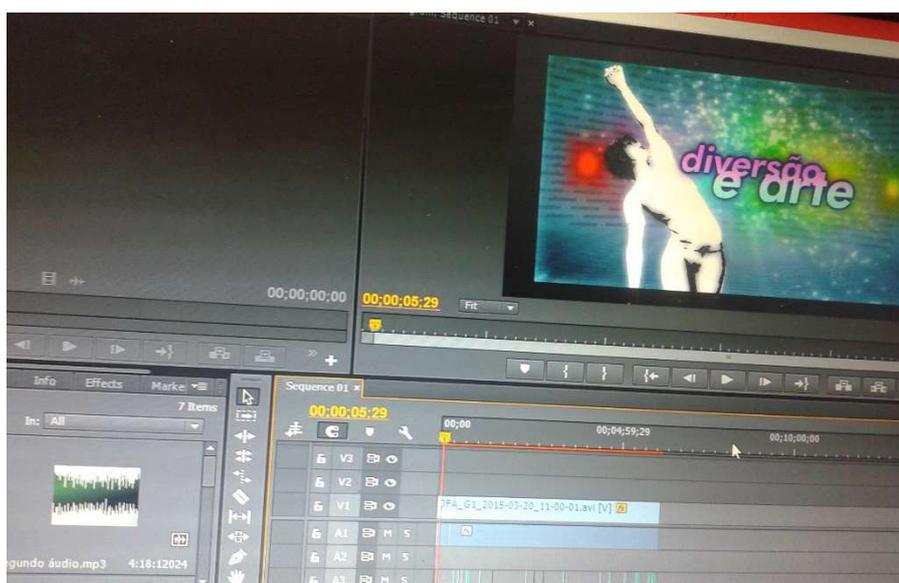
Para terminar o primeiro dia do grupo focal, abri um espaço para que H2 contasse detalhes sobre o programa que foi apresentado pelo irmão. Depois disse que aguardaríamos o retorno de todos no dia seguinte para dar continuidade à discussão e combinei de que nos encontraríamos no refeitório, após as provas. Informei que quem quisesse poderia deixar o auditório, e que continuaria com uma sessão livre de outro episódio do “Chaves”, sem qualquer discussão, para quem tivesse interesse em assistir. Entendi que era interessante fazer essa aproximação dos participantes com os produtos televisivos audiodescritos, pensando, inclusive, no viés social da pesquisa e no meu desejo de divulgar as possibilidades desse recurso de acessibilidade, ainda de pouco conhecimento até mesmo do público a quem é destinado. Informei que enquanto o vídeo era passado, separaria os papéis a serem entregues aos responsáveis para entrega na data seguinte. Encerrei a gravação em áudio às 10 horas 38 minutos, tão logo começou a exibição do episódio. Minutos depois, a mãe de M3 entrou no auditório para buscá-la dizendo que não tinha tempo para ficar esperando que participasse de tudo. A mãe se desculpou, e antes de sair assinou o TCLE sobre a participação da filha. Ao fim do vídeo, todos deixaram o auditório. M1 nos informou que voltaria apenas no dia seguinte, mas que não retornaria ao IBC a partir do dia 7, data do nosso terceiro encontro.

No mesmo dia, seguindo as orientações da metodologia de grupo focal apontada aqui por Gatti (2005), dei início à transcrição do encontro e da coleta de dados. A partir disso, elaborei as atividades subsequentes, anotando pontos que não tinham sido abordados no primeiro dia. Na programação ainda constavam mais dois encontros, mas diante da certeza que teria M1 ausente no terceiro dia e com a suspeita de ausência de M3, reavaliei o grupo focal e decidi diminuir em um dia, totalizando dois encontros, nos dias 5 e 6 de dezembro. O terceiro dia seria mantido, mas apenas com exibição de filmes ou curtas, sem a obrigação da discussão como pesquisa, com o objetivo único de aproximar os participantes da audiodescrição. Entendi ainda que o grupo poderia se dispersar e o terceiro dia seria monótono. Mantive para o segundo dia a exibição dos produtos já pré-selecionados: vídeos com música e feitos com animação e vídeo com trechos de programas da extinta MTV. Como em nosso primeiro encontro duas pessoas mencionaram que gostavam de assistir telejornal, e era de meu interesse avaliar a audiodescrição no jornalismo, optei por tentar incluir mais esse produto na pesquisa.

Escolhi a exibição do MGTV, noticiário local da TV Integração, afiliada da TV Globo em Juiz de Fora, Minas Gerais. A exibição é de segunda a sábado, com primeira edição, às 12h, e segunda edição, por volta de 19h15m. A audiodescrição do telejornal é fruto da minha

pesquisa de conclusão de curso na especialização em AD pela UFJF em 2015, realizado durante o período do doutorado. Apresento a audiodescrição em uma matéria de comportamento¹⁵, aqui denominada como “Diversão e Arte” - nome do quadro ao qual a reportagem faz parte; e ainda uma entrevista de estúdio – “Estúdio Zona Blue”, exibidos nos dias 20 e 21 de março de 2015, respectivamente. O vídeo foi retirado do site G1 que reproduz as reportagens exibidas pela TV Integração. O roteiro foi elaborado por mim e enviado para uma consultora com deficiência visual, na época professora do curso Cristiana Cerchiarri. Ela é revisora de roteiros de audiodescrição desde 2009. O trabalho também foi enviado para a coordenadora do curso, a professora e audiodescritora Lívia Motta. A locução é da também audiodescritora Patrícia Almeida, com edição e mixagem do áudio feito por mim. As figuras 06 e 07 ilustram o trabalho de edição destes áudios.

Figura 06: Tela do *Adobe Premiere* - Edição “Diversão e Arte” com AD



Fonte: *Print screen* de tela de computador com programa de edição

A audiodescrição foi elaborada a partir das minhas observações em trechos onde era necessária a audiodescrição e possível de ser acrescentada, de acordo com o tempo de “silêncio” disponível, priorizando descrever aquilo que se via e que merecia de tradução para as pessoas com deficiência visual. No roteiro não foram incluídas as rubricas, conforme modelo apresentado nesta pesquisa. Mas houve um estudo anterior da locutora com relação ao vídeo a ser audiodescrito e também a minha direção no momento da gravação para que as rubricas fossem adequadas ao material.

¹⁵ Engloba assuntos de cultura, entretenimento, lazer.

Figura 07: Tela do *Adobe Premiere* – Edição “Entrevista de estúdio MGTV” com AD



Fonte: *Print screen* de tela de computador com programa de edição

Com as atividades programadas e os produtos disponíveis no *notebook*, iniciei o segundo dia no Instituto Benjamin Constant.

4.2.2 O segundo encontro

Assim que cheguei no dia 6 de dezembro fui direto ao Departamento de Educação procurar pela professora Mariana. O auditório onde fiz o primeiro encontro estava ocupado e Mariana disponibilizou para nosso grupo focal a sala 2016, um espaço bem menor que o auditório, mas suficiente para o trabalho. Como apenas um participante tinha visão parcial, dispensei o projetor e consegui uma pequena caixa de som para ser acoplada ao *notebook* para que o áudio durante a exibição dos vídeos fosse ampliado. Ajeitei a sala, liguei o *notebook* e fui ao encontro dos alunos. No refeitório não localizei estudantes. Fiz uma busca em todo Instituto Benjamin Constant e os alunos foram sendo encontrados aos poucos e avisados do nosso novo ponto de encontro. Encontrei M2 na biblioteca que me informou que iria para a sala assim que terminasse uma atividade. M1, M4 E H1 seguiram comigo. H2 não foi visto pelo grupo. Conforme minha suspeita, M3 não retornou para nossas discussões. Já neste momento percebi a dispersão em grupo focal feito em mais de um encontro. Então, como tinha apenas três participantes, permiti que uma adolescente, que será denominada de M5, e um jovem, H3, que eram colegas próximos dos participantes se juntassem ao grupo. M5 tem 14 anos, é cega

de nascença, é interna no IBC e cursa o 3º ano do Ensino Fundamental. H3 tem 19 anos e está no 4º ano do Ensino Fundamental. A baixa visão foi observada quando já tinha mais idade, mas H5 não soube precisar quando isso aconteceu.

O grupo teve início às 9 horas 50 minutos com cinco pessoas. Mantive a gravação em áudio, dessa vez apenas com dois gravadores pelo tamanho da sala. A mesa com o notebook ficou ao centro da sala e os alunos ao redor dela. Sugeri a H1 e H3 que, se quisessem, poderiam ficar nas cadeiras mais próximas para poder visualizar o vídeo, e aceitaram.

Por conta dos novos participantes, me apresentei, com a devida descrição, e retomei as explicações dadas no primeiro encontro sobre a pesquisa e todas orientações para a realização do grupo focal. Assim que contei o que foi demonstrado no primeiro dia, M5 se animou. “Eba, eu gosto. Chaves, Chaves, Chaves.” M4 completa. “A gente conversou sobre televisão”. Mantive a mesma metodologia do primeiro dia e comecei as perguntas do questionário a H3 e M5. H3 mora com a mãe e com irmão. M5 conta que hoje está só com a mãe. Morava com a avó que faleceu. Antes da pergunta, M4 já antecipa que H3 não gosta de ver televisão. Diz que ele não procura nenhuma informação, fica somente ao telefone. H3 confirma que não gosta de TV e que não sente falta. E sobre o telefone, conta: “Eu só escuto só minha caixinha de som, eu só escuto porque eu tenho caixinha de som [...]eu só escuto na caixinha e fico falando no telefone com ela [H4]”. M5 é ao contrário, diz que gosta de televisão e que é por ela que busca informações. Assiste TV várias vezes por dia. Cita as emissoras Globo e SBT. “Eu vejo também a novela também, eu vejo ‘Cheias de Charme’, vejo ‘Chiquititas’”. M4 que estava calada mais quieta no primeiro dia, neste dia estava falante. Ela interfere dizendo que também vê “Chiquititas”. Neste instante, M5 diz que sabe uma música da novela e começa a cantar. No IBC, os alunos têm aula de música. M5 conta que fizeram uma canção da turma da aula. Falei que depois queria ouvir e retomo a discussão. Questiono se assiste televisão sozinha e M5 confirma. E reafirma que o programa preferido é novela. Por fim, pergunto se conhecem programas na TV com audiodescrição. H3 diz que nunca ouviu. Pergunto se nem mesmo em sala de aula e afirma novamente que não. M5 também diz que não conhece e que nunca assistiu nenhum programa com AD.

O grupo continua formado por pessoas sem conhecimento de audiodescrição. No entanto, reuni agora três participantes que assistem TV (M1, M4 e M5). E ao lado do telejornal e do programa “Chaves”, temos ainda a preferência por novelas entre os participantes.

Assim inicio a exibição dos produtos audiovisuais. O primeiro deles foi o vídeo com animação “Uma menina com cabelos de Brasil”. Na sinopse, consta que entre caretas e escovas, há uma busca pela aceitação através do cabelo. O vídeo apresentava o total de 9 minutos e 53

segundos. Foram apresentados apenas 2 minutos do videoclipe. Em todo esse trecho temos apenas música, efeitos sonoros, como risadas, palmas e alguns outros sons, entre eles, algo tipo “Poim, poim”.

Figura 08: Cena do vídeo “Uma menina com cabelos de Brasil”.



Fonte: Youtube

Pergunto que tipo de informação que fica ausente na animação, o que eles não conseguiram entender. M4 logo questiona: “Por que faz poim, poim, hein?” Conversei com H1 e H3, que têm baixa visão, para ver se conseguiram compreender este trecho citado. Mas quase não há diálogo. M4 se vira para H3 e pergunta se percebeu alguma coisa diferente. É nítido entre os participantes que não houve compreensão alguma sobre o vídeo. Ainda sobre o material, M4 diz: “A gente não está ouvindo”. H3 retruca: “É porque a gente não está entendendo mesmo”. Em seguida, o vídeo é exibido novamente, porém, com audiodescrição. Menciono um pequeno trecho da AD para perceber detalhes do vídeo:

Audiodescrição: Abre a gaveta da penteadeira e escolhe uma escova redonda. A escova que a menina segura em posição vertical junto à cintura se transforma na espada de um Jedi.

[Sonoplastia: risadas]

Audiodescrição: Ela escova com energia e entusiasmo até obter uma faixa de cabelos longos, lisos e listrados em tons de azul.

[Sonoplastia: pessoas dizem Ohhh].

Audiodescrição: Fica satisfeita com o resultado.

[Sonoplastia: poim]

Audiodescrição: Um fiapinho rebelde ainda resiste. A menina o arranca.

[Sonoplastia: poimmmm]

Audiodescrição: E seu cabelo volta ao penteado original.

[Sonoplastia: risadas + início de música]

Audiodescrição: A menina que veste uniforme colegial caminha lentamente se abraçando a alguns livros.

Durante a exibição do vídeo, H1 fica bem próximo ao *notebook*, olha a tela sem desviar o olhar e até sorri em alguns momentos. H3 apenas ouve, sem olhar para a tela. M5 está cabisbaixa, prestando atenção ao que está sendo exibido. Observo desde o primeiro dia que M1 apresenta um movimento contínuo de balançar a cabeça de um lado para o outro, e assim permanece durante a exibição do vídeo. M4 boceja e sussurra alguns comentários para H3. Exibi, então, 2 minutos e 30 segundos do vídeo.

Ao término, questiono se agora foi possível ter uma ideia do que era o vídeo. H3 diz que sim. M5 comenta: “A menina estava caminhando”. Pergunto se entenderam o que era o barulho do ‘poim’. H3, M1 e M5 afirmam positivamente. M4 diz que “até deu sono”. Pontuo que o vídeo pareceu chato para o grupo. “É, acho que sim”, concorda M 4. Sem conseguir render a discussão, decidi passar para a exibição do vídeo dos programas da MTV, que era mais descontraído.

O vídeo com duração de 2 minutos e 12 segundos foi exibido por completo. Ao final, expliquei o que era MTV. Primeiro são apresentados trechos do programa “Infortúnio MTV”, que era uma *talk show*, com entrevistas feitas pela personagem de desenho animado Funérea. Em seguida, são cenas de “LUV MTV”, um programa com plateia, apresentado por Ellen Jabour, em que eram abordados temas polêmicos e que aproximava casais. O último programa do vídeo era “Comédia MTV”, um gênero humorístico.

Figura 09: Cenas do vídeo que incluem os programas “Comédia”, “LUV” e “Infortúnio” da MTV



Fonte: Site Iguale Comunicação de acessibilidade

O grupo assiste atento. Em todo o vídeo há audiodescrição que inserida em pequenos trechos de silêncio, mas também há sobreposição de áudio em alguns momentos. Apresentei trechos da AD de cada um dos programas que constam no vídeo:

Infortúnio

Audiodescrição: No meio da pequena plateia os sócios de Raul Seixas, Roberto Carlos também aplaudem com entusiasmo.

[Cena da plateia aplaudindo]

Audiodescrição: Funérea

Funérea: Olá, pessoal. Péssima noite a todos. Está começando Infortúnio. E hoje eu vou conversar com o comedor de criancinhas, Rafinha Bastos

Audiodescrição: Ele tem a pele clara, nariz adunco, olhos escuros, cabelos negros, barba e bigode

LUV

Audiodescrição: A mão de uma mulher afasta uma tampa e atira um dardo bem no centro do alvo branco e vermelho, que revela-se uma sucessão de pratos sobrepostos com uma xícara de café ao centro. Ela pega o café. Letreiro “LUV MTV”. Ellen Jabour.

Ellen Jabour: Todos prontos para celebrar o amor. Começa agora...

Comédia MTV

Audiodescrição: A fachada da casa explode. No telejornal

[apresentadora lê texto em inglês]

Audiodescrição: Legenda – É um dia triste em Massachusetts. Um terrorista chamado Mohamed Al Mohamed explodiu uma casa matando uma família inteira. O presidente disse que hoje os Estados Unidos vai invadir o Curziquistão. Vinehta animada de encerramento com uma bailarina feita com luminosos de neon dançando e o logotipo “Comédia MTV”

Ao final, pergunto o que é possível encontrar nos pequenos trechos de programas que assistimos. M1 rapidamente responde: “Audiodescrição”. Percebi que ao menos M1 já começa a ter intimidade com o recurso de acessibilidade ao reconhecê-lo pelo som. Depois questiono se teriam interesse em assistir tais programas já que apresentavam audiodescrição. E M1 diz que não. Pergunto o motivo. “Esse programa tem muita palhaçada”. M5 fala que teria interesse. “É porque eu entenderia o que estaria sendo falado.” H3 também responde: “Porque eu não estou com vontade de assistir, né.” As respostas nos levam a reflexão sobre o direito de escolha. Alguns não gostam do estilo dos programas, outros não gostam de televisão, e há aqueles que até sintonizariam na emissora cientes de que o programa tem audiodescrição e que poderiam compreender a mensagem. Dessa forma a TV é um espaço de igualdade de direitos, em respeito a todos os cidadãos, que podem escolher se querem e como querem assistir televisão. É a extensão de direitos a indivíduos excluídos das produções televisivas.

Neste momento, M2 entra em sala. Já estávamos há 33 minutos do início do encontro. Passamos a ter seis participantes no grupo focal. Ela se ajeita em uma cadeira atrás de H3 e M4. Explico para M2 os dois vídeos que já haviam sido discutidos. Chamo mais uma vez atenção

de H1 que permanece calado no encontro, mas observando detalhes do celular que estava na mesa gravando as conversas e agora segue em suas mãos. Pedi cuidado para não parar a gravação. Explico que o próximo vídeo é de uma música. Apesar de termos o material sem e com audiodescrição optei primeiro pela exibição com o recurso de acessibilidade. O vídeo tem muita sobreposição de áudio na utilização da AD, praticamente o tempo todo, e o objetivo era avaliar essa situação. Segue parte da audiodescrição do videoclipe:

Letra: Não me falta cama /Só falta você deitar.

Audiodescrição: Deitado na cama do quarto ele lê um livro.

Letra: Não me falta o sol da manhã.

Audiodescrição: A cortina da janela some.

Letra: Só falta você acordar.

Audiodescrição: Um clarão toma conta do teto e repentinamente a cama desaparece.

Letra: Pras janelas se abrirem pra mim.

Audiodescrição: O personagem se levanta do chão e vai até a janela.

Letra: E o vento brincar no quintal.

Audiodescrição: Que também se dissipa.

Letra: Embalando as flores do jardim.

Audiodescrição: Deixando um pé de vento entrar balançando as coisas no quarto.

Letra: Balançando as cores no varal/ A casa é sua / Por que não chega agora?

Audiodescrição: Na TV ligada na sala o músico Arnaldo Antunes canta.

Letra: Até o teto tá de ponta-cabeça.

Audiodescrição: Chiquinho observa o teto que parece estar ao contrário.

Letra: Porque você demora.

Audiodescrição: Mas na verdade ele que está sentado de ponta-cabeça na poltrona.

Figura 10: Cena do videoclipe “A casa é sua”, de Arnaldo Antunes



Fonte: Youtube

Durante o videoclipe, M5 balança a cabeça ao ritmo da música. H3 em alguns momentos também parece apreciar o som. Mas na maior parte do tempo conversa sobre outros assuntos com M4. M1 continua no movimento contínuo de balançar a cabeça, mas também parece mais animada pelo som. M2 acompanha com atenção. H1 inicia o videoclipe olhando para tela e depois segue de cabeça abaixada. O vídeo tem 6 minutos e 38 segundos, mas exibi apenas 2 minutos. A primeira pergunta é se acharam que uma música com audiodescrição atrapalha na compreensão. M4, M5 e H3 rapidamente disseram que não. H1 que até então permanecia calado afirma que atrapalha. Questionei a ele o motivo e diz somente “porque sim”. M2 completa falando a respeito da música: “Na verdade, você só ouve de fundo, né”. Reforço a pergunta se isso atrapalha. “Não, porque você fica com ouvido no apresentador e outro na música”. Ela explica que é possível acompanhar os dois. M4 confirma: “Não está incomodando, não”. Explico que há a possibilidade na Internet de acessar o videoclipe sem e com audiodescrição. Decidi, assim, exibir o material sem o recurso. Percebendo que o grupo está interessado, reproduzi um trecho maior, 3 minutos e 40 segundos de videoclipe. Já ao fim da exibição, M5 fala alto: “Olha, tem um passarinho”. Ao terminar, explico que o objetivo era também mostrar que a audiodescrição é possível inclusive nos vídeos, ainda que com sobreposição de áudio. Em seguida, M4 começa a me perguntar sobre meu trabalho, e surgem uma série de curiosidades sobre o veículo de comunicação que exerço a profissão de jornalista e sobre o telejornal que contribuo com a produção. Aproveitando a conversa, perguntei ao grupo se poderia exibir o telejornal. Todos se mostram interessados. Comecei por uma reportagem que era a última exibida no telejornal escolhido.

Figura 11: Cena da reportagem exibida no telejornal MGTV



Fonte: Site G1 Zona da Mata

O VT¹⁶ “Diversão e Arte” fala sobre a comemoração do Saint Patrick’s Day em Juiz de Fora, com apresentação de uma banda da cidade em uma casa de show. De acordo com a reportagem, a festa incluiria, além de música, os pratos típicos da data que é originalmente celebrada na Irlanda. Esse era o último VT do telejornal. Portanto, em seguida tem-se o encerramento do mesmo, com a colocação da ficha técnica do programa na tela. O vídeo apresentado inclui esse encerramento, totalizando 6 minutos e 9 segundos.

Durante a exibição da reportagem sem audiodescrição, assim como já tinha acontecido no encontro, M4 e H3 conversaram continuamente. M2 reclamou do barulho, mas continuou atenta ao que estava sendo apresentado. Reproduzi 3 minutos de vídeo e anunciei que iria adiantar para o trecho final. Encerrado, perguntei o que eles gostariam de receber de informação, fosse por curiosidade ou mesmo para compreensão da reportagem. M1 diz que queria saber quem era a apresentadora. Questionei se gostaria de saber também como ela era. E M1 responde também. Perguntei como sabem quem são as pessoas que estão sendo entrevistadas no vídeo. “Não sei qual é a pessoa, não”, fala H3. Por fim, reproduzi a vinheta do quadro “Diversão e arte” e disse que queria saber o que eles achavam que era aquilo. M1 e M5 respondem que é a banda. “Ela já está com a banda que vai falar”, completa M2. Expliquei, então, que aquilo é uma vinheta, dizendo, em seguida, o significado real. Nesta discussão é possível perceber que para as pessoas com deficiência visual há informações que ficam

¹⁶ Termo substituto de reportagem, matéria.

perdidas no telejornal ou mesmo são imaginadas de uma forma que não condiz com o que está sendo, de fato, transmitido. Uma última pergunta foi a partir do que acompanharam no telejornal se o uso da audiodescrição faria diferença. M4 pontua: “Eu ouço muito bem a audiodescrição. Sem a audiodescrição não dá para cego ouvir”.

Parti, então, para assistir a mesma reportagem, porém, com audiodescrição. Vou detalhar a audiodescrição por ser um trabalho pensado e elaborado por mim. A AD foi acrescentada antes mesmo da cabeça¹⁷ da matéria, com a apresentação da vinheta do quadro “Diversão e Arte”, exibido todas as sextas-feiras no MGTV 1ª edição. Após a fala da apresentadora, o VT começa. Logo no início há um *sobe som*¹⁸ de 45 segundos com a banda tocando uma música. Neste ponto foram acrescentadas falas de AD. A passagem da repórter também recebe AD, assim como todas as sonoras dos entrevistados. No caso da passagem da repórter foi necessária antecipação da AD para não sobrepor com o áudio que vinha adiante.

Ao longo do VT, outros momentos de *sobe som* receberam audiodescrição, assim como algumas cenas que mereciam a explicação do que estava ocorrendo. A sobreposição do áudio foi breve, aproveitando momentos de repetição de palavras, como, por exemplo, “bem, humm, ehhh...”. No fim do VT, há outro *sobe som* de 47 segundos que também foi audiodescrito.

A cena seguinte é a despedida da apresentadora e após aparece a imagem da rua onde fica a emissora. A cena foi audiodescrita. Em seguida, “*sobe a ficha*” com o nome dos responsáveis pela elaboração do telejornal, assim como surge a logomarca da emissora. Todos esses elementos visuais verbais precisavam e foram audioescritos.

Os comentários sobre o que foi audiodescrito deixam claro como a AD recupera as informações que estavam perdidas anteriormente.

M2: Ah, falou um negócio de guitarra, uma camarada tocando guitarra. Tem... ai começou a falar do vocalista da banda. Deu para entender.

Moderadora: E antes você tinha entendido que tinha uma pessoa tocando guitarra? Ou não dava para imaginar?

M2: Poxa, tinha vez que dava, tinha vez que não imaginava.

H3 afirma: “Deu para entender tudo”. Em seguida, questionei o que eles imaginavam que era exibido no momento em que o telejornal estava sendo encerrado, quando ainda há a música desse produto televisivo sendo tocado. M4 comenta: “Que a repórter estava na tela”. Expliquei que a imagem sai do estúdio e aparece uma cena externa. Questionados por M5, que

¹⁷ Texto lido pelo (a) apresentador (a) para introduzir a reportagem

¹⁸ Usado com o próprio som ambiente captado na cena ou pode ser usado com fundo musical e imagens da matéria.

é uma adolescente curiosa e participativa, detalhei o que é estúdio e a ficha técnica. Sobre esta, perguntei se faz diferença mencionar que ela está na tela. M1 e M2 afirmam que é interessante.

Antes de dar início a exibição de outro vídeo do MGTV, lancei a questão se valeria ter audiodescrição em toda a programação de TV.

Moderadora: Vai ser legal?

M1: Vai.

M5: Vai.

Moderadora: Vocês acham que vale a pena colocar em toda a programação da televisão?

H3: Vale.

Moderadora: Sempre vale?

M4: Sempre vale.

Segui, então, com a exibição de um vídeo do MGTV em que a banda juiz-forana Zona Blue está se apresentando no estúdio do telejornal. O vídeo tem 4 minutos e 14 segundos. O grupo iria fazer uma apresentação naquela noite em uma casa de show da cidade com sucessos de Cazusa, Frejat e Barão Vermelho. Tanto neste como no vídeo anterior do MGTV a apresentadora é Érica Salazar. No entanto, apenas neste havia a audiodescrição dela. Portanto, para retomar essa informação com o grupo onde já tinha sido citada a vontade de saber quem era ela e como era, decidi pela reprodução apenas do vídeo com audiodescrição. A audiodescrição neste formato dentro do gênero telejornal também foi pensada e elaborada por mim.

Figura 12: Cena de entrevista de estúdio com a banda Zona Blue no MGTV



Fonte: Site G1 Zona da Mata

O VT selecionado surge após a volta do intervalo comercial. Portanto, há no início do VT aqui apresentado a vinheta de passagem¹⁹ do telejornal, que recebeu audiodescrição. A cena seguinte é da apresentadora Érica Salazar, que anuncia a presença no estúdio dos músicos, totalizando cinco homens. Quatro estão sentados, tocando instrumentos, e o vocalista, Ricardo Capra, que é quem conversa ao longo da apresentação com Érica Salazar está de pé atrás da banda. Parte da composição desta cena foi audiodescrita aos 22 segundos de VT, com pequena sobreposição à fala de Érica. Os instrumentos que eles tocam foram audiodescritos mais adiante, quando havia um tempo maior para inserção da AD.

A seguir, há um bate-papo entre a apresentadora e o vocalista. A AD é inserida quando ele responde à pergunta da apresentadora, anunciando quem é esse entrevistado. Aos 1'34" os músicos começam a tocar, com sobe som por 1'04". Logo no início a câmera está focada no vocalista e a AD traz as características físicas de Ricardo Capra. Em seguida, a audiodescrição é sobre os instrumentos que os músicos tocam. Há um jogo de imagens no estúdio, com a troca de câmeras e de ângulos. A apresentadora Érica está em muitos deles, ao lado da banda acompanhando a apresentação. Por isso, recebe AD também com suas características físicas e o local que está no estúdio.

Adiante, a música cessa e retorna o bate-papo, sempre com o vocalista. Em 3'15" há novo sobe som. A AD é aplicada em apenas dois momentos, com uma aproximação de câmera no vocalista e outra que descreve detalhes do estúdio que aparece ao fundo enquanto os músicos tocam.

Para a inserção da audiodescrição mais uma vez foi priorizado o som apresentado em detrimento das descrições. A cena e ação principal foram audiodescritas e o essencial, a partir de então, foi permitir a apreciação do som. Receberam audiodescrição os elementos visuais não verbais, como os espaciais (localização espacial dos personagens), os atributos físicos da apresentadora e do vocalista, além das principais ações que acontecem ao longo da exibição da reportagem, seja por meio do movimento de câmera, seja pela composição do cenário. Houve ainda a inserção de AD para identificar quem era o entrevistado que conversava com a apresentadora. O grupo responde ao fim da exibição do vídeo. “Foi bom”, diz H3. “Achei legal”, comenta M1. M4 e M5 concordam. M2 acrescenta: “Foi muito bom isso aí”. E quando questionados, afirmam que localizaram a audiodescrição sobre a apresentadora.

¹⁹ Música, associada a uma arte/logomarca, que identifica um programa no início e fim de um bloco ou uma transmissão.

Moderadora: Você estava curiosa para saber quem era a apresentadora, e agora?

M5: Agora a gente sabe.

M1: A gente sabe.

Ainda para tentar perceber o que conseguiram acompanhar com a audiodescrição, pergunto quem é o vocalista da banda. M1 responde com firmeza. “Ricardo”. M2 acrescenta. “Ricardinho”. Mais uma vez questiono se a AD faz diferença no telejornal. “Ah, faz porque você descreve o que tá passando, o que é, a cor do cabelo da pessoa, até passa o nome da pessoa.”.

Como aconteceu no primeiro encontro, deixei o tempo restante para uma sessão livre sobre um produto televisivo. Como já tinha sido mencionado no grupo o interesse pela novela “Empreguetes”, deixei o material arquivado no *notebook* para que pudessem assistir. Diferentemente do primeiro dia, o áudio continuou sendo gravado por meu descuido. Considerando até este momento, no entanto, o segundo dia do grupo focal foi finalizado em uma hora e 5 minutos, às 10 horas e 55 minutos do dia 6 de dezembro. Ressalto aqui que fiz o encerramento formal do grupo focal logo após a exibição do vídeo de “Empreguetes”. Informei que as discussões tinham sido encerradas, e que no dia posterior teria um encontro apenas para aqueles que quisessem assistir um curta-metragem com audiodescrição. Agradei a participação e lembrei da importância de apresentar o TCLE até o dia seguinte quando ainda estaria no Instituto Benjamin Constant. Esclareço que no áudio deste segundo dia de encontro ainda há 20 minutos em que constam conversas e uma apresentação musical feitas entre mim e os participantes. Mas não há mais a formalidade de um grupo focal.

No dia seguinte, fiz novamente o encontro, exibi dois curtas, recolhi os “termos de consentimento livre e esclarecido” que os alunos levaram. Para alguns deles, ainda aguardei a chegada do representante legal para garantir a assinatura no documento e, assim, encerrei o grupo focal no Instituto Benjamin Constant.

5 AMPLIANDO OS HORIZONTES: O GRUPO FOCAL NA ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS

Em nossa avaliação, o grupo focal com integrantes do Instituto Benjamin Constant foi rico, diversificado e abarcou uma série de questões que vão ao encontro dos objetivos da pesquisa. Verifiquei as possibilidades de inserção da audiodescrição em diferentes gêneros televisivos e ainda foi possível perceber a importância do recurso, ao despertar novas sensações e apresentar informações que eram desconhecidas das pessoas com deficiência visual em determinado produto da TV. Porém, o desejo de pesquisar ainda mais, visando discutir o uso da audiodescrição em outros gêneros televisivos me fez prosseguir por mais um caminho. Antes mesmo da viagem ao Rio de Janeiro, deixei acordado a realização de um grupo focal na Associação dos Cegos em Juiz Fora, com participantes, em sua maioria, adultos. O encontro estava agendado para o dia 13 de dezembro, às 14 horas e trinta minutos, na Associação dos Cegos.

A Associação foi fundada em Juiz de Fora no ano de 1939 por Luiz de Freitas, que tinha deficiência visual, e por sua esposa. O objetivo inicial era prestar assistência ao cego idoso e carente. Hoje a casa abriga 32 pessoas com deficiência visual, entre homens e mulheres. Segundo informações da Associação, todos recebem benefício do Governo que é usado para despesas pessoais, uma vez que a entidade supre as necessidades básicas. Além de moradia, o frequentadores recebem cuidados médicos, educação, lazer, esporte e diversos outros benefícios.

Para a formação do grupo focal precisei em ir busca de participantes interessados. Mantive contato com a moradora da Associação dos Cegos, que aqui vamos denominar de A1, indicada pela assistente social do local, por pouco mais de um mês. A1 estava com dificuldades para motivar a participação das pessoas. Ela me contou que praticava *goalball* na sede da Secretaria de Esporte e Lazer às sextas-feiras, junto com outros ex-moradores da Associação ou mesmo pessoas que já receberam atendimento prestado pela instituição. Combinei, então, de nos encontrarmos nesse local no dia 2 de dezembro, três dias antes da nossa viagem ao Rio de Janeiro. Os cinco atletas que estavam lá escutaram meu breve convite para uma pesquisa sobre audiodescrição e aceitaram um encontro para o dia 13, na própria Associação dos Cegos, onde já existia a liberação para realizar a atividade no tempo em que fosse necessário. A1 ainda se comprometeu a reforçar o convite junto aos moradores da instituição, fazendo aumentar nosso número de participantes. Entrei em contato novamente com a assistente social Raquel e deixei sala e equipamentos de som reservados para nosso encontro.

No entanto, como o tempo de pesquisa era enxuto, não houve a submissão dessa parte da pesquisa ao Comitê de Ética. Porém, me resguardei da mesma forma, estando atenta a algum tipo de desconforto que poderia ser provocado no participante, por constrangimento durante uma entrevista ou uma observação; ou mesmo risco de dano emocional, por retomar algumas experiências ou situações vividas que causassem sofrimento psíquico. Elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) nos mesmos moldes do que foi apresentado aos participantes do grupo focal no Instituto Benjamin Constant, revisado e aprovado pelo Comitê de Ética, e repassei para os participantes de Juiz de Fora. No IBC, alguns representantes legais assinaram inclusive por alunos maiores de 18 anos, por orientação do próprio Instituto. No grupo focal na Associação dos Cegos todos apresentavam mais de 18 anos e já responsáveis por suas ações. Portanto, não foi necessária a assinatura do representante legal neste caso.

Até mesmo pela dificuldade de agenda decidi por um único encontro. Seguindo as orientações de Gatti (2005) para realização de um grupo focal, planejei um encontro com duração entre duas horas e duas horas e meia. O objetivo era explorar ao máximo os gêneros televisivos junto ao público adulto, mas sem deixar o encontro cansativo. A seguir, apresento a escolha dos gêneros televisivos a serem discutidos.

5.1 ABRINDO ESPAÇO PARA DIFERENTES GÊNEROS TELEVISIVOS

Para a discussão no grupo focal, com participantes da idade adulta, busquei selecionar programas da TV voltados para este público ou ainda gêneros que ainda não tinham sido discutidos no grupo focal realizado no Instituto Benjamin Constant. Para esta discussão, diferente do que havia sido feito no Rio De Janeiro, a audiodescrição dos programas foi realizada por mim. Tive acesso aos vídeos da programação da TV Globo disponibilizados pela gerência da TV Integração²⁰. Assim, minha escolha foi voltada especificamente por programas exibidos por esta emissora. São eles: “Mais Você”, “Bem Estar”, “Encontro com Fátima Bernardes”, “Malhação”, “Vídeo Show”, além do telejornal MGTV e do debate realizado durante o período eleitoral. Entre eles, segundo Aronchi de Souza (2004), temos o gênero auditório, variedades, novela, telejornal, debate e híbrido. Ressalto que os filmes não fazem parte da nossa análise por não serem, em geral, produtos produzidos para televisão, foco desta pesquisa.

²⁰ Os vídeos também estão disponíveis na Globo Play e no Gshow, todos mencionados nas referências bibliográficas

O “Mais Você” está na categoria entretenimento, gênero variedades, conforme definição de Aronchi de Souza (2004). É apresentado por Ana Maria Braga, na companhia do ator Tom Veiga representado na figura do papagaio Louro José. “Mais Você” é exibido de segunda a sexta-feira, com cerca de 1 hora e 15 minutos de duração, logo após o Bom Dia Brasil. Segundo informações do site da Globo²¹, o programa “investe em matérias informativas e na prestação de serviços de olho nas atualidades e assuntos que interessam à família como economia popular, saúde e comportamento”. Além de receber convidados, o programa, que era inicialmente focado no gênero culinário, ainda traz receitas variadas em alguns dos programas, contando também com realitys culinários, apresentados por temporadas como, por exemplo, o recente quadro “Fecha a Conta”. Para todo o conjunto, há o uso de créditos ou tarjas, seja para inserir o nome do convidado ou mesmo para informar as quantidades e produtos utilizados na receita apresentada. Em caso de reportagens, há também o uso de créditos para informar o nome dos entrevistados ou mesmo da equipe de reportagem.

O programa escolhido foi exibido em 22 de novembro de 2016. Ana Maria Braga recebe a jornalista Maria Júlia Coutinho para o café da manhã. Ela também ensina a receita Sorbet de Abacaxi com iogurte e Tuille de laranja. Interessados em fazer audiodescrição de uma receita culinária na televisão, selecionei parte do último bloco do programa, com total de oito minutos e 36 segundos. Dessa forma, a audiodescrição foi elaborada a partir das minhas observações em trechos onde era necessária a audiodescrição, de acordo com o tempo de “silêncio” disponível, evitando a sobreposição de áudio. Fiz a descrição da movimentação de cena e de informações visuais que não estão contidas nos diálogos como, por exemplo: “(Audiodescrição) Ela coloca luvas descartáveis”.

²¹ <http://redeglobo.globo.com/programacao.html>

Figura 13: Programa “Mais Você”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

No entanto, para a receita há uma tarja na tela com uma série de créditos explicando as medidas dos ingredientes necessários, e não há tempo suficiente para realizar a AD. Apesar de perceber um excesso de sobreposição de áudio, mantive a audiodescrição nesse trecho. Segue:

Ana Maria Braga: Você coloca seis colheres de açúcar de confeitiro

Audiodescrição: Na tela seis colheres de sopa de açúcar de confeitiro peneirado. 55 gramas

Ana Maria Braga: Aí você vai misturar aqui farinha de trigo peneirada, 30 gramas

Audiodescrição: Três colheres de sopa de farinha de trigo peneirada. 30 gramas

Ana Maria Braga: Manteiga derretida

Louro José: 3 colheres

Ana Maria Braga: Suco de laranja

Louro José: 1 colher

Ana Maria Braga: E raspas de laranja

Audiodescrição: Três colheres de sopa de manteiga derretida. 40 gramas

Ana Maria Braga: Tudo para combinar com tudo que tá indo lá naquele sorbet.

Audiodescrição: Uma colher de sopa de suco de laranja

Ana Maria Braga: Misturou, vai ficar isso aqui, oh, gente.

Audiodescrição: Uma colher de chá de raspas de laranja

Ana Maria Braga: Vai ficar, só para mostrar a tuille.

O final da receita coincide com o fim do programa. Ana Maria convida Maria Júlia a experimentar o sorbet. A cena segue com fundo musical, sem diálogo entre as duas, e, por fim, surge na tela a logomarca da TV Globo. Esses são os 20 segundos finais do programa que também recebem audiodescrição.

Audiodescrição: As duas estão lado a lado, Maria Júlia pega a taça. Elas conversam. Maria Júlia experimenta o sorbet e balança a cabeça com interesse. Ana Maria também leva o sorbet à boca. Maria Júlia come novamente. No centro da tela logomarca da TV Globo.

O outro programa escolhido para o grupo focal é “Bem Estar”, exibido de segunda a sexta, logo após “Mais Você”, com cerca de 50 minutos de duração. Ele está na categoria informação, mas não obedece ao gênero telejornal. É um produto híbrido, ao misturar jornalismo e entretenimento, com temática sempre relacionada à saúde e à qualidade de vida, de uma forma lúdica e descontraída. Em seu formato há entrevistas, quadros fixos, reportagens e entradas ao vivo do setor de jornalismo. Na grade de programação da TV Globo, “Bem Estar” faz parte do departamento de jornalismo da emissora. É apresentado por Mariana Ferrão e Fernando Rocha e conta com a participação fixa de médicos e de especialistas. O programa traz reportagens e bate-papo entre os apresentadores, médicos e especialistas sobre um tema específico, além de responder dúvidas de telespectadores e internautas. Além do uso dos créditos dos entrevistados e da equipe de reportagem, o programa é marcado pelo uso constante de *lettering*, letras decorativas usadas para reforçar a mensagem pretendida que não seria explicada apenas com o recurso de imagem. Outra característica é um repertório das imagens diretamente ligado à questão da luz, com uso de tom sépia ou mesmo do preto-e-branco em alguns momentos. Essas características bem específicas desse produto televisivo deve ser levada em conta no momento da audiodescrição, segundo Mascarenhas (2013, p.191):

Tenta-se estabelecer leis gerais de programação de efeitos de uma obra, buscando identificar os códigos internos de funcionamento de sua composição, a partir dos gêneros de efeitos que a constituem, seja suspense, drama, comédia, por exemplo. Nesse sentido, [...] entende-se que as narrativas audiovisuais ficcionais são compostas de efeitos programados capazes de provocar expectativas e inferências por parte da recepção, cabendo ao tradutor/audiodescritor, portanto, inicialmente detectar os referidos efeitos previstos, para, em seguida, tentar recriá-los em seu roteiro.

Para a análise apresento o programa exibido no dia 22 de novembro de 2016. A escolha deu-se durante o meu acompanhamento ao programa nesta data. O tema era sobre fezes, abordando o transplante das mesmas e o formato saudável delas. Fiquei intrigada, uma vez que sem audiodescrição, não parecia possível às pessoas com deficiência visual identificar o formato saudável das fezes que estava sendo discutido no programa. Assim, selecionei o segundo bloco do programa, com total de 6 minutos e 44 segundos, em que havia a explicação sobre o formato das fezes. O trecho começa com uma vinheta de passagem de bloco, em seguida, pequena fala da apresentadora no estúdio, que anuncia uma reportagem. Ao término da reportagem, o programa continua no estúdio em um bate-papo entre Mariana Ferrão e o médico convidado. Por fim, ela faz a leitura de perguntas que aparecem na tela no chamado “Auditório Virtual”. O trecho termina com a vinheta de passagem de bloco.

Figura 14: Programa “Bem Estar”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

Elaborei o roteiro e a audiodescrição aparece logo no começo durante a exibição da vinheta de passagem de bloco. Em seguida, há uma arte anunciando o nome do quadro “Micro Mundo” que também recebeu audiodescrição. Créditos da repórter e dos entrevistados que surgem na reportagem são audiodescritos, assim como o efeito de imagem que deixa a cena mais escura. Inclusive, um dos créditos foi descrito com muita sobreposição, como a seguir: “(Audiodescrição) Na tela operador de áudio Donizete Santos, Gilberto Regis e Michael Vedovelli”. Não existia tempo de silêncio para essa leitura, mas decidi manter para levar para discussão no grupo focal. A reportagem apresenta alguns trechos com *lettering*:

Mari Palma, repórter: Vamos falar do número dois.

Audiodescrição: Na tela número dois igual cocô.

[...]

Carla Taddei, microbiologista: Mas o transplante de fezes foi proposto inicialmente para tratar uma infecção intestinal por *Costridium*.

Audiodescrição: Na tela *costridium*/bactéria. Uma seta e aparece Infecção.”

Há outros trechos em que aparecem desenhos na tela acompanhados de um som específico.

Dan Waitzberg, gastroenterologista: Aquelas fezes amarelas, brilhantes, saudáveis em potes de cerâmica.

(som do tintilar dos potes)

Audiodescrição: Desenhos de potes.

[...]

Mari Palma: Se teu intestino está funcionando bem, se está rápido, se está devagar.

Audiodescrição: Desenho de coelho e lesma.

A audioedescrição ocorre também para descrever algumas ações, como o momento que o nutricionista Murilo Pereira descasca uma banana ao falar das características das fezes. A reportagem termina e o programa segue no estúdio com o médico convidado falando sobre os formatos das fezes. Há três tipos de modelos em uma bandeja. A apresentadora refere-se a eles como cocô. O mesmo nome é usado na AD ao invés de fezes, já pensando na discussão da linguagem coloquial, essencialmente aplicada na televisão: “(Audiodescrição) Em uma bandeja, três formatos de cocô”. A fala do médico é bem descritiva. Portanto, apostei que a AD deveria ser usada em apenas alguns trechos para evitar a sobreposição de áudio e não atrapalhar o que estava sendo dito pelo médico. Por fim, inseri audiodescrição para o “Auditório Virtual” dizendo apenas “(Audiodescrição) Na tela o nome e a pergunta”, uma vez que Mariana Ferrão fazia a leitura da pergunta e também para evitar a sobreposição. E encerrei com AD da vinheta de passagem de bloco.

Escolhi também o programa “Encontro com Fátima Bernardes” para nossa discussão. É exibido de segunda a sexta-feira, com duração de cerca de 1 hora e 15 minutos. Está inserido na categoria entretenimento, gênero auditório, segundo classificação de Aronchi (2004). Já no site da Globo está dentro do gênero variedades, o que também é explicado pelo autor.

Os programas de auditório são classificados pelas emissoras como de variedades, principalmente porque são caracterizados pela apresentação de música, comédia, quadros dramáticos, dança e muitos outros recursos. Mas é importante se referir ao gênero pela denominação anterior, para compreender melhor sua história e seu desenvolvimento (ARONCHI, 2004, p. 93).

O site ainda caracteriza como um programa que mistura comportamento, prestação de serviço, informação, música, entretenimento e diversão. É apresentado ao vivo por Fátima Bernardes com a discussão de temas do cotidiano, sob a forma de bate-papo com convidados, entre artistas e especialistas. Ao longo do programa, são exibidas ainda reportagens e há, inclusive, entradas ao vivo do setor de jornalismo para cobertura de factuais, além de apresentações musicais. A plateia divide o cenário com o palco onde ficam Fátima Bernardes e os convidados.

Selecionei o programa exibido em 24 de outubro de 2016. Eu tinha acompanhado este programa, que trazia como uma das discussões a moda feita para pessoas com deficiência, que me levou a reflexão que apesar do tema ser inclusivo as pessoas com deficiência visual não conseguiriam acompanhar tudo o que estava sendo mostrado. Assim, selecionei um trecho do último bloco do programa, com total de 13 minutos e 20 segundos, em que eram apresentadas as peças de roupas para pessoas com deficiência. Entre os participantes no palco estão a atriz

Ana Carbatti; a idealizadora e coordenadora do Projeto Moda Inclusiva, Daniela Auler; a atleta Marinalva de Almeida; o psiquiatra Jairo Bauer; a banda Suricato, e Bruna, bailarina do grupo. O trecho selecionado começa com as informações do quadro “G1 em 1 minuto”. A vinheta do quadro recebe audiodescrição assim como a imagem em que Mari Palma, do G1, e Fátima Bernardes conversam através de um telão. Algumas ações, como Mari Palma sorrindo e acenando para Fátima, além de algumas características no palco, com a colocação de três manequins de roupas, são descritas. Há audiodescrição também para caracterizar os participantes que chegam na cena, como da atleta Marinalva de Almeida, chamada de Mari no programa. “(Audiodescrição) Mari usa vestido de noiva e prótese na perna esquerda”. Justifico aqui que a apresentadora e alguns convidados não foram descritos porque já estavam em blocos anteriores. Portanto, fica subtendido que a AD já teria sido feita anteriormente. Após a entrada de Mari no palco é exibida uma reportagem sobre um desfile de moda inclusiva. A AD foi inserida nos créditos dos entrevistados. Uma característica do “Encontro” são as tarjas na tela com frases referentes ao assunto que está sendo exibido. As tarjas aparecem com frequência durante o programa, inclusive durante a reportagem. Portanto, foi feita a audiodescrição com leitura do texto na tela que surge durante a reportagem. “(Audiodescrição) Na tela Moda Inclusiva, Gabriela Lian acompanhou concurso em São Paulo”. Em alguns trechos, a audiodescrição das tarjas só é possível com sobreposição de áudio, como em 6’22” e 6’54” do trecho do vídeo selecionado. Mais uma vez manteve a sobreposição para apresentar na discussão com o grupo focal.

Figura 15: Programa “Encontro com Fátima Bernardes”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

Após a exibição da reportagem, há um bate-papo no palco entre a apresentadora, Mari, Ana Carbatti, e Daniela Auler. Como a conversa era contínua, havia poucos momentos para inserir a AD, inclusive para explicar as peças de roupas que estavam sendo apresentadas.

Fátima: Olha só. Essa peça foi pensada para quem tem deficiência visual.

Audiodescrição: Mostra roupa em manequim.

Fátima: Olha só, você passa a mão e é como se ela fosse um dominó. De seis peças, de três, de dois. De uma.

Audiodescrição: Detalhes da saia.

Fátima: Então, ao passar a mão você sente.

O trecho do bloco selecionado finaliza com a entrada de Bruna, bailarina da banda Suricato que acompanha o programa no palco. A audiodescrição revela o que Fátima Bernardes não menciona. “(Audiodescrição) Bruna é uma jovem com síndrome de Down”. Por fim, cenas de Bruna dançando no clipe recebem audiodescrição.

O quarto programa escolhido para análise do grupo focal foi o “Vídeo Show”, exibido de segunda a sexta-feira, após o Jornal Hoje, com duração de uma hora e quinze minutos. Está inserido na categoria entretenimento, no gênero variedades, e assim como o “Mais Você”, sem a presença de auditório. O programa fala sobre os bastidores da televisão e as principais notícias sobre as estrelas da Globo, seja por meio de entrevistas no estúdio ou em reportagens. Os atuais apresentadores são Otaviano Costa e Joaquim Lopes.

Optei pela escolha da abertura do programa exibido em 24 de novembro de 2016, em um trecho totalizando 6 minutos e 40 segundos. Selecionei o trecho incluindo a classificação indicativa de obras audiovisuais²² que antecede o programa. Na televisão, a Classificação Indicativa também é apresentada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), segundo “Classificação Indicativa: Guia Prático”, projeto do Ministério Público pelo Direito à Comunicação. No entanto, não é disponibilizada com audiodescrição. Assim, esse foi o primeiro trecho audiodescrito. “(Audiodescrição) Janela com intérprete de libras escrito ‘Este programa contém cenas inadequadas para menores de 10 anos’”. Em seguida, temos a vinheta de abertura do programa e surgem Otaviano Costa e a atriz Suzana Vieira na bancada. A

²² É a indicação à família sobre a faixa etária para a qual obras audiovisuais (programação de TV, filmes, DVD, jogos eletrônicos e de interpretação – RPG) não se recomendam. A Classificação vincula a faixa horária à etária na televisão. Sua atribuição é competência da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Ministério da Justiça, que decorre de previsão constitucional, regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e disciplinada por Portarias do Ministério da Justiça. A classificação indicativa se encontra consolidada como política pública de Estado. Os seus símbolos são reconhecidos pela maioria das famílias que, segundo pesquisa nacional, os utiliza para escolher a programação televisiva, os filmes e os jogos que as crianças e adolescentes devem ou não utilizar.

apresentação dessa cena recebeu audiodescrição, incluindo a descrição do cabelo da atriz que é mencionado na conversa com o apresentador.

Otaviano Costa: Você sabe o que é long bob?

Suzana Vieira: Vou explicar.

Otaviano Costa: Long bob é o cabelo.

Suzana Vieira: É um cabelo cortado, assim, pequenininho, mais cortado.

Audiodescrição: Mostra os cabelos na altura dos ombros.

Suzana Vieira: O long. E o bob quer dizer isso aqui, gordo, né. Não sei.

Audiodescrição: E com pontas arredondadas.

Otaviano Costa: Não sabe nada, né?

Figura 16: Programa “Vídeo Show”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

Em seguida, é apresentada a escalada do “Vídeo Show”, com resumo dos assuntos que serão apresentados no programa. A cada assunto, há uma breve audiodescrição das imagens que aparecem, que é inserida nos momentos de silêncio e de sobe som durante a escalada. Após um curto bate-papo entre Otaviano Costa e Suzana Vieira, é exibido um VT sobre uma cena da novela da emissora “Lei do Amor”. Inicialmente há uma discussão entre os personagens Isabela e Thiago que estão em uma lancha em alto mar e, na sequência, ocorrem dois minutos e dez segundos apenas de cenas sem diálogos, somente de imagens, com uma música de suspense ao fundo. Sem a AD, uma pessoa com deficiência visual não poderia compreendê-la. Esta foi uma das razões da escolha desse trecho para nossa discussão. O material recebeu audiodescrição, com detalhes da movimentação de cena. O “Vídeo Show” continua no estúdio, ainda com a conversa entre o apresentador e Suzana Vieira, comentando a cena da novela. São exibidas as

cenar da gravação de Isabela no último capítulo da novela. Fiz uma breve audiodescrição, anunciando como “Cenas dos bastidores” para evitar a sobreposição de áudio.

O quinto produto televisivo que selecionei para discussão foi “Malhação”, com exibição de segunda a sexta-feira, a partir de 17h40m, com trinta minutos de duração. Está inserida na categoria entretenimento, no gênero novela. “Malhação” é antiga na grade da emissora e sempre foi direcionada ao público adolescente, com temáticas relativas a esse universo. Segundo o site da TV Globo, a nova temporada recebe o nome de “Malhação: Pro dia nascer Feliz”, e traz uma crônica sobre a juventude brasileira atual espelhada em diversos personagens.

Selecionei um trecho do episódio apresentado em 30 de novembro de 2016, que faz parte do primeiro bloco da novela, totalizando quatro minutos e 39 segundos. A escolha foi feita para que fosse incluída a vinheta da novela em nossa discussão. Neste recorte, as cenas iniciais indicam mudança de ambiente na trama, em que há um sobe som de nove segundos com uma sequência de imagens. “(Audiodescrição) Cena de uma pick up, pessoas jogam vôlei na praia, homem andando de bicicleta, jogo de totó, sinal de pedestre vermelho”. Em seguida, temos o personagem Ricardo jantando com as três filhas. Neste momento, priorizei o diálogo da cena que é essencial para compreensão da trama. A audiodescrição limitou-se apenas a anunciar “Ricardo janta com as filhas”. Os trinta e três segundos que seguem são apenas com o diálogo dos personagens da novela. Esse é apenas um dos momentos em que encontrei dificuldade para descrever a movimentação de cena já que os personagens se encontram em diálogo contínuo. No fim desta cena, há um breve momento de silêncio em que inseri a AD: “Bárbara fecha a cara e olha para Juliana que sorri”.

Figura 17: Cena de “Malhação”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

A cena seguinte é entre as personagens Joana e Tânia, de outro núcleo da trama. A AD também foi sucinta, apenas para descrever uma ação importante para compreender o contexto do diálogo. “Tânia coloca buquê de flores em jarro”. Mas neste momento há sobreposição de áudio. Na sequência seguinte foi difícil encontrar espaço para descrição do ambiente onde chegam as personagens Juliana e Bárbara, assim como o movimento de câmera, e que me parece importante para compreensão do enredo. A cena seguinte é de outro núcleo da novela, com os personagens Rômulo e Nanda, e que não há silêncio para inserção da AD. Dando continuidade à cena anterior, há o momento em que o namorado de Juliana, Jabá, discute com o pai, enquanto ela e Bárbara assistem.

Bárbara: Só pode ser aqui, Ju.

Audiodescrição: Bárbara e Juliana no carro.

Bárbara: Vem cá, aquele dali não é o Jabá.

Juliana: Jabá.

Audiodescrição: Jabá empurra um homem.

A cena segue com a discussão entre os dois e com poucos trechos audiodescritos. Mantendo o suspense da cena, surge, então, a vinheta da novela. Em um total de um minuto há uma sequência rápida de cenas, com muita cor e agitação, com a música tema de abertura que leva o mesmo nome da temporada “Pro dia nascer feliz”, do cantor Cazuzza, regravada por Titãs. A audiodescrição é intercalada por momentos em que se toca apenas a música, como abaixo:

Audiodescrição: Imagens em sequência rápida de pessoas praticando vários esportes. Andando de skate. Usando bambolê. Andando pelas ruas. Com cadernos nas mãos. De mochila nas costas.

[Música]

Audiodescrição: Jogando vôlei na praia. Malhando na academia. Lutando boxe. Nadando. Correndo na praia.

[Música]

Audiodescrição: Na tela ficha técnica.

[Música]

Audiodescrição: Homem mergulha na piscina. Garota é jogada para o alto segurada por um pano. Pessoas dançam. Em turma. Na praça. Em uma festa. Comemorando.

[Música]

Audiodescrição: Em fundo rosa com letras brancas escrito Malhação. Em fundo amarelo com contorno rosa Pro dia Nascer Feliz.

Esclareço aqui que nenhuma característica dos personagens foi mencionada na audiodescrição. Entendo que essa descrição pode ocorrer nos primeiros capítulos da novela. Mas é uma informação que se perde para quem começa a acompanhar a trama já nos capítulos posteriores. Uma solução apontada por Alves, Gonçalves e Pereira (2016, p. 212) é o uso de fichas com AD de personagens, ambientes e até da vinheta que podem ser acessadas por meio

dos recursos oferecidos pela TV digital, permitindo que as pessoas com deficiência visual busquem essas informações livremente pelo controle remoto, fora do contexto da exibição da telenovela.

Na ficha das personagens há uma descrição detalhada sobre os aspectos físicos (cabelos, cor da pele e olhos, altura, etc) de cada uma das personagens principais e secundárias (com o nome dos autores) e o tipo de roupas e acessórios que costumam utilizar - enfatizando os tons de cores mais frequentes. A mesma descrição detalhada se dá com relação aos ambientes.

Em contato por e-mail com uma das autoras do artigo, a audiodescritora e professora Soraya Ferreira Alves, tive conhecimento que ainda não há aplicação do uso das fichas no Brasil. A autora disse também desconhecer o mesmo em outros países. Acredito ser essa uma alternativa interessante que evita ainda a sobreposição, visto que a telenovela apresenta muitos elementos visuais e pouco tempo disponível para inserção da audiodescrição sem que prejudique os diálogos apresentados.

Ressalto ainda que há um processo de identificação ou projeção nos telespectadores para com os personagens.

A identificação se dá através das características, tanto afetivas quanto físicas, presentes nas personagens que o público leva à sua própria vida. A projeção ocorre mediante aquelas ações menos possíveis de serem realizadas socialmente. Ao se projetarem, os indivíduos aliviam as tensões diante de uma história narrada pela indústria cultural (MORIN, 1981, p.78).

Dessa forma, acredito ser essencial a caracterização dessas personagens também para as pessoas com deficiência visual. Com as fichas, informações como cor de batom, de esmalte e de acessórios podem ser fornecidas diariamente, itens que também fazem parte do imaginário e desejo de consumo do telespectador cego ou com baixa visão.

Ainda de acordo com Alves, Gonçalves e Pereira (2016), o uso das fichas para as vinhetas de abertura deve ser de três formas: somente com a música, somente com a audiodescrição, e ouvindo a AD dos créditos iniciais. “É necessário que a pessoa com deficiência visual tenha mais de uma escolha, pois percebemos que a música e as imagens da vinheta se complementam, e é importante que o telespectador perceba a conexão entre elas” (ALVES; GONÇALVES; PEREIRA, 2016, p. 213).

O sexto produto televisivo em discussão é mais uma vez o noticiário local, desta vez o MGTV segunda edição, exibido por volta de 19h15m. Está inserido na categoria informação, no gênero telejornal. O trecho escolhido engloba uma reportagem sobre a exibição de um filme com audiodescrição em uma sessão de cinema em Juiz de Fora. A reportagem de televisão, de

uma forma geral, segue a estrutura *Off* + Sonora+ Passagem + *Off*. No entanto, essa especificamente não apresentava a estrutura com *Offs*. Eram apenas sonoras + sobe som + passagem + sonora, uma estrutura que nos chamou atenção. A análise da reportagem, no entanto, nos mostra que essa formação não faz diferença para a compreensão da mensagem pelas pessoas com deficiência visual. A audiodescrição foi necessária em vários momentos do VT. O que se percebe, talvez, a recepção da mensagem fique com menos ruídos com essa retirada do *off* da reportagem.

O VT foi exibido em 02 de dezembro de 2016 e encerra o telejornal. Assim, o trecho escolhido engloba a cabeça da matéria, o VT, o encerramento do telejornal e a ficha técnica, totalizando três minutos e 40 segundos. Assim, o vídeo começa com o apresentador Márcio Santos anunciando a reportagem. Ele não recebe audiodescrição, uma vez que fica subtendido que já teria sido acrescentado no início do telejornal, em sua primeira aparição. Lembro que o uso da fichas, mencionado aqui, também pode ser uma solução para oferecer uma descrição detalhada sobre o (a) apresentador (a), com a atualização diária, necessária neste caso especificamente. Logo no início do VT, temos uma sonora com imagens sobrepondo a fala, trecho que recebeu audiodescrição. Em seguida, temos apenas a sonora da entrevistada, em que a inserção do crédito na tela também foi audiodescrito.

Roseane: Foi a segunda vez que eu assisti com audiodescrição. O primeiro que eu assisti foi “Um ensaio sobre a cegueira” e ...

Audiodescrição: Uma mulher cega entra no cinema.

Roseane: vem preencher a lacuna de quando tá silêncio, e só tá passando imagem.

Audiodescrição: Roseane da Silva, estudante.

Roseane: Então eu acho que essa é a grande importância da audiodescrição.

A audiodescrição foi inserida nos momentos de repetição de palavras e até mesmo de respiração da entrevistada.

Figura 18: Cena da reportagem no MGTV 2ª edição



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

Na sequência, temos a inserção de cinco créditos na tela, entre entrevistados e repórter, todos audiodescritos. Além disso, duas cenas que eram acompanhadas apenas pelo som do filme receberam audiodescrição breve como “Cena do filme” e “Luiza assiste ao filme”. Com o término do VT, o apresentador se despede e encerra o telejornal. Como de costume, aparece a imagem de ruas próximas à emissora, em seguida, “sobe a ficha” com o nome dos responsáveis pela elaboração do telejornal, assim como surge a logomarca da emissora. Todos esses elementos visuais verbais foram audioescritos, como a seguir:

[Música]

Audiodescrição: Vista aérea da cidade, com casas, prédios e lojas em noite de céu nublado.

[Música]

Audiodescrição: Na tela Jornalismo TV Integração. Diretor responsável Paulo Eduardo Vieira.

[Música]

Audiodescrição: Logomarca da TV Integração. G1 ponto com ponto br barra zonadamata ponto 2016 ponto TV integração.

Ainda dentro do gênero telejornal, escolhi por utilizar também na discussão com o grupo focal na Associação dos Cegos o vídeo com a apresentação no MGTV 1ª edição da banda juiz-forana Zona Blue, com a apresentação de Érica Salazar. Como já explicado aqui, receberam

audiodescrição os elementos visuais não verbais, os atributos físicos da apresentadora e do vocalista, além das principais ações que acontecem ao longo da exibição da reportagem.

[Música]

Audiodescrição: Ricardo, o vocalista, é um homem moreno, cabelos pretos e lisos. Usa camisa marinho com listras brancas.

[Música]

Audiodescrição: Dois músicos tocam violão, um toca escaleta e outro pandeiro.

[Música]

Audiodescrição: Érica, a apresentadora, uma mulher loura, cabelos mechados na altura dos ombros, de camisa azul de mangas longas e calça preta, está em pé ao lado da banda.

[...]

Audiodescrição: Close em Ricardo.

[Música]

Audiodescrição: Atrás da banda, um painel como se fosse uma janela por onde se vê um casario, árvore e céu azul.

Figura 19: Apresentação de banda Zona Blue no MGTV 1ª edição



Fonte: Site G1 Zona da Mata

Apresento agora o sétimo produto televisivo selecionado para discussão no grupo focal: o debate dos candidatos ao segundo turno da Prefeitura de Juiz de Fora, exibido pela TV Integração no dia 28 de outubro de 2016, às 22h40m. O produto faz parte da categoria informação, gênero debate. Como já mencionado, a audiodescrição foi realizada por mim, com pré-roteiro avaliado pela audiodescritora Lívia Motta e pela consultora de AD, Cristiana Cerchiari.

Figura 20: Audiodescritora em cabine



Fonte: Reprodução vídeo TV Integração

O vídeo escolhido tem 23 minutos, com primeiro e segundo blocos do debate. O debate se configura pela presença de uma mediadora, Vanessa Carlos, e, no caso, dois participantes ao confronto, ambos candidatos à Prefeitura, sendo Margarida Salomão e Bruno Siqueira. Eles estão em um estúdio, de pé, atrás de púlpitos. Cada um tem um tempo determinado de perguntas e respostas, segundo as regras do debate. As câmeras na maior parte do tempo estão focalizadas em quem no momento está com o discurso, seja a mediadora ou os candidatos. Em alguns raros momentos, a câmera apresenta uma visão geral do local do debate, focalizando as três pessoas presentes. O debate conta com três blocos, é iniciado com uma vinheta de abertura e apresenta nos encerramentos e inícios de bloco uma vinheta de passagem, similar à vinheta de abertura, porém reduzida.

Figura 21: Cenas do debate do 2º turno transmitido pela TV Integração



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

Portanto, a audiodescrição do debate, que é realizada ao vivo, consiste em, segundo estudo do gênero debate realizado por mim, fazer uma apresentação breve do mediador, com suas características físicas mais destacadas; apresentação breve do cenário, de como candidatos e mediador estão posicionados; apresentação breve dos candidatos, com as características físicas mais destacadas, como se estivéssemos pintando uma caricatura, e os trajes devem ser mencionados de forma sucinta. Ao longo do debate, há um cronômetro que fica na tela, portanto, é uma informação visual que as pessoas com deficiência visual não têm acesso. Assim, entendo que a posição do cronômetro assim como as marcações de tempo que são apresentadas devem estar na audiodescrição. Entendo ainda que a marcação do cronômetro não precisa ser falada continuamente, mas em alguns momentos para enfatizar o tempo restante ao candidato, por exemplo. Para o gênero debate a sobreposição deve ser evitada ao máximo uma vez que neste produto televisivo a discussão que é travada é essencial para o telespectador. Assim, é fundamental utilizar os raros momentos de silêncio, que obrigatoriamente precisam receber audiodescrição, e utilizar dos momentos de construção de frases e pensamentos dos candidatos, além da repetição de palavras, para inserir a AD. Outras ações relevantes dos candidatos e do mediador podem ter audiodescrição desde que relevantes para não sobrepor o áudio original sem utilidade. A vinheta do debate assim como artes que são apresentadas no decorrer do debate também devem ser audiodescritas.

Justifico que, apesar da AD deste debate ter sido feita ao vivo, elaborei um roteiro, que consta no apêndice desta tese, a partir do vídeo que tive acesso junto à TV Integração após a

exibição do programa. Assim, neste vídeo começo com a AD da vinheta, de dez segundos: “(Audiodescrição) Na tela feixes azuis que iluminam o mapa do Brasil dividido em Estados. Em fundo azul círculo com o mapa do Brasil e o título eleições 2016, debate”. Em seguida, faço uma breve apresentação da mediadora: “(Audiodescrição) A mediadora e os dois candidatos estão de pé atrás de púlpitos. A mediadora Vanessa Carlos é branca e tem cabelos pretos curtos. Ela usa blusa preta e terno bege”. Os candidatos, sempre que focalizados pela câmera, recebiam AD com suas características físicas e dos trajes. Outros elementos visuais que foram inseridos no debate também foram audiodescritos, como a janela com intérprete de Libras no canto inferior esquerdo da tela e também: “(Audiodescrição) No canto inferior direito da tela logomarca TV Integração e escrito ao vivo”. O cronômetro foi mencionado em na primeira aparição e a marcação de tempo citada de forma intercalada.

No retorno ao segundo bloco o debate apresenta sete segundos de silêncio, apenas com a cena em plano geral do estúdio. “(Audiodescrição) No estúdio mediadora e candidatos permanecem de pé. Margarida escreve em papéis sobre o púlpito”. No segundo bloco, a mediadora faz o sorteio de alguns assuntos a serem abordados pelos candidatos. A ação do sorteio é audiodescrita, mas há sobreposição de áudio.

Vanessa Carlos: O segundo bloco é de temas determinados e de conhecimento prévio dos dois candidatos. Então eu vou sortear o tema da primeira pergunta.

Audiodescrição: Vanessa pega um papel de uma urna transparente.

Vanessa Carlos: O tema será o seguinte: Infraestrutura escolar.

Audiodescrição: E mostra para câmera.

Vanessa Carlos: Este é o tema da primeira pergunta.

Audiodescrição: Está escrito infraestrutura escolar.

Vanessa Carlos: E quem faz a pergunta é o candidato Bruno Siqueira.

No fim do segundo bloco, há outro momento de silêncio com total de seis segundos. “(Audiodescrição) Margarida e Bruno folheiam papéis sobre púlpito. Mediadora também mexe em papel”. A audiodescrição do debate dos blocos seguintes não foi apresentada na discussão por não apresentar tópicos diferentes dos já mencionados aqui.

Sigo, agora, para as caracterização do grupo reunido na Associação dos Cegos para essa pesquisa.

5.2 AS IDENTIDADES DO GRUPO FOCAL

O grupo focal foi composto por nove pessoas, com sexo, idade e escolaridade variados, mas obrigatoriamente todos com deficiência visual, uma vez que este era o principal fator para

definição dos participantes para nosso grupo focal. Reuni seis pessoas do sexo feminino e três, masculino. As idades são diversas e variam de 19 a 66 anos. No grupo há desde estudantes do Ensino Fundamental a profissionais com formação no Ensino Superior. Em relação à deficiência visual, sete são cegos, sendo quatro de nascença, e dois participantes têm baixa visão.

Já mencionei aqui uma das participantes, denominada de A1, que foi quem me auxiliou com a formação do grupo focal. A1 tem 19 anos, é cega de nascença e está no Ensino Fundamental. Ela é interna na Associação dos Cegos junto com três irmãos. A outra participante é A2, com idade de 50 anos, nasceu com baixa visão e ficou cega aos 16 anos. Ela é jornalista e hoje assessora de comunicação em uma instituição em Juiz de Fora. A terceira participante, denominada A3, tem 56 anos e é dona de casa. Ela mora em Cataguases e vem a Juiz de Fora para atendimento médico. A3 contou que aos 16 anos descobriu que tinha retinose pigmentar e que até os 30 anos ainda enxergava alguma coisa. “Eu fui perdendo aos poucos. Fui perdendo, assim, para escrever, depois fui perdendo a linha do caderno, depois eu ainda percebia cores, e fui perdendo aos poucos. Hoje só vejo um pouco de claridade.” A outra mulher no grupo, denominada de A4, tem 32 anos, é cega e é dona de casa. “Eu perdi [a visão] aos 22 anos porque eu tirei um tumor na cabeça”. Ela é dona de casa e conta que cursou até o Ensino Médio. Já a participante denominada de A5 tem 35 anos e nasceu com baixa visão. “Eu nasci com toxoplasmose.”²³ Ela diz que estava trabalhando como faxineira, mas hoje está desempregada. Por fim, a participante chamada aqui de A6 tem 37 anos, nasceu cega e é formada em Direito. Hoje estuda para concurso. A6 já morou com os três irmãos na Associação dos Cegos. Entre os homens temos o participante denominado de B1, com 66 anos de idade e hoje com 5% de visão. B1 conta que começou a ter perda de visão aos 49 anos. Trabalhou como mestre de obra e hoje está aposentado. Temos também o participante denominado de B2, que tem 41 anos e nasceu cego. Ele tem graduação em História, mas não exerce a profissão. B2 é interno na Associação dos Cegos. Por fim, temos o participante B3, que tem 41 anos, é cego e também é morador da instituição. B3 completou o Ensino Fundamental.

Ao grupo foi apresentado um questionário para coletar o perfil dos participantes e conhecer os hábitos de consumo de notícias e os veículos de comunicação mais utilizados nesta

²³ A doença é causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*. O gato é o hospedeiro definitivo; é ele quem libera o parasito no ambiente. A toxoplasmose causa distúrbios de visão.

ação. As respostas foram feitas oralmente e revelo aqui as informações. Entre os nove participantes, três são moradores da Associação dos Cegos – A1, B2 e B3 - e os demais realizam algum tipo de atendimento junto à instituição, que é de referência na cidade. Entre os moradores, apenas A1 reside com os irmãos. A2 mora com os pais; A3 tem filhos, e mora com o marido; A4 com o marido e com a filha, de 7 anos; A5 mora com os pais. Já B1 mora com a filha, de 32 anos.

Sobre os veículos que utilizam para se informar, entre televisão, rádio, jornal e Internet, A1 responde que geralmente é pela televisão e agora pela Internet, essencialmente pelo *Whatsapp*. A2 elenca as preferências dela: “Predominantemente rádio, segundo Internet, terceiro a televisão”. A3 fala que é televisão e rádio, mas principalmente pelo rádio. A4 também aponta a TV e o rádio como os primeiros meios para se informar. A5 afirma que é pela televisão e A6 conta que gosta mais de TV. Para B1 é pelo rádio apenas. B2 fala que é pelo rádio, TV e agora também pela Internet. B3 diz que é pelo rádio e que acompanha o Jornal Nacional para conseguir informações. Portanto, pelo rádio e TV. Assim, temos que a televisão foi citada entre oito dos nove participantes, sendo preferência de quatro deles. O rádio foi apontado por apenas um dos participantes como o único veículo para se informar e para outras duas participantes é o principal veículo em que buscam informações, mas não é o único. Outros três participantes também citaram o rádio como um dos veículos fonte de informações. Três participantes citaram a Internet como o meio que recorrem para obter notícias.

Indagados sobre a frequência que assistem televisão e se assistem sozinhos ou acompanhados, A1 disse que assiste quase todo dia quando está de férias na escola.

Quando eu tô na aula não dá, né, porque é à noite. Eu também sou fã de novela. Então eu já começo pela “Malhação”, então eu vou direto, aí eu vou até, depende, se o filme que for passar na “Tela Quente” for legal eu continuo, vou direto. Aí quando é mais ou menos umas 11 aí eu já paro. Mas é quase sempre.

A1 conta que assiste televisão sozinha, mas explica que a TV é sintonizada pelo rádio. “A gente tem um radinho que pega a Globo, mas só a Globo, não pega outros canais, não. [...] Então eu consigo entender quase tudo. [...] O problema é no momento de silêncio, né, você fica assim, o que tá acontecendo? O que tá mostrando?” A2 completa dizendo: “São aqueles momentos terríveis”. Quando passa as férias em casa com a família, diz que assiste SBT. Sobre a programação, a preferência é pelas novelas. A2 fala que hoje assiste TV todos os dias porque acompanha “a novela das oito” na TV Globo, mas que ligava pouco a televisão. Assiste também “The Voice Brasil”. Conta que sempre vê TV acompanhada.

A2: Sempre precisa de alguém porque eu chamo a televisão de veículo cruel. Então, eu gosto de ter alguém acompanhando. Se não tiver, eu estou vendo novela exatamente que a minha mãe assiste, se não, não tô assistindo, não.

Moderadora: E quando você assiste com a mãe, ela te explica alguma cena?

A2: Quando ela esquece eu aciono, acordo ela que tem um cego do lado.

Moderadora: Tá. Você assiste canal de TV aberta?

A2: Aberta, eu vejo aberta e quando eu tô na casa do meu primo. Aí eu vejo filme na fechada porque aí eu tenho ele para descrever, aí eu vejo muito. Quando eu tô em Leopoldina.

A3 conta que assiste muito televisão e sempre sozinha. O canal de TV aberta preferido é a TV Globo. Sobre os programas que mais assiste, elenca: “Eu assisto às vezes Ana Maria, gosto da Fátima Bernardes, gosto do MGTV. Gosto do Vídeo Show. [...] E vejo a novela, como a ‘A2’ falou, das 8 que é às 9, né”. A4 também diz que assiste TV sempre, geralmente TV Globo. E o que mais vê é o telejornal MGTV e Vídeo Show. A televisão também é vista com bastante frequência por A5, segundo ela, todos os dias. Diz que a emissora que mais gosta é a TV Record. Pergunto que programa gosta mais e responde: “Tudo”. Ao A5 comentar que assiste TV sozinha, A3 completa: “Nós somos corajosos”. Já A6 diz que tem o costume de acompanhar o telejornal todos os dias e sempre sozinha. Como já mencionado, B1 nunca assiste TV. Para B2 indago também com qual frequência que assiste TV. “Ah, eu ouço futebol, novela”. Sobre o canal de preferência, diz que depende do que está sendo transmitido, mas que gosta mais da TV Globo e da Band. B2 também fala que acompanha tudo sozinho. B3 fala que gosta de ver Jornal Nacional, na TV Globo, e que assiste sempre que pode, sozinho.

Entre os participantes, a maioria assiste TV com frequência e também a maioria vê sozinho. A TV Globo está entre a preferência de seis dos participantes que ainda citaram o SBT, a Band e a TV Record. Entre os programas, o telejornal é acompanhado por quatro deles, sendo citado Jornal Nacional e MGTV, produzido pela TV Integração em Juiz de Fora. Entre outros programas citados, encontramos “Mais Você”, “Encontro com Fátima Bernardes”, “Vídeo Show”, “The Voice Brasil” e ainda transmissões de futebol.

Outra questão apresentada ao grupo foi se conheciam programas na TV com audiodescrição. Todos disseram nunca ter assistido programas na TV com audiodescrição e, em sua maioria, afirmam não ter conhecimento da oferta de programas com AD na TV. “Nunca ouvi”, diz B2. A6, por sua vez, diz que conhece. “Eu sei que, igual Sessão da Tarde, diz que em audiodescrição, mas eu nunca tive a oportunidade”. A2 cita o debate na campanha política que sabia que ia ter audiodescrição. “O debate que eu deveria ter visto, eu fui pra um lado e dormi.” A5 conta que já assistiu um filme com audiodescrição, mas fora da TV. A1 tinha participado de um sessão de cinema acessível há cinco dias onde foi exibido um filme com AD.

B1, que não assiste TV, diz que não conhece nenhum produto com audiodescrição. Portanto, para a maioria esse era o primeiro contato com o recurso de acessibilidade.

5.3 A VOZ DO GRUPO FOCAL

O grupo focal foi marcado para as 14 horas. Ao chegar na Associação dos Cegos encontrei na portaria dois participantes, que já havia conhecido durante a visita ao treino de *goalball*, e me informaram que aguardavam a chegada de outros colegas. Segui e procurei pela assistente social da unidade. Raquel me levou até uma sala no terceiro andar da unidade onde são realizados os cursos da Associação. O local tinha cerca de 25 cadeiras, bem empoeiradas e enfileiradas. Esperei o grupo chegar para definir a disposição das cadeiras. Tentei ainda associar ao meu notebook a caixa de som disponibilizada pela assistente social. Mas verifiquei que o equipamento estava com defeito. Raquel me emprestou pequenas caixas de som que foram utilizadas para a apresentação dos vídeos.

Aos poucos os participantes foram chegando: A1, A2, A3, A4, B2 e B3. Alguns relataram a demora pela dificuldade em localizar o espaço. Conversei e decidi por colocar as cadeiras em um círculo. Separei umas das cadeiras para colocação do notebook e das caixas de som. Distribuí três gravadores pela sala e ainda fiquei com um celular nas mãos para também fazer a gravação do encontro. A dupla que encontrei na portaria ainda não tinha chegado em sala e aguardei por uns minutos. Assim, o encontro que estava marcado para as 14h teve início apenas às 14 horas e 45 minutos, sem a presença deles. A gravação em áudio totaliza 2 horas e 22 minutos.

Assim como foi feito no primeiro grupo focal iniciei com as orientações sobre a metodologia de um grupo focal. Fiz minha apresentação, descrevi o espaço em que nos encontrávamos. Em seguida, apresentei a pesquisa, mencionei o grupo focal que havia sido realizado no Instituto Benjamin Constant e expliquei os motivos do encontro em Juiz de Fora. Também expliquei que o encontro teria o áudio gravado e reforcei a questão do sigilo dos registros e dos nomes dos participantes, informando que ao final da discussão deveriam assinar ou fazer os registros digitais no TCLE.

O questionário também foi respondido de forma oral por todos os participantes. Quando estava já colhendo as respostas do questionário, chegaram A5, A6 e B1. Apresento agora a disposição final do grupo em sala, da direita para esquerda: A2, A1, A3, A4, B1, B2, A5, A6 e B3.

Desde o início do encontro, ainda no momento de organização da sala e durante o questionário, observei que uns já se destacavam no grupo, seja pela desenvoltura, seja pela conversa que travavam enquanto ligava o notebook e posicionava os vídeos.

É importante observar detalhada e cautelosamente o que os participantes contam uns aos outros, fatos, histórias e situações, porque esses relatos permitem ao pesquisador ter pistas de como eles se ancoram em um dado contexto social, de como estão mobilizados e em que sistema representacional se apoiam (GATTI, 2005, p. 40).

Tinha um roteiro preliminar para trabalhar com o grupo, assim como os vídeos selecionados baseado nos gêneros televisivos que tinha interesse para discussão. Expliquei que teríamos um material extenso e que iria tentar trabalhar com todos. No entanto, ao longo do processo algumas outras questões foram surgindo e ao roteiro preliminar foram feitos alguns ajustes, que irei apontando no caminho. O roteiro deve mesmo ser flexível, segundo Gatti (2005, p. 16), “com abordagem de tópicos não previstos, ou deixando-se de lado esta ou aquela questão do roteiro, em função do processo interativo concretizado”. Cito ainda que em nosso grupo focal havia uma diferença de escolaridade, como já apresentada aqui. Gatti (2005, p. 20) aponta que essa diferença pode ocasionar inibições e até conflitos, gerando a diminuição ou até impossibilidade de troca na discussão. No entanto, percebi neste grupo que a questão era mesmo de diferença entre as personalidades. A2 era mais falante e participativa. Mas ainda assim houve a participação de todos, uns menos, outros mais, até mesmo pela timidez.

Assim, começo nossa discussão pelo programa “Bem Estar”, Exibi primeiramente sem audiodescrição para perceber a reação do grupo e as sensações provocadas pela falta de descrição dos elementos visuais. Reproduzi metade do vídeo, posicionando em trechos diferentes. A2 logo menciona um detalhe do vídeo que ela percebe pelo som, citado aqui como o tintilar dos potes.

A2: Ele bateu os potes, você viu? Os potes que estão enterrados, eram usados antigamente.

Moderadora: E você descobriu os potes?

A2: Eu percebi que bateu pelo barulho, reconheci pelo barulho. Eram potes?

Moderadora: Vocês ouviram esse pote?

[Todos falam junto - Não]

Em seguida, questioneei o que não deu para compreender sobre o assunto referente às fezes. B3 responde: “Não fala o formato que é”. A3 diz que assistiu ao programa no dia da exibição e que se recorda do médico comentar que as fezes tinham que ser como uma banana bem madura. “Então quem conhece uma banana dá para imaginar”. Surge uma discussão sobre as imagens na tela.

A2: Ele fala que não pode boiar, não pode boiar, devia tá passando imagens.

A1: Exatamente. Porque se estava passando imagem estava bacana porque ele falou...

Moderadora: Mas vocês conseguiram...eh...

A2: Não, não sei direito. Queria entender o que faltava, qual o ideal. Provavelmente ele estava indicando.

Em seguida, exibi o restante do vídeo, ainda sem audiodescrição. Depois perguntei sobre o trecho em que é exibido o “Auditório Virtual”, com perguntas dos telespectadores. A5 comenta que não entendeu o que estava sendo exibido. A2 recupera a memória visual e diz: “Eu lembro que é ela e vai mostrar pessoas no auditório”. A outra questão foi sobre a vinheta de encerramento de bloco. B3 fala: “Acho que, assim, para ficar muito claro não podia ter vinheta no programa, não”. A3 discorda dizendo que é necessário para separar a propaganda do início do programa. A2 completa: “Eu adoro uma vinheta, acho que vinheta chama atenção [...] Igual a novela, aquele sonzinho quando volta você escuta e corre”. Por fim, levei para discussão a inserção da audiodescrição no “Bem Estar”. A5 comenta: “Esse não dá, não”. A1 concorda: “Eu acho que essa ia ficar bem complicado”. B3 também analisa: “Porque se for num momento que ele estiver explicando complica”.

Percebo que mesmo sentindo a necessidade de descrição das imagens visuais, reforçada por meio dos comentários aqui apresentados, o grupo ainda não conseguia perceber a dimensão do uso da audiodescrição. Assim, dei início a exibição do vídeo do programa “Bem Estar” com AD. A primeira colocação foi sobre o excesso de sobreposição de áudio. Como mencionado aqui, alguns trechos apresentavam muitos créditos na tela e pouco tempo de silêncio e, ainda assim, a AD foi mantida para suscitar a discussão. A2 diz: “Eu senti em alguns momentos o atropelamento de fala”. Ao perguntar qual o trecho, ela responde:

Moderadora: Quando ele fala da arte ou alguma coisa de finalização?

A2: É, na hora que ela tá falando, tá falando o que o assunto vai falar e tá descrevendo o que aparece na tela. A gente que tem ouvido seletivo, até consegue ouvir as duas coisas ao mesmo tempo. Ouvido seletivo para quem já cantou em coral, não sei se você sabe, a gente aprende a ouvir só o que a gente quer ouvir, mas.

A1: Quando você começa a cantar no coral você confunde. Você tem que aprender para você não misturar.

A2: É, separar.

A1: Mas hoje eu não consigo tanto mais.

Moderadora: O que tem de descrição porque, na verdade, aparecem muitas coisas na tela, por exemplo, finalização, quem fez a arte, a edição, essas falas para você não interessam, é isso? Elas atrapalham porque ela vai ter que fazer sobreposição.

A2: É, elas poderiam não ser colocadas ali, poderiam, eu acho que às vezes até injusto. Eu sou da profissão, sei que é injusto com a gente como jornalista que trabalhou porque a gente sabe que televisão só funciona em bando, para chegar na tela a gente vê que foi um bando literalmente que trabalhou. Mas aquelas informações para o que a gente tá assistindo não são relevantes.

Moderadora: Tá.

A2: Relevantes mesmo era saber mesmo qual era a fezes ideal, qual era a consistência, o que bóia, o que não bóia, entendeu?

Ao grupo indaguei o que foi de mais interessante na audiodescrição. “Aquele hora que você falou lisa eu finalmente entendi, é o liso”, responde A2 referindo-se ao formato das fezes. [...] Isso estava na audiodescrição. Quer dizer esclareceu. Quando falou: é o liso. Aí falei: até dá para compreender, gente, sem atrito, sem tumulto”. Retomo o que foi apresentado:

Mariana Ferrão: A gente já mostrou algumas vezes, aqui, doutor, os formatos do cocô. A gente já fez isso algumas vezes aqui no Bem Estar. Tá coloridinho, tá rosinha.

Audiodescrição: Em uma bandeja, três formatos de cocô.

Mariana Ferrão: Para gente não correr o risco das pessoas ficaram muito “disgusting” com isso, com muito nojo, né, como a Mari falou. Pode parecer nojento. Qual é o problema deste formato?

Médico: Então, você vê aqui neste extremo. São fezes empedradas, fezes endurecidas. Então essas duas situações acabam machucando a pessoa. Esse é o aspecto normal.

Audiodescrição: Mostra um formato liso.

Médico: A evacuação tem que ser um ato natural, não uma luta.

B3 reforça o pensamento de A2 dizendo que este trecho “foi o que mais explicou mesmo”. A discussão segue sobre a importância da audiodescrição da vinheta do programa. Neste trecho o que temos é uma vinheta de passagem, com tamanho menor que a de abertura do programa. Em três segundos de vinheta, temos a AD: “Em fundo branco faixas coloridas escrevem Bem estar”. B3 comenta que essa descrição para ele “tanto faz”. A2 pontua: “Para mim interessa porque eu já vi, né.” A3 também fala que se interessa por essa descrição. “Se tiver que escolher, pode deixar a vinheta de fora. Mas se puder colocar é bom. Tipo assim, no começo de novela, naquela passagem, isso é a vinheta né. [...] Acho interessante”.

Os trechos em que o crédito da repórter e dos entrevistados que aparecem na tela é audiodescrito foram apontados positivamente pelo grupo.

A3: É interessante.

A5: Isso aí é interessante.

A2: É que faz falta, é uma das coisas que mais me tira do sério quando eu tô vendo televisão. Por exemplo, vamos supor, você tá vendo uma notícia aí aparece uma fonte falando, e não dá nome da fonte para gente.

A5: Aí é ruim.

A2: Eu fico desesperada, quem tá falando.

Moderadora: O nome da fonte é importante?

A2: Muito importante, eu quero saber contar, ué.

Pergunto, então, sobre a descrição de *lettering*, tão comum no programa. Apresento um dos trechos citados pelo grupo. A audiodescrição é inserida em um trecho de 2 segundos de silêncio, quando há a colocação do *lettering* na tela.

Mari Palma: Vamos falar sobre o número 2.

Audiodescrição: Na tela número dois igual cocô.

Mari Palma: Nosso cocô tem um monte de bactérias.

Questiono se eles tinham imaginado essa descrição na tela. Em coro disseram que não. A2 completa: “Quando ela falou eu custei para cair a ficha que era isso. Aí que ela falou mesmo. Outra coisa, que importância tem o número”.

Nesta discussão sobre a audiodescrição deste gênero híbrido “Bem Estar” percebo a importância da audiodescrição para compreensão do contexto. Frases curtas que vêm carregadas de informações essenciais para as pessoas com deficiência visual, como o formato liso das fezes apresentado aqui. Entendo que a AD de *lettering*, do crédito dos repórteres e dos entrevistados são fundamentais. Mas, no entanto, créditos maiores, como os referentes aos responsáveis pela edição, filmagem, finalização, por fazerem sobreposição de áudio, devem ser usados com cautela. A AD da vinheta, neste caso, apesar da pouca discussão no grupo, não pareceu trazer novas informações consideradas relevantes, mas ainda assim a AD não foi considerada dispensável.

Continuei a discussão com o programa “Mais Você”. Pelo número grande de gêneros televisivos a serem vistos, decidi por apresentar, então, apenas a versão com audiodescrição. Alguns participantes reclamaram que deveriam haver mais trechos com AD.

A2: Aquela hora faltou audiodescrição na minha opinião falando da parte superior, a parte que parece folhas, que na verdade é áspera.

B3: Aí você corta esse coisa aqui.

A2: É, então quer dizer, esse coisa aqui é ótimo para nós, né?

A cena é sobre o momento em que a apresentadora Ana Maria Braga demonstra como o consumidor verifica se o abacaxi está maduro. Ela demonstra que uma das formas é tentando retirar a folha da coroa do abacaxi, que segue abaixo:

Ana Maria Braga: Primeiro você compra, depois arranca, tá. Oh, esse aqui, já tá, tá vendo.

Audiodescrição: Ela tenta puxar a folha.

Ana Maria Braga: Não tá, demora mais para sair.

Em seguida a discussão gira em torno dos créditos que são apresentados na tela com a medida exata dos ingredientes da receita apresentada. No grupo as opiniões são diferentes.

B1: Do jeito que ela descreveu aí dá para fazer.

A4: Para mim não precisa descrever, não.

B1: As medidas certinha, ela tá falando certinho.

Moderadora: Tá.

A2: As medidas eu precisei da audiodescrição, falou na tela o que estava sendo pedido.

A5: É.

A6: É.

A2: Ela não falou a quantidade, não. A quantidade foi pela audiodescrição.

A5: É, a quantidade foi.

Moderadora: Ai como que nesse caso vocês acham que a gente faria para resolver? Deixa sem a quantidade?

A4: Eu acho que nesse caso, no meu caso, como eu já enxerguei, fico mais fácil porque eu lido com cozinha, eu sei fazer a receita.

A2: É, a gente tem noção.

A4: Mas para quem nunca enxergou eu acho que é válido.

A3: É válido, é válido sim, entendeu?

A4: Eu acho que é válido sim.

Moderadora: Então no caso a gente poderia colocar e quem não quer ouvir com audiodescrição tira o canal.

A4: Exatamente. Quem não quer tirar, é isso aí.

Nesse primeiro momento em que há mais interações, percebo que a audiodescrição é recebida de forma diferente para as pessoas que nasceram com a deficiência e para aquelas que a adquiriram. Entendo ainda que a AD traz uma autonomia para esse grupo com deficiência. A possibilidade do recurso estar disponível possibilita que eles optem pelo uso ou por não acessar a AD. E assim o direito à informação não lhes é negado.

Há outro momento que há fica clara essa diferenciação entre as pessoas que já enxergaram e aquelas que nasceram com a deficiência. A apresentadora Ana Maria reúne todos os ingredientes e coloca em um processador. Em seguida, temos 33 segundos de sobre som, com cenas de Ana Maria e Louro José sendo acompanhadas por uma música. Como era um momento longo sem diálogos, foi inserida a AD.

Ingredientes sendo batidos no processador.

[Música]

Louro dança. Ana Maria está de pé segurando a tampa do processador.

[Música]

Ela olha os ingredientes. Balança a mão direita.

[Música]

Imagens dos ingredientes dentro do processador.

[Música]

Ana está abaixada olhando dentro do processador.

Sobre esse trecho A2 fala: “Quando estava no processador era óbvio que estava batendo”. A4 concorda. Já A5, que nasceu cega, pondera: “Para quem nunca enxergou, nunca enxergou nada, tem pouca noção de como é televisão, é útil sim”. Mais uma vez, nos parece

que a solução seria disponibilizar a AD e a pessoa com deficiência visual tem a possibilidade de não acionar o recurso, caso seja sua preferência.

Por fim, busco avaliar a forma como a audiodescrição é apresentada no momento em que a jornalista Maria Julia prova o sorbet. O objetivo era discutir a narração neutra, com uma locução menos interpretativa.

Moderadora: Tem algumas falas, por exemplo. “Maria Júlia experimenta o sorbet e balança a cabeça com interesse”.

A5: Ah, isso é legal.

Moderadora: Mas esse “com interesse”?

A3: É tipo sinal positivo, né?

A1: Ou seja, ela quer a receita, sei lá.

B2: Diz que ela gostou, né?

[...]

A2: Sabe uma coisa que me preocupa na audiodescrição e na hora da Maria Julia eu pensei muito nisso. A manipulação. Ali eles conseguiram ser bastante isentos quando colocou balança a cabeça com interesse. Mas tem hora que você tem que tomar muito cuidado com a audiodescrição para você não manipular a interpretação de quem tá assistindo. [...] Mas se fala, de repente, Maria Julia fez cara de vontade de comer. Ela induziu.

A2 menciona o que já foi abordado aqui, sobre a audiodescrição neutra. Descrição de expressões faciais e gestos requer cuidado, devemos apresentar as pistas visuais presentes na imagem. A pessoa com deficiência visual deve tirar suas conclusões sobre o que está sendo apresentado. Por exemplo, em um caso que percebo que o aluno responde a uma questão nervoso, completo a descrição oferecendo a pista visual: O aluno responde com a testa franzida. Com a discussão apresentada, entendo que o programa “Mais Você”, marcado pelas características do gênero variedades, deve receber audiodescrição para os elementos visuais, expressões corporais, visuais, ainda que com um pouco de sobreposição de áudio, permitindo ao telespectador com deficiência visual a escolha por acompanhar o programa da forma que preferir, com ou sem audiodescrição.

A discussão segue com a novela “Malhação”. A primeira reação do grupo é em relação à vinheta da novela, que recebe audiodescrição com a movimentação das cenas, os escritos na tela e as cores também. Durante a exibição da vinheta as mulheres, principalmente, conversam entre si, com comentários de entusiasmo sobre o que recebiam. A1 que se mantinha praticamente em silêncio durante o encontro, comentou o que assistiu. Como apresentado durante o questionário, ela é telespectadora assídua de “Malhação”.

A5: Legal.

A2: Eu achei bacana.

A1: A vinheta né. Essa parte aí ia fazer falta, viu, Kelly.
 [...]

A3: Ah, foi muito show “Para o dia nascer feliz”.

A1: Ah ficou bem melhor. No final falou “Para o dia nascer feliz”.

Moderadora: O escrito de como ele tá também é interessante?

A1: Muito interessante.

A3: Para mim foi, eu visualizei direitinho.

Moderadora: E essa percepção de cores para vocês, para quem já enxergou.

A3: Ótima.

A1: Ah eu adorei, achei as cores felizes.

B1: É.

Moderadora: E para quem não enxergou, faz diferença também dizer se é o rosa, se é...

A5: Faz.

[...]

A2: Até porque as cores carregam valores, né?

A5: Exatamente.

A2: Então “para o dia nascer feliz” em rosa no branco.

A5: Isso.

A2: Mesmo que a pessoa não consiga dimensionar o rosa ela sabe que rosa é uma cor tranquila.

A3: Ela transmite felicidade, tranquilidade.

B2: Porque as cores expressam, né? O rosa pode dar um tom mais, de repente, o preto que é uma cor mais triste, uma coisa assim.

A1: É, é.

A3 pede para repetir a exibição da vinheta. Mais uma vez fica claro as sensações que a audiodescrição suscita no grupo e como ela recupera e permite informações antes nem imaginadas.

A3: Aí, muito legal. Muito bem feito.

A2: Muito para cima, né?

A3: A gente ouviu isso aí não sabia que tinha tanta coisa assim, né?

A5: É.

A3: Quanta coisa, né?

A2: É uma cena hiper cheia e que a gente não sabia.

A4: Imaginava que era só escrito Malhação com um fundo, pronto, tudo parado e cantando e só.

A2: No entanto lá passa muita vida, é uma cena que passa vida.

A3: Praia.

A2: Ela passa muita a letra da música.

Uma das questões já apontada sobre a AD da telenovela é a falta de espaço para descrever muitos elementos. Assim, alguns pontos que não receberam audiodescrição foram mencionados por A2:

Eu tive problema da Bárbara para a cena do lugar de onde ela chegava. Eu não sei que personagens eram aqueles do lugar que elas estavam. Eu sei quem eram as personagens do carro e quando elas voltam para carro. Agora os personagens que elas estavam assistindo eu não sei. Eu não assisto. Aquele pedaço ficou devendo a quem não assiste.

Discuti sobre o pouco espaço na telenovela para inserção da AD, expondo também a questão da sobreposição de áudio que, neste caso, atrapalha muito a compreensão do diálogo entre as personagens. A2 pontua: “Eu não sei como fazer. Eu sei que faz falta, mas eu não consigo achar um jeito de fazer que não corte a fala deles”. Lembro da solução apresentada aqui sobre o uso das fichas que poderia resolver, em partes, o problema encontrado durante a realização do roteiro e que é reforçado na discussão no grupo.

Ainda discutindo o gênero telenovela A2 lembra uma cena que viu em uma novela no dia anterior ao encontro do grupo focal. “Na última cena da novela se eu estive sozinha ia ficar P.D.V. [...] Na hora que o Bruno sofre atentado se eu não tivesse minha mãe do lado...”. B3 diz que também assistiu a cena e que não compreendeu. A2 explica que era um atentado. Outras pessoas interagem.

A4: Fiquei pensando se ela estava tendo uma visão, que era aquilo, né?

A1: Ela sentiu, mas não mostrou muito. Depois mostrou a parte do Bruno sofrendo um acidente, que a gente, que eu não entendi. Eu falei.

A2: É, já passa direto para a musiquinha e passa um barulho de um carro manobrando, a gente não sabe se ele sofreu acidente.

A1: Isso.

A2: Se bateu?

A1: Não, e aí ele estava ouvindo uma música no carro, né. Assim, para quem tá acostumado a ver, eu vejo sempre, ele estava ouvindo uma música no carro, mas depois eu falei: aconteceu ou não aconteceu alguma coisa?

A2: Aí uma cena para você trabalhar a audiodescrição dela, fica a dica.

Neste momento observo que o grupo, após acompanhar um pouco da programação com audiodescrição, já começa a perceber a dimensão do uso da audiodescrição. Destaco algumas considerações importantes sobre o gênero telenovela. Se no programa “Bem Estar” a AD da vinheta não pareceu trazer informações relevantes para o grupo, na telenovela “Malhação” a AD da vinheta, que é mais extensa, foi bem recebida. A descrição dos ambientes também mostrou-se necessária. Portanto, ressalto mais uma vez a ideia do uso de fichas na telenovela.

A sequência do grupo focal é com a exibição do programa “Encontro com Fátima Bernardes”. Expliquei aos participantes que esse era um trecho longo e que iria exibir com cortes, apresentando dois momentos em separado. A primeira colocação no grupo é sobre a AD feita quando a atriz Ana Carbatti começa a conversar com Fátima Bernardes. A justificativa era que como no programa existiam muitos convidados, a AD era inserida para facilitar a compreensão sobre quem está falando. “(Audiodescrição) A atriz Ana Carbatti comenta”. A3 diz “Na hora que a mulher falou assim “Fulano fala”. Uai, a gente estava ouvindo que ele estava falando”. A2 discorda. “Mas aquela se não falasse o nome dela, eu não sabia que era esse o

nome dela porque ela já entrou falando”. Levantei um questionamento sobre a participação de entrevistados.

Moderadora: Quando a gente tem esse programa de estúdio, igual ao da Fátima, ou até igual a Maria Julia lá na Ana Maria Braga não aparece esse crédito na tela. Eles chamam na fala. “Fulano de tal tá aqui com a gente”.

A2: É.

Moderadora: Então não precisa [de AD], certo?

A2: Não, não.

Moderadora: Ok. Então só precisa quando tem a reportagem porque não identifica?

A2: Só.

Outra questão discutida foi sobre o momento em que Fátima Bernardes conversa com a atleta e modelo com deficiência Marinalva de Almeida. A apresentadora diz que ela está com um vestido que ela usou em um concurso de moda inclusiva no ano passado. Em seguida, entram cenas do concurso. “(Audiodescrição) Cenas do concurso”. Como a brecha para inserção da AD sem sobreposição é curta, falo brevemente que há imagens sobre o concurso na tela. Perguntei se essa fala curta faz diferença.

A2: Faz sim, porque enriquece. Mas na verdade não dá para descrever a cena do concurso, mas é legal porque mostra ela falando e ...

A5: É.

A2: Mostra a imagem do concurso. Depois que acaba o jeito é perguntar mesmo quem tá perto. Porque não dá para fazer ali, não.

A5: Não dá, não.

A2: Porque sobrepõe muito.

[...]

A2: Então, quer dizer, dá para perguntar alguém depois. Um filho de Deus qualquer, fulano, aquela hora que apareceu o desfile, estava bonito? Estava desfilando bem, entendeu?

Neste momento apesar de A2 dizer que a sobreposição seria prejudicial, ela afirma um outro trecho que seria necessária. O programa traz uma série de roupas que são feitas com adaptações para pessoas com vários tipos de deficiência. Os questionamentos da apresentadora à idealizadora e coordenadora do Projeto Moda Inclusiva, Daniela Auler, apesar de ter algumas falas descritivas, ainda requer o uso da audiodescrição para explicar os detalhes das peças de roupas que são apresentadas.

Moderadora: Esse programa merecia ter mais sobreposição para explicar aquelas peças de roupa?

A2: Merecia.

A3: Merecia.

A2: Igual na hora da calça.

Moderadora: Vocês conseguiram imaginar como ficou depois o vestido de noiva?

A2: Não.

Moderadora: Tira daqui, qual que é?

A5: Agora igual aquela outra parte, não sei se o pessoal conseguiu perceber. Eu não. Naquela parte que ela fala assim. Aqui “tem que arrumar um”, como que fala?

Moderadora: Fecho-éclair, alguma coisa assim que ela falou.

A5: Fecho-éclair. Então ela mostrava. Aqui aonde?

Moderadora: Onde, ok. Tá jóia.

A5: É, qual parte da roupa.

Moderadora: Da barriga, do lado direito, lado esquerdo, ok.

Indaguei o grupo sobre uma das características do “Encontro” que são as tarjas na tela com frases referentes ao assunto que está sendo exibido. A leitura das tarjas acontece geralmente com sobreposição. A2 diz: “Até que poderia até interessar, mas atrapalha porque se ela está falando uma coisa eu vou atropelar para falar”. Comentei que como profissional de televisão acredito que o objetivo da tarja é chamar a atenção do olhar.

Moderadora: Talvez para vocês nessa sobreposição eu faço uma audiodescrição como vidente porque é o que eu estou vendo, está chamando a atenção do meu olhar, mas que para vocês não faz muita diferença.

A2: Não.

Moderadora: É isso?

A3: É.

O grupo está pouco participativo neste momento. B3 que havia deixado a sala por volta dos 40 minutos do início do encontro para resolver um problema pessoal, retorna ao grupo por volta de 1 hora e 25 minutos de encontro. Sobre a breve discussão sobre o gênero auditório pelo programa “Encontro com Fátimas Bernardes” temos que a apresentação dos entrevistados logo no início do programa já permite a identificação dos mesmos pelas pessoas com deficiência visual, não sendo necessária a audiodescrição. Importante seria a caracterização breve desses entrevistados e da apresentadora ao iniciar o programa. A audiodescrição, ainda que de forma breve como, por exemplo, “Cenas do desfile” são importantes para dar uma dimensão do que está sendo exibido. A sobreposição, por sua vez, como já foi dito aqui, precisa ser feita com cautela, mas em alguns momentos ela pode ser necessária. Alguns elementos visuais, como as tarjas, são de audiodescrição dispensável, tanto por vir acompanhada de sobreposição e também por trazer poucas informações úteis para quem escuta o programa.

Em seguida, dei início à exibição da reportagem do MGTV sobre sessão de cinema com AD em Juiz de Fora. Logo que termina o vídeo, A2 elogia. Diz que gostou muito. “Eu gostei muito por causa das fontes. E aí a gente pode ver aquilo que eu reclamo da falta do nome da fonte, vocês repararam que toda fonte entrevistada foi citada o nome?”, pergunta A2 para o

restante do grupo. A3 afirma que é muito legal e A5 diz que é muito interessante. A2, que é jornalista, parece bem tocada com o material que assistiu. Ela volta a elogiar.

A2: É outra qualidade essa com audiodescrição.

A5: É.

A2: Realmente é melhor. É muito diferente, no jornalismo eu acho gritante a falta da audiodescrição. Tinha...

Moderadora: Você acha?

A2: Acho, acho que é onde ela faz mais falta é no jornalismo, ela é gritante.

Moderadora: O jornalismo a gente tem o problema dessa falta do silêncio, né?

A2: É

A3: Tem que ter brecha, gente.

Neste momento, não fiz a discussão sobre o encerramento do telejornal, com as imagens externas que são apresentadas e nem mesmo sobre os créditos da ficha ao final. Iniciei, na sequência, a exibição do outro vídeo selecionado do MGTV, com a apresentação da banda no estúdio. Durante a exibição do material com AD percebi a reação dos participantes. Com a audiodescrição especificando “Close²⁴ em Ricardo”, A2 fala: “Legal”. Ao final, ela completa: “Nossa, essa matéria ficou excelente, tá. [...] Quando ela não descreve a fonte, não dá o nome, é porque é a mesma fonte, ficou bem óbvio. O Ricardo, por exemplo, a gente percebeu que ele era o líder ali da fala”. A discussão continua no grupo.

A4: Ela falou “Ricardo vocalista”.

A2: Então, toda vez que ela não repetiu, mesmo se a gente não conhecesse a voz a gente sabia que era o Ricardo vocalista.

A5: É.

A1: É.

A2: Você conseguiu fazer a gente perceber isso mesmo sem dizer, entendeu?

A6: Saber quem era a pessoa que falava.

Outra questão ressaltada por A2 foi em relação aos trajés e características físicas da apresentadora e do vocalista da banda. “É muito difícil para quem enxerga falar para quem não enxerga, eu achei super relevante, por exemplo, falar que ele estava de blusa branca com listras azul marinho. Eu achei relevante ela descrever a roupa da Érica”. A3 diz que acompanhou a descrição toda da apresentadora Érica Salazar. A2 completa: “Eu acho isso show. Para mim eu adoro ficar vendo dentro da minha cabeça, entendeu? Eu gosto de imaginar”. A3 concorda. “É, ué, porque aí a gente imagina”. A4 comenta que lembra da apresentadora com o cabelo bem

²⁴ O *close-up* é caracterizado pelo enquadramento fechado. Este plano enfatiza apenas uma parte do objeto ou assunto filmado. Enquadra normalmente o rosto da personagem, deixando transparecer nitidamente as expressões faciais. E o plano detalhe, como o próprio nome diz, enfatiza um detalhe, um pormenor, que domina praticamente o quadro todo (FARIAS, 2013, p. 80)

curto. E A2 diz, sorrindo: “Agora ela tá com cabelo no ombro [...] Tá vendo, uma coisa que você não sabia”. A informação foi passada pela audiodescrição ao descrever a apresentadora: “(Audiodescrição) Érica, a apresentadora, uma mulher loura, cabelos mechados na altura dos ombros, de camisa azul de mangas longas e calça preta, está em pé ao lado da banda”. Questionamos se há a curiosidade de saber a roupa que os apresentadores vestem diariamente. A3 diz que gostaria de saber. A4, A5 e A6 também demonstram interesse. “Tudo que você puder, tudo que a gente tiver direito”, enfatiza A3. Essa questão do direito me chama muito atenção e vai ao encontro do que apresentei aqui sobre o direito ao informação para todas as pessoas, informação essa que engloba também a questão visual.

A3 pergunta se os apresentadores ficam sentados ou em pé durante o telejornal e respondi que apresentam em pé.

A4: Ah Érica fica em pé agora? Antigamente era sentado, né?

Moderadora: É, agora mudou. É em pé.

A3: Ah mudou. Tá vendo a diferença?

Moderadora: A bancada caiu.

A4: Oh, eu não sabia, olha só que interessante.

Moderadora: Tem apenas, tem um apoio ainda, mas eles ficam em pé quando...

A4: Todos, até do Jornal Nacional?

Moderadora: Todos.

A2: Tudo em pé.

Moderadora: Debate, gente, é todo mundo em pé.

B3: Eu achei que era sentado.

Neste momento percebo claramente como a AD é capaz de trazer informações que são desconhecidas das pessoas com deficiência visual quando o recurso não é utilizado. Em seguida, retomo a discussão sobre o encerramento do telejornal. Indaguei se o grupo sabia que no encerramento são exibidas imagens externas, de fora do estúdio. Em geral, todos dizem que não. “Eu achei bonito você descrever aquele fundo”, comenta A2. Segui explicando detalhes gerais sobre a realização do telejornal e também sobre a ficha de encerramento, com o nome da equipe que participou do jornal. Pergunto se é interessante a AD: “Na tela a logomarca do MGTV e sobem os créditos”. A2, A3 e A5 dizem que a ideia é interessante.

Moderadora: E aí vocês já vão conseguir entender que é uma ficha com nome de todo mundo do programa.

A3: Isso.

A5: É.

B3: É.

Assim, com a audiodescrição dos dois vídeos do MGTV confirmo a importância do recurso mesmo neste gênero em que há pouco silêncio para inserir a AD. Há uma série de

informações que não chegam às pessoas com deficiência visual porque não são descritas e que fazem parte do imaginário e do interesse dessas pessoas como, por exemplo, o nome dos entrevistados, a fisionomia e trajés dos apresentadores, o cenário, e até mesmo o encerramento do telejornal.

Já tinha quase duas horas de encontro e ainda faltavam, entre os vídeos selecionados, a exibição do debate político e do “Vídeo Show”. Segui com a exibição do debate, com alguns cortes, passando alguns momentos específicos em separado. Em vários trechos a AD menciona quanto tempo o candidato ainda tem para responder à questão. “(Audiodescrição) Candidato tem 46 segundos”. A2 pergunta se isso estava escrito. Expliquei que havia um cronômetro no canto da tela que indicava esse tempo. No trecho exibido para o grupo isso não foi demonstrado. Encontrei rejeição a essa descrição do tempo marcado no cronômetro. B3 disse que não achava necessário. A5 foi da mesma opinião, assim como A2. “Eu acho que eles interrompem. Então, atrapalha a gente a ouvir o que tá falando, minha opinião. [...] particularmente preferia que deixasse que a mediadora ‘senhor, esgotou seu tempo’”. Pergunto se essa é a mesma opinião das pessoas que ali estavam que nascem com a deficiência visual. B2 confirma que não acha interessante. A1 completa dizendo que atrapalha a concentração. “Tem que prestar atenção em duas coisas, na fala e mais nos minutos”. A6 também é da mesma opinião do grupo; “Porque ela [a mediadora] mesmo fala. Teve uma hora assim ‘acabou o tempo’”.

Menciono também que o roteiro do debate foi produzido por mim, assim como a AD ao vivo, e foi discutido junto aos responsáveis da produção do debate no setor de jornalismo da emissora. O objetivo foi justamente tentar levar para o roteiro do debate escrito pelos jornalistas algumas descrições que ajudam na compreensão da pessoa com deficiência visual, sem precisar que ocorra a AD, que provavelmente seria com sobreposição de áudio. Por exemplo, como o texto apresentado pela mediadora Vanessa Carlos: “Aqui no estúdio da TV Integração recebemos da esquerda para direita Margarida Salomão, da coligação Viva Juiz de Fora, e Bruno Siqueira, da coligação Para o futuro e agora”. A posição dos candidatos no estúdio, caso não estivesse na fala da mediadora, deveria ter audiodescrição. A6 demonstra interesse no vídeo e participa de forma mais ativa. “Eu achei interessante também lá que a própria Vanessa descreveu. É na parte que a Margarida pegou um papel e mostrou, que não podia”.

Por fim, pergunto se o que tinha sido apresentado com audiodescrição era suficiente para o entendimento do debate, uma vez que a tentativa era de evitar a sobreposição de áudio ao máximo.

A1: É.

A3: É.

A2: Enquanto um tá falando.

A2: Do tipo, quando a Luciana Genro colocou o dedo na cara do Aécio. Aquilo era importante. Eu adoraria que me contassem. Mas eu vi com uma pessoa que me contou. Então se eu não estivesse com quem me contou.

A1: Não ia ficar sabendo.

A2: Eu não teria esse deleite. Mas eu tive essa oportunidade de deleitar-me com a cena porque ela colocou o dedo na cara dele e falou “O senhor aprende a me respeitar”.

A1: Isso.

Eles reforçam o que foi apresentado aqui sobre mencionar apenas as ações relevantes dos candidatos justamente para não sobrepor o áudio original e atrapalhar o entendimento do que está sendo debatido. Neste caso, entendo que a audiodescrição pode ocorrer em momentos muitos espaçados.

Moderadora: E o silêncio na audiodescrição nesse caso, incomoda vocês? Fica a sensação que...

A2: Do que, tá vazio? Não.

A6: Não.

A5: Não.

A2: Até porque é uma coisa muito falada, né?

A4: É.

A5: Se eles estão só falando.

B1: É, porque aí a pessoa tá prestando atenção no que o candidato tá falando, lá, né?

Com essa discussão percebo que, de fato, a marcação do cronômetro deve ser mencionada ao mínimo ou até mesmo ser excluída do roteiro de AD, permanecendo apenas a explicação sobre a existência do relógio na tela. “Eu não vejo a necessidade do cronômetro para nós, não. Só da informação de que ele existe para que fique justo”, opina A2. Sobre as descrições dos candidatos e da mediadora não existiram questionamentos do grupo. Assim, vejo que a descrição breve nesses momentos é suficiente.

Conversei com o grupo e expliquei que o programa “Vídeo Show” teria poucos elementos diferentes dos já apresentados para justificar mais um debate. No entanto, um elemento visual me pareceu interessante apresentar ao grupo: a classificação indicativa de obras audiovisuais que antecedia o início do programa.

Figura 22: Cena com a classificação indicativa do “Vídeo Show”



Fonte: Arquivo vídeo TV Integração

A recepção do grupo foi surpreendente. A4 diz que o vídeo é interessante. A3 é da mesma opinião e diz não saber que essa classificação indicativa existia dessa forma.

A2: É naquele silêncio que isso aí entra?

Moderadora: É.

A2: Ah, então, tá vendo isso aí é importante.

A3: Com certeza, todo silêncio tem que ter, ué.

A6: Tem, todo silêncio tem que ter a descrição.

A4: Simplesmente eu achava que era um silêncio qualquer.

Novamente localizei mais um momento em que o uso da AD recupera informações perdidas ou de desconhecidas pelas pessoas com deficiência visual.

Para encerrar o encontro, solicitei que cada um dos participantes fizesse uma observação final, ação que pode constar dentro da metodologia de grupo focal, de acordo com Gatti (2005). Questiono se os programas de TV tivessem audiodescrição se eles teriam mais costume de assistir televisão. A2, A3 e A4 responde rapidamente que sim. B3 completou: “Teria mais prazer em ouvir mais, interessava mais. [...] Porque aí você está sabendo o que está acontecendo”. A6 também afirma que com a AD na TV teria mais interesse. B2 fala que também assistiria mais a televisão. “Inclusive tem alguns comerciais que têm um, é necessário audiodescrição. Esses comerciais que passam aí”. Aproveito para explicar que não foram apresentados gêneros dentro da categoria publicidade, mas informo que há alguns casos de propaganda com AD, portanto, é possível o uso do recurso de acessibilidade nestes produtos.

B3 volta a abordar a questão da propaganda e aponta situações que acontecem com frequência.

B3: Têm lojas que passam a propaganda, a gente não sabe onde que é a cidade. Interessa, interessante saber se aqui tem daquela loja, o produto que está passando na propaganda para gente poder...

Moderadora: Porque normalmente está nesses créditos que eu chamei, né, os caracteres, né, ele vem escrito endereço e o telefone.

B2: Aí fala só o número na tela.

[risos]

A1: Espera aí que eu vou colocar meus olhos para ver, meus óculos.

B3: Igual a Zema. Passa a propaganda da Zema, o preço tudo dos produtos, mas não fala se é aqui em Juiz de Fora.

Moderadora: Às vezes você quer ir lá ver não sabe se tem aqui?

B3: Não tenho aqui, é, pois é.

A1: Aí tem que sair perguntando, né?

B3: Aí saio perguntando todo mundo. Tem Zema aqui em Juiz de Fora?

A1: Até você saber se tem ou não tem já passou.

B3: Até você saber se tem já perdeu.

B1 que praticamente é ouvinte de rádio diz que também teria mais gosto pela TV se tivesse audiodescrição:

Com audiodescrição é bom para você ficar sabendo, tem os detalhes que dá para gente saber o que está passando. Com audiodescrição a gente pode parar e ouvir, né, saber o que está passando. E só ouvir a voz a gente vai na rádio porque no rádio eles falam melhor. [...] a televisão mostra mais, o rádio fala mais. O rádio fala, a televisão mostra.

A5 comenta que gostou muito porque com a audiodescrição consegue ter uma noção do que acontece na tela. “Até comercial mesmo você consegue ver o que está passando. Bem legal”. A4 fala que também achou interessante como a audiodescrição pode ser usada. “Deve ter audiodescrição na televisão, sim, que vai ajudar bastante nós, né, a vida do deficiente”. Indagamos se ela acha que seis horas semanais de programação com AD são suficientes. Ela diz que não, que precisa de mais. A3 completa: “Mais ainda”. Ela reforça que a audiodescrição é muito interessante:

Estava aguardando muito por isso. Espero que não demore a ter de verdade, assim, com mais facilidade. Mais horas também. Como disse “B1”. A televisão mostra e nós precisamos de ouvir. A audiodescrição é maravilhosa. Muito bom.

A1 menciona que gosta de assistir transmissão de lutas, mas mesmo com a narração não consegue entender quem está batendo, quem está ganhando. Acrescenta que a AD promove a inclusão das pessoas com deficiência visual. “Ah, vamos falar da inclusão, mas mostra muito a questão de imagem. Quando fala você se sente incluído. Eu estou entendendo, então, você fica

mais, você se sente mesmo (...). A3 completa: “Valorizado”. A2 finaliza os comentários dizendo que deixou de assistir TV justamente porque se sente excluída.

Praticamente não assisto TV porque ela me dá aflição naquilo que ela não mostra. [...] Eu acho que a gente se sentiria muito mais vontade de ver televisão, sobretudo os jornais, e novela. Novela que é um produto contínuo, a gente ia ter mais vontade de assistir com audiodescrição de forma independente, né, das cenas que não são faladas. E o jornal porque a gente teria acesso a que fonte que falou, falou o quê. Enfim, eu acho a audiodescrição como a “A1” falou, uma coisa que se sente realmente inclusivo e, não o discurso da inclusão. A gente se sente incluso porque a gente também, a gente também é consumidor do produto. Aquilo é um produto e se é um produto eu também quero consumir. Eu também tenho direito de consumir o produto.

Assim, informei que as discussões tinham sido encerradas, agradei a participação e solicitei que todos assinassem o TCLE antes que se retirassem da sala.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese aprendi e propus maneiras de perceber a TV. Modos de existir sem a visão, modos de assistir à televisão sem ver. Na busca de “pesquisar com o outro” foi feita uma comunhão, um solo onde brotaram novas sensações, novas informações e um conhecimento feito com a troca. Neste espaço entre videntes, em que me coloco, e de pessoas cegas e com baixa visão - lugar dos participantes do Instituto Benjamin Constant e da Associação dos Cegos - foi feita uma intervenção e, dessa forma, produzimos conhecimento, que foi compartilhado nesta tese.

O relato de A2 no grupo focal na Associação dos Cegos, já apresentado aqui, resume bem um sentimento que foi compartilhado por mim inclusive. “Chamo a televisão de veículo cruel”. Como não afirmar que esse é um veículo de comunicação opressor e excludente que naturaliza a deficiência, empurrando as pessoas cegas e com baixa visão para um não-lugar na sociedade, em especial, no momento que desejam – ou tentam – assistir algum programa na TV? Uma exclusão feita mesmo sendo esse também um público telespectador, envolvido pelo hábito de acompanhar a programação. No grupo na Associação dos Cegos, por exemplo, oito dos nove participantes mencionaram a TV como veículo de comunicação preferido para obter informações. Entretanto, o lugar deles não está garantido no simples ato de assistir à programação televisiva. Os relatos apontam ainda que, mesmo sem entendimento em muitos momentos do que está sendo exibido, eles veem TV sozinhos, querendo acessar essa “janela para o mundo”, segundo Dominique Wolton (2004). Como disse A1, “O problema é no momento de silêncio, né, você fica assim, o que tá acontecendo? O que tá mostrando?”. São os chamados “momentos terríveis”, citado por A2.

Apresentados os relatos fica claro que a audiodescrição é funcional na televisão, em todos os gêneros abordados, fazendo com que as pessoas cegas ou com baixa visão possam acompanhar claramente o que está sendo exibido na TV. A AD recupera, sim, várias informações que ficam perdidas quando o recurso não é utilizado nos mais variados gêneros televisivos. Desde o nome do entrevistado aos trajes e características físicas dos apresentadores e convidados, na movimentação de cena no estúdio e em sobe som de reportagens, assim como é fundamental a AD das vinhetas e de *lettering* que é utilizado em alguns programas. Informações que para nós, videntes, em muitos momentos passam despercebidas e, no entanto, despertam a curiosidade das pessoas com deficiência visual. Sem audiodescrição, não dá nem para “imaginar dentro da cabeça”, como relatou em um dos momentos A2.

O encerramento do telejornal, com a captação de imagens fora do estúdio, é outra situação corriqueira, ignorada por muitos telespectadores com deficiência visual e que mais uma vez, com o uso da AD, despertou reação em A2 que disse “achar bonito a descrição do fundo”. A possibilidade de acabar com essa ausência de informações já existe, mas ainda ocupa apenas 6 horas da grade semanal das emissoras. A telenovela, por exemplo, que é o gênero mais conhecido, segundo Aronchi de Souza (2004), e que está na grade de muitas delas, tem apenas hoje uma produção sendo exibida com audiodescrição, a novela “Enzel” da Band, emissora que já havia exibido a novela “Mil e Uma Noites” em 2015. Temos ainda o desejo da TV Aparecida em exibir a novela “A Padroeira” com AD em 2017. A novela é um gênero que é desejado pelo público, fato demonstrado pela grande audiência que alcança nas emissoras. Um produto que permite um “laço” em termos de participação e não apenas de transmissão”, utilizando um expressão apresentada aqui de Dominique Wolton. Entretanto apenas os videntes conseguem acompanhá-lo na sua totalidade. Portanto, há aí uma exclusão não somente social como cultural.

Exclusão audiovisual que se estende para outros tantos gêneros. Para o público infantil, apenas TV Brasil, com “Teco Teco”, SBT, com “Chaves”, e a Band, com “Simpsons”, apresentam alguma oferta. Neste gênero, para os vídeos apresentados ficou claro como a AD desperta novas sensações. No “Chaves”, por exemplo, apesar de termos uma sonoplastia que tenta pontuar algumas ações, com efeitos que permitem ao público ver o que está sendo descrito, conforme Ferrareto (2000), ainda assim o grupo com deficiência visual não conseguiu entender alguns momentos do episódio quando foi feita a exibição do vídeo sem AD. H2 disse que não dava para saber se o efeito era um soco ou um chute. A ação só foi compreendida com o vídeo exibido com audiodescrição. “Melhor para o cego ouvir, né?”, afirmou M3. A mesma sensação ocorreu durante a exibição com audiodescrição de “Vila Sésamo”, quando M3 disse que ficou melhor porque antes “não estava escutando nada”. A fala dela representa que sem audiodescrição ela não estava compreendendo o episódio. Isso também volta a acontecer quando exibi o videoclipe “Uma menina com cabelos de Brasil”. M4 falou que não estava ouvindo, mesmo sendo nítido o som da música e dos efeitos sonoros com risadas e palmas. Em outros momentos, M4 repetia. “Sem audiodescrição não dá para cego ouvir”. H3 foi quem esclareceu a questão: “É porque a gente não está entendendo mesmo”.

De um modo geral, as pessoas com deficiência visual conseguem esse acesso na TV um pouco mais facilitado por meio do gênero filmes. Vale lembrar que esse não é um produto produzido para televisão. Com a determinação da Ancine para que as salas de cinema disponibilizem filmes com AD até 2018, a tendência é uma oferta cada vez maior de filmes com o recurso. Portanto, para as TVs cabe apenas a função de comprá-los, sem qualquer custo

em acrescentar audiodescrição, e assim exibí-los. Assim, continuarão cumprindo o mínimo de horas com AD determinada por lei, mas sem o envolvimento, de fato, com uma política de inclusão também na televisão. Abro parênteses para mencionar a TV Aparecida que, apesar de ter também basicamente uma grade de AD em filmes, a implantação do recurso neste gênero é de responsabilidade da emissora, criado por meio do Setor de Acessibilidade. A TV Aparecida, como apresentado, demonstra bem claramente a política da emissora que busca aumentar a quantidade e variedade de gêneros com audiodescrição na grade. Sei que a TV Cultura também tem certo engajamento, mas por falta de retorno da mesma não podemos apresentar aqui qualquer comentário a respeito.

Apesar disso, vejo que há uma tentativa de aproximar esse público com deficiência visual da programação da TV, talvez nem tanto pelo viés de uma preocupação social, mas sim por percebê-lo como uma fatia de consumidores. A abertura das Olimpíadas 2016 era um evento internacional, que seria assistido por milhares de pessoas no mundo. Assim, encontramos a transmissão das cerimônias de abertura e encerramento com audiodescrição na TV Globo e na TV Brasil. Esta última estendeu ainda para os eventos das Paralimpíadas, o que não foi seguido pela TV Globo, que nem ao menos transmitiu as cerimônias. Não seria essa também uma exclusão atitudinal? Entretanto, não vou entrar neste mérito. Outro momento também interessante foi a campanha com AD criada pela TV Integração. De fato, os vídeos tinham mensagens em que há o respeito à acessibilidade atitudinal e, pelo uso da AD, o respeito à acessibilidade comunicacional. A expectativa é que novas campanhas como essa sejam planejadas tanto na emissora como em outras TVs.

Quero reforçar que a AD é possível em todos os gêneros televisivos, afirmação muito diferente das inúmeras vezes que escutei que no telejornalismo o recurso era dispensável ou mesmo não haveria espaço para o acréscimo do recurso sem sobreposição. Situação que foi contestada no grupo por A3: “Tem que ter brecha, gente”. A fala de A2 também é marcante quando era esse o rumo da conversa. “Você tá vendo uma notícia aí aparece uma fonte falando, e não dá nome da fonte para gente (...) eu fico desesperada, quem tá falando”. Como vimos nos vídeos apresentados aos grupos focais, no caso das passagens dos repórteres, a AD deverá sobrepor rapidamente o material original para informar à pessoa com deficiência visual que naquele momento existe uma aparição de quem está conduzindo a reportagem. Essa sobreposição deve ser evitada, mas pode ser utilizada quando necessário. No caso de *sobe som*, por exemplo, inserido na reportagem, a imagem deve ser descrita e há espaço para isso. Para nós, videntes, a imagem vale mais do que frases descritivas nesses exemplos de “*sobe sons*”. Mas para o cego isto não é compreensível. Em matérias quentes, em que os *offs* acontecem sem

muitas pausas, podem ocorrer a utilização de *sobe som* e é aí que entra a audiodescrição. As matérias frias, por sua vez, como vimos são mais trabalhadas, com uso recorrente de BG e provavelmente de “silêncios”. Nesses materiais o uso da AD será mais usual e também necessário. Percebemos que em muitos casos a audiodescrição pode ocorrer de forma gravada nos telejornais, principalmente em reportagens. As mesmas orientações servem para os programas de variedades e de auditório em que é comum a exibição de reportagens. A AD pode ser inserida de forma gravada nos VTs, e ao vivo, quando há a conversa no palco ou no próprio estúdio do programa.

Sobre as entrevistas de estúdio, a movimentação que acontece na cena deve ser descrita para a pessoas cegas ou com baixa visão. Por exemplo, se o entrevistado usa paletó ou algum traje mais sofisticado, isso deve ser mencionado na AD. No caso de apresentação de bandas, seja em programas de variedades, de auditório ou mesmo no telejornal, quantas pessoas da banda estão no estúdio, quais instrumentos tocam, se os artistas estão caracterizados, entre outros. Quando há o *sobe som* enquanto uma banda se apresenta, informar se a câmera focaliza o rosto de alguém ou faz um plano geral do ambiente. Isso tudo também deve ser audiodescrito. E neste caso, especificamente, a audiodescrição deve ser simultânea, isto é, realizada ao vivo.

Aponto ainda a necessidade de se repensar a forma como são utilizados nas reportagens os recursos imagéticos como mapas, gráficos, quadros, principalmente. Muitas vezes a elaboração do texto não é igual ao que está sendo apresentado na imagem. Fica subentendida a leitura complementar, principalmente quando relacionada a dados. Verificamos que nestes casos não há espaço para a realização da audiodescrição. Mas entendo que é preciso que haja a reformulação desses textos, com orientações ainda no meio acadêmico e também nas redações, para que os cegos e pessoas com baixa visão também possam estar incluídos e recebam essa informação completa.

Ressalto aqui três momentos que foram marcantes no grupo focal e que a AD claramente despertou novas sensações e recuperou informações, proposições que fazem parte da hipótese de pesquisa. Primeiro, a exibição no grupo da Associação dos Cegos da vinheta na novela “Malhação”, marcada pela música “Pro dia nascer feliz” e pela sequência de cenas rápidas, com muita cor. Falas como “A gente ouve isso aí não sabia que tinha tanta coisa assim”, de A3, “É uma cena hiper cheia e que a gente não sabia (...) é uma cena que passa vida”, de A2, “Imaginava que era só escrito Malhação com um fundo, pronto, tudo parado e cantando e só”, de A4, “Ah, eu adorei, achei as cores felizes”, de A1, nos fazem perceber como a exclusão deles ao produto audiovisual acontece. Compreendi a experiência de cada participante, vi o entusiasmo de cada um deles e senti a importância de estabelecer outras formas de existir sem a visão, recorrendo

essencialmente à AD. A surpresa volta a tomar conta dos participantes quando eles têm conhecimento da classificação indicativa de obras audiovisuais que antecedem alguns programas. O silêncio presente nestes momentos já era um “velho conhecido” deles, como afirmou A4. “Simplesmente eu achava que era um silêncio qualquer”. Mesmo A2 que enxergou até os 16 anos, não conhecia o que existia por trás desse “velho conhecido”, questionando: “É naquele silêncio que isso aí entra?”. Outro momento que vejo a necessidade de destacar é quando B3 começa a falar da sua dificuldade em lidar com as propagandas nos intervalos comerciais da TV. Como consumidor que é, disse que fica buscando na fala do locutor informações sobre as ofertas anunciadas, mas que na hora de informar o contato da loja B3 diz: “Fala só o número na tela”. A1 faz uma crítica pontual sobre a sensação que tem nesses momentos: “Espera aí que eu vou colocar meus olhos para ver”. Isso demonstra claramente a prática de exclusão na televisão. Retomando Peter Freund (2005), um ambiente deficiente que não respeita o direito das pessoas com deficiência visual e marginaliza esse público, cidadão como outro qualquer e também consumidor. Temos, assim, corpos afetados e em conexão com essa propaganda, mas em um ambiente televisivo que incapacita esses corpos, sendo a deficiência aqui resultado dessa sociedade excludente e que presenciei envergonhada neste momento do grupo focal.

Como já era de conhecimento de todos os envolvidos pela implantação da audiodescrição na televisão, uma das justificativas das emissoras para um não-engajamento neste assunto é o aumento das despesas, conforme afirmou o chefe do setor de Divisão de programação da TV Integração. Sei que a emissora precisou comprar novos equipamentos e teve custos para conseguir exibir os debates políticos em 2016. Mas, por um outro lado, conseguiu atender seu compromisso legal de levar informação a todos os telespectadores, sem exceção. Por sua vez, para a supervisora de acessibilidade da TV Aparecida, Flávia Machado, uma outra questão ainda é o pouco conhecimento das pessoas com deficiência sobre a existência da audiodescrição. E também a desinformação dos mais diversos tipos de profissionais relacionados com a produção, veiculação e transmissão do recurso. De fato, são necessárias mais divulgação sobre o recurso e mais pesquisas na área para facilitar a expansão da AD. No entanto, cabe às emissoras também se utilizarem do que já foi pesquisado para colocar a implantação do recurso em prática. O uso das fichas, por exemplo, citado nesta tese, já foi apresentado nos estudos de Alves, Gonçalves e Pereira (2016), mas ainda não há aplicação das mesmas pelas emissoras. Para aqueles que fizeram a transmissão do debate político com audiodescrição, já há equipamentos suficientes necessários para utilização do segundo canal de áudio. Agora é preciso engajamento.

Reforço novamente a necessidade de pesquisas para melhorar o design dos controles remotos e também para a padronização dos menus de configuração de áudio nos televisores, ambos para facilitar o acesso com autonomia das pessoas com deficiência visual ao segundo canal de áudio da TV e, assim, conseguir efetivar a AD na programação onde estiver disponível. Acesso também que deve ser facilitado na venda dos equipamentos de TV digital, com linhas de crédito que também possam abranger a aquisição desses televisores pelas pessoas com deficiência visual.

A intenção de realizar o grupo focal e apresentar os relatos desses participantes foi a todo momento de comprovar que existe interesse de acompanhar a programação televisiva por parte das pessoas com deficiência visual. O acesso à TV não é uma necessidade, mas um desejo ligado ao campo simbólico. Ter acesso a isso representa estar incluído socialmente nesta esfera, tendo o direito de experimentar e selecionar suas preferências de lazer. Lembrando que para desenvolver o gosto por acompanhar os programas que são exibidos é preciso que a TV seja acessível, que a emissora estimule esse público oferecendo a ele o recurso de audiodescrição. Somente dessa forma a televisão vai oferecer um espaço de igualdade de direitos, permitindo a esse telespectador escolher o programa que quiser assistir sem ter que ficar preso ao que a grade oferece. Acredito que as emissoras estão começando a se apropriar dessa prática, mas ainda não há nenhuma mudança mais efetiva, essencialmente nas TVs de grande alcance, de acordo com as grades de programação que tive acesso. A lei está sendo cumprida em partes. Ainda cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fiscalização para que as empresas implantem a AD na programação, cumprindo a função como prestadoras ou concessionárias de serviço público, com responsabilidade social na vida cidadã e do coletivo social. Responsabilidade ainda bem distante. As palavras “acessibilidade”, “equiparação de oportunidades” ainda não são vislumbradas pelas TVs em seu sentido estrito. Temos exceções sim, como a TV Aparecida e seu setor de acessibilidade. Mas entendo que as emissoras devem mudar essa postura, com a apresentação de uma programação inclusiva, que permita que todos, sem exceção, possam acompanhar as grandes produções que são realizadas para as telenovelas, para os programas de variedades, de entretenimento, debates e todos os demais que surgem na tela durante todo o dia. Uma programação alimentada continuamente pelos recursos de acessibilidade. Para as pessoas com deficiência visual, especificamente, uma programação com todos os gêneros televisivos apresentados com audiodescrição. Assim, uma TV, de fato, acessível para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Dominique Leite. **Premissas de criação de imagens em relevo em Objetos de Aprendizagem para cegos**. 25/02/2015. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2015.

ADERALDO, Marisa Ferreira. **Proposta de parâmetros descritivos para audiodescrição à luz da interface revisitada entre tradução audiovisual acessível e semiótica social – multimodalidade**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.
_____. Audiodescrição: origem e desenvolvimento. In: ARAÚJO, V.L.S; MASCARENHA, R.O.; DANTAS, J.F. **A pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Fortaleza: EdUECE, no prelo.

ALVES, C.A.; MANSO, C.C.; OLIVEIRA, J.C.S; NEVES, J.G.; ELIODORAZ, L.; FRANCO, L.O.P.; GONÇALVES, T.; VITORINO, V.; MORAES, M. Composições do não ver: contando histórias. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.) **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: NAU, 2010, p.96-117.

ALVES, Soraya Ferreira; GONÇALVES, Karine Neumann; PEREIRA, Tomás Verdi. A tradução como recurso de acessibilidade: audiodescrição de telenovelas. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 202-2016, 2016.

ANCINE. Instrução Normativa nº 116, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas nº. 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências.
<http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>

_____. Instrução Normativa 128/2016, de 13 de setembro de 2016. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. Disponível em
<http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>

ARAÚJO, Daniela da Silva. **A Tradução Intersemiótica do Livro Cidade de Deus para o Cinema: O testemunho da violência**. 01/05/2011. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2011.

ARAÚJO, V. L. S.; ADERLDO, M. F. (Org.). **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba: CRV, 2013

ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbanos. NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BARBOSA, Edilene Rodrigues. **O uso da tradução audiovisual para o desenvolvimento da compreensão oral em língua espanhola**. 01/08/2009. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/11336>.

BENVENUTO, Sara Mabel Ancelmo. **Adaptação fílmica e audiodescrição**: uma proposta de produção cinematográfica acessível para pessoas com deficiência visual. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro:Campus, 1992.

BRAGA, Klistenes Bastos. **Cinema acessível para pessoas com deficiência visual: a audiodescrição de 'O grão de Petrus Cariry'**. 01/03/2011.144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

_____. Lei 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm.

_____. Resolução 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.

_____. Decreto n. 3956/01, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm.

_____. Lei federal 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

_____. Decreto nº5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de

novembro de 200, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5645.htm.

_____. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/destaques/inclusao-para-pessoas-com-deficiencia/portaria3106.2006_MinComunicacoes_acessibilidade.

_____. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.

_____. Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008. Concede prazo de 90 dias para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão passem a veicular, na programação, o recurso de acessibilidade de que trata o subitem 3.3 da Norma Complementar nº 01/2006, aprovada pela Portaria nº 310, de 27/06/2006.

_____. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Sobre os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em 12 março 2015.

_____. Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012. Dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol dos bens e serviços.

_____. Lei complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp142.htm

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Resolução nº 23.457/instrução nº 538-50.2015.6.00.000, de 24 de dezembro de 2015. Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016. Disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/PO-RES234572015.pdf>.

_____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de

2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Classificação indicativa**: guia prático. Brasília: MPF, 2010. 48p.

BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CAMPOS, Virginia Pinto. **Um sistema de geração automática de roteiros de audiodescrição**. 27/02/2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Informática, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2015.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. 2ª ed. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1989.

Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência - 2.ed. [rev. e atualizada]. - Rio de Janeiro: IBDD, 2009.

CARNEIRO, Bárbara Cristina dos Santos. **Repensando o roteiro de audiodescrição para o público com deficiência intelectual**. 19/06/2015. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

CARVALHO, Wilson Júnior de Araújo; MAGALHÃES, Célia Maria. Locução em filmes audiodescritos para pessoas cegas ou com baixa visão: uma contribuição à formação de audiodescritores. In: **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2013, p. 151-168.

CORDEIRO, Gilson Soares. **A prática intersemiótica como problematização das identidades nos jovens do bairro Conjunto Palmeira**: a realização do curta-metragem de "A vida de Pedro" a partir da adaptação de Dirty Boulevard. 01/08/2011 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2011.

COSTA, Celso André Nóbrega da. **A audiodescrição e/ou irradiação de jogo de futebol: qual o recurso mais acessível para cegos?** 06/08/2015. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2015.

COSTA, Larissa Magalhães. **Audiodescrição em filmes**: história, discussão conceitual e pesquisa da recepção. 05/09/2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. **Grupo focal**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 180-192.

CROCOMO, Fernando. **TV digital e produção interativa**. A comunidade manda notícias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

DALMOLIN, Maristela. **Memória coletiva: audiodescrição em sala de aula.** 24/08/2015. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DANTAS, João Francisco de Lima. **A priorização de informação na audiodescrição do desfile de escola de samba:** uma proposta metodológica com o uso do rastreador ocular. 01/08/2012. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012.

DOMINGUES, Leonardo de Araújo. **Acessibilidade em Cinemas Digitais: Uma Proposta de Geração e Distribuição de Libras e Audiodescrição.** 13/10/2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Informática, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2015.

FARIAS, Christiane Gleice Barbosa de. **Multimodalidade em narrativas de reconto de histórias: um estudo de caso de uma criança cega.** 23/02/2015. 75 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2015.

FARIAS, Sandra Regina Rosa. **Audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica:** um estudo de caso do filme 'Atrás das Nuvens'. 05/04/2013. 240 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2013.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro. **Visitante cego no Museu Nacional do Prado, obra de arte bidimensional figurativa e acessibilidade:** informação e arte e comunicação por meio da áudio-descrição e do relevo háptico na exposição Hoy Toca el Prado. 29/02/2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____, Ana Fátima Berquó Carneiro. **Dedos de ver:** Informação especial no museu e a inclusão da pessoa com deficiência visual. 01/02/2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Flávia Aparecida Durais. **Da imagem à palavra: a audiodescrição para o cinema na construção de referentes.** 31/03/2014. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.

FILHO, Paulo Romeu. Políticas Públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência – audiodescrição na televisão brasileira. In: MOTTA, Livia M.V.M; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Estado de São Paulo, 2010, p.43-66.

FRANCO, Eliana P. C.; ARAÚJO, Vera Santiago. Questões terminológicas-conceituais no

campo da tradução audiovisual. **Revista em Tradução** – Maxwell. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Em busca de um modelo de acessibilidade audiovisual para cegos no Brasil: um projeto piloto. **TRADTERM**, v. 13, 2007, p. 171-185

FREUND, Peter. Bodies, disability and spaces: the social model and disabling spatial organizations. In: FRASER, Miriam; GRECO, Monica. **The body: a reader**. London:Routledge, 2005, p. 182-186.

GABRIEL, Maria Helena Clarindo. **Problemas de segmentação linguística na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) de “Cheias de Charme”**: uma análise baseada em corpus. 02/07/2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2015.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: cidadania e informação**. Trabalho apresentado como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, João Victor Boechat. **Imagem digital aplicada: uma abordagem para estudantes e profissionais**. São Paulo: Elsevier, 2014.

GONZAGA, Camila da Silva. **Uma perspectiva de trabalho didático com leitura e interpretação de texto multimodal para alunos com cegueira na escola regular**. 20/08/2015. 231 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

GROSS, Leila. **Arte e inclusão: o Ensino da Arte na inclusão de alunos com deficiência visual no Colégio Pedro II**. 06/03/2015. 355 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo: representação e estigma**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

HOINEFF, Nelson. **A nova televisão: desmassificação e o impasse das grandes redes**. Rio de Janeiro: Ed. Comunicação Alternativa: Relume Dumará, 1996.

ISHIKAWA, Maria Inês Garcia. **Audiodescrição: um recurso de acessibilidade na televisão digital**. 2014. 107 F. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, São Paulo, 2014.

JORDÃO, Bárbara Gomes Flaire. **Cartografia Tátil na Educação Básica: os cadernos de Geografia e a inclusão de estudantes com deficiência visual na rede estadual de São Paulo**.

21/09/2015. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2015.

KASTRUP, Virgínia. Atualizando virtualidades: construindo a articulação entre arte e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.) **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: NAU, 2010, p. 52-73.

KEHL, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004a, p. 141-161.

KELLISON, Catherine. **Produção e direção para TV e vídeo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Latour, Bruno. (2008). Como falar do corpo? A dimensão normativa das ciências. In: Nunes, J. A. & Roque, T. **Objectos impuros: experiências em estudos da ciência** (pp. 39-61). Lisboa: Afrontamento.

LEAO, Bruna Alves. **Teatro acessível para crianças com deficiência visual: a audiodescrição de 'A vaca Lelé'**. 01/08/2012. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012.

LIMA, Francisco José de; LIMA, R.A.F., VIEIRA, P. A. M. O Traço de União da Áudio-descrição: Versos e Controvérsias, Vol. 1. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)** 2010. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>. > Acesso: 14 de setembro de 2014.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LOBO, Ana Elisa de Campos; FREITAS, Mirian Ellen de. Da Ciência e Tecnologia. In: STUBAL, Joyce Marquezin; FAYAN, Regiane Alves Costa (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** – Comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016, p. 219-228. Disponível em <http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/12/lei-brasileira-de-inclusao-comentada/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

LUCATELLI, Bárbara Guimarães. **Traduzir o traduzido: uma tradução da audiodescrição do documentário “a marcha dos pinguins”**. 26/03/2015. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2015.

MACHADO, Flávia Oliveira. **Acessibilidade na televisão digital: estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira**. 01/03/2011. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em televisão digital: informação e conhecimento. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, São Paulo, 2011a.

_____. **Comunicação acessível para o desenvolvimento inclusivo: a política de acessibilidade na televisão brasileira**. In: XV Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação. Araraquara, junho 2011b. Disponível em <https://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/49.pdf>. Acesso em maio/2016.

_____. **Entrevista concedida a Kelly Scoralick.** Aparecida, 26 jan. 2017. [A entrevista encontra-se no Apêndice desta tese]

MACHADO, Isabel Pitta Ribeiro. **A parte invisível do olhar: audiodescrição no cinema: a constituição das imagens por meio das palavras - uma possibilidade de educação visual para a pessoa com deficiência visual no cinema.** 26/08/2015. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

MASCARENHAS, R. A narrativa audiovisual recriada na audiodescrição: uma proposta de tradução para a minissérie policial *Luna Caliente*. In: ARAÚJO, V. L. S.; ADERALDO, M. F. (Org.). **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil.** Curitiba: CRV, 2013. p. 185-200.

MARTINS, B. D. G. S. **Políticas sociais da deficiência: exclusões perpetuadas.**2005. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/228/228.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

MARQUES, Carlos Alberto. **A imagem da alteridade na mídia.** 2001. 248 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MATTOSO, Veronica de Andrade. **Ora, direis, ouvir imagens? um olhar sobre o potencial informativo da audiodescrição aplicada a obras de artes visuais bidimensionais como representação sonora da informação em arte para pessoas com deficiência visual.** 01/03/2012.187 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

MAYER, Flavia Affonso. **Imagem como símbolo acústico: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição.** 01/02/2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação social: interações midiáticas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2012.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio - um guia abrangente de produção radiofônica.** São Paulo: Summus, 2001

MEDEIROS, Francisca Rafaela Bezerra. **Elementos para a microestrutura de um glossário semitrilíngue dos termos da audiodescrição.** 01/03/2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012.

MELCHIADES, Mônica Regina Canedo. **Visões da deficiência: concepções determinantes formadoras de opinião pública.** 2003. 71 pag. Trabalho de conclusão de curso (especialização *latu sensu* em Mídia e Deficiência) – Faculdade de Comunicação, UFJF, Juiz de Fora.

MIANES, Felipe Leão. **Marcas de identificação de pessoas com deficiência visual em narrativas autobiográficas.** 25/02/2015. 180 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

MORA, Adriana Bolanos. **Design inclusivo centrado no usuário:** diretrizes para ações de inclusão de pessoas cegas em museus. 01/12/2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.) **Exercícios de ver e não ver:** arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.) **Exercícios de ver e não ver:** arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: NAU, 2010, p.27-51

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo** - 1, Neurose. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1981.5ª edição.

MOTTA, Livia M.V.M. **Audiodescrição:** entrevista com Livia Motta. In: Agência Inclusiva, 2008. Disponível em: <http://agenciainclusive.wordpress.com/2008/07/22/audiodescricao-entrevista-com-livia-mello-motta/> . Acesso em 13 jul. 2010.

_____. FILHO, Paulo Romeu (orgs.). **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Estado de São Paulo, 2010.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago (Orgs.) Ministério da Cultura . **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** Brasília: Ministério da Cultura, 2016. 88p.

NÓBREGA, Jéssica Barroso. **Comparação entre dois tipos de roteiro de audiodescrição:** um estudo descritivo exploratório. 09/05/2014. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2014.

NUNES, Elton Luiz Vergara. **Audiodescrição didática.** 24/02/2016. 415 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2016.

OCCHI, Rafael. **Entrevista concedida a Kelly Scoralick.** Uberlândia, 15 fev. 2017. [A entrevista encontra-se no Apêndice desta tese]

OLEGARIO, Margareth de Oliveira. **Narrativas dos jovens com deficiência visual sobre filmes com Audiodescrição.** 06/07/2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida Fernandes de. **Audiodescrição x audiovisual:** a importante contribuição desta parceria no auxílio às pessoas com deficiência visual. 01/11/2011. 88 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP, 2011.

OLIVEIRA, Ana Clara Santos. **Por uma poética da audiodescrição de dança:** uma proposta para a cena da obra Pequetitas coisas entre nós mesmos. 18/02/2013. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Juarez Nunes de. **Ouvindo imagens: a audiodescrição de obras de Aldemir Martins.** 01/08/2011. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2011.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV:** manual de telejornalismo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: **Lumina** – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF. Vol.1, nº 1, junho de 2007.

Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM 2016. Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Secom, Brasília. Brasil. 2016. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em 26/01/2017.

PINOTTI, José Luiz. **Comunicação e audiodescrição: estudos contemporâneos.** 29/08/2014. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, 2014.

PNAD. Acesso à Internet e à Televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015. Disponível e <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 09/02/2017.

POZZOBON, Graciela; POZZOBON, Lara. **O que é audiodescrição?** Site audiodescrição. Disponível em: <<http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-eaudiodescricao/>> Acesso em: 10 mar. 2015.

POZZOBON, Lara. Blind Tube: conceito, audiodescrição e perspectivas. In: MOTTA, Livia M.V.M; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Estado de São Paulo, 2010, p.107-116.

Relatório Mundial sobre a Deficiência. / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/hq/2011/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf

REZENDE, Gabriela del Rio de. **Inclusão na TV:** audiodescrição de filmes publicitários e a relevância da informação. 03/07/2014. 9 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2014.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo : Summus, 2000.

RIBEIRO, Ernani Nunes. **A imagem na relação de expressão com o texto escrito - contribuições da áudio-descrição para a aprendizagem de educandos surdos**. 01/08/2011. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2011.

RODRIGUES, Iracema Vilaronga. **O potencial formativo do Cinema e a Audiodescrição: Olhares Cegos**. 16/12/2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 2010.

SALES, Walquiria Braga. **A construção do referente Bezerra de Menezes na audiodescrição do filme 'Bezerra de Menezes: o diário de um espírito'**. 01/08/2012. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012.

SANTOS, Francisco Renato da Silva. **A avaliação da audiodescrição de desenhos animados: uma pesquisa exploratória**. 01/12/2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, Rio Grande do Norte, 2011.

SANTOS, Marcos Pastana. **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu**. 08/09/2015. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

SEEMANN, Paulo Augusto Almeida; LMA, Rosângela A. Ferreira; LIMA, Francisco José de. Áudio-descrição no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: um estudo morfológico. In: **Revista de Brasileira de Tradução Visual**, Recife, Vol. 13, nº 13, ano 2012. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/viewArticle/161>. Acesso em 18/jul/2015.

SEOANE, Alexandra Frazão. **A priorização de informação em roteiros de audiodescrição: o que o rastreamento ocular nos tem a dizer?** 01/08/2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012.

_____. ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A audiodescrição do filme Corisco e Dadá. In: **Cultura & Tradução**. João Pessoa, v.1, n.1, 2011.

SILVA, Andreza da Nóbrega Arruda. **Caminhos para inclusão: uma reflexão sobre áudio-descrição no teatro infanto-juvenil**. 01/05/2012. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2012a.

SILVA, Cristiene Ferreira da. **A (in)existência do parâmetro de neutralidade**: um estudo de caso descritivo de audiodescrições filmicas francesas via teoria da avaliatividade. 29/09/2014. 300 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2014.

SILVA, Giorgio Gilwan da. **Diretrizes de acessibilidade para deficientes visuais a programação da TV digital interativa: contribuições**. 01/07/2011. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

SILVA, Manoela Cristina C. C. da. **Com os olhos do coração**: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística Aplicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009.

SILVA, Osmina Maria Marques da. **A audiodescrição dos personagens de filmes**: um estudo baseado em corpus. 01/08/2012. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2012b.

SOARES, Márcia Torres Neri. **Currículo escolar e inclusão de estudantes com deficiência: diálogos com uma escola pública**. 27/08/2015. 325 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2015.

SOMMA, J. **Jornalismo, Informação e Cidadania Contemporânea**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, São Paulo: Intercom, 2002.

SOUZA, Flavia Maria Batista Caldeira de. **As audiodescrições de ensaio sobre a cegueira em inglês e português**: um estudo baseado em corpus. 01/09/2012. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2012.

SOUZA, Marcos Leonel de. **E-book digital acessível para pessoas com deficiência visual: análise das adequações implementadas nos materiais de um curso a distância**. 15/10/2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2014.

TAVARES, Marina Cavalcanti. **O fantasma da ópera para pessoas com deficiência visual**: uma proposta de audiodescrição de musicais. 28/08/2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2014.

TELES, Veryanne Couto. **Audiodescrição do filme A Mulher Invisível**: uma proposta de tradução à luz da estética cinematográfica e da semiótica. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010. p. 101-126.

TRINTA, Aluizio Ramos. Televisão e formações identitárias no Brasil. In: LAHNI, Cláudia Regina, PINHEIRO, Marta de Araújo. **Sociedade e Comunicação**: perspectivas contemporâneas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 31-50.

VIEIRA, Paulo Andre de Melo. **O papel da áudio-descrição na eliminação de barreiras comunicacionais no material didático no ensino médio**. 01/08/2011. 268 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2011.

VILARONGA, Iracema. **O potencial formativo do Cinema e a Audiodescrição**: Olhares Cegos. 16/12/2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Programa em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2010.

VIVARTA, Veet. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi, Fundação Banco do Brasil, 2003.

VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2006.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Sites consultados:

<https://tagasblog.wordpress.com/tag/audiodescricao-aberta/>

<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2014/01/mineiros-com-deficiencia-reclamam-por-mais-audiodescricao.html>

<http://www.faders.rs.gov.br/servicos/21/1936>

<http://capesdw.capes.gov.br>

<http://bdtd.ibict.br/pt>

<http://redeglobo.globo.com/programacao.html#>

<http://www.band.uol.com.br/tv/programacao.asp>

<http://recordtv.r7.com/programacao/>

<http://www.a12.com/tv-aparecida/programacao>

<http://www.sbt.com.br/programacao/>

<http://www.redeTV.uol.com.br/programacao>

<http://tvbrasil.ebc.com.br/audiodescricao>

<http://www.midiace.com.br/index.php/programacao>

<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/>

<http://www.sejadigital.com.br/home>

<http://novotempo.com/tv/>

Sites do vídeos de programas usados no grupo focal:

<https://www.youtube.com/watch?v=vflzdrF22AY&t=6s>

https://www.youtube.com/watch?v=O_1Ymb2B5Ow&t=359s

<https://www.youtube.com/watch?v=fUfAFCu4mcg&t=22s>

https://www.youtube.com/watch?v=_jDYmBIe9p0&t=39s

<https://www.youtube.com/watch?v=QE1vf7yOLYU&t=308s>

<https://www.youtube.com/watch?v=KC19s0WGsFQ>

<http://iguale.com.br/mtv-luv-infortunio-e-comedia-mtv/>

<https://www.youtube.com/watch?v=qCngBU7VBeI&t=300s>

<https://www.youtube.com/watch?v=Y-xVpQ1KRWw>

Bem Estar: <https://globoplay.globo.com/v/5465600/>

Mais Você: <http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/videos/t/para-assinantes/v/mais-voce-programa-de-terca-feira-22112016-na-integra/5465563/>

Malhação: <https://globoplay.globo.com/v/5484737/>

Encontro com Fátima Bernardes: <http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/episodio/2016/10/24/ana-carbatti-paulinho-moska-e-suricato-participam-do-encontro.html#video-5398534>

Vídeo Show: <http://gshow.globo.com/programas/video-show/videos/t/programa/v/susana-vieira-da-palpite-sobre-sumico-de-isabela-de-a-lei-do-amor/5471752/>

APÊNDICE 1

Perguntas feitas aos componentes do grupo focal

1- Qual a sua idade? _____ anos

2- Você mora:

- sozinho (a)
- com os pais
- com a mãe
- com o pai
- com filhos
- com amigo (a)
- com companheiro (a)
- Outros. Especifique _____

3- Qual a sua condição visual?

- cego
- baixa visão

4- De que tipo?

- Congênita
- Adquirida. Se sim, há quanto tempo? _____

5- Quais veículos de informação você usa para se informar?

- Televisão
- Rádio
- Jornal
- Internet

6- Com que frequência você assiste a televisão?

- Todo dia
- Finais de Semana
- Algumas vezes por mês
- Quase nunca
- Não assisto

7 - Quanto tempo você passa assistindo TV normalmente? _____

8 - Você assiste TV:

- sozinho (a)
- acompanhado

9- Se assiste acompanhado, há explicação do que está sendo apresentado?

- Não
- Sim.

10- Você assiste aos canais da TV aberta?

- Sim
- Não

11-Qual canal é o seu favorito? _____

12-Quais tipos de programas você costuma assistir na TV?

- Novela
- Telejornal
- Filmes
- Programas de auditório
- Programas de entrevistas
- Desenho animado
- Outros. Especifique. _____

13-Você conhece programas na TV com audiodescrição?

- Não
- Sim

Quais? _____

14-Você assiste programas na televisão com audiodescrição?

- Não
- Sim

Quais? _____

15-Com qual frequência você assiste programas na TV com audiodescrição?

- uma vez por semana
- duas vezes por semana

16-Em quais canais você assiste programas na TV com audiodescrição?

- Globo
- SBT
- Record
- TV Aparecida
- TV cultura
- TV Brasil
- Outros

17-Você acha que seis horas por semana de audiodescrição ofertado atualmente na programação da TV brasileira é:

- Ótimo
- Bom
- Suficiente
- Insuficiente

Outras considerações _____

APÊNDICE 2

Questionário enviado para as emissoras de televisão:

- Há quanto tempo a emissora exibe programas com audiodescrição? Qual foi o primeiro programa?
- Qual (is) programa (s) é (são) exibido (s) com audiodescrição? Como é feita a escolha desses programas?
- Qual o tempo de duração do programa, horário de exibição, e qual a frequência na semana?
- A TV tem algum guia de programação informando em qual programa o recurso estará disponível? Ou há alguma propaganda/anúncio informando sobre os programas com audiodescrição?
- A audiodescrição é realizada por uma equipe externa ou é por equipe da emissora?
- No último debate da campanha política os recursos de acessibilidade eram obrigatórios. A emissora e afiliadas realizaram os debates com essas exigências? Como foi encontrar os profissionais para este trabalho?
- Existem planos para aumentar a quantidade de programas com audiodescrição na emissora?
- Qual a principal dificuldade em ofertar audiodescrição na TV?
- Vocês têm algum feedback das pessoas com deficiência visual sobre o trabalho em audiodescrição que é apresentado?

APÊNDICE 3

CD Room contendo:

- Transcrição da íntegra do conteúdo dos grupos focais
- Material em áudio dos grupos focais

ANEXO 1

Entrevista, por e-mail, feita com a supervisora de acessibilidade da TV Aparecida, Flávia Machado:

- A audiodescrição é realizada por uma equipe externa ou é por equipe da emissora? Quantas pessoas participam do processo?

Desde o início, produzimos os recursos de acessibilidade (CC e AD) por uma equipe interna que compõe o Setor de Acessibilidade da TV Aparecida. Iniciamos o setor em novembro de 2011 e atualmente temos 12 colaboradoras trabalhando nesta equipe. Em relação ao processo de produção de AD, temos três roteiristas, uma narradora, um editor de vídeo (que é de outra equipe da emissora e presta serviço para nós) e eu, que faço a revisão do material antes dele ser exibido e arquivado.

- Existem planos para aumentar a quantidade de programas com audiodescrição na emissora?

Sim, sempre que temos novidades na grade de programação pensamos em como aumentar a quantidade de programas com AD. Em 2017, os desafios são muitos como o Festival Didiversão com 12 filmes dos Trapalhões e a novela "A Padroeira", mas ainda teremos muitos programas nesse ano jubilar dos 300 anos de encontro da imagem de Nossa Senhora no rio Paraíba.

- Qual a principal dificuldade em ofertar audiodescrição na TV? (ou no momento da implantação, se houve alguma dificuldade)

Acredito que a questão de pouco conhecimento na área ainda é a principal dificuldade tanto para o principal público-alvo (telespectadores com deficiência visual) quanto para os mais diversos tipos de profissionais relacionados com a produção, veiculação e transmissão da audiodescrição. Com certeza já avançamos bastante em termos de oferta de AD na TV e em outros tipos de conteúdos audiovisuais, mas ainda falta a assimilação da geração desse material até o seu consumidor final. Isso é importante para a ampliação do mercado de trabalho na área, para o aumento da disponibilização de materiais com esse recurso e para o aumento do consumo dele.

A implementação da audiodescrição foi adiada via regulamentação do Ministério das Comunicações (atual Ministério das Ciências, Tecnologia, Inovações e Comunicações) porque o Brasil estava iniciando o seu processo de digitalização na televisão. Eu presenciei essa transição aqui na TV Aparecida, pois nos primeiros meses de exibição da audiodescrição era feita uma manobra técnica para usar o controle mestre digital (que ainda estava sendo implementado) somente durante a exibição da audiodescrição e o restante da programação era feita pelo controle mestre analógico. Fizemos isso até a inauguração do controle mestre digital. Passada essa etapa, melhoramos os processos de produção da AD e fizemos em outubro de 2013, em parceria com as

3 pessoas



Flavia Machado

flavia.machado@tvap...



Mostrar detalhes



Flavia Machado <flavia.machado@tvaparecida.com.br>
para mim

15 de fev ☆ ↶ ▾

3 pessoas

Oi, Kelly, bom dia!

Desculpe-me a demora, mas me esqueci do seu prazo. Espero que ainda dê tempo.

- Há quanto tempo a TV Aparecida exibe programas com audiodescrição? Qual foi o primeiro programa?

A TV Aparecida começou a exibir audiodescrição em abril de 2012. O primeiro material com AD foi o filme "Charlie e eu".

- Qual (is) programa (s) é (são) exibido (s) com audiodescrição?

Sempre fizemos AD dos filmes que exibimos, mas em algumas programações especiais e também, dependendo de como está a nossa grade de programação, fazemos AD de shows, programas musicais, programas de artesanato e de viagens.

- Qual o tempo de duração do programa, horário de exibição, e qual a frequência na semana?

Isso depende da nossa grade de programação. Atualmente, início de 2017, estamos com 3 sessões de filmes por semana, sendo elas: Super Quarta (quartas-feiras das 20h às 23h), Cinema da Fé (quintas-feiras das 20h às 23h) e Cine Família (aos domingos das 15h às 17h). Entretanto, a partir de abril deste ano, teremos além dos filmes, AD na novela "A Padroeira" que será de segunda à sábado das 19h às 20h e das 22h30 às 23h30.

- A TV tem algum guia de programação informando em qual programa o recurso estará disponível? Ou há alguma propaganda/anúncio informando sobre os programas com audiodescrição?

Divulgamos os recursos de acessibilidade (CC e AD) na grade de programação do site a12.com/tvaparecida e no início de cada bloco do programa, além disso enviamos para as TVs por assinatura a informação para ser inserida no sistema deles de guia de programação. Já tivemos um vídeo institucional divulgando os recursos de acessibilidade, porém ele não é mais usado e faremos um atualizado neste ano.

audiodescritoras Livia Motta e Fátima Angelo da Ver com Palavras, a primeira audiodescrição ao vivo da TV brasileira.

Mesmo com esses avanços, notamos que há dificuldade para os telespectadores ativarem a AD, pois cada modelo de televisor e de conversor digital tem um modo de configuração para a ativação da AD. E além disso, a maioria dos menus de configuração não são acessíveis com retornos sonoros para quem os usa. Então, há ainda muito para avançarmos e melhorarmos a fruição da AD na TV.

- Vocês têm feedback das pessoas com deficiência visual sobre o trabalho em audiodescrição que é apresentado? Já tivemos alguns feedbacks de pessoas com deficiência visual por email e telefone.

- Além da audiodescrição, quais são os recursos de acessibilidade oferecidos na TV Aparecida?

Nós temos quase toda a programação com closed caption (CC), ou legenda oculta como também é chamada. A partir de julho, toda a nossa programação terá CC. Em algumas missas específicas também disponibilizamos a janela com intérprete de Libras.

Se tiver mais alguma dúvida, me fale.

Um abraço!



APARECIDA

FLAVIA MACHADO
Coordenadora de Acessibilidade
Fones: (12) 2131-4484 / (12) 99636 1783
flavia_machado@tvaparecida.com.br
www.a12.com/acessibilidade
www.A12.com



Flavia Machado
flavia.machado@tvap...



Mostrar detalhes

3 pessoas



Flavia Machado
flavia.machado@tvap...



Mostrar detalhes

ANEXO 2

Entrevista, por e-mail, feita com o chefe do setor de Divisão de programação da TV Integração, afiliada da Globo em Minas Gerais, Rafael Occhi

Rafael Occhi <rafael.occhi@tvintegracao.com.br>
para mim

26 de jan

Rafael Occhi
rafael.occhi@tvintegracao.com.br

[Mostrar detalhes](#)

Kelly,

Respondi em azul, abaixo.

Veja se lhe atende...

Abraços,

Rafael Occhi
Divisão de Programação
(34) 3218-3499 | (34) 99814-8488

PROGRAMAÇÃO **TV INTEGRACAO**

Imprima com responsabilidade

De: kelly scoralick [mailto:scoralickkelly@gmail.com]
Enviada em: quinta-feira, 26 de janeiro de 2017 11:25
Para: Rafael Occhi <rafael.occhi@tvintegracao.com.br>
Assunto: audiodescrição na TV Integração

Oi, Rafael, conversamos há alguns dias sobre a pesquisa que estou realizando no doutorado na UFRJ sobre a audiodescrição na televisão. Gostaria de acrescentar na tese o que a TV Integração vem realizando em separado da rede sobre o assunto.

- Quando a emissora começou a planejar ações/campanhas/programas com audiodescrição?

>>> Desde o início da digitalização das nossas emissoras, a TV Integração já aborda o assunto. Quando lançamos a TV digital na nossa geradora de Araxá, por exemplo, realizamos uma sessão de cinema especial com o recurso de audiodescrição. Fizemos parceria com uma faculdade da cidade e, além dos pesquisadores da instituição, os deficientes visuais, que se beneficiam dessa modalidade de acessibilidade, marcaram presença, lotando o cinema.

- O que motivou a realização dessas ações?

>>> Além do cumprimento da determinação legal, acabamos criando um fato novo e, com isso, fazemos aquilo que somos especialistas: noticiar, propagar e informar à nossa população, de todas as classes sociais, idades e perfis, tudo que envolve a tecnologia, as vantagens e facilidades de inclusão para uma parcela da população que têm dificuldade em consumir conteúdo audiovisual, em função de suas necessidades especiais.

- Como a TV Integração fez a divulgação desse trabalho que estava sendo realizado com audiodescrição?

>>> Divulgamos através do nosso jornalismo.

- A audiodescrição é realizada por uma equipe externa ou é por equipe da emissora?

>>> Temos uma especialista no assunto em nossa emissora, que treinou uma equipe de colaboradores para que realizassem a audiodescrição nos debates das eleições municipais.

- No último debate da campanha política os recursos de acessibilidade eram obrigatórios. Em quais cidades a TV Integração realizou os debates com recursos de acessibilidade? Como foi encontrar os profissionais para este trabalho?

>>> Nas últimas eleições municipais, em 2016, realizamos 6 debates no primeiro turno e 1 no segundo turno, nas cidades de Juiz de Fora (primeiro e segundo turnos), Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Araxá e Ituiutaba. Em todos os debates, 3 recursos de acessibilidade foram colocados à disposição dos nossos telespectadores: 'closed captions' (legendas ocultas), Libras e a audiodescrição.

- Existem planos para aumentar a quantidade de programas com audiodescrição na TV Integração (na programação local)?

>>> Sim. Ao longo dos próximos anos os recursos de acessibilidade tendem a aumentar cada vez mais, tanto nos programas de rede, quanto nos locais.

- Qual a principal dificuldade em ofertar audiodescrição na TV?

>>> Pouca oferta de profissionais no mercado e aumento nas despesas.

- Vocês tiveram algum feedback das pessoas com deficiência visual sobre o trabalho em audiodescrição que foi apresentado?

>>> Recebemos feedbacks positivos através do nosso jornalismo e também em nossas redes sociais, já que, além de oferecermos os recursos de acessibilidade, fizemos uma boa divulgação da novidade.

obrigada pela atenção,
abs

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.